

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

Alfredo Costa

**Modernização e reestruturas territoriais em Minas Gerais**

Belo Horizonte

2018

Alfredo Costa

## **Modernização e reestruturações territoriais em Minas Gerais**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título Doutor em Geografia.

Área de Concentração: Organização do Espaço

Linha de Pesquisa: Produção, organização e gestão do espaço

Orientador: Ralfo Edmundo da Silva Matos

Belo Horizonte

2018

C837m Costa, Alfredo

Modernização e reestruturações territoriais em Minas Gerais /  
Alfredo Costa. – 2018.

198 f. : il. col.

Orientador: Ralfo Edmundo da Silva Matos.

Área de Concentração: Organização do Espaço.

Linha de Pesquisa: Produção, organização e gestão do espaço.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais.  
Instituto de Geociências. Departamento de Geografia.

Inclui bibliografia.

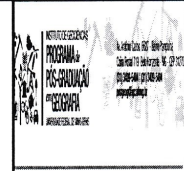
1. Geografia – Minas Gerais – Teses. 2. Modernização – Teses. 3.  
Reestruturação Territorial – Teses. 4. Minas Gerais – Teses. I. Matos,  
Ralfo Edmundo da Silva. II. Universidade Federal de Minas Gerais.  
Instituto de Geociências. Departamento de Geografia. III. Título.

CDD 918.151



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA




## FOLHA DE APROVAÇÃO

### Modernização e reestruturações territoriais em Minas Gerais


### ALFREDO COSTA

Tese submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em GEOGRAFIA, como requisito para obtenção do grau de Doutor em GEOGRAFIA, área de concentração ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO.

Aprovada em 16 de julho de 2018, pela banca constituída pelos membros:

  
Prof(a). Ralfo Edmundo da Silva Matos - Orientador  
Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

  
Prof(a). Marly Nogueira  
Universidade Federal de Minas Gerais

  
Prof(a). Angelo Alves Carrara  
Universidade Federal de Juiz de Fora

  
Prof(a). Regina Mendes de Araujo  
IFNM

  
Prof(a). Ediméia Maria Ribeiro de Mello  
UNA/BH

Belo Horizonte, 16 de julho de 2018.

*Aos meus bisavôs:*

*Giuseppe, que do porão de um navio italiano se tornou industrial, João, artista que, pelo Brasil, projetou ferrovias e catedrais, Bias, que tantas famílias abasteceu com secos e molhados, Pedro, ferroviário que percorreu todas as artérias de Minas.*

*E às suas esposas – Virgínia, Araci, Hélia e Maria – professoras, donas de casa e mães, mulheres de uma geração cuja resiliência e perseverança deixaram marcas indeléveis na formação territorial de Minas Gerais.*

*Dedico também e, especialmente, à memória do primeiro Doutor Alfredo, meu avô, Que na noite após a defesa desta tese Tomou um trem para as estrelas.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, ao meu amigo, parceiro musical e orientador Ralfo Matos, que sempre demonstrou entusiasmo nos debates sobre a temática da tese. Estendo o agradecimento a toda família Matos – Raquel, Clarice, Elisa e Suzi – com quem compartilhei deliciosas conversas e refeições.

Agradeço ao Arquivo Histórico do Exército, ao Arquivo Público Mineiro, e à Casa dos Contos de Ouro Preto, cuja disponibilidade e préstimos foram de valor inestimável para elaboração do trabalho.

Agradeço ao Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – Campus Almenara, e ao Programa Institucional de Bolsas para a Qualificação de Servidores (PBQS), cujos recursos viabilizaram as viagens para orientação na UFMG. Estendo o agradecimento aos meus colegas e estudantes, pela constante motivação.

Agradeço ao Laboratório de Estudos Territoriais (LESTE/UFMG) e à sua rede de pesquisadores, cujas portas permaneceram abertas para mim durante toda a jornada.

Agradeço sempre e eternamente aos avós, meus pais e seus cônjuges – Alfredo e Amaryllis, Marina, José e Anna, Ângela e Mardel –, pelo permanente incentivo às letras. Agradeço também aos meus irmãos Filipe e André que, mesmo com as atribulações do dia a dia, colaboraram com a resolução de diversos contratempos que a distância que o trabalho no Vale do Jequitinhonha me impôs.

Agradeço especialmente à Tininha, pelo companheirismo, apoio, aposta, espaço, paciência, revisões, formatações, entre tantas outras coisas que se agora me faltam às palavras, sobram na convivência. Nossa aventura está apenas começando.

Agradeço à parceria dos novos amigos Alex Lara, Leonardo Palhares, Regina Mendes e Leonardo Silva, que de tantas maneiras colaboraram para a realização desta tese.

Agradeço aos velhos amigos – Vladimir Diniz, Mikael Guedes, Matheus (Mad) Vale, Felipe Bertelli, Tereza Bernardes, Natália (Pugs) Pugschitz, Bruno Leão, Pedro Fonseca, Matheus (Fucô) Dutra, Brenner Maia-Rodrigues, Paulo Borges, Miguel Felipe, Ricardo Alexandrino, Élio Domingos, Ana Raposo, Paula Brasil, Pedro Freire,

Rodrigo Nunes, Rodrigo Castriota (esqueci de alguém?) – que nunca perderam a paciência comigo. É preciso reconhecer, aliás, que essa jornada começou em uma tarde monótona quando o Mad abriu o edital de seleção e nós nos perguntamos: por que não?

Agradeço também à direção da Amplo, cujo apoio na flexibilização da jornada de trabalho viabilizou o curso das disciplinas, e ao Unibh, por ter me proporcionado o primeiro contato com a docência.

Agradeço, enfim, aos meus companheiros silenciosos e inseparáveis, cuja noção da produção acadêmica passa ao largo, mas de quem o afeto tem valor inestimável: Ziggy, Lucy, Maria e Meg.

*Trem das Cores*

*A franja na encosta cor de laranja, capim rosa chá  
O mel desses olhos luz, mel de cor ímpar  
O ouro ainda não bem verde da serra, a prata do trem  
A lua e a estrela, anel de turquesa*

*Os átomos todos dançam, madrugada, reluz neblina  
Crianças cor de romã entram no vagão  
O oliva da nuvem chumbo ficando pra trás da manhã  
E a seda azul do papel que envolve a maçã*

*As casas tão verde e rosa que vão passando ao nos ver passar  
Os dois lados da janela  
E aquela num tom de azul quase inexistente, azul que não há  
Azul que é pura memória de algum lugar*

*Teu cabelo preto, explícito objeto, castanhos lábios  
Ou pra ser exato, lábios cor de açaí  
E aqui, trem das cores, sábios projetos: Tocar na central  
E o céu de um azul celeste celestial.*

*Caetano Veloso – Nomes, Cores (1982)*



## RESUMO

Esta tese busca evidenciar empiricamente que o estado de Minas Gerais passou por importantes mudanças estruturais e modernizadoras induzidas por uma elite letrada ao longo de sua história que denotaram em pioneirismo no processo de modernização urbana, reestruturação econômica e territorial. Apóia-se nos pressupostos da epistemologia do território e nas técnicas investigativas da geografia histórica, e baseia-se em extensa pesquisa bibliográfica, cartográfica e documental. De maneira auxiliar, dados sobre a população e a produção municipal são arrolados como evidência empírica das reestruturações investigadas. Como resultado, demonstra-se que houve um conjunto de processos capazes de reconfigurar o território mineiro e de rearticular sua rede de cidades, transformando sua economia predominantemente rural e sua população espacialmente desconcentrada no século XVIII em outra, no início do século XXI, de forte economia urbano-industrial com maior concentração demográfica nas médias e grandes cidades.

**Palavras-chave:** Modernização, Reestruturação Territorial, Minas Gerais.

## **ABSTRACT**

This thesis seeks to prove empirically that the State of Minas Gerais underwent through important structural and modernizing changes induced by a literate elite throughout its history that denoted pioneering in the process of urban modernization, and economic and territorial restructuring. It is based on the assumptions of the epistemology of the territory, and on the investigative techniques of historical geography, supported by an extensive bibliographical, cartographical and documental research. Furthermore, data on population and municipal production were listed as empirical evidence of the investigated restructuring processes. It is thus demonstrated that the reconfiguration of Minas Gerais territory and its urban network was set by a pool of modernization projects, that were able to transform its predominantly rural economy and its spatially deconcentrated population in the eighteenth century into a strong urban-industrial economy with higher demographic concentration in its medium and large cities at the beginning of the twenty-first century.

**Palavras-chave:** Modernization, Restructuration, Territory, Minas Gerais.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1-1 - Região Central de Minas Gerais no século XVIII – Fatores de Modernização.....	72
Figura 3-1: Síntese dos <i>municípios-destaque</i> em 1940 e 2010 .....	150
Figura 3-2: <i>Municípios-destaque</i> em Minas Gerais em 1940 e 2010 segundo seu Produto Interno Bruto (R\$ 1.000,00, a preços constantes corrigidos para o ano 2000).....	155
Figura 3-3: Subespaço de Análise Central - <i>Municípios-destaque</i> em 1940 e 2010 segundo seu Produto Interno Bruto (R\$ 1.000,00, a preços constantes corrigidos para o ano 2000) .....	161
Figura 3-4: Subespaço de Análise Oeste - <i>Municípios-destaque</i> em 1940 e 2010 segundo seu Produto Interno Bruto (R\$ 1.000,00, a preços constantes corrigidos para o ano 2000) .....	162
Figura 3-5: Subespaço de Análise Sul - <i>Municípios-destaque</i> em 1940 e 2010 segundo seu Produto Interno Bruto (R\$ 1.000,00, a preços constantes corrigidos para o ano 2000) .....	163
Figura 3-6: Subespaço de Análise Leste - <i>Municípios-destaque</i> em 1940 e 2010 segundo seu Produto Interno Bruto (R\$ 1.000,00, a preços constantes corrigidos para o ano 2000) .....	164
Figura 3-7: Subespaço de Análise Norte - <i>Municípios-destaque</i> em 1940 e 2010 segundo seu Produto Interno Bruto (R\$ 1.000,00, a preços constantes corrigidos para o ano 2000) .....	165
Figura 3-8: <i>Municípios-destaque</i> em Minas Gerais em 1940 e 2010 segundo a relação entre o setor primário e secundário do Produto Interno Bruto.....	166

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1-1– Insurreições nas Minas setecentistas.....	80
Quadro 3-1: Municípios em 1940 e 2010 por porte populacional urbano e Produto Interno Bruto.....	153

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

**ALMG** - Assembleia Legislativa de Minas Gerais

**BDMG** - Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais

**CACI** - Congresso Agrícola, Comercial e Industrial de Minas Gerais

**CEMIG** - Companhia Energética de Minas Gerais S.A.

**CME** - Companhia Mineira de Eletricidade

**DER** - Departamento de Estradas de Rodagem

**EM** - Escola de Minas

**EMOP** - Escola de Minas de Ouro Preto

**IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**INDI** - Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais

**PIB** - Produto Interno Bruto

**SUDENE** - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>15</b>
<b>Objetivos</b> .....	<b>20</b>
<b>Aspectos metodológicos gerais</b> .....	<b>21</b>
<b>Fundamentação teórica geral</b> .....	<b>24</b>
A epistemologia do território, a modernização como força-motriz da transformação territorial e o papel das elites.....	24
Urbanização e industrialização: alguns esclarecimentos .....	30
Geografia histórica: conceitos, métodos e precauções .....	34
<b>Artigos</b> .....	<b>41</b>
<b>1 Artigo I - Ouro, urbanização e revoltas: evidências geográficas da modernização precoce irradiada pela região central de Minas Gerais na segunda metade do século XVIII</b> .....	<b>41</b>
<b>1.1 Introdução</b> .....	<b>41</b>
<b>1.2 Modernização no século do Iluminismo</b> .....	<b>45</b>
1.2.1 Além de ouro, algo reluz em Minas .....	54
<b>1.3 Elementos materiais da modernidade precoce na paisagem da Minas do Ouro</b> 56	
1.3.1 As paisagens socioculturais das trocas e circulação.....	63
<b>1.4 A dimensão imaterial e a cultura urbana rebelde</b> .....	<b>73</b>
1.4.1 O moderno nas clivagens entre Portugal e Minas Gerais (1750 – 1792).....	73
1.4.2 Evidências de modernização nas revoltas na capitania de Minas Gerais: o turbulento final dos Setecentos .....	79
<b>1.5 Conclusão</b> .....	<b>84</b>
<b>2 Artigo II – Elementos chaves da modernização de Minas Gerais no século XIX ....</b>	<b>87</b>
<b>2.1 Introdução</b> .....	<b>87</b>
<b>2.2 A discussão da modernidade da segunda Revolução Industrial e seus reflexos no Brasil</b> 91	
<b>2.3 O atraso brasileiro na formação de uma burguesia industrial e seus ecos em Minas Gerais</b> .....	<b>97</b>
<b>2.4 A presença decisiva em Minas Gerais de uma elite instruída ante os desafios da modernidade</b> .....	<b>109</b>
2.4.1 Siderurgia .....	113
2.4.2 Indústria Têxtil .....	116
2.4.3 Ferrovias.....	118
2.4.4 Industrialização de Juiz de Fora e a primeira experiência hidrelétrica da América do Sul	122
2.4.5 O Congresso Constituinte Mineiro de 1891, a mudança da capital e o arrojado projeto de integração regional de Minas Gerais.....	124
<b>2.5 Conclusão</b> .....	<b>128</b>

<b>3</b>	<b>Artigo III – Estruturas territoriais dinâmicas e mudanças modernizadoras em Minas Gerais entre 1940 e 2010 .....</b>	<b>132</b>
3.1	Introdução .....	132
3.2	Modernização e reestruturação territorial: aspectos conceituais e nexos com a história de Minas Gerais.....	135
3.3	Evidências do processo de modernização e reestruturação dos municípios mineiros .....	148
3.4	Conclusão .....	167
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>169</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>175</b>

## INTRODUÇÃO

Milton Santos afirmou, em entrevista realizada no ano 2000, que o papel da Geografia seria de descrever e interpretar os movimentos que se dão no território. O enfrentamento destes fenômenos confere primazia ao geógrafo na medida em que é no território que se dão todos os movimentos da sociedade e, portanto, é onde primeiro se evidenciam as crises. Neste contexto, o geógrafo se posta diante de possibilidades latentes fundamentais para produzir e reformular o conhecimento, e assim revelar os fenômenos que observa.

Em um contexto multiescalar, a cultura – elemento-chave do constructo social – deixa de estar cantonada numa geografia restritiva e encontra um palco multitudinário, fomentado tanto pela expansão dos espaços de reunião, quanto pelos efeitos da expansão e diversificação dos meios de comunicação (SANTOS, 1996). Assim, enquanto outros especialistas podem escolher, na listagem de ações e na população de objetos, aqueles que interessam aos estudos setoriais, o geógrafo é obrigado a trabalhar com todos os objetos e todas as ações<sup>1</sup>.

No mesmo cenário, a mobilidade – não só humana, mas também das mercadorias, das ideias e das imagens - é essencial para a compreensão dos espaços, o que se tornou praticamente uma regra e que significa muitas vezes na (des/re) caracterização deles. Não deve escapar ao geógrafo que a compreensão dos usos do território remete à necessidade de vislumbrá-los sob a perspectiva de sua constituição ao longo do tempo. Tal máxima refere-se aos ensinamentos de Elisée Reclus (1865), que afirmava – em tradução livre - que "a Geografia não é outra coisa que a História no Espaço, assim como a História é a Geografia no Tempo".

Para Maurício de Abreu (1998), o passado é uma dimensão singular que se materializa na paisagem, que é percebida no cotidiano dos lugares e preservada em instituições, e que acompanha o processo de desenvolvimento da sociedade: é parte do presente e da idealização do futuro. Por sua vez, Carneiro (2013), baseado nas leituras de Lefebvre (2008) e Soja (1993), afirma que o espaço desempenha uma

---

<sup>1</sup> Aliás, o desafio de se interpretar a multiescalaridade dos fenômenos locais é evidenciada por Milton Santos (1996), ao citar Tólstói, quando assevera que “para ser universal, basta falar de sua aldeia”.



importante função no estabelecimento da totalidade, que repercute na moldagem das relações sociais, e que deve ser tomado como intermediário, meio e instrumento das relações sociais, na medida em que, por sua conformação física, política e ideológica, sugere, proíbe ou permite a criação, permanência ou extinção de determinados usos e ocupações. Harvey (2011, p. 225) é definitivo: “as experiências espaciais e temporais são veículos primários da codificação e reprodução das relações sociais”.

Deste cenário revela-se a importância da variável espaço no conhecimento. José Reis (2005), professor catedrático da Universidade de Coimbra, propõe que as territorialidades não sejam interpretadas como meros receptáculos onde se reproduzem as mobilidades e as relações de dominação, mas que sejam incorporadas às análises como parte da formação das estruturas e dinâmicas contemporâneas, junto ao poder que incorpora, das iniciativas que gera, das transformações que coage, e das inter-relações entre os sujeitos que dão sua forma. Para este autor, a interpretação territorialista compõem-se de

*(...) uma leitura sobre a natureza das estruturas e das dinâmicas da sociedade e da economia, um entendimento sobre o modo como se alcança a coordenação dos processos coletivos, sobre o papel desempenhado pelos atores neles intervenientes (a sua ação volitiva e as possibilidades de ela se exercer efetivamente) e sobre as relações (hierárquicas ou não) entre atores e processos de diferentes escalas espaciais. (REIS, 2005, p.53)*

No contexto em que se revelam a importância do passado e das estruturas territoriais como chaves de interpretação da realidade, Carneiro (2018) traz importante recordação: a geografia e a história são campos de estudo complementares, interdependentes e arraigados na base do conhecimento humano. Como bem pontua Erthal (2003), se a geografia se preocupa com a dimensão espacial da sociedade, não se pode perder de vista que os fenômenos sociais são, da mesma maneira, temporais. Para ele, tempo e espaço são categorias universais e inter-relacionadas, e não devem

se restringir a modalidades específicas do conhecimento. Entre outras, tal afirmativa significa que à geografia não cabe apenas o estudo do presente, ao contrário, como assevera Abreu (2000, p.24), “os geógrafos também têm responsabilidade na interpretação do passado”. O geógrafo histórico é aquele sujeito cuja preocupação pauta-se na interpretação das mudanças no espaço-tempo e na compreensão da permanência de expressões pretéritas no presente. Com efeito,

*O interesse do geógrafo pelo tempo se dá por meio da espacialidade da ação humana no curso da História, espacialidade que está materializada em obras fixas e expressas em fluxos, ambos resultados de complexos processos sociais. Em outros termos, é a organização do espaço em suas temporalidades que interessa ao geógrafo: região, lugar, paisagem, território e redes são os focos de análise do geógrafo. (CORRÊA, 2016, p. 03)*

Além disso, cabe à geografia histórica buscar metodologias apropriadas à reflexão sobre a categoria “tempo” que forneçam bases para uma abordagem híbrida, cujo principal pré-requisito consiste em realizações de extensas pesquisas bibliográficas (ERTHAL, 2003). Carneiro (2013) esclarece a relação que a geografia estabelece com a história, e qual o seu papel na interpretação da realidade:

*Com a história, as relações são antigas, desde Heródoto e Tucídides passando por Alfred Hettner e Vidal de la Blache, e ocorrem numa área denominada geografia histórica. Essa linha de investigação interdisciplinar procura inserir a dimensão temporal nos estudos geográficos por meio de dois planos de abordagem: a) elucidando as formações sociais passadas através de determinadas categorias geográficas (espaço, território, região e paisagem); b) e interpretando o ordenamento espacial presente com base*

*no recuo em épocas pretéritas, analisando a importância explicativa que as categorias geográficas possam assumir. (CARNEIRO, 2013, p.18)*

Para Baker (2003), há diversos pontos de convergência entre as metodologias adotadas pela geografia e pela história, tanto por seus interesses em comum, quanto pelas interfaces colaborativas. De fato, um profissional da geografia não pode negligenciar as experiências históricas, e reciprocamente. Soares (2013) chama atenção para a o caminho analítico que pauta o encontro entre as duas ciências. Segundo ele,

*A necessidade de lapidar a sensibilidade geográfica para tirar proveito da história espacializada, da história que se volta à diversidade, às singularidades, à distribuição territorial dos fenômenos e à forma pela qual esses mesmos fenômenos se combinam, faz companhia ao entendimento de que a materialidade do território demanda não o elidir, mas empenho elucidativo. (SOARES, 2013, p.38)*

A geografia histórica contribui para minimizar o aniquilamento do espaço pelo tempo, ao tentar compreender como o segundo influencia no primeiro e contribui na explicação do presente. Reis (2005) é taxativo ao afirmar o significado das mobilidades na constituição das sociedades modernas, sacramentado no processo de globalização iniciado no século XVI e nos decorrentes fluxos de pessoas, mercadorias e capitais, além da mobilidade financeira e de empresas, capazes, hodiernamente, de indicar uma tendência à anulação das distâncias, perspectiva que Harvey (2011) denominou de compressão do espaço-tempo. A reação de Soares (2013) a esse tipo de afirmação é no sentido de que, no contexto em que “tudo parece ser só tempo” (p. 53), é preciso investigar qual o papel do território, de sua volatilidade, sua subordinação às verticalidades, e a contribuição das dinâmicas socioespaciais pretéritas na conformação das relações que nele se estabelecem. Na mesma direção,

ao refletir sobre o valor do território como elemento mediador da interpretação histórica, Reis (2005) defende que

*(...) a relação entre mobilidades e territorializações é muito mais do que uma justaposição de fatores que influenciam as dinâmicas econômicas – é uma tensão de que resultam processos constituintes das transformações globais dos sistemas; que a ideia de reprodução de determinantes sociopolíticas não serve para configurar uma noção de território, porque este não é uma simples expressão da produção de escalas (do reescalonamento) do Estado, do mercado, do capitalismo ou da globalização; que, para entendermos o poder, o desenvolvimento (mesmo quando ele é desigual, como geralmente é) e a estruturação político-econômica, devemos contrapor as visões lineares do poder à ideia de morfologia do poder e ao desenvolvimento funcionalista a noção de polimorfismo das sociedades contemporâneas. (REIS, 2005, p.71)*

A reunião da geografia com a história, e a utilização da historicidade como via para a compreensão de objetos e processos sociais é útil à reconstrução das geografias do passado (SILVA, 2007; MORAES, 2012; CORRÊA, 2016). Sem dúvidas, a reflexão histórica é parte constituinte da geografia humana, ainda que seja preciso admitir, ensina Abreu (2000), a incapacidade de se recuperar todas as evidências do passado. O autor ressalta, no entanto, que tal incapacidade não deve desencorajar os esforços de se aproximar de realidades passadas e de analisar geograficamente seus vestígios, materializados em documentos, objetos, arquitetura e articulação de caminhos. Ao citar Le Goff (1990), pondera a necessidade do cuidado com a análise de tais vestígios, principalmente ao se admitir que os objetos mais duráveis e as próprias instituições de memória são, via de regra, criação de classes poderosas, e geralmente preservam lembranças seletivas do passado. Nesse sentido, tais atestados de memória seriam também atestados do poder.

É no contexto de reconstituição do passado que se situa a importância de se deter o olhar sobre o território de Minas Gerais, unidade geográfica de análise desse estudo. Esta tese busca evidenciar empiricamente que o território mineiro passou por importantes mudanças estruturais e modernizadoras desde o século XVIII, as quais denotaram em pioneirismo no processo de modernização urbana, reestruturação econômica e territorial. Assim como Carneiro (2013), parte-se da concepção teórica de que espaço e tempo são indissociáveis. Nestes termos, o objeto de análise a que se propõe investigar são as reestruturações territoriais em Minas Gerais, nas quais o urbano em mudança ganha primazia. Define-se que as reestruturações territoriais são as transformações verificadas no espaço geográfico delimitado por relações institucionais de poder, causadas por transformações na estrutura produtiva predominante capazes de alterar a organização dos fixos e dos fluxos. A hipótese de que houve um processo de modernização e reestruturação econômica dos municípios mineiros sustenta-se nos significados da mudança do perfil produtivo, que ao longo de sua história foi prioritariamente baseado no setor primário, e que começa a ser substituído pelo setor secundário na segunda metade do século XX.

## **OBJETIVOS**

O objetivo geral da tese é a evidenciação empírica e cartográfica dos principais eventos e processos modernizadores e reestruturadores que marcaram a trajetória, desde o século XVIII, de uma Minas Gerais essencialmente rural e desconcentrada em outra urbano-industrial com vigoroso e diversificado setor terciário, forte articulação territorial e concentração demográfica nos médios e grandes centros urbanos.

Por objetivos específicos, têm-se:

1. Analisar o papel das elites mineiras no delineamento de eventos econômico-estruturais que redefiniram as relações no território mineiro em diferentes momentos de sua história;

2. Correlacionar as reestruturações territoriais mineiras provocadas por projetos modernizadores.
3. Analisar o processo de transição, nos municípios mineiros, entre a primazia econômica do setor primário e a afirmação do setor secundário no século XX, e seu impacto na (re)configuração da rede de cidades.
4. Interpretar a Geografia Histórica de Minas Gerais sob o viés da modernização.

#### **ASPECTOS METODOLÓGICOS GERAIS**

De acordo com tendências acadêmicas da atualidade, e apoiado por norma recentemente instituída pelo Colegiado de Pós-graduação em Geografia da UFMG, optou-se por apresentar esta tese de doutoramento por meio de artigos científicos. Assim, cada capítulo será composto por um artigo. Acredita-se que o formato proposto permite ganhos expressivos em produtividade e em capacidade de síntese dos conteúdos pesquisados, bem como em maior alcance dos resultados produzidos.

Por se tratar de um trabalho com forte abordagem geográfico-histórica, a maior parte do esforço foi dedicada à pesquisa bibliográfica e ao levantamento de dados sistematizados referentes à dinâmica econômico-territorial de Minas Gerais (o que inclui os dados sobre fixos e fluxos). Essa premissa envolveu pesquisa no Arquivo Público Mineiro (Belo Horizonte) e na Casa dos Contos (Ouro Preto) (cuja visita foi feita sem agendamento – que não é necessário - e a consulta obedeceu rigorosamente às regras de manuseio documental), além dos bancos de dados estatísticos e mapotecas oficiais. Sempre que necessário, os dados e documentos foram fotocopiados e sistematizados.

Também foram realizados levantamentos e sistematização de dados cartográficos – em especial no Arquivo Público Mineiro<sup>2</sup> e no Arquivo Histórico do Exército<sup>3</sup> -, cujo objetivo principal foi de esclarecer a importância de melhor compreender a posição das cidades e a conformação da rede de caminhos. Os mapas mais relevantes foram fotocopiados e vetorizados em ambiente ArcGIS® 10 para análise comparativa com dados de uma cartografia sistemática atual. Pretendeu-se, com isso, melhor compreender a influência dos caminhos na formação e no desenvolvimento de determinadas regiões, bem como os rebatimentos territoriais de suas rearticulações.

A tese é organizada em três artigos<sup>4</sup>. No primeiro, denominado *Ouro, urbanização e revoltas: evidências geográficas da modernização precoce irradiada pela região central de Minas Gerais na segunda metade do século XVIII*, procura-se caracterizar a modernidade na região central de Minas no século XVIII, tanto em seus elementos materiais quanto nos imateriais. Abordam-se especialmente paisagens socioculturais das trocas e da circulação, a influência iluminista na formação das elites, as clivagens entre a capitania e Portugal, e a formação de uma cultura urbana rebelde que culmina no movimento inconfidente mineiro.

O segundo artigo é denominado *Elementos chaves da modernização de Minas Gerais no século XIX*. Nele é discutida a formação da elite industrial brasileira no contexto das revoluções industriais do século XIX e a relevância da presença de uma elite mineira instruída para a viabilização de empreendimentos modernos pioneiros no país nos campos da siderurgia, da indústria têxtil e das estradas de ferro, entre outros. São

---

<sup>2</sup> Esclarece-se que, embora a consulta documental possa ser realizada no local e pela internet sem qualquer custo, a reprodução digital do acervo cartográfico via e-mail requer o pagamento de taxa à Associação Cultural do Arquivo Público Mineiro, no valor de doze reais por documento em 27/07/2017, e pode levar até 90 dias para ficar disponível ao requerente.

<sup>3</sup> O Arquivo Histórico do Exército está submetido à Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército (DPHCEX), por sua vez, subordinado ao Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEX), e localiza-se no Rio de Janeiro (RJ). As consultas ao acervo podem ser feitas pessoalmente ou via solicitação eletrônica (ahex@ahex.ensino.eb.br), esta última, adotada pela pesquisa. A disponibilização de documentos via internet requer do pesquisador a realização de um cadastro com apresentação de justificativa e de documentos que comprovem a existência de vínculo acadêmico e pesquisa em curso. Cumpridos os trâmites e aprovada a documentação pela Divisão de Acesso à Informação, é disponibilizado um catálogo com o acervo documental e com informações sobre sua disponibilidade em meio digital, a partir do qual selecionam-se aqueles de interesse e se solicita sua disponibilização à Divisão de História e Acesso à Informação (DHAI), que é feita via nuvem.

<sup>4</sup> No decorrer da produção da tese, as imersões bibliográficas e cartográficas permitiram a elaboração de um quarto artigo (MATOS & COSTA, 2016) em que se propõe uma regionalização para a Minas oitocentista. Embora não tenha sido incorporado ao presente documento, parte de suas conclusões compõem o debate ora proposto.

abordados também os aspectos que viabilizaram a industrialização de Juiz de Fora (MG) e a construção de Belo Horizonte, uma moderna cidade planejada com o objetivo de provocar a reestruturação territorial e produtiva de Minas Gerais.

O terceiro e último artigo, por sua vez, chama-se *Estruturas territoriais dinâmicas e mudanças modernizadoras ao longo de 70 anos em Minas Gerais (1940–2010)*. Nele, busca-se evidenciar empiricamente que o Estado de Minas Gerais passou por importantes mudanças estruturais e modernizadoras entre 1940 e 2010, as quais foram capazes de mudar o perfil produtivo do estado e alterar o padrão distributivo de sua população. Esclarece-se, de antemão, que o recorte temporal escolhido corresponde ao período em que há levantamentos estatísticos governamentais sistemáticos sobre demografia e produção para todos os municípios brasileiros. Verificou-se que a Minas Gerais de 1940, de economia predominantemente rural e população desconcentrada, tornou-se outra em 2010, de forte economia urbano-industrial, com maior concentração demográfica nas médias e grandes cidades.

Em cada um dos artigos, os aspectos metodológicos específicos encontram-se relacionados de maneira detalhada. Todavia, considera-se importante apresentar, de maneira não exaustiva, o conjunto de considerações teórico-metodológicas que serviram de fio condutor à sua elaboração. Assim, serão arrolados apontamentos sobre a epistemologia do território defendida por Reis (2005) e Soares (2013; 2016), sobre as modernizações como vetores de reestruturação territorial, sobre a Teoria das Elites. Posteriormente, apresenta-se uma curta imersão sobre os conceitos de urbanização e industrialização. Por fim, apresenta-se uma discussão sobre o fazer geográfico-histórico.



## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA GERAL

### **A epistemologia do território, a modernização como força-motriz da transformação territorial e o papel das elites**

A discussão sobre a epistemologia do território<sup>5</sup> foi proposta em 2005 por Reis e foi ampliada por Soares (2013; 2016). De maneira simples, trata-se de um arcabouço conceitual que visa interpretar o papel e contribuição do território nas dinâmicas sociais. Admite, como pressuposto, que as realidades do espaço possuem incontáveis origens e são frutos de processos de larga escala. Em sua essência, busca a compreensão de sua capacidade de atração ou repulsão de determinados processos socioespaciais, colocando-o como parte componente das realidades socioeconômicas que se desenvolvem, por excelência, em circunstâncias concretas e diferenciáveis.

Neste sentido, há uma sofisticação da ideia de território, que deixa de ser mero receptáculo - utensílio descritivo – das relações de dominação e mobilidade, e passa a ser interpretado como parte orgânica e de natureza ontológica da genealogia dos processos, emprestando a eles caráter de imprevisibilidade e volatilidade. Assim, para Reis (2005),

*(..) o que está aqui em causa não é o território como conjunto físico de paisagens materiais, mas o território como expressão e produto das interações que os atores protagonizam. O território, nestas circunstâncias, é proximidade, atores, interações. E é também um elemento crucial da matriz de relações que define a morfologia do poder nas sociedades contemporâneas. (REIS, 2015, p.59)*

---

<sup>5</sup> São milhares os trabalhos que versam sobre a origem e uso da categoria de análise geográfica “Território”. Genericamente, adotar-se-á como território a definição de Raffestin (1993), que o sintetiza como a porção do espaço marcada pelo exercício do poder.

Reis (2005) não perde de vista que o território é dinâmico, heterogêneo e que circunscreve relações de poder. Mas vai além: identifica-o como elemento definidor da morfologia das relações de poder que, por não serem lineares, requerem atenção e investigação particulares. Soares (2013) sistematiza as concepções de Reis sobre o território em três ideias-chave:

1. os territórios não são a simples expressão da produção de escalas do Estado, do mercado, dos sistemas socioeconômicos mais amplos; não são apenas canais de reprodução de ordens mais vastas. Eles possuem [...] condição própria e lugar específico nas ordens (e nas desordens) sociais (REIS, 1995, p. 3), daí sua materialidade, seu significado ontológico, não são anulados pela produção social das escalas;

2. a relação entre mobilidades e territorializações é muito mais do que uma justaposição de fatores que influenciam as dinâmicas econômicas; é uma tensão que reclama o polimorfismo estrutural, que sugere a existência de espaços estruturais de autonomia e iniciativa, que reafirma a [...] noção de que a incerteza e as trajetórias inesperadas são também parte do mundo. (REIS, 1995, p. 10); e

3. para entender o poder, é preciso [...] contrapor às visões lineares do poder a ideia de morfologia do poder e ao desenvolvimento funcionalista a noção de polimorfismo social. (REIS, 1995, p. 18). (REIS, 1995 apud SOARES, 2013, p.41-42)

Soares (2013) assevera que as estruturas materiais não são passivas, mas integram o mundo onde se dão as relações e as trocas. Assim, conclui que a epistemologia territorial contribui para o reconhecimento de que o território é detentor de preciosas informações sobre a estruturação e dinâmica das sociedades, suas formas de reprodução e idiosincrasias.

O território como categoria de análise espacial é testemunha e veículo das transformações (HAESBAERT, 1988). Ali encontram-se marcas de guerras, monumentos de culto e memória, enfim, signos de permanência e de mudança com múltiplos sentidos e múltiplas possibilidades de vivência. Nesse contexto, a prática geográfica demanda do analista a capacidade de realizar sínteses através de conexões espaciais em diferentes escalas, e exige que tais conexões não se restrinjam ao tempo presente, mas que incorporem a interconexão entre recuperação do passado e a prospecção do futuro (ABREU, 2000). Dentre as diversas chaves de interpretação geográfica, vislumbrou-se a modernidade como fio condutor das reestruturações territoriais de Minas Gerais. Segundo De Paula (2000),

*A modernidade como processo histórico, como etapa específica da trajetória histórica, abre-se em diversas dimensões, admite inúmeras caracterizações, periodizações, conceituações. Na verdade, é um processo aberto, pluridimensional, polissêmico. Considerada como processo cultural, tem diversas interpretações, considerada como fenômeno técnico-material, como fenômeno político ideológico, considerada como fenômeno religioso, considerada como fenômeno ético-comportamental, considerada como fenômeno econômico, como fenômeno geográfico-espacial, a modernidade tem sido a referência essencial de diversas disciplinas e campos teóricos, de variados matizes filosóficos-ideológicos. (DE PAULA, 2000, p. 15)*

Haesbaert (1988) explica que a modernidade estabelece um movimento permanente de interação e substituição do antigo pelo novo, e marca a vivência conjunta de uma diversidade de transformações em diferentes tempos e intensidades que podem ser confrontadas em múltiplas escalas e contextos espaciais. Segundo Gomes (1996, p.48), o fato moderno é marcado pelo “caráter de ruptura, a imposição do novo e a pretensão de alcançar a totalidade”. Seu movimento permanente de negação da tradição e do passado conferem a sensação de progresso regular e consecutivo, que

Berman (1986) caracterizará como um modo de experiência vital. Na interface com a história, Carvalho (2008) afirma que

*Qualquer definição de modernidade ocidental incluirá a ênfase na liberdade do indivíduo, em sua independência do Estado (cidadania) e da Igreja (secularismo), no espírito de iniciativa, no desejo de mudança ou progresso. O ambiente histórico que a gestou e que ela ajudou a gestar foi o do crescimento das cidades pós-medievais, da ciência, da indústria e da sociedade de mercado. (CARVALHO, 2008, p. 25)*

Da modernidade decorre a noção de modernização, que Habermas (2002) associa às ideias de revolução, progresso, emancipação, desenvolvimento, crise, entre outras, que exprimem o incontido desejo por extrair de si mesma sua normatividade, em clara negação a modelos antigos, como forma de se auto afirmar. Segundo Castilho (2011), a modernização incorpora em si tanto transformações nas bases técnicas da produção quanto transformações ideológicas. Expressa-se necessariamente nos lugares e promove conexões.

Soja (1993) enxerga a modernização como um processo de reestruturação da sociedade decorrente da dinâmica histórica e geográfica dos modos de produção, que se desenvolve no espaço de maneira desigual. Por natureza, é imprevisível tanto em sua gênese quanto em seus resultados, tem intensidade variável, pode implicar reformas ou revoluções, e geralmente desencadeia embates pelo controle do poder sobre as relações de socialização e de produção, manifestando-se nos mais variados contextos e escalas. Parte dos processos de reestruturação são, historicamente, conduzidos por elites, elemento de análise da tese sobre o qual serão tecidos alguns esclarecimentos.

As primeiras formulações acerca da existência de elites surgiram no século V a. C., a partir de uma crítica elaborada por Sócrates ao observar que, no momento em que homens comuns passaram a dirigir os negócios da cidade, a organização social pela

vontade divina teria sido suplantada pelo surgimento da política e da democracia (HOLANDA, 2011). É neste contexto que, posteriormente, Platão identificaria em certos extratos da sociedade grega indivíduos capazes de serem condutores ideais das decisões políticas no interior da Polis (SARAIVA, 2016).

Segundo Bottomore (1974), o termo “elite”, propriamente, surge na França no século XVII como referência a produtos de alta qualidade. Posteriormente, no século XVIII, foi expandido para designar determinados grupos sociais que exerciam relações de superioridade no seio dos grupos. Ao final do século XIX e início do século XX, alguns pensadores elaboraram reflexões sistêmicas sobre o que denominaram de Teoria das Elites. Formulada inicialmente por Gaetano Mosca nos *Elementi di Scienza Política* (1896), a teoria foi aprimorada, em ordem cronológica, por Vilfredo Pareto, por Robert Michaels e por Wright Mills, cujo entendimento fundamental é de que em todas as sociedades havia, minimamente, um grupo de governantes e outro de governados.

Atualmente, Barnabé (1999) identifica que a elite é formada por grupos de indivíduos que concentra poderio econômico, político e ideológico, e que compartilha o interesse comum pelo controle do poder local, ainda que, internamente, lide com contradições (via de regra, há no bojo dos grupos dominantes elites e contra elites, definidas pelo momento político em vigor). De maneira complementar, Silva (2004) enumera critérios que são recorrentes na definição das elites, geralmente balizadas pela distribuição desigual de bens, ou ainda, pelas diferentes intensidades em que se manifestam determinadas virtudes individuais. Assim, podem ser arrolados a propriedade de terras e riquezas, além do intelecto, carisma, poder e influência política, aspectos que em maior ou menor proporção seriam capazes de dar coesão às relações estabelecidas em uma determinada sociedade, bem como de determinar as formas de acesso aos lugares de poder. Norberto Bobbio et. Al. (1998) propuseram, em seu Dicionário de Política, uma síntese dos elementos comuns à origem e à configuração das elites:

- 1) *em toda sociedade organizada, as relações entre indivíduos ou grupos que a caracterizam são relações de desigualdades; 2) a causa principal da desigualdade está na distribuição desigual do poder, ou seja, no fato*

*de que o poder tende a ficar concentrado nas mãos de um grupo restrito de pessoas, 3) entre as várias formas de poder, o mais determinante é o poder político; 4) aqueles que detêm o poder, especialmente o poder político, ou seja, a classe política propriamente dita, são sempre uma minoria; 5) uma das causas principais por que uma minoria consegue dominar um número bem maior de pessoas está no fato de que os membros da classe política, sendo poucos e tendo interesses comuns, têm ligames entre si e são solidários pelo menos na manutenção das regras do jogo, que permitem, ora a uns, ora a outros, o exercício alternativo do poder; 6) um regime se diferencia de outro na base do modo diferente como as Elites surgem, desenvolvem-se e decaem, na base da forma diferente como se organizam e na base da forma diferente com que exercem o poder; 7) o elemento oposto à Elite, ou à não-Elite, é a massa, a qual constitui o conjunto das pessoas que não têm poder, ou pelo menos não têm um poder politicamente relevante, são numericamente a maioria, não são organizadas, ou são organizadas por aqueles que participam do poder da classe dominante e estão portanto a serviço da classe dominante (a teoria da sociedade de massa é a contrapartida da teoria das Elites e ambas se desenvolveram neste último século paralelamente). (BOBBIO et al., 1998, p. 391)*

Os mesmos autores estabelecem críticas à Teoria das Elites, ao verificarem que seria possível, tanto sob a perspectiva da ideologia democrática radical quanto pela perspectiva marxista, a existência de sociedades nas quais o poder fosse exercido pela maioria.

Codato (2015) propõe métodos de análise para identificação de posições de elite baseado em três aspectos que a definiriam: poder, influência e decisão. De maneira simples, o primeiro deles, denominado “método posicional”, identifica como membros da elite aqueles indivíduos que ocupam posições formais de poder em uma determinada sociedade. O segundo, “método decisional”, busca identificar indivíduos que, mesmo não estando em cargos formais, são capazes de decidir estrategicamente

sobre temas de interesse social. O terceiro e último é chamado de “método reputacional”, que identifica membros da elite em uma sociedade a partir da indicação, por especialistas, de um pequeno número de indivíduos presentes em uma ampla lista de lideranças pré-selecionadas.

Embora bastante discutido, Heinz (2006) alerta sobre a imprecisão permanente do conceito, entre outros aspectos, conferido por seus determinantes subjetivos. Ainda assim, revela que há atualidade no debate das elites, e que é possível identificá-las em diferentes escalas, bem como determinar sua articulação em redes em diferentes recortes espaço-temporais. À guisa do estudo que se desenvolve, é preciso estabelecer um prudente alerta: as elites se organizaram de maneira distinta nos diferentes momentos da história, possuem alta capacidade de perpetuação no poder (por meio de relações familiares), e isso é verificável em Minas e no Brasil – tanto nas características dos indivíduos, como em relação aos objetivos comuns. São, portanto, passíveis de comparação em face de seu caráter de minoria dirigente organizada. Interessa aqui saber em que momentos as elites locais foram relevantes para as reestruturações territoriais ora investigadas.

### **Urbanização e industrialização: alguns esclarecimentos**

Para uma adequada compreensão das reestruturações territoriais mineiras desde o século XVIII fazem-se necessários alguns esclarecimentos sobre os conceitos de urbanização e industrialização. Longe da pretensão de se esgotar o assunto, a abordagem se restringe ao delineamento de tais processos, tendo em vista que a tese recorre a textos de diferentes fontes e épocas, o que significa que a leitura e uso inadequado de termos podem incorrer no risco de anacronismo<sup>6</sup> (BARROS, 2017).

---

<sup>6</sup> Segundo Barros (2017), “A expressão “anacronismo”, ou “anacrônico” – “fora do tempo” ou ainda “contra o tempo” – é empregada quando ocorre a utilização estranha ou inadequada de algo, em nosso caso de uma palavra, quando importada de um para o outro tempo (Syrjamaki 2011, 20). Essa inadequação anacrônica pode ocorrer de duas maneiras inversas. Em um caso, pode ocorrer o anacronismo “de ontem para hoje”. É o que ocorre quando lemos um texto de outra época e, de modo inaceitável, atribuímos a certa palavra um sentido que ela não tem hoje, comprometendo toda a interpretação do texto. Em outro caso, pode ocorrer o anacronismo “de hoje para ontem”. É o que se verifica quando, ao tentar analisar um texto ou processo histórico do passado, ou ao tentar descrever cenas e acontecimentos históricos, utilizo uma palavra de hoje (que não existia naquela época)

A compreensão da urbanização como processo perpassa pela relação entre campo e cidade, aspecto central das sociedades humanas, cuja diferenciação geográfica tem forte nexos com a paulatina divisão do trabalho manual e intelectual (MONTE-MÓR, 2006). Segundo este autor,

*De fato, alguns dos conceitos centrais da vida contemporânea derivam da cidade, tanto em sua forma espacial quanto em sua organização social. Da ideia grega de pólis vem o conceito de política, enquanto do latim civis e civitas vêm cidadão, cidadania, cidade, e mesmo civilização. Também se origina do latim o sentido de urbano, com dupla conotação: de urbanum (arado) vem o sentido de povoação, a forma física da ocupação do espaço de vida delimitado pelo sulco do arado dos bois sagrados que marcava o território da produção e de vida dos romanos; da sua simplificação semântica originaram-se urbe e urbs, este último termo referindo-se a Roma, cidade-império, centro do mundo. (MONTE-MOR, 2006, p. 11)*

Segundo o mesmo autor, o termo urbano - em desuso por séculos - voltou a ser utilizado no século XVI em referência à cidade-império e no século XVII em referência à cidade-sede do Império Britânico, porquanto a palavra cidade tem seu uso recuperado no século XIII, em referência à representação de poder emanadas por cidades bíblicas ou ideais, e depois passou a ser utilizada em referência às localidades dotadas de sedes episcopais, geralmente, caracterizadas por serem localidades centrais. Atualmente, compreende-se que as cidades são resultantes da intensificação massiva da divisão socioespacial do trabalho, pela intensificação das bases regulares de trocas baseadas tanto em cooperação quanto na competição, e pelo fluxo constante de bens e indivíduos, que caracterizam o processo de urbanização. É este processo que vai resultar na progressiva e irreversível perda do protagonismo do

---

*e o resultado é catastrófico, produzindo incontornáveis estranhamentos e drásticas deformações” (BARROS, 2017, p. 158).*



campo sobre a cidade no século XVIII, quando as cidades criaram condições de mercado capazes de alterar a lógica produtiva do campo.

O espaço urbano das cidades constitui-se, conforme Corrêa (1989), da justaposição<sup>7</sup> de diferentes usos da terra – comercial, industrial, residencial, de preservação, entre outros -, que evidenciam o caráter difuso da urbanização. Para o autor, o espaço urbano é “fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas. É assim a própria sociedade em uma de suas dimensões, aquela mais aparente, materializada nas formas espaciais” (CORREA, 1989, p. 01). Os usos da terra a que Corrêa se refere são caracterizados por Singer (1976) como funções urbanas (em que inclui, por exemplo, a administração pública, a devoção religiosa e os serviços de instrução), que fornecem aos indivíduos do campo a contrapartida pela negociação de seus excedentes.

Via de regra, as cidades historicamente se organizam e se articulam em redes cuja hierarquia pode ser lida espacialmente. Tal qual organismos vivos, as cidades estão sujeitas a modificações estruturais capazes de alterar sua função e posição na articulação urbana, e podem ser mais ou menos susceptíveis à penetração de elementos de novas dinâmicas econômicas, o que é refletido em sua fisionomia e paisagem (GEIGER, 1963). A industrialização foi um dos processos que provocou esse fenômeno mundialmente. A Revolução Industrial e sua criação – a indústria fabril - deram origem à urbanização tal qual conhecida na atualidade. Até meados do século XVII, poucas era as cidades em que a concentração de mercado e/ou poder geravam processos de urbanização (MONTE-MÓR, 2006). O processo de industrialização fez surgir a cidade industrial, que se proliferou e modificou as relações de troca e poder, tendo como facilitador a revolução dos transportes operada pelo surgimento e expansão de ferrovias e de navios à vapor, que imprimiram uma nova lógica de produção do espaço.

De maneira sintética, a industrialização pode ser definida como um processo não espontâneo de transformação das bases de produção de uma sociedade, oriundo de uma vontade consciente de desenvolvimento, com modificações sensíveis na

---

<sup>7</sup> A esta justaposição David Harvey dará o nome de Palimpsesto Urbano.

configuração das esferas políticas e sociais de decisão, cuja marca principal é a transição de uma economia baseada na agropecuária (setor primário) para outra fabril (setor secundário) (BOBBIO, 1998). Segundo Dantas et al. (2013, p. 21), a indústria “é definida pelo grupo de empresas voltadas para a produção de mercadorias que são substitutas próximas entre si e, dessa forma, fornecidas a um mesmo mercado”; por sua vez, o mercado a que se refere é caracterizado como “demanda por um grupo de produtos substitutos próximos entre si”.

Em escala mundial, a industrialização tem como marco histórico a Revolução Industrial Inglesa do século XVIII, viabilizada pela invenção da máquina a vapor, que teve reflexos imediatos no resto do mundo, sobretudo nas nações de maior desenvolvimento que dali importaram um novo modelo econômico. O momento marca a substituição da produção manufatureira pela maquinofatureira, que caracteriza a transição do capitalismo comercial para o industrial. As fábricas - genericamente definidas como prédios ou instalações onde um conjunto de indivíduos e máquinas realizam a transformação de matérias-primas em mercadorias de alto valor agregado com a maior eficiência possível - foram uma inovação chave, entretanto, controversa: ao mesmo tempo deu origem a modelos inéditos de produtividade, ao passo que popularizou novas formas de exploração da mão-de-obra.

Tais definições revelam a importância de não se perder de vista questões relacionadas à escala. Fábricas podem ser instalações com pessoal e maquinário que podem variar da unidade ao milhar, bem como a indústria pode ser definida por um pequeno conjunto de estabelecimentos fabris primitivos quanto por grandes parques industriais de alta tecnologia. Em outras palavras, os conceitos revelam níveis de complexidade espaço-temporais que não podem ser ignorados. Logo, é preciso cautela na utilização dos conceitos, sobretudo na realização de comparações entre diferentes espaços e/ou diferentes recortes temporais, exercício que diversas vezes é proposto ao longo da tese.

Assim, no presente estudo, procurar-se-á estabelecer um diálogo sobre os efeitos do pensamento moderno e das incursões modernizadoras das elites nas reestruturações do território mineiro ao longo de três séculos, com rebatimentos em sua urbanização

e industrialização. Tal exercício demandará, como já prenunciado, uma recuperação sistemática da geografia histórica de Minas. A seguir, serão expostos os principais conceitos, métodos e precauções que envolvem essa linha de análise.

### **Geografia histórica: conceitos, métodos e precauções**

Seria ocioso recompor a trajetória da geografia histórica<sup>8</sup>, já descrita minuciosamente na obra de Baker (2003) e, em boa medida, traduzida e ampliada em seus trechos mais importantes para o português por Carneiro (2013; 2018). O que se propõe aqui é traçar um sintético panorama conceitual<sup>9</sup> com o objetivo de permitir ao leitor se familiarizar com a origem e operacionalização de seus termos e métodos.

Postula-se que a função principal da geografia histórica é se debruçar sobre mudanças e permanências geográficas ao longo do tempo e em um determinado recorte espacial (CARNEIRO, 2013). Pode ser considerado um campo de investigação independente, pois atua na interface e fronteiras entre a geografia e a historiografia em busca da caracterização de ambientes geográficos do passado (CARNEIRO & MATOS, 2012). Como método científico, compreende um rol de princípios que se configuram como chave epistemológica de leitura e interpretação da genealogia de processos socioespaciais passados e presentes (SOARES, 2013). É primaz também no sentido de romper com a tradição de utilização da geografia como mero palco da história, mas de situá-la como parte componente, determinante e articuladora de processos sociais (MORAES, 2012). Soares (2013) destaca que:

*A locução “geografia histórica” guarda os marcos do divórcio analítico entre o entendimento da História como ciência das relações temporais e da Geografia como ciência das relações espaciais e ainda remete ao que seria*

---

<sup>8</sup> Entre outros trabalhos que se dedicaram a revisões e periodizações da geografia histórica, destacam-se Erthal (2003), Silva (2007), Pires (2008), Barros & Ferreira (2009) e Godoy (2013).

<sup>9</sup> Chama atenção a carência de estudos e revistas especializadas sobre o tema no país. Confere-se, todavia, destaque para o periódico *Terra Brasilis*, que tem buscado aglutinar publicações sobre o tema e recuperar de forma crítica as contribuições de autores brasileiros e estrangeiros.

*um empreendimento reconciliador. Geografia e História mantiveram-se em campos disciplinares à parte ainda que essa cisão tenha adquirido traços mais sutis: não estariam elas separadas tanto pela ordem de preocupações relacionais do tempo e do espaço, mas sim, no dizer de Beaujeu-Garnier, porque [...] uma se concentrava em objetos imateriais (ou ideais) tais como pensamentos e ações humanos, enquanto a outra se concentrava em objetos materiais tais como casas, linhas ferroviárias, nuvens, plantas e morros (PHILO, 1996, p. 274). Logo, a prática efetiva da geografia histórica implicaria certo distanciamento do fator tempo, a concentração das pesquisas sobre fenômenos materiais e o afastamento das preocupações, teorias e métodos da História. (SOARES, 2013, p.39)*

Soares (2013) indica que cabe à geografia histórica revelar as singularidades e particularidades que se explicitam na territorialidade dos fenômenos, cuja interação entre os espaços construídos e aqueles não construídos (que, com ressalvas, podem ser denominados de naturais) gera sistemas geográficos de características ímpares. Isso não implica, contudo, em reduzir os fenômenos históricos às nuances da geografia, mas sim em aceitar que a gênese e distribuição espacial destes fenômenos guardam elementos decisivos para ampla compreensão da história, sobretudo em contextos de intensificação da transformação provocada pela ação humana.

Os estudos de Berdoulay (2004), sintetizados por Godoy (2013), apontam para um conjunto de influências que permearam o desenvolvimento da geografia histórica francesa e alemã ao longo dos séculos XVIII e XIX, entre as quais se destacam a reconstrução de paisagens a partir de sua descrição no passado; sua utilização para a caracterização da paisagem histórica como entidade orgânica social, política e natural, cuja evolução é dada por ordens tanto naturais quanto transcendentais; e a interpretação histórica da paisagem a partir do evolucionismo darwiniano. Na época, ganhava força a recuperação de nomes antigos de lugares e de feições naturais, bem como a descrição dos locais de grande relevância para a humanidade. A interação entre as disciplinas chegou a fomentar a criação na França da Escola da Geo-

História<sup>10</sup>. Silva (2007) relata que na Inglaterra do século XIX, pelo contrário, a geografia histórica era disciplina conduzida por historiadores, que a tomavam como recurso explicativo dos cenários que permeavam os acontecimentos históricos através da utilização de atlas e mapas.

Segundo Pires (2008), é no século XX que a geografia histórica se dissemina nos países anglo-saxões por expoentes estudiosos como Carl Sauer, Derwent Whittlesey e John Wright, que fundam nos EUA uma linha de pesquisa voltada à disciplina. No Brasil, esse campo temático ganhou vulto a partir dos trabalhos de Maurício de Abreu e Antônio Carlos Robert Moraes, que se dedicaram respectivamente aos estudos do Rio de Janeiro e de São Paulo<sup>11</sup>, cujos itinerários acadêmicos são analisados por Machado & Gomes (2013). De maneira sintética, Silva (2007) organiza a trajetória da geografia histórica a partir de seis considerações:

*1) A geografia histórica vem guardando a tradição geográfica, que é a sua íntima relação com o tempo e, portanto, com a história. E isso, como vimos, não tem nada a ver com tradicionalismo ou conservadorismo. Ao contrário, a geografia histórica, sempre firme em suas bases, vem acompanhando o debate das ciências humanas ao longo do século XX, incorporando outras disciplinas, participando de eventos de várias naturezas e estabelecendo agenda de debates e de publicação de periódicos, que atualmente abarca vários países do mundo. 2) A geografia histórica afirmou-se pela insistência*

---

<sup>10</sup> Segundo Carneiro (2018), “a história geográfica, ou, para alguns, também denominada geo-história, é um ramo da ciência histórica, fundada, principalmente, por um conjunto de historiadores franceses que procuraram incorporar a interpretação geográfica na história. Influenciada pela chamada “Escola dos Annales”, esse campo surgiu no início do século XX e provocou a ruptura com a historiografia tradicional pautada nas narrativas. A historiografia vigente na época passou a ser desconstruída pelo movimento de renovação da “Nova História”, cujos preceitos defendiam uma análise científica dos problemas, a valorização da pesquisa e o diálogo com outras disciplinas, a exemplo da geografia. Os principais expoentes da interpretação geográfica na história foram Henri Berr, Marc Bloch, Lucien Febvre e Fernand Braudel” (CARNEIRO, 2018, p.30).

<sup>11</sup> Em Minas Gerais, o Prof. Ralfo Matos também colabora com a disciplina, tendo orientado diversos alunos de mestrado e doutorado. Entende que se pode introduzir uma chave de especificidade nos trabalhos de Geografia Histórica, nos quais os territórios e regiões comunicam fatos e mudanças não óbvias, mas que uma cartografia temática primorosa pode iluminar recônditos de um passado mal elucidado e introduzir reinterpretações e releituras de períodos consagrados pela historiografia. Para tanto, a transdisciplinaridade é metodologicamente indispensável.

*de alguns geógrafos humanos, sobretudo britânicos e americanos, que se recusaram a fazer uma ruptura epistemológica da geografia com a temporalidade e, portanto, com a própria história, para se firmar enquanto disciplina autônoma. 3) As críticas encontradas à geografia histórica na bibliografia pesquisada, referem-se, sobretudo, à relação entre o campo teórico e o empírico e se inscrevem na perspectiva crítica concernente aos campos teóricos e/ou temáticos onde a pesquisa se insere especificamente, seja na economia, na cultura, na sociedade, no urbano, no agrário ou no ambiental. 4) A abordagem cultural nos Estados Unidos surgiu com a abordagem moderna da geografia histórica na Inglaterra, onde passou a ser uma das várias temáticas da disciplina na perspectiva dos estudos das transformações no tempo. 5) A cultura só pode ser apreendida em sua dinâmica, sendo necessário um enfoque que possibilite essa apreensão, qual seja, o das transformações no tempo, cujo conceito capaz de abarcar essa dimensão é o de paisagem. 6) Ao processo de criação de paisagens nos lugares, corresponde a manifestação material de um período histórico específico, cujas inserções na economia-mundo nos diferentes tempos, fornecem os subsídios para o estudo da dimensão simbólica. (SILVA, 2007, p.80-81)*

Para o estudo geográfico do passado, Abreu (2000) relaciona três regras principais. A primeira diz respeito à necessidade de adequação das variáveis para a sua interpretação sob o prisma das categorias de análise geográficas. A segunda é de que deve haver uma extensa pesquisa indireta (bibliográfica) e direta (instituições de memória) para viabilizar a contextualização do passado como se fosse o presente. A terceira é a compreensão de que a geografia não trabalha com o passado em si, mas com seus fragmentos, o que leva à premência de sempre ter cautela no trabalho com os vestígios encontrados<sup>12</sup>. Abreu (1998) chama atenção de que se deve buscar recuperar não apenas as formas materiais do passado, mas também daquilo que não

---

<sup>12</sup> A esse respeito, registra-se o entendimento de Corrêa (2016) de que “o geógrafo ao incorporar o tempo, particularmente o passado, em suas análises sobre a organização do espaço, isto é, produção, arranjo, interações e representações do espaço, deve considerar cinco vias ou perspectivas, que não são mutuamente excludentes entre si. São as seguintes, enunciadas por palavras-chave: herança, memória, projeto, inscrição e trajetória” (CORRÊA, 2016, p. 03).

deixou marcas na paisagem, mas que pode ser reavivado nos acervos das instituições de memória (documentos, fotografias, relatos, objetos, mapas, etc.). Carneiro & Matos, por sua vez, relacionam outros aspectos que devem ser levados em consideração nas investigações da geografia histórica:

*Por preceito, as indagações devem ser, indispensavelmente, questões geográficas relacionadas a eventos e lugares no passado como, por exemplo: a imposição do meio sobre o homem (condicionamentos) e quais as possibilidades e formas/técnicas adotadas pelos grupos humanos para apreenderem o seu espaço e transformá-lo conforme seus interesses; as relações de poder engendradas no exercício da formação e consolidação de territórios e seus rebatimentos no ordenamento espacial; o papel do espaço na viabilização dos interesses dos diversos grupos sociais; a configuração espacial das coisas e dos eventos históricos decisivos; os processos chaves que explicam ou qualificam a configuração geográfica estudada etc. (CARNEIRO & MATOS, 2012, p.45)*

Considerando tais ponderações, a geografia histórica fornece meios para a pesquisa crítica de documentos do passado (arquivos e mapas), de registros territoriais, topônimos e de fontes literárias diversas, e sua prática incorpora interfaces com a economia, a antropologia, a sociologia, a arqueologia, a arquitetura, a biologia e a geologia, entre outras ciências capazes de auxiliar na compreensão dos determinantes para o desenvolvimento dos usos e ocupações do solo (SILVA, 2007).

Carneiro (2013) afirma categoricamente que a investigação do passado deve ser sistemática e científica, reunir argumentos lógicos e comprovações empíricas. Baseado em Sauer (1941), relata a importância do domínio do pesquisador sobre os documentos referentes à época que analisa e das instituições que os armazenam e reproduzem. Fala também da importância de se definir o recorte espacial e temporal de análise, de se organizar e ordenar o conjunto de fatos relevantes para interpretação do passado em que se debruça e de analisar tais resultados de maneira crítica, em

busca de singularidades e excepcionalidades. Além disso, indica a importância da caracterização dos fatores de mudança e a performance dos sujeitos que atuam nas conformações do espaço. Por fim, baseado em Kucera (2008), estabelece a importância de se investigar os ritmos e velocidades das transformações do território, bem como a extensão e magnitude dos processos que perpassam tais transformações. Ao longo de um estudo, maior ênfase deve ser dada ao espaço em relação ao tempo, deve-se buscar superar a simples descrição da evolução temporal das estruturas espaciais e privilegiar a compreensão do seu funcionamento.

Soares (2013), por sua vez, relaciona sete marcos orientadores para a realização de estudos legitimamente contextualizados na geografia histórica. São eles:

- 1. os lugares possuem participação irredutível na consecução de resultantes temporais, ou seja, os relacionamentos espaciais, a distribuição territorial dos fenômenos e a forma pela qual os fenômenos se combinam, fazem uma diferença crucial na dinâmica histórica;*
- 2. é preciso voltar a atenção às diferenças, aos limites, às singularidades e aos relacionamentos espaciais, é necessário dar voz à história espacializada para retirar das geografias do passado elementos explicativos de acontecimentos históricos fundamentais;*
- 3. a apreensão das articulações entre tempo e espaço, dos elementos que, com maior ou menor intensidade, condicionam e singularizam as resultantes temporais não podem ser apreendidas se uma sensibilidade geográfica não for introduzida no estudo dos fenômenos do passado;*
- 4. fatos históricos não resultam de necessidades inelutáveis, dependem em boa parte de fatores aleatórios, culturais, psicológicos, políticos e econômicos etc., isto é, a incerteza e as trajetórias inesperadas fazem parte do mundo;*
- 5. a ambição interpretativa da Geo-história é, por excelência, a de dar conta da genealogia dos processos, isto é, do papel do território nas dinâmicas espaço-temporais;*



- 6. admitir que a materialidade territorial caracteriza-se por elevado grau de volatilidade, que o significado ontológico do território nada mais é do que o de servir de canal para a reprodução de ordens vastas é opção epistemológica renunciante da força heurística que esse mesmo território possui, em virtude da condição e da valia que lhes são próprias e da função dele nas dinâmicas sociais e nas formas de estruturação das sociedades;*
- e*
- 7. causas próximas e causas distantes, horizontalidades (estruturas internas) e verticalidades (estruturas externas), processos de ordem local e processos de ordem vasta articulam-se de forma tensional, e essa tensão relacional entre escalas processuais dá ocasião a espaços estruturais de autonomia, iniciativa, diferenciação e singularidade em face de estruturas escalares mais amplas; assim, a Geohistória, que tem no conhecimento da gênese dos processos sua preocupação primeira, obriga-se necessariamente a examinar a natureza da relação espaço/sociedade na estrutura do devir. (SOARES, 2013, p.52)*

Por fim, Carneiro (2013) pontua que a geografia histórica pode incorporar escalas regionais, nacionais e continentais, e indica que contemporaneamente os estudos têm investido na inter-relação entre fenômenos locais e globais do passado recente, que se justificam pela sua relevância intrínseca, pela presença de dados passíveis de tratamento empírico, e – não se pode negligenciar – pela predileção dos órgãos de financiamento por determinados recortes temporais do passado.

Nos capítulos seguintes, a geografia histórica de Minas Gerais será analisada sob o prisma da modernização e das reestruturações espaciais. Procurar-se-á atender aos pré-requisitos ora arrolados em busca da evidenciação da contribuição do espaço em suas diferentes categorias de análise, na conformação do território mineiro atual.

## ARTIGOS

### 1 ARTIGO I - OURO, URBANIZAÇÃO E REVOLTAS: EVIDÊNCIAS GEOGRÁFICAS DA MODERNIZAÇÃO PRECOCE IRRADIADA PELA REGIÃO CENTRAL DE MINAS GERAIS NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII

#### 1.1 INTRODUÇÃO

O Tratado de Madri, firmado em 1750 entre os reinos de Portugal e Espanha, é um marco de modernização geográfica, pois introduziu clareza e racionalidade na ocupação territorial e substituiu o antigo Tratado de Tordesilhas, estabelecido em 1494, tornado inoperante na prática. O novo tratado visava cessar as disputas territoriais nas colônias sul-americanas, bem como estabelecer suas reais extensões, uma vez que as previstas no tratado anterior foram violadas e já não tinham mais aplicabilidade. Foram adotados critérios essencialmente geográficos para a nova demarcação territorial, que foi baseada nos limites apresentados no Mapa das Cortes de 1749 (FERREIRA, 2007). A partir do princípio do direito privado romano “*uti possidetis, ita possideatis*”<sup>13</sup> foram definidas com precisão as fronteiras naturais do Brasil, boa parte das quais permanecem até a atualidade.

As principais consequências do tratado para as colônias sul-americanas são caracterizadas pela rápida expansão das estruturas administrativas portuguesas e espanholas pelo continente, e também pela adoção de políticas que visavam garantir o controle dos fluxos de comunicações terrestres e fluviais, além do repovoamento do território (KANTOR et al., 2014). O período também foi marcado por outros fatos importantes, como a ascensão em 1756 de Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, ao cargo de Secretário de Estado dos Negócios Interiores do Reino, que inaugurou a fase iluminista da monarquia portuguesa (FURTADO, 2014);

---

<sup>13</sup> Do latim, “como possuiis, continuais possuindo” (CALDEIRA, 2009).

a expulsão dos jesuítas de Portugal e confisco dos seus bens em 1759 (FAUSTO, 1995); e a transferência da capital colonial portuguesa de Salvador para o Rio de Janeiro, em 1763.

Naquele tempo, a Capitania de Minas Gerais vivia o início do esgotamento da atividade mineradora, embora não estivessem em declínio suas demais atividades econômicas. A exploração aurífera acelerou a formação de uma complexa e dinâmica rede urbana<sup>14</sup>, em que as mais diversas atividades produtivas compartilhavam o mesmo espaço<sup>15</sup> e disputavam investimentos (MORAES, 2007, ALMEIDA, 2010). Tamanha era a diversificação que não seria possível caracterizar sua economia apenas como mineradora, comercial ou agrária – ou ainda urbana ou rural – mas sim como a de uma sociedade de características diversificadas e de regiões economicamente heterogêneas (MENESES, 2007; CARRARA, 2007).

O processo de sofisticação da economia mineira verificado na segunda metade do século XVIII se fundamentou nas articulações entre os espaços urbanos e rurais (CUNHA, 2007). Nos meios urbanos formaram-se as centralidades e as especializações produtivas, que acarretaram em diferenciações regionais do território. Os núcleos populacionais em profusão nos espaços rurais relacionaram-se intensamente com os espaços urbanos, fortalecendo-os como entrepostos comerciais e de serviços de tal maneira que assim permaneceram no século XIX.

Rodarte (2004) identifica na sociedade mineira do século XVIII sistemas com características centrais da modernidade da época, mesmo em um contexto colonial e periférico, tais como sua diversificação econômica, suas estruturas urbanas, arquitetura e presença do Estado, que faziam de Minas Gerais um espaço colonial ibérico atípico. Havia ali uma poderosa confluência de pessoas de todos os tipos em busca de enriquecimento e de bons negócios, em convívio com a circulação de mercadorias, riqueza e informações, o que incluía livros e ideias associadas às

---

<sup>14</sup> Geiger (1963), Matos (2011) e Fonseca (2012) ratificam a presença de centros urbanos no território brasileiro anteriores ao século XX.

<sup>15</sup> A diversificação existente nas unidades produtivas esteve presente desde o início da exploração aurífera. Os inventários da primeira metade do século XVIII já apresentam essa tendência de unidades produtivas diversas (ALMEIDA, 2010).

revoluções iluministas em curso na Europa (LUCAS, 1998; VILLALTA, 2007a). Ali, a sociedade mineradora era forjada com base nos valores societários portugueses e a elite, *via de regra*, desejava converter sua riqueza em ganhos simbólicos baseados na crença de que ser súdito do Rei de Portugal não era uma posição desfavorável. Entretanto, as contradições presentes na sociedade mineradora faziam gestar, em território mineiro, as condições para a formação de uma consciência de nação que passaria a ser compartilhada por alguns grupos letrados da região mineradora, à medida em que os interesses da sociedade colonial se tornavam distintos dos da Metrópole, ou ainda, quando se identificava na dependência da Metrópole a origem dos principais problemas coloniais (FAUSTO, 1995).

O objetivo desse estudo é demonstrar que Minas viveu precocemente um processo de modernização no século XVIII, o que exige uma inflexão analítica sobre o conceito tendo em conta duas acepções geográficas, uma material e outra imaterial. A configuração material é evidenciada nas características da paisagem da Minas do período, à luz de suas feições urbanas, sócio econômicas e culturais. No campo imaterial, economia e cultura se entrelaçaram e demarcaram os rumos e as evidências da modernidade territorial que se desenhava, ainda que incipiente e contraditória. Ser moderno, geralmente, impunha riscos e um alto preço a pagar.

Propõe-se que o moderno na Minas setecentista se estruturou a partir dos seguintes fatores decisivos: minerais preciosos, população numerosa, urbanização e rede de cidades<sup>16</sup>, diversidade econômica e cultura urbana rebelde. Tal combinação de fatores produziu um conjunto formidável de mudanças socioespaciais decisivas no Brasil que nunca havia se materializado na Colônia até então. Aliás, a cultura urbana rebelde é um aspecto de destaque: até a segunda metade dos Oitocentos, as sedições geralmente assumiam caráter conservador em que não era questionado o sistema colonial, mas sim algumas medidas governamentais ou a atuação de algum

---

<sup>16</sup> Costa (2017) elabora um esclarecimento terminológico e conceitual sobre o uso do vocábulo “cidade” no século XVIII, que designava uma localidade dotada de sede episcopal. Nestes termos, em Minas Gerais apenas Mariana teve esse status nos Setecentos. Neste trabalho adotaremos solução idêntica à da autora, que definiu a cidade colonial mineira a partir de Rabinovič (1984), cujo entendimento é de que uma cidade seria um vultuoso centro cultural e econômico, socialmente e etnicamente diversificado, com intensas atividades de troca e modos de vida predominantemente urbanos.

representante régio. Pesquisadas por Figueiredo (2005), as revoltas e motins na colônia:

*(...) eram recursos políticos para atendimento de demandas que se desenrolavam sob a cultura política do Antigo Regime. As ideias ilustradas que invadem o Ocidente em meados do século XVIII metamorfoseiam os motins de armas de efetiva transformação política. Deixando de lado o conteúdo conservador e reativo que conheciam, o acúmulo dessas experiências rebeldes, somado às formas variadas de constituição da identidade colonial recortada regionalmente, propiciaria aos súditos a consciência da condição de colonos. (FIGUEIREDO, 2005, p. 74-75)<sup>17</sup>*

Nesse ambiente, convém observar que Minas abriu os caminhos para o Brasil Meridional-Moderno. A exploração aurífera e a miríade de negócios que se desenvolveram em seu entorno viabilizaram o protagonismo do Rio de Janeiro (SINGER, 1974), que se tornou uma das principais cidades da América, sobretudo depois de 1808. Além disso, Minas irradiou uma racionalidade meridional pela força do Caminho Velho e Caminho Novo, na articulação com o Rio de Janeiro e São Paulo. Esse é o território triangular que marcaria definitivamente o Brasil Moderno e que já no início do século XIX fazia do Brasil uma das maiores economias das Américas.

A metodologia do trabalho fundamenta-se em uma imersão bibliográfica, documental e cartográfica sobre o período, incluindo pesquisas no Acervo Público Mineiro, na Biblioteca da Casa dos Contos em Ouro Preto, e consulta à mapoteca do Exército Brasileiro. A investigação pautou-se na busca por evidências sobre as relações

---

<sup>17</sup> Figueiredo (2005) explica que “as ideias políticas do Iluminismo canalizariam essa consciência fluida das condições da exploração colonial, bloqueada em seu ímpeto transformador pelas velhas relações de subordinação súdito/soberano, rumo a propostas até ali jamais capazes de serem antevistas. A mudança do paradigma nas relações políticas determinada pelo Iluminismo iria abrir espaço para o potencial revolucionário da insatisfação colonial, a despeito da manifesta dificuldade de se operar uma transformação social, perceptível mesmo na Bahia de 1798 e em Pernambuco de 1817. Sem a tradição rebelde alimentada pelas limitações do sistema colonial, as insatisfações que renascem no final do século XVIII não teriam delineado os caminhos da tomada de consciência que permitiram transformar súditos leais e colonos infieis” (FIGUEIREDO, 2005, p. 75).

urbanas materiais e imateriais capazes de demonstrar que em Minas Gerais surgiram manifestações não tradicionais que permearam as articulações em torno da urbanização, das redes urbanas e das redes de abastecimento, o que resultou em *paisagens e vivências caracteristicamente modernas e sem paralelo no mundo colonial ibérico*.

## 1.2 MODERNIZAÇÃO NO SÉCULO DO ILUMINISMO

Compreender o contexto setecentista mineiro sob a lente da modernização requer, antes, que se trace um panorama conceitual sobre o “moderno” e suas derivações<sup>18</sup>, além de sua aplicação na interpretação de fenômenos geográficos. De acordo com Vaz (1991), o termo moderno, usado na Baixa Idade Média, é oriundo do advérbio latino “modo”, que pode ser traduzido por “há pouco” ou “recentemente”. Já a palavra modernidade só será introduzida no vocabulário ocidental em meados do século XIX. Castilho (2011) identifica nos estudos de Giddens (1984) a associação da teoria da modernização à sociedade industrial, ainda que pondere que tal processo não esteja unicamente associado às transformações nas bases técnicas e produtivas, mas também a valores sociais e culturais. Hodiernamente, a noção de que o verbo modernizar possui forte vínculo com as ideias de contestação, racionalidade, rompimento e inovação, entre outros, permite que autores como Hissa (2008) o identifiquem como processo em diversos momentos da história ocidental, tais como nos valores paradigmáticos desenvolvidos na Grécia Antiga, na racionalidade Greco-Romana apropriada pelos opositores da inquisição, nas rotas comerciais medievais que fragmentavam a economia feudal, no renascimento das cidades e da cultura urbana, e nas grandes navegações.

---

<sup>18</sup>Sobre tais derivações, destaca De Paula (2000): “As diversas palavras - moderno, modernice, modernidade, modernismo, modernização - foram apropriadas por diversos campos do conhecimento e motivações. Se a matriz é a palavra “moderno”, ela ensejou derivações - “modernismo” - que tem, sobretudo, sentido estético e religioso, como nos diz Ferrater Mora. Outra derivação - “modernização” - mais recente, a partir dos anos 1950, buscou introduzir o sentido sócio-político econômico-cultural. Finalmente, a palavra “modernidade” tem amplo curso hoje, exatamente à medida que se discute a “crise da modernidade”, seu esgotamento, suas promessas irrealizadas, e a emergência de uma “pós-modernidade”. Sobre isso, há uma extensa literatura em que se destacam os nomes de Lyotard, Baudrillard, Virillio, Vattimo, Lipovetsky. De outro lado, Habermas, Callinicos, entre outros, são mais críticos e apontam essas tendências como, na verdade, manifestações de um neoconservadorismo que seria o sinal destes tempos de globalização capitalista e conformismo” (DE PAULA, 2000, p. 20-21).

Com efeito, Gomes (1996) sintetiza o conceito de “fato moderno” em três dimensões básicas: o caráter de ruptura, a imposição do novo e a pretensão de alcançar a totalidade. Segundo ele, “o ‘novo’ torna-se sinônimo de legítimo e, em seu nome, busca-se toda gama de justificativas”. (GOMES, 1996, p. 48-49). De outra parte, Freitag (1995) e Habermas (2000) demarcam temporalmente a transição entre a época medieval e a moderna em três grandes acontecimentos: o Renascimento, a Reforma Protestante e as Grandes Navegações. Utilizam o termo para contextos históricos em que os chamados “novos tempos” – referentes às transformações societárias ocidentais ocorridas entre os séculos XVIII e XX – seriam também os “tempos modernos”. Esses tempos modernos possuem características singulares, conforme analisa Gomes (1996):

*(...) fundamental é constatar, de imediato, que a modernidade, frequentemente se apresenta como um período totalmente dominado pela racionalidade, o território da razão, das instituições do saber metódico e normativo, a despeito das diversas "contracorrentes" de contestação. Então, pode-se pensá-la em termos do diálogo constante entre tendências. Conferimos à modernidade um sentido bem menos monolítico, forjado na hegemonia única da razão. Somos levados a conceber este período como um verdadeiro campo de tensões, com conflitos periódicos em torno do tema da legitimidade da atividade intelectual e de sua organização. (GOMES, 1996, p. 26-27)*

A compreensão do processo de modernização não se efetiva sem os lugares (CASTILHO, 2011). Cabe à Geografia discutir o sentido e a dimensão espacial dos fenômenos que refletem o moderno para além da concepção física do espaço, que também envolve o campo das relações sociais e de produção. Haesbaert (1988) critica as análises espaciais feitas em estudos sobre a modernidade ao entender que tais análises são, via de regra, lineares e estreitas, limitadas à identificação de evidências de transformações atreladas unicamente às noções de progresso. Nesse

caso, o “espaço tende a ser tratado como fixo, morto e não dialético, e o tempo, como a riqueza, a vida, a dialética e o contexto revelador da teorização social crítica” (SOJA, 1993, p. 18). É categórica a reação de Haesbaert (1988), para quem “é no espaço que estão os signos da permanência e da mudança. São vividos os ritos da ordem e do caos, da disciplinarização e dos desregramentos. Seus múltiplos sentidos são vivenciados, a cada instante, nos mais diferentes lugares do planeta” (HAESBAERT, 1988, p. 50-51). A título de exemplo, convém mencionar o ressurgimento urbano ao fim da Baixa Idade Média, cujos modernos traços essencialmente geográficos são evidentes:

*Territorialmente convém sempre salientar a questão do ressurgimento das cidades e a superação do ruralismo feudal, como traços decisivos da modernidade. Marx, Max Weber, Sombart, ou Pirenne e Braudel são unânimes em apontar a centralidade do fenômeno urbano como sintoma e determinante das grandes transformações sociais, políticas, econômicas, culturais e psicológicas que vão marcar o Ocidente moderno. As cidades significam um novo padrão de sociabilidade, permitem novas relações políticas e econômicas, moldam novos costumes, sensibilidades, mentalidades. O ar da cidade liberta, dizia-se na Idade Média. Trata-se de reconhecer, como quer Argan, que a cidade é também obra de arte, e, de outro lado, é dominação, como quer Braudel, capacidade de comando, espaço de exercício do poder. E muito mais: é memória coletiva, no sentido de Halbwachs, é língua, é artefato, é desenvolvimento histórico global. (DE PAULA, 2000, p. 12)*

A nova vida urbana das cidades medievais renascidas vulgariza e pereniza a perspectiva de mudança, que se torna característica indelével do mundo ocidental. Põe-se em marcha um intenso processo dialético de destruição e construção que vai, de forma avassaladora, substituir os valores e representações característicos do mundo pré-moderno (BERMAN, 1986; HAESBAERT, 1988). Disseminam-se críticas



às instituições políticas e concepções filosóficas que protegiam o conservadorismo, o que impactaria as formas de vida até então consideradas indissociáveis à condição humana (LIMA JÚNIOR, 2010).

Entretanto, são as transformações verificadas entre o fim do século XVII e ao longo do século XVIII as que melhor representam o período moderno (GOMES, 1996). É nesse momento, conhecido como período Iluminista<sup>19</sup>, que se ramificam as raízes do pensamento científico e dos ideais políticos e ideológicos que fundaram uma nova ordem social cujos fundamentos permanecem – guardadas as devidas proporções – até a atualidade.

Havia nos setecentos uma profunda consciência da transformação da mentalidade vigente, sobretudo entre aqueles com espírito mais indagativo (NOVAIS, 1979). Acreditava-se que a Razão e o Método Científico seriam capazes de prover o conhecimento sobre a natureza e sobre os indivíduos, e lhes forneceria toda sorte de respostas. A paisagem se transformava: a arquitetura barroca pensada para a reflexão da obra de Deus dá espaço a uma outra, racional, em celebração a libertação humana (HARVEY, 2011). O Iluminismo também deu origem ao pensamento liberal, cuja noção essencial é de que a história da humanidade é também a história do progresso, e do aperfeiçoamento do indivíduo e da sociedade. A felicidade tornou-se um valor a ser perseguido e concretizou-se como objetivo máximo dos indivíduos. Por consequência, passou a ser também o desígnio máximo da sociedade, algo que, acreditava-se, só poderia ser alcançado por meio das liberdades individuais. Isso significou o início da defesa do direito de representação individual e de participação na vida política<sup>20</sup>. Assim, caberia a todos, e não apenas aos reis, a soberania de uma nação (FAUSTO, 1995). Em síntese,

---

<sup>19</sup> Também chamado de “Século das Luzes”, tal momento recebeu denominações semelhantes em diferentes países: na França, eram as Luzes (*Lumières*); na Inglaterra, o Iluminismo (*Enlightenment*); e nos reinos germânicos, o Esclarecimento (*Aufklärung*).

<sup>20</sup> Cabe salientar que embora os liberais fossem defensores do sufrágio universal, pregavam que a representação política deveria estar restrita aos homens independentes, ou seja, àqueles que possuíam propriedades e renda.

*O Iluminismo foi um fenômeno intelectual que teve lugar na Europa em meados do século XVIII. Tinha por principal baliza a referência da crítica; compreendendo o mesmo conceito de crítica como o reconhecimento das possibilidades, mas também dos limites da capacidade humana de conhecer. Mais do que isso, os iluministas compreendiam que a instrução conduziria não apenas a um acréscimo de conhecimento no sujeito, mas também a um aprimoramento do indivíduo que se instrui. Movimento crítico do Absolutismo; crítico da sociedade estamental; dos consequentes privilégios da aristocracia e do clero; crítico, enfim, das instituições de uma ordem política considerada arcaica. Propunha-se refundar a nacionalidade; e, para tanto, havia de ser criado um novo pacto civil. (BOTO, 2010, p. 282)*

No século XXI, associa-se a modernidade à liberdade individual, à cidadania, ao secularismo<sup>21</sup>, ao espírito de iniciativa e ao desejo de mudança ou progresso (CARVALHO, 2008), que induzem o indivíduo ao sentido de descontinuidade, rompimento e novidade (GARCIA, 2008), ou ainda, do fragmentário, efêmero, do fugidio e do contingente (HARVEY, 2011), contexto em que não basta ao sujeito adquirir conhecimentos, mas também sua constante recriação e ressignificação (TERNES, 2007). Há o entendimento de que é composta por contexto e conjuntura, algo a ser experimentado, pensado e vivido, e que incorpora três dimensões formadoras da existência humana: o espaço, o tempo e o ser (SOJA, 1993). Tais conceitos se aproximam da ideia de Bauman (2001) sobre a modernidade líquida, em contraposição à modernidade sólida, fundada no domínio da razão e da técnica, aplicadas pela ciência e pelos Estados-Nações.

A modernidade possui diversas implicações, as quais De Paula (2000) busca aglutinar em quatro eixos estruturantes<sup>22</sup>. O primeiro diz respeito à imposição de uma forma de organização de poder, o Estado Moderno, que prima pela autonomia e defesa dos

---

<sup>21</sup> Movimento iniciado no século XVII que demarca a separação entre a moralidade e a religiosidade, entre o Estado e a Igreja (BOTO, 2010).

<sup>22</sup> Para maior detalhamento, ver De Paula (2000, p. 16 a 17).

interesses públicos sobre os privados. O segundo eixo trata da primazia do mercado e das relações econômicas de produção, com a ressignificação do conceito de mercadoria e ampliação das possibilidades de aumento de produtividade. Já o terceiro eixo baseia-se no primado da razão instrumental, que provocou uma revolução no campo cultural. Por fim, o quarto eixo está associado à constituição da individualidade, baseada na separação entre o público e o privado e na consolidação da subjetividade para a compreensão das mentalidades e costumes.

Mais do que isso, modernidade pode ser vislumbrada e lida no espaço geográfico em fenômenos típicos da modernização, como urbanização, industrialização, burocratização e comunicações e transportes, cada vez mais intensos. Das inter-relações entre esses fenômenos decorrem as modernizações econômica e política. Estas interagem, respectivamente, com as formas de organização social e institucional, e as formas de organização cultural e imaginária, ou seja, com o fazer e com o sentir. Todas essas relações são capazes de deixar marcas materiais e imateriais na paisagem, cabendo ao pesquisador dissecá-las e sistematizá-las (GARCIA, 2008).

É no Século das Luzes que a modernidade se revela, tanto na luta entre a tradição e o novo, quanto na sofisticação dos processos socioeconômicos, que deixam de ser monocausais ou lineares (GOMES, 1996). A difusão de novas ideias por autores como Montesquieu, Voltaire, Rousseau, Adam Smith, Diderot, John Locke, Kant, Benjamin Constant, Guillaume Raynal ou D'Alembert (entre outros) ao longo dos setecentos, fez com que a Razão se sobrepusesse à lógica absolutista. Ganhavam força os projetos iluministas de modernidade, que reuniam esforços para desenvolver uma ciência objetiva como via à moralidade, à formulação de leis universais e à emancipação humana (HARVEY, 2011). Descortinam-se movimentos políticos que transformam as seculares estruturas de poder, entre os quais a Revolução Puritana (1640), a proclamação da república (1649) e a Revolução Gloriosa na Inglaterra (1688); a proclamação de independência dos Estados Unidos, em 1776; e a Revolução Francesa, em 1789. O livro "O Espírito das Leis", lançado em 1748 por Montesquieu, foi a principal obra que guiou as independências nas colônias inglesas, e teve forte influência entre os revolucionários franceses na elaboração da Declaração dos

Direitos do Homem (LIMA JÚNIOR, 2010). No Brasil, a Inconfidência Mineira, apesar do fracasso, é certamente a revolta que mais traços iluministas<sup>23</sup> traz em seu bojo.

Em Portugal, a segunda metade do século XVIII foi marcada por duas conjunturas políticas e ideológicas distintas, essenciais para a compreensão do contexto em que a Capitania de Minas Gerais se inseria. A primeira é associada ao reinado de D. José I (1750 a 1777), quando assumiu a Secretaria de Estado Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal. Ao longo de seu governo, Pombal preocupou-se em fortalecer a prática portuguesa de cooptação das elites coloniais para administração pública, conhecida como “monarquia corporativa”, que ganha corpo já no século XVII.

Segundo Mathias (2006) a sociedade portuguesa no início do século XVIII era marcada por um caráter corporativista em que as elites, em busca de honras, mercês, privilégios e usufruto do poder real, atuavam em prol dos interesses régios colocando seus serviços e propriedades à disposição dos monarcas. A importância desses homens foi essencial à formação da sociedade mineira em conformidade com os interesses portugueses. E a dependência da Coroa desta relação se revelava na medida em que eles atuavam na linha de frente da organização do espaço colonial, antes inclusive da metrópole. Hespanha (1992) exemplifica tal dependência ao constatar que o poder real não era absoluto, mas mediado por normas religiosas, jurídicas e morais. De um modo geral, a monarquia corporativa portuguesa se caracteriza em torno de quatro aspectos (HESPANHA, 2001)<sup>24</sup>:

*1) o poder real partilhava o espaço político com poderes de maior ou menor hierarquia; 2) o direito legislativo da coroa era limitado e enquadrado pela doutrina jurídica (ius commune) e pelos usos e práticas jurídicos locais; 3) os deveres políticos cediam perante os deveres morais (graça, piedade,*

---

<sup>23</sup> Segundo Hirsh (2008), “nos inquéritos dos Autos [da Devassa] encontram-se provas concretas da circulação dessas ideias nos meios intelectuais da população. O exame das bibliotecas confiscadas revela que, apesar da ação da censura, elas estavam repletas de livros proibidos dos filósofos franceses do Iluminismo, como D’Alembert, Brissot, Buffon, Condorcet, Condillac, Diderot, Helvetius, La Mettrie, Mably, Marmontel, Montesquieu, Raynal, Rousseau” (HIRSH, 2008, p. 02, grifo nosso).

<sup>24</sup> Para maiores aprofundamentos, ver Hespanha (1994) e Hespanha (2012).

*misericórdia, gratidão) ou afetivos, decorrentes de laços de amizade, institucionalizados em redes de amigos e de clientes; 4) os oficiais régios gozavam de uma proteção muito alargada dos seus direitos e atribuições, podendo fazê-los valer mesmo em confronto com o rei e tendendo, por isso, a minar e expropriar o poder real. (HESPANHA, 2001, p.,165, numeração nossa)*

Pombal inova ao procurar formar um corpo mais técnico, uma nobreza mais preparada. Contribuiu para isso a reforma da universidade de Coimbra, que revela impulso modernizador ao transformar e reformar a mentalidade dos funcionários públicos portugueses e proporcionar-lhes formação técnica<sup>25</sup>. Essas mudanças provocaram também o fim do Estatuto de Limpeza de Sangue<sup>26</sup>, que cerceava os cristãos velhos impedindo-lhes o acesso a cargos públicos, eclesiásticos e a títulos nobiliárquicos, e permitiram que indivíduos pudessem recorrer a estratégias de enobrecimento, entre as quais, servir ao Rei nos cargos públicos. Servir ao Rei era pré-requisito, por exemplo, para conseguir o honorífico Hábito da Ordem de Cristo. Ou seja, mesmo que se fizessem presentes entre membros da elite alguns ideais iluministas, a estratégia de oferecer-lhes poder e status era capaz de acalmar os ímpetus por conspirações e movimentos sediciosos.

A morte de D. José I e a ascensão de D. Maria I<sup>27</sup>, fase conturbada que ficou conhecida em Portugal como “*Viradeira*” (LUCAS, 1998; LOPES & MOTA, 2016), impacta a gestão colonial na medida em que a monarca recusa os ideais iluministas de Pombal e procura desfazer algumas de suas iniciativas, o que incluía a retomada da influência da Igreja e da Alta Nobreza nos assuntos de Estado. Entre outras medidas, eleva ao Secretariado de Estado Martinho de Melo e Castro, com a missão

---

<sup>25</sup> Além disso no caso das Minas muitos homens da elite vão enviar seus filhos a Coimbra como forma de investimento social, como Cláudio Manoel da Costa e João Fernandes de Oliveira. As principais medidas tomadas por Pombal serão revisitadas no item “**O moderno nas clivagens entre Portugal e Minas Gerais**”.

<sup>26</sup> Para maior aprofundamento, ver Rodrigues (2012).

<sup>27</sup> D. Maria I reinou de 1777 a 1816.

de recuperar o controle da burguesia portuguesa sobre as colônias e afastar as elites coloniais dos privilégios que possuíam (FURTADO, 1994).

Evidentemente, a nova política causou insatisfações no Brasil, relatadas em correspondência do estudante brasileiro em Coimbra José Joaquim Maia e Barbalho (sob o pseudônimo de Vendeck) a Thomas Jefferson, ministro americano e pivô da independência dos Estados Unidos que se encontrava na França em 04 de maio de 1787. Em sua missiva, relatava:

*Há um ódio implacável entre brasileiros e portugueses. Para reconciliá-los, adotou um dos ministros passados a política de nomear brasileiros para os empregos públicos. Mas os ministros que se lhe seguiram voltaram à política anterior, nomeando para aqueles empregos somente pessoas nascidas em Portugal. Ainda há alguns naturais do Brasil (dos antigamente nomeados) exercendo cargos públicos. (MAIA, 1787 apud LIMA JÚNIOR, 2010, p. 42)*

É neste momento que começam a ser lançados os pilares do pensamento liberal e iluminista no Brasil. A perda de poder e privilégios, a alta carga tributária, o endividamento da elite colonial e a ameaça de Derrama<sup>28</sup> serviram de incentivo a conspirações e insurreições. Em Minas Gerais, a Inconfidência<sup>29</sup> Mineira de 1789, a exemplo da Revolução Americana (KARNAL, 2003), para além da independência e da liberdade, buscava antes restaurar uma situação anterior, de não interferência metropolitana, já experimentada no período pombalino. A esse movimento seguiram-se a Conjuração Carioca (1794), a Conjuração Baiana (1798) e a Revolução de

---

<sup>28</sup> “Forma de cobrança dos impostos que iriam completar o pagamento do quinto que recaía sobre toda a população” (ROMEIRO & BOTELHO, 2013, p. 134).

<sup>29</sup> A respeito do termo “Inconfidência”, Villalta (2007) esclarece que, *segundo o Vocabulario portuguez e latino (1712), de Raphael Bluteau, significava “falta de fidelidade ao seu príncipe” (vol. 2, p. 95), do que se conclui que todas as ditas Inconfidências envolviam, em algum sentido, uma contestação à monarquia portuguesa, uma traição ao soberano (VILLALTA, 2007b, p. 551).*

Pernambuco (1817) que, guardadas suas particularidades, traziam consigo um ideário que somente vingaria na Independência (BARRETTO & PAIM, 1989).

### 1.2.1 Além de ouro, algo reluz em Minas

Os ideais iluministas circularam pela capitania de Minas Gerais (FOCAS, 2002). Faziam-se presentes, de forma fragmentada, na consciência dos indivíduos letrados, sobretudo daqueles que estudaram em Coimbra após as reformas pombalinas no ensino em 1772<sup>30</sup> (BARRETTO & PAIM, 1989; BOSCHI, 1991). Pombo (2015) relata que tais reformas foram influenciadas pelo movimento iluminista, cujos impactos fizeram daquela universidade a expressão máxima do espírito modernizador português com rebatimentos, inclusive, na formação das elites brasileiras até a metade do século XIX. Segundo Boschi (1991), ao longo do século XVIII passaram por Coimbra 1.752 brasileiros, dentre os quais 19,8% eram mineiros, 25,4% cariocas e fluminenses, e 32,6% baianos. Por orientação de Pombal, após 1772 foi reforçado o caráter formador de quadros graduados para a administração pública tanto no Reino quanto nas colônias. Segundo Boschi, no interior da universidade,

*(...) eram tênues, praticamente imperceptíveis, as diferenças a separar os estudantes reinóis dos coloniais, de vez que, no fundo, o que se pretendia era a preparação e o treinamento de uma única elite luso-brasileira, modernizadora e ilustrada, em favor de política previamente estipulada pelo Estado, cujo fim último era tirar Portugal do lugar secundário em que se encontrava no cenário das nações europeias. (BOSCHI, 1991, p. 11)*

---

<sup>30</sup> Segundo Boschi (1991), “(...) enquanto os estudantes anteriores a 1772, em suas incontáveis horas de lazer, se entregavam muito mais a discussões literárias e exercícios poéticos, os que são posteriores à reforma, já agora também sob outro regime disciplinar, dedicavam-se a estudos mais utilitários e imediatistas (...). Se aqueles viviam intelectualmente abafados pela cultura jesuítica que lhes era inculcada, estes se supunham mais aptos aos debates e se abriam a uma ampla discussão sobre as novas ideias que ganhavam corpo na Europa” (BOSCHI, 1991, p. 10).

O autor pondera também que, inevitavelmente, parte dessa *intelligentsia* colonial, mesmo com os destacados cargos públicos que a eles eram oferecidos, não foi cooptada e desenvolveu consciência crítica sobre a posição do Brasil e de Portugal no mundo ocidental em modernização. Uma fração desses homens de Coimbra participou de movimentos sediciosos, como a Inconfidência Mineira, com contribuições principalmente na articulação dos ideários, ficando a cargo das ações mais consistentes e ardorosas a população nativa (vide os papéis exercidos pelo coimbrese Cláudio Manoel da Costa *versus* os de nativos como o Cônego Vieira ou o Tiradentes).

Outras evidências da ilustração em Minas encontravam-se nas bibliotecas particulares, em obras literárias clandestinas censuradas pela Coroa. Villalta (2007) traça um panorama sobre o acervo das bibliotecas presentes em inventários de Diamantina, Vila Rica e Mariana. Identifica que a sua quase totalidade pertencia a homens brancos e livres cujo perfil profissional exigia o manuseio de livros, tais como eclesiásticos, profissionais do direito, da saúde, militares e estudantes. Aos livros dedicados à profissão, mesclavam-se outros relacionados às ciências, artes, filosofia e belas-lettras. Segundo o autor,

*As bibliotecas segredavam também algo muito importante: se a posse de livros concentrava-se nas mãos das elites econômicas e/ou intelectuais, comportando diferenciação conforme o grupo sócio-profissional, os acervos apresentavam outra clivagem, que separava, no interior dessa elite proprietária de livros, um segmento, uma "elite dentro da elite". Esse grupo, extremamente restrito, não resumia seus interesses às obras profissionais, ou mesmo religiosas, parecendo cultivar expectativas de, em seu recreio literário, refletir sobre o homem, a natureza, a divindade e o Estado, o que se expressava na posse de livros Ilustrados e/ou proibidos. Os clérigos que participaram da Inconfidência Mineira estavam incluídos nessa categoria.* (VILLALTA, 2007, p.310)



Para além das elites letradas, existia na região das minas Setecentistas uma efervescente sociedade com características urbanas, ávida de enriquecimento, repleta de tensões e conflitos, em que a modernidade se ensejava sob a vigia atenta dos signos da realeza, como procurar-se-á demonstrar.

### **1.3 ELEMENTOS MATERIAIS DA MODERNIDADE PRECOCE NA PAISAGEM DA MINAS DO OURO**

Nesse tópico, procura-se identificar na paisagem mineira central do período 1750-1822 elementos que estabeleçam convergências com a ideia de modernidade. Para tanto, três linhas de investigações irão balizar a discussão: as paisagens urbanas da região; as paisagens sociais e culturais do cotidiano dos habitantes; e a paisagem econômica dada pelas materialidades resultantes da produção, trocas e circulação. A perspectiva adotada é a cunhada por Villalta (1998), ao postular que

*Parte-se do pressuposto de que a paisagem é, ao mesmo tempo, produto e vetor das relações sociais, econômicas, políticas e culturais que foram contemporâneas à sua formação e apropriação: se, por um lado, expressam tais relações, por outro, intervêm na sua dinâmica. As paisagens, enfim, como afirma Patrícia Rupertone, não refletem simplesmente as linhas de nossa existência, constituindo um modo ativo pelo qual nos expressamos a nós mesmos como povo e como indivíduos. (VILLALTA, 1998, p. 02)*

O entendimento da fisionomia cultural de uma região em uma época pode ser sintetizado em sua paisagem cultural, o que inclui elementos palpáveis - materializados no mundo em constante (re)construção -, mas também pelos elementos impalpáveis, que incluem sons, aromas, imagens, vestuário e mentalidades (RODARTE, 2004). Tais elementos são fundamentais para se compreender o

contexto geográfico histórico em que se inseria a Capitania de Minas Gerais na segunda metade do século XVIII.

A compreensão das paisagens urbanas na Minas Setecentistas, por sua vez, requer que se situe conceitualmente do que se tratava o urbanismo naquele contexto<sup>31</sup>. Para tanto, sugere Fonseca (2012),

*(...) basta que se defina o urbanismo como um “conjunto de medidas técnicas, jurídicas e econômicas que permitem uma intervenção ou um desenvolvimento autônomo das cidades”. Desta forma, podemos considerar como “urbanísticos” diversos aspectos relacionados à materialidade das povoações mineiras: a delimitação e a gestão dos rossios e dos chãos foreiros, o direito de utilização das nascentes, o sistema de adução d’água, a abertura, a regularização, a pavimentação e a conservação das ruas e praças, o financiamento e a construção de pontes e chafarizes. (FONSECA, 2012, p. 14)*

No século XVIII, em um contexto de povoamento colonial escasso, Minas foi a capitania mais populosa e urbanizada do Brasil com claros traços de modernidade (RODRIGUES, 1986; LEMOS et al., 2006). Estes traços não estavam presentes em toda a Capitania, ao contrário, tratava-se de uma condição bastante especial concentrada nas áreas de extração de minerais preciosos, locais de singular atenção da Coroa Portuguesa, para onde fluíam aventureiros e negociantes de toda estirpe (AZEVEDO, 1992). Segundo Carrara (2007), sempre foi característica na capitania a organização heterogênea de suas regiões, com padrões de propriedade, agricultura e pecuária distintos.

---

<sup>31</sup> São inegáveis os contrastes entre as paisagens urbanas do século XVIII e as do século XXI, sobretudo ao se considerar os efeitos das revoluções industriais, técnicas, científicas e computacionais que transformaram ao longo de mais de 200 anos a organização do espaço e a velocidade dos fluxos em escala planetária.

Neste período, as cidades coloniais portuguesas revelavam-se, por sua importância religiosa, política e/ou militar, como centros de irradiação de influências - no sentido pretérito romano - de lugar de independência e liberdade (MORAES, 2007). O ouro foi basilar para a articulação geográfica de tais centros e no traçado dos caminhos que gradativamente vertebravam uma rede urbana na região central de Minas, marca de seu desenvolvimento territorial. Assim,

*É à mineração aurífera que se devem atribuir certas características centrais de Minas Gerais: (a) a disseminação das ocorrências auríferas determinou a rapidez e a amplitude da larga ocupação do território; (b) as quantidades produzidas e os preços do metal precioso vão determinar intenso fluxo imigratório para a região, que vai torná-la, em pouco tempo, a mais populosa capitania da colônia, quadro que se manterá no período imperial; (c) a lucratividade e o dinamismo da atividade vão determinar que seja em Minas Gerais a concentração do maior contingente de escravos da América Portuguesa; (d) o fato de ser ele próprio, o ouro, dinheiro em sua forma mais universal, terá decisivo impacto sob o grau de dinamismo e mercantilização da economia mineira; (e) é também a riqueza decorrente da produção aurífera que induzirá o Estado português a, efetivamente, implantar a máquina estatal na colônia, a qual será, durante muito tempo, apenas fisco, polícia e justiça. São essas dimensões que vão determinar o desenvolvimento, em Minas Gerais, de uma estrutura urbana, de uma certa vida política e cultural em nada triviais no contexto colonial. (DE PAULA, 2007, p. 279)*

Dois traços – independência e liberdade – estiveram presentes desde a formação dos povoados mineiros, cujo rápido crescimento e urbanização<sup>32</sup>, associados à

---

<sup>32</sup> Moraes (2007) pontua que o processo de urbanização “está associado à transferência de pes do meio rural para o meio urbano, o que implica a ideia de concentração de muitas pessoas em um espaço restrito, a cidade, cujo percentual de aumento populacional seria superior em relação à população rural. Em termos econômicos, tal processo pressupõe a substituição das atividades primárias (agropecuária) por atividades secundárias

centralização das relações sociais, culturais, religiosas e burocráticas fazia com que fossem encarados com desconfiança pela Coroa (REIS & VALADARES, 2012). Tais autores indicam que as características da urbanização mineira propiciaram o surgimento de cidades com economia e sociedade diversificadas e complementares aos povoados, ainda que a subordinação ao pacto colonial impedisse sua completa autonomização. Tratava-se de um contexto em que ouro, população numerosa e diversificada, e a proliferação de povoados junto às lavras (vários deles, inclusive, se transformando e constituindo nódulos de uma rede de pequenas cidades), estavam em simbiose permanente e iriam alimentar conflitos de toda a ordem, inclusive manifestações de inconformidade com os abusos da Coroa.

Houve um grande esforço por parte das autoridades coloniais em evidenciar a presença do Estado na paisagem das mais importantes povoações mineiras através de signos e de intervenções urbanísticas<sup>33</sup> que fossem capazes de promover um ambiente favorável à manutenção do pacto colonial (SILVA, 2009). Tais intervenções incluíam a edificação de imponentes prédios oficiais, a abertura de ruas, o controle das encostas, além da construção de pelourinhos<sup>34</sup>, pontes e chafarizes<sup>35</sup> em pedra, com rigorosa política de conservação e manutenção. São exemplos que, junto à arquitetura que se impunha na época, eram reflexo do iluminismo português e caracterizavam a busca pela modernização (LEMOS et al., 2006). No estudo de Fonseca (2012) evidenciam-se os esforços da Coroa Portuguesa em ordenar os mais

---

*(indústrias) e terciárias (comércio e serviços), cujo desenvolvimento estaria relacionado tanto a demandas e consumos tipicamente urbanos quanto às economias de aglomeração” (MORAES, 2007, p. 59).*

<sup>33</sup> Fonseca (2012) ressalta a diferença entre os métodos de urbanização português e espanhol. O método português era mais pragmático, baseado em recomendações gerais aos responsáveis pela implantação de cidades ou intervenções urbanísticas – tais como as relacionadas na Carta Régia de 1746, supracitada, que dava liberdade de decisão aos gestores locais. O método espanhol preconizava, por sua vez, a adoção de leis rígidas e específicas para a fundação das cidades, que via de regra eram definidas por traçados pré-concebidos. A autora ressalta que não havia uma “*política explícita de colonização e de urbanização conduzida pela metrópole*” no Brasil (FONSECA, 2012, p.04).

<sup>34</sup> Segundo Fonseca (2012), “*De fato, os pelourinhos mais trabalhados eram coroados por uma esfera armilar, geralmente em ferro. Este símbolo do reinado de D. Manuel representava o mundo descoberto e evangelizado pelos portugueses e, segundo Diogo de Vasconcelos, também significava “o recinto de jurisdição, o mundus civitatis”.* Ao atentar para o sentido desta expressão latina, damos razão ao historiador mineiro: *mundus significa o espaço “ordenado”, em oposição a um “espaço caótico” (que pode ser associado ao sertão, segundo a visão etnocêntrica dos colonizadores); civitatis designa a cidade, não do ponto de vista da sua materialidade (urbs), mas significando o conjunto dos seus habitantes, regidos por leis e por uma entidade administrativa”* (FONSECA, 2012, p.05).

<sup>35</sup> Silva (2009) aponta que “*em termos de volume, é possível que essa vila tivesse a maior rede de chafarizes públicos da América portuguesa no período*” (SILVA, 2009, p. 112).

relevantes espaços urbanos da Minas setecentista. A respeito da cidade de Mariana, por exemplo, a autora cita a Ordem Régia de 2 de maio de 1746, em que

*D. João V mais uma vez ordenava a feitura de “planta e arruamentos das ruas que de novo se devem fazer em sítio livre das inundações do rio”. Mandara também que se efetuasse a demarcação de uma “praça espaçosa”, de ruas “direitas e com bastante largura” e de sítios para os “edifícios públicos” – uma atenção especial sendo dada à escolha do terreno das “casas” que abrigariam as “audiências da câmara” e a cadeia. Os oficiais deveriam em seguida aforar as “braças de terra” que os moradores pedissem para suas casas, as quais haveriam de “fazer face das ruas, cordeadas as paredes em linhas retas, e havendo comodidade para quintais das casas, devem estes ficar pela parte detrás delas, e não pela parte das ruas em que as casas tiverem suas entradas”. (FONSECA, 2012, p. 17)*

De fato, existia uma coerência orgânica na organização das cidades coloniais portuguesas que as tornavam singulares e com traços genuínos de espontaneidade – ainda que essa espontaneidade tenha sido decorrente, principalmente, de iniciativa de particulares -, mesmo com a ausência de um traçado prévio ou de diretrizes urbanas rígidas (FONSECA, 2012). Segundo Monte-Mór (2011),

*Na cidade mineradora, a relação espaço público/privado é potencialmente redefinida, o sentido cooperativo, denso e quase informal da ocupação do espaço sugere novas formas de autogoverno e de organização da propriedade, com forte cunho comunitário na multiplicidade de centralidades (política, religiosa, comercial). O sistema viário definido pelas próprias edificações coladas ao caminho se abre em sua expansão*

*periférica em direção ao campo, à região, à amplidão das novas descobertas e articulações regionais.* (MONTE-MOR, 2001, p. 08)

Tais formas de organização coletiva caracterizaram também o que Villalta (1998) denominou de “*civilidade das aparências*” (p.19). Nos espaços públicos eram reiteradas as posições e os privilégios individuais, tanto nas fachadas ornamentadas dos sobrados, quanto nas festas, eventos religiosos, carruagens, liteiras, vestimentas e vocabulário. Nos interiores das casas, via de regra, a situação se invertia: predominava a simplicidade e o aspecto de pobreza.

Este contexto dinâmico, complexo, inédito e distante da metrópole propiciou que a Igreja Católica – mediante seus desdobramentos laicos nas Ordens Terceiras<sup>36</sup> – se tornasse a principal responsável pela organização urbana das cidades mineradoras (BOSCHI, 1986; MONTE-MÓR, 2001). Em Mariana e Ouro Preto tais ordens se distinguiam por canalizar manifestações em um cenário onde a livre formação de entidades políticas era vedada (GOMES, 2009). Além disso, empreendiam a construção de igrejas em pontos estratégicos capazes de marcar, estratificar e polarizar socialmente o espaço urbano (VILLALTA, 1998). Lemos et al. (2006) afirmam que elas

*(...) foram responsáveis, em grande parte, pelas funções urbanas vinculadas tanto à produção quanto às representações espaciais. O ethos da cultura barroca passou a elucidar as experiências estruturadas nos espaços de representação e as próprias representações do espaço. Tais virtualidades criaram prospecções que marcaram a paisagem cultural do núcleo original e nela prevaleceram.* (LEMOS et al., 2006, p. 03)

---

<sup>36</sup> A presença das Ordens Primeiras havia sido proibida na Capitania no início do século XVIII. Segundo o Dicionário Histórico das Minas Gerais, “*as ordens terceiras eram associações religiosas voltadas ao culto e à devoção católica, além de oferecer assistência social aos seus irmãos professos (...) Suas atribuições eram religiosas e laicas, não havendo clara distinção entre as duas esferas*” (ROMEIRO & BOTELHO, 2013, p. 296).

As vilas e cidades mineiras dos Setecentos – talvez por apresentarem relevante fluxo de pessoas e mercadorias – eram constituídas por espaços em diferentes fases de organização e urbanização. A expansão do comércio nas vilas teve inegável contribuição na consolidação urbana e na distribuição de riquezas. A abundância e diversidade dos produtos (além do altíssimo preço) fizeram com que a vilas mineiras em seu auge fossem comparadas às europeias por autores e viajantes.

*A efervescência urbana que caracterizou as minas no século XVIII, a distribuição da riqueza como jamais vista na colônia (e na metrópole), o grande afluxo demográfico, a demanda por produtos importados e as tentativas repetidas de produção local (sistematicamente reprimidas pela Coroa), a intensa atividade comercial e de serviços constituíram de fato uma economia urbano-regional articulada que teve impacto definitivo no Brasil. (MONTE-MOR, 2001, p. 11)*

Certamente atividades complementares ao garimpo geraram mais fortunas que a prospecção de ouro. Almeida (2010), ao trabalhar os dados sobre a ocupação dos homens ricos de Minas Gerais em 1756<sup>37</sup>, demonstra que, além de serem em sua maioria portugueses, a mineração não era a única via para o enriquecimento, já que 49,9% dos abastados a tinham como ocupação principal. Isso significa que metade dos ricos nas Minas de 1756 enriqueceram tendo ocupação principal diferente da mineração, como os negócios (17,8%) e a agropecuária (14,6%), entre outras.

Com efeito, já em 1728 Vila Rica contabilizava 114 lojas e 322 vendas, além de boticas para venda de remédios (ZEMELLA, 1990; SILVA, 2009). À concentração de lojas na cidade atribui-se tanto a proibição de comércio próximo às lavras e a mais de uma légua das vilas, bem como à efervescência urbana em vigor. Carrara (2007) pontua

---

<sup>37</sup> Segundo Almeida (2010), “tais dados foram organizados a partir da “Lista dos homens mais abastados da capitania feita pelo provedor da Fazenda Domingos Pinheiro”, que arrola 1.071 sujeitos e encontra-se, completa, no anexo do livro” (AHU/MG – cx. 70 doc. 41 apud ALMEIDA, 2010, p.221).

que entre 1750 e 1850 há um processo de reestruturação econômica em que a produção mercantil de subsistência assume a posição de atividade nuclear na Capitania, e que tal produção, ao contrário da importação de mercadorias, deixou de estar vinculada à extração aurífera a partir da segunda metade do século XVIII.

No caso do Arraial do Tijuco, atual cidade de Diamantina, o crescimento urbano foi fortemente regulado pela Coroa Portuguesa, mesmo considerando que ali o auge da exploração de diamantes tenha provocado acelerada expansão. Embora tenha recebido investimentos das mais variadas origens e tenha a espontaneidade organizacional característica das cidades mineradoras, o arraial conservou em si controle e regularização da urbanização pela Coroa Portuguesa, que buscava estabelecer traçados os mais racionais, regulares e funcionais possíveis. A Igreja Católica, também através das Ordens Terceiras, atuava de modo a garantir a primazia da organização social e religiosa do lugar. A exemplo de Villa Rica, ressalta-se o caráter híbrido da vida cidadina no arraial, e chama atenção para o curioso papel dos quintais dos sobrados, que se apresentavam como pequenas unidades produtoras de alimentos capazes de gerar excedentes que eram comercializados, ainda que a maior parte dos alimentos do arraial fosse proveniente do Serro Frio (SANTOS, 2015).

Assim, urbano e rural se mesclavam no espaço citadino minerador. Fonseca (2011) ressalta que “os limites do urbano eram fluidos e moventes” (p, 566), e intercalavam entre si sobrados, prédios oficiais, hortas, pomares, animais utilizados para alimentação humana em ruas calçadas, e a ausência de muros delimitadores das vilas, tão comuns na Europa. É possível que isso tenha contribuído sobremaneira para a construção de uma urbanidade que permaneceu mesmo após o esgotamento das lavras.

### **1.3.1 As paisagens socioculturais das trocas e circulação**

Carrara (2007) diferencia as paisagens econômicas e demográficas nas Minas setecentistas entre as de minas e as de currais<sup>38</sup>, com características diversas,

---

<sup>38</sup> Andrade (2010) afirma que a agropecuária se desenvolveu em Minas desde o princípio da colonização, sobretudo pela constante presença nos caminhos mineiros de ranchos, vendas, paragens, roçarias, cujo ápice verificou-se junto à crise da exploração aurífera.



heterogêneas e com vários níveis de complexidade. Os mais diferentes lugares buscavam desenvolver-se de acordo com seus potenciais voltando-se a um perfil abastecedor, e obedeciam em boa medida a uma articulação em rede polarizada pelos centros em que havia exploração mineral e pela capital da colônia, e que se estendia por outras capitanias. De Paula (2007) ilustra tal articulação ao afirmar que:

*A economia mineratória em Minas Gerais desdobrou-se, diversificou-se, seu dinamismo e sua influência estenderam-se tanto no sentido da efetiva ocupação e diversificação econômica da Capitania, quanto a ligaram, ao Norte, através do São Francisco; ao Sul, pelo Caminho Velho; a Oeste, pela Picada para Goiás, e a, Leste, pelo Caminho Novo. A economia mineratória em Minas Gerais induziu à expansão da pecuária de corte e de transportes nos Campos de Curitiba, de Viamão em todo o Rio Grande de São Pedro. Ligou o Sul ao centro, por terra, propiciou o surgimento de cidades, de atividades, do próspero comércio de Sorocaba, das rotas e das tropas. As minas estimularam a ampliação da agricultura de alimentos. Mais tarde, com a criação do Caminho Novo, as Minas irão favorecer o desenvolvimento do Rio de Janeiro, o porto, o comércio, transformando a cidade no mais importante entreposto comercial da Colônia, criando as condições para que viesse a substituir Salvador como capital do Vice-Reino, em 1763. O Rio de Janeiro, com as Minas Gerais, foi a porta larga por onde chegaram as muitas importações e por onde saía o ouro. Ao Norte, as Minas incentivaram a expansão da pecuária, da indústria do sal e do couro, do tabaco e da aguardente, fizeram do São Francisco o caminho natural e, depois, por força de proibição, único, de uma ligação que prefigura a embrionária articulação da economia da América Portuguesa: a ligação do Nordeste com o Sul pelo interior, o fluxo de gentes, de mercadorias. (DE PAULA, 2007, p. 289-290)*

A paisagem da mineração era composta por um mosaico em que se mesclavam a exploração do ouro e o cultivo de gêneros de primeira necessidade. Era possível identificar um tipo de propriedade especial em Minas, diferente dos latifúndios monocultores litorâneos, que visavam atender às cada vez mais complexas demandas urbanas (MAXWELL, 1989). Assim, era comum que a Fazenda de Minas fosse uma unidade produtiva mista e autossustentável, e tivesse pauta produtiva diversificada, mesclando engenhos de açúcar e farinha, mineração, artesanato, pecuária e/ou agricultura, cuja vocação econômica ganhava complexidade com a urbanização e a concentração populacional (COSTA, 2007). Houve localidades que, aproveitando-se de inegável oportunidade comercial, se especializaram na produção de gêneros diversos, tais como cereais, hortaliças, açúcar, doces e queijos, cachaça, artigos de couro, algodão, fibras de linho, louças, ferramentas e telhas, destinados às cidades mineradoras e a outras capitâneas, principalmente, a do Rio de Janeiro (MONTE-MÓR, 2001; ANDRADE, 2010).

A Capitania de Minas Gerais possuía uma economia própria que convergia à autossuficiência, sobretudo porque suas fazendas eram capazes de se integrar regionalmente sem prejuízos ao comércio interno, o que inclusive garantiu sua sobrevivência após a crise da mineração aurífera (REIS e VALADARES, 2012). O paulatino aumento da complexidade da produção do espaço minerador, que demandava quantidade cada vez maior e mais diversa de artigos<sup>39</sup>, tinha impactos diretos nos custos de importação (MAXWELL, 1989). A mineração que se desenvolvia nos setecentos exigia, além de emprego de pólvora e de instrumentos de ferro e aço - itens de alto preço cuja produção era proibida na colônia<sup>40</sup> -, a busca por formas de exploração mais racionais, científicas<sup>41</sup> e a menores custos, o que forçou os colonos

---

<sup>39</sup> Lemos (2006) relata que os viajantes que passavam pela região central das minas experimentaram intenso intercâmbio de manufaturas. Segundo ele, “além da existência de um mercado voltado para o abastecimento de bens duráveis e não-duráveis, o comércio exibiu estoques de produtos importados europeus, especialmente ingleses” (LEMO, 2006, p. 05).

<sup>40</sup> O que foi reforçado pelo alvará de 5 de janeiro de 1785, que visava a proibição de manufaturas na colônia.

<sup>41</sup> A respeito das práticas científicas aplicadas à mineração e à medicina nas Minas setecentistas, ver Filgueiras (1998) e Filgueiras (2007). O autor relata que “a atividade mineradora exigia que se dominassem várias disciplinas, entre as quais a mineralogia, a geologia, a metalurgia, a engenharia de minas e a química analítica. A necessidade desses conhecimentos aumentava à medida que se passava da exploração do ouro de aluvião ao das grujas e minas, cuja extração e separação era crescentemente difícil. Ademais, a grande densidade populacional da Capitania trazia muitos problemas de saúde pública, com a ocorrência de doenças tropicais para as quais frequentemente o conhecimento trazido pelos poucos médicos formados em Coimbra revelavam-se

a substituir, sempre que possível, itens importados por locais. Chama atenção em ambos os cenários – dos currais e das minas – que seu conjunto de características era a antítese do que era desejado pela Coroa Portuguesa a uma capitania colonial.

Com efeito, a exploração do ouro favoreceu o desenvolvimento das atividades voltadas ao abastecimento alimentar e promoveu a articulação<sup>42</sup> de regiões distantes e geograficamente distintas, além de ter contribuído para o avanço populacional para o oeste brasileiro (CARRARA, 2007). Foram os ranchos, pousos e casas de venda que determinavam o surgimento de povoações, e assim, a escolha do local de instalação de capelas e igrejas. Gradativamente, os problemas de circulação de mercadorias entre as povoações foram solucionados por meio da sistematização do fornecimento de víveres e a formação de linhas regulares de tropas, fenômeno com forte dimensão geográfica que mobilizou todo o território colonial em direção a Minas Gerais. Tal polarização ganha sentido a partir da compreensão de que na segunda metade do século XVIII verificava-se em Minas Gerais uma sociedade urbana<sup>43</sup> diversificada e articulada, com sofisticada estrutura burocrática e institucional, efervescência artística e cultural, rápida estruturação e possibilidade de mobilidade social, mesmo que num contexto de controle colonial (DE PAULA, 2000). A análise da correspondência oficial que circulou na Capitania e entre ela e a Metrópole, realizada por Fonseca (2012), reforça a complexidade das relações desenvolvidas na rede urbana mineira.

Sobre certos aspectos da população das Minas, Reis e Valadares (2012) traçam um retrato que envolve a estrutura social, caracterizando-a como “um complicado mosaico de grupos e raças, de imigrantes brancos e de uma segunda e terceira gerações de americanos natos, de escravos recém-chegados e daqueles aqui

---

*inúteis. Era então preciso conhecer a natureza da Colônia, seus recursos botânicos e animais, e como usá-los na alimentação e na obtenção de medicamentos eficazes contra enfermidades inexistentes na Europa ou cuja cura não podia depender das comunicações e transportes deficientes entre o Brasil e a Metrópole” (FILGUEIRAS, 2007, p. 162).*

<sup>42</sup> De Paula (2007) chama atenção de que tal articulação “*não ultrapassou os limites de uma precária geografia de transportes, que a efetiva articulação econômica jamais ocorreu do ponto de vista da eclosão de dinâmica nova, produção de autonomia, criação de novos estímulos e encadeamentos, que transmutassem a qualidade das relações econômicas na Colônia*” (DE PAULA, 2007, p. 290).

<sup>43</sup> Fonseca (2012) aponta que “*o caráter predominantemente “urbano” do povoamento das Minas setecentistas foi sempre considerado pela historiografia como uma das principais particularidades que distinguem esta capitania das outras regiões da América portuguesa*” (FONSECA, 2012, p. 03).

nascidos em cativo” (p. 123). Tal configuração produziu intensa miscigenação, fez com que pardos ocupassem cargos públicos, e gerou mobilidade social que causava estranhamento aos portugueses recém-chegados. Em Minas escravos eram capazes de acumular riqueza, compor irmandades e erigir igrejas; ao passo que aos mestiços havia a possibilidade de ascensão social por meio de suas habilidades artísticas e artesanais, através das quais exerciam ofícios como carpinteiros, pedreiros, ferreiros, alfaiates, mercadores, músicos, escultores ou pintores, entre outras tantas possibilidades, o que conferia caráter cada vez mais urbano<sup>44</sup> à rede de localidades que se formava (CARVALHO, 2005; AZEVEDO, 2006). A este grupo, juntavam-se funcionários, padres e brancos não senhores, que faziam surgir nas áreas urbanas mineiras uma classe média<sup>45</sup>, com exigências próprias e certa predisposição à difusão de novas ideias (BARRETTO E PAIM, 1989). Para Focas (2002),

*(...) a estabilidade desse quadro colonial apresentava, em Minas Gerais, profundas fissuras, pois lá despontou uma sociedade peculiar, composta por letrados e artistas que sedimentaram uma "cultura urbana" própria que, aliada às forças econômicas locais impeliu essa mesma sociedade a encontrar suas próprias soluções no campo artístico, cultural e econômico, rompendo, assim, os laços de dependência com a metrópole, propondo portanto uma reorganização da sociedade política. A manipulação da carga tributária, a proibição de indústrias têxteis e de fundições de ferro constituíam os preceitos básicos de uma política colonialista que, promovendo uma estagnação local, impediam o desenvolvimento e a*

---

<sup>44</sup> A título de curiosidade, relata Villalta (1998) que “a vida urbana nas Minas obedecia, assim, a máxima da valorização das “aparências”. Isto valia tanto para os comportamentos relativos à religião, como para aqueles referentes à moral sexual. No campo da moral sexual, o custo e a burocracia do processo matrimonial, a busca incansável de riquezas, a existência de padrões morais diversos nascidos da heterogeneidade étnica, o racismo, o escravismo, o patriarcalismo, o perfil demográfico da sociedade mineira e a vigência do princípio de igualdade (os cônjuges deviam ser iguais na cor, no status, nas posses, na honra) na escolha do cônjuge afastavam os mineiros do casamento e, inversamente, facilitavam as uniões esporádicas, instáveis e ilícitas” (VILLALTA, 1998, p. 19).

<sup>45</sup> O surgimento de uma classe média no Brasil colonial não é exclusividade de Minas Gerais. Barretto e Paim (1989) relatam que a mesma era composta “em Pernambuco, por comerciantes, padres, brancos portugueses e brasileiros; na Bahia, por artesãos, oficiais, soldados, padres, brancos e mulatos” (BARRETTO & PAIM, 1989, p. 36).

*autonomia econômica. A rígida administração de Pombal, dirigida principalmente ao mercantilismo, manteve o controle dos grupos econômicos no Brasil, cuja atividade concentrava-se no comércio e exportação de ouro, açúcar e fumo. (FOCAS, 2002, p. 186)*

Demograficamente, o enorme fluxo migratório dirigido à região das Minas propiciou formas de ocupação territorial bastante diversas daquelas comuns no Brasil, e a intensidade dos fluxos estabelecidos proporcionou a primeira articulação macrorregional brasileira. O alto poder aquisitivo dos mineiros provocou mudança no perfil das importações nacionais, tanto em qualidade quanto em quantidade, e contribuiu para o crescimento das cidades portuárias. Além disso, pela primeira vez na história do Brasil verificou-se intenso comércio interno de artigos de subsistência, o que causou alterações significativas na geografia da circulação da colônia, na medida em que forçou a abertura de vias de interiorização territorial e a criação de um sistema de transporte baseado em tropas de muares (SINGER, 1974; ZEMELLA, 1990). O consumo generalizado de bens provocou expansão das áreas de cultivo, a multiplicação dos rebanhos e o desenvolvimento de manufaturas. É também neste contexto que são estabelecidas as mais importantes vias do período colonial, que viabilizaram o desenvolvimento de uma enorme rede de povoações (FONSECA, 2012). Segundo a mesma autora,

*A superfície que serviu de pano de fundo para a primeira “constelação” de arraiais mineiros era um imenso sertão, que foi se transformando em território à medida que alguns destes pontos se diferenciavam dos demais, tornando-se centros irradiadores do poder civil e religioso. Desta maneira, tal “constelação”, constituída inicialmente de unidades homogêneas, tomou, pouco a pouco, a forma de uma “armadura urbana” (armature urbaine), ou seja, de uma rede urbana composta por “nódulos” hierarquizados: cidades, vilas (e vilas cabeça de comarca), povoações-*

*sede de julgados e freguesias, além de uma miríade de arraiais que continham apenas uma capela filial.* (FONSECA, 2011, p. 557)

Ressalte-se que a rede de povoações mineradoras<sup>46</sup> estabelecida ao longo do século XVIII tinha capacidade de atração e concentração demográfica e de fixação de riquezas superior às povoações agrícolas (paisagem de currais), mesmo em um contexto de declínio da mineração aurífera (FONSECA, 2012). A urbanidade desenvolvida nesses espaços garantiu sua permanência ao longo do século XIX, e o sentido libertário esteve sempre presente e disseminou-se para outras capitâneas. Daí emergiram princípios incorporados pela administração real e, como desdobramento mais importante, fundamentou-se o processo de construção da nação verificada no século XIX (MONTE-MÓR, 2001).

Vale ressaltar que o declínio da atividade mineradora não significou o fim da economia mineira, que continuou crescendo após 1750, e incorporou o desenvolvimento de novos setores produtivos associados à agropecuária e ao comércio visando atender a demandas de outras capitâneas. O desenvolvimento de tais setores propiciou o estabelecimento de novas articulações de propriedade, poder, riquezas e dominação que penetraram e se consolidaram no século XIX e diversificou a economia mineira de modo definitivo (REIS e VALADARES, 2012). Para Rodarte (2004),

*(...) considerar Minas Gerais, de sua gênese na cata do ouro, no final do século XVII, ao quadro da Província, no século XIX, passando pelo auge minerador no século XVIII, é considerar uma realidade plural, diversificada em vários sentidos, na estrutura produtiva, que tendeu a se diversificar desde o século XVIII e que jamais foi apenas mineração; na existência de um conjunto de sistemas – um sistema cultural, um sistema estatal, um sistema social, um sistema urbano – dotado de complexidade e dinamismo sem paralelo na colônia, na América Portuguesa.* (RODARTE, 2004, p. 05)

---

<sup>46</sup> Fonseca (2011) aponta que as características de tais cidades guardavam forte semelhanças com as cidades portuguesas e francesas do mesmo período.

Ou seja, é possível pensar as Minas setecentistas de um ponto de vista dinâmico e com traços modernos, incorporados não apenas em suas paisagens, mas também em seus fluxos, trocas e busca por autonomia. O desenvolvimento econômico e a mobilidade social que ali se assistia apontavam para um cenário que só seria conhecido no Brasil muitas décadas depois.

Nos setecentos, as vilas e cidades mineiras organizavam-se espacialmente em torno de caminhos. A abundância de minerais preciosos fomentou o crescimento da população e a atração de toda sorte de migrantes, que faziam florescer uma complexa vida urbana sem comparação no mundo colonial. Foi também tal circunstância que propiciou a ocupação de áreas rurais férteis, que se articularam com os núcleos de povoamento, fornecendo-lhes víveres, matéria-prima e produtos artesanais. A rede urbana que se formava dependia dos caminhos de acesso aos portos do Rio de Janeiro e de Salvador, de onde vinham os produtos importados de produção proibida na colônia. Do caminho para São Paulo, chegavam tropas do sul do país com boiadas e outros produtos avidamente consumidos na região central mineira.

Como um centro pulsante, a região central de Minas delineou em torno de si uma rede de trocas centralizada por Sabará (como mostra a Figura 2.1.1), e estruturou caminhos que permanecem relevantes até a atualidade: viabilizou a expansão para o oeste pelos caminhos de Goiás; favoreceu o crescimento da nova capital colonial por meio de quase um século de demandas intensas e constantes; propiciou a manutenção do caminho para a Bahia; e, finalmente, estabeleceu rotas de conexão com a Capitania de São Paulo que foram essenciais para o seu abastecimento e para a ocupação do sul de Minas. Não se expandiu para leste, dada a proibição de ocupação das matas da bacia do rio Doce e a presença de nativos bravios.

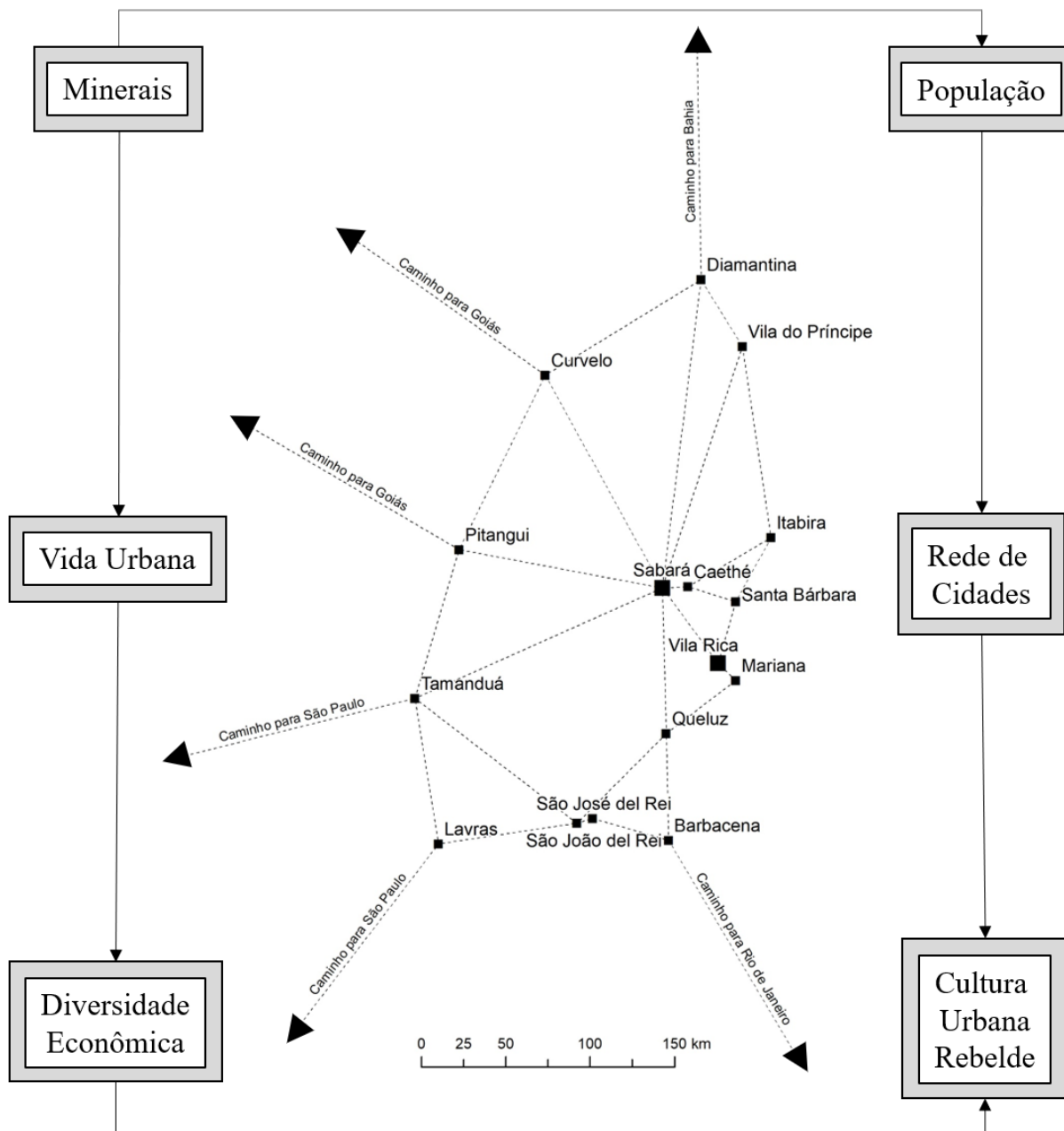
A Figura 1-1 mostra a articulação dos núcleos urbanos no centro minerador e as linhas de conexão viária do século XVIII. Nela constam as distâncias e os nomes correntes dos principais núcleos de povoamento (excluem-se as dezenas de povoados existentes entre eles). As articulações exibidas são derivadas dos caminhos registrados por Matos e Costa (2016), que por sua vez fundamentaram-se nos mapeamentos realizados em 1821 e 1826 por Wilhelm Ludwig von Eschwege (Barão

de Eschwege), por Heinrich Halfeld e Friedrich Wagner (1855), e por Henrique Gerber (1867).

A grande presença populacional em um ambiente rico de recursos naturais (água, madeira, solos, além do ouro e pedras preciosas) fez surgir intensas trocas comerciais, de serviços e de ideias que participaram da diversificação e dinamização da economia mineira, notadamente na Região Central da Minas Gerais.



**Figura 1-1 - Região Central de Minas Gerais no século XVIII – Fatores de Modernização**



Fonte: Elaborado pelo autor.

## 1.4 A DIMENSÃO IMATERIAL E A CULTURA URBANA REBELDE

### 1.4.1 O moderno nas clivagens entre Portugal e Minas Gerais (1750 – 1792)

A compreensão da situação de tensão e revoltas na região central de Minas requer o exame de duas conjunturas já mencionadas que marcaram a política metropolitana em relação ao Brasil. A primeira, diz respeito a Era Pombalina. A segunda, refere-se a gestão de Martinho de Melo e Castro que lhe sucedeu. O período pombalino durou 27 anos, até 1777 e fortaleceu a ascensão de setores dominantes aos postos da administração mediante um acordo de mútua tolerância. Com Pombal esse grupo alçou posições estratégicas dentro do aparelho de Estado, sobretudo no tocante à capitania de Minas. Ocupou cargos na Real Fazenda, nas Intendências do Ouro e dos Diamantes e na Junta de Comércio de Lisboa (FURTADO, 1994, p. 11).

Nesse contexto, deflagrou-se em Portugal uma luta entre o conservadorismo intelectual e o absolutismo monárquico, *vis-à-vis* o novo ideário do Iluminismo. Portugal, debilitado economicamente, o grande descobridor transoceânico, tornara-se um simples intermediário entre suas colônias e as potências do norte. Transformara-se no bastião do atraso (BARRETTO & PAIM, 1989, BOSCHI, 1991; BOTO; 2010).

Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, tornou-se Secretário de Negócios Estrangeiros e da Guerra em 1750, cargo central dentro do governo português, que respondia pelas diretrizes gerais da política metropolitana e colonial (FURTADO, 1994), e em 1756 tornou-se secretário de Estado do Reino, o que lhe conferia responsabilidade pelo governo (CARRARA, 2016). Seu trabalho representou um esforço de introduzir mais eficácia a administração portuguesa, modificando o relacionamento Metrópole-Colônia. A reforma pombalina<sup>47</sup> combinava o absolutismo ilustrado com uma aplicação das doutrinas mercantilistas, algo que Nuno Monteiro

---

<sup>47</sup> Segundo Carrara (2016), *“a história desse conceito – época pombalina – parece dever-se ao próprio ministro. Trata-se sem dúvida de uma construção histórica poderosa, pela qual no final, venceu o ministro: apesar de D. José I ser alcunhado “o Reformador”, as reformas passaram à história e foram assumidas pelos historiadores como “pombalinas”. E de fato não se pode negar a validade concreta do termo “reforma” para referir-se ao conjunto de mudanças operadas durante o período em que Pombal esteve à frente do ministério de D. José I, nos mais diferentes âmbitos - educação, direito, política econômica, fiscalidade”* (CARRARA, 2016, p. 86).

denominou de “despotismo planejado” (MONTEIRO, 2007 *apud* CARRARA, 2016). Segundo Wheling (1986),

*O Estado português desde Pombal, como de resto outras monarquias absolutas 'esclarecidas' - esbarrava numa contradição fundamental, a modernização intelectual implicava num certo grau de liberalização do regime, pela necessidade de livre discussão das ideias nas universidades, nas academias e pela imprensa. A própria natureza do pensamento ilustrado - são bons exemplos a mencionada extrapolação das conclusões newtonianas para outros campos do saber e a preocupação com a generalização dos conhecimentos através da educação - envolvia alguma forma de questionamento da estrutura social e da organização política que coincidia apenas parcialmente com os interesses modernizadores do regime e de seus aliados na sociedade. Críticas à Igreja como instituição supranacional agradavam ao absolutismo regalista; estender a crítica à religião solapava a teoria e a prática do regime. Desenvolver as ciências naturais e a engenharia era bem recebido pelo Estado; mas citar Rousseau era estimular o livre-pensamento aplicado às relações entre governantes e governados. (WEHLING, 1986, p. 18)*

De fato, Pombal entendia que seus atos de poder seriam balizados pela razão humana, capaz de tudo organizar, inclusive o Estado e a sociedade. Daí a crença de que qualquer obstáculo ao "poder da razão ilustrada" seria desagregador e sem legitimidade. Os “interesses nacionais”, racionalmente entendidos, deveriam balizar as ações políticas, econômicas e sociais em sua totalidade. Aproveitou-se de medidas que iam sendo gestadas em gestões anteriores e as incluiu em suas medidas governamentais a fim de não gerar rupturas, como explica Carrara (2016):

*Na mais recente publicação dedicada à “Época Pombalina”, Francisco Falcon destaca um dos problemas contidos nesta expressão: “fazer crer na realidade histórica de um período dominado totalmente pelo pensamento e ação de um único homem, Sebastião José de Carvalho e Melo”, o marquês de Pombal, que ofuscou o pensamento e a ação do próprio monarca português. Além disto, a noção de uma Época Pombalina realçaria um momento de ruptura em relação tanto ao reinado de d. João V, quanto de d. Maria I, quando na realidade há continuidades significativas anteriores a 1750 e posteriores a 1777. E ainda há a advertência de Joaquim Romero Magalhães, segundo quem “a chamada política pombalina não nasce pronta e acabada”, nem “pode ser tomada como homogênea, nem sequer coerente ao longo dos anos”, em razão das “incongruências próprias da personagem principal e há os outros protagonistas a considerar”.* (CARRARA, 2016, p. 86)

Ainda assim, reputa-se que aboliu a escravidão nas Índias Portuguesas, reestruturou o exército e a marinha, revolucionou a estrutura de ensino portuguesa ao implantar um sistema estatal de ensino, reorganizou a Universidade de Coimbra ao formatar velhos e novos cursos segundo preceitos iluministas em voga, agiu contra a noção de pureza do sangue e a distinção entre cristãos velhos e novos, contratou professores estrangeiros e acolheu a ciência moderna. Uma das mais importantes reformas foi na economia e finanças, com a criação de associações corporativas que regulavam a atividade comercial e fiscal. Foi abolida a escravidão dos negros em Portugal e dos índios no Brasil, a nobreza se abriu às outras classes, o grupo mercantil foi dinamizado, reduziu-se a influência da Igreja sobre a sociedade e controlou-se a expressão artística e literária sob o ponto de vista dos interesses do Estado. A nova legislação favoreceu os casamentos mestiços e vedou sua discriminação. Outras leis foram aplicadas a fim de preservar a liberdade dos índios. Evidência disso encontra-se no indianismo humanista que esteve presente em Basílio da Gama, Cláudio Manoel da Costa e Santa Rita Durão (LUCAS, 1998; BOTO, 2010; RODRIGUES, 2012).

Pombal estabeleceu uma nova política colonial (impregnada de espírito racional), que visava criar uma administração mais rígida e profissional. Buscou o reforço do “exclusivo colonial”, com a criação das Companhias de Comércio e a atenção às drogas do sertão. Expulsou os jesuítas de Portugal e do Brasil - o que teve impacto negativo profundo na educação brasileira<sup>48</sup> na medida em que tais educandários não foram imediatamente substituídos -, e readquiriu o controle das riquezas coloniais, procurando modernizar a máquina administrativa, mediante cooptação das elites locais para os cargos públicos. Assim, o Iluminismo em Portugal significou reforçar o mercantilismo e os laços coloniais (BOSCHI, 1991; FURTADO, 1994), mesmo que, na prática, tenha fracassado na regulação da arrecadação pública (CARRARA, 2016).

O despotismo esclarecido de Pombal via no Estado a expressão política da nacionalidade. Pombal aceitava o liberalismo de Locke, e atuou de modo que se fizesse a reforma a partir da qual iria germinar o ideário liberal em Portugal e no Brasil (BARRETTO & PAIM, 1989). Sua política atingiu privilégios da Igreja, com a derrocada do fanatismo religioso, que ele entendia ser representado principalmente pela Companhia de Jesus (LUCAS, 1998).

A política pombalina não se propunha a perseguir a elite colonial. Pelo contrário, manteve membros dessa elite nos órgãos administrativos e fiscais do governo, na magistratura e nas instituições militares (FAUSTO, 1995), e procurou formar um corpo de funcionários letrados e bacharéis, marca da racionalidade de sua política. Ao estimular as atividades empresariais e os empreendimentos industriais, até no Brasil Colônia, Pombal flexibilizava, no campo da produção, sua política mercantilista (MAXWELL, 1996). Com essa medida, a Coroa permitia que pequenas unidades fabris funcionassem em Minas Gerais, o que era visto pelos mineiros como uma chance de produzir parte dos produtos que consumiam, algo que já acontecia na agricultura.

---

<sup>48</sup> Segundo Azevedo (1964), citado por Boschi (1990), “*para o Brasil a expulsão dos inicianos, em 1759, trouxe consigo a completa destruição do seu sistema educacional, porquanto, à exceção de uma escola de arte e de edificações militares na Bahia, de outra de artilharia no Rio de Janeiro e dos dois seminários instalados em 1739 nesta última cidade, estava nas mãos da Companhia de Jesus todo o sistema de ensino da colônia, mais precisamente 25 residências, 36 missões e os mencionados 17 colégios e seminários, além de seminários menores e escolas isoladas de ‘ler e escrever’*” (Azevedo, 1964, p. 539 apud BOSCHI, 1990, p 1-2).

Pombal de fato marcou profundamente as relações internacionais de Portugal. Encarou a situação de dependência de Portugal à Inglaterra, e insurgiu-se contra o poder espanhol e contra a Companhia de Jesus. Instituiu a reforma pedagógica de caráter secular, difundindo o espírito laico. O Iluminismo Pombalino, no entanto, era pouco revolucionário, divergia da orientação francesa, com características mais próximas ao italiano, o que se revelava em seus traços fundamentalmente progressistas, reformistas, nacionalistas e humanitários. Isto explica a intensa busca pela aniquilação dos privilégios do clero e da nobreza, e pela proteção da burguesia (LUCAS, 1998). Sintetiza Boto (2010):

*Pombal foi moderno, até onde era possível a Portugal daquele tempo ser. Foi a consciência-possível (Goldman, 1972) de uma geração de estrangeirados. Foi iluminista; mas foi, acima de tudo, homem de ação. Pelo discurso, mas especialmente pelos atos, ele, de fato – pode-se dizer –, enterrou os mortos e cuidou dos vivos. (BOTO, 2010, p. 297)*

A reforma pombalina e seu projeto modernizador refletiram-se fortemente em Minas. A nova mentalidade científica chegou à elite mineira, embora do ponto de vista político, contassem com poucos recursos que as permitissem compreender a plenitude do que acontecia em Portugal e Europa. É assim que as ideias liberais eram absorvidas precariamente na Colônia. Pombal teve apoio dos poetas mineiros e a crise da Inconfidência Mineira iria revelar esse processo de absorção cultural incompleta (MAXWELL, 1985; RODRIGUES, 1986).

Não obstante, o sistema pombalino gerou tensões<sup>49</sup>, exatamente quando se iniciava o declínio da produção mineral e a exacerbação da crise econômica. Desde 1750

---

<sup>49</sup> Sabe-se que as ações de Pombal não eram populares nos setores tradicionais da sociedade portuguesa, entretanto, frente a qualquer forma de resistência às suas reformas, o Marquês agia com firmeza com o objetivo de erradicar quaisquer forças políticas que contrariassem seus interesses.

percebia-se o esgotamento das lavras, e a Junta da Real Fazenda<sup>50</sup> não completava mais as 100 arrobas anuais de imposto. A participação dos grupos locais nessa Junta só fazia aumentar a divergência com os interesses metropolitanos. A crescente pressão metropolitana pelo fortalecimento dos laços coloniais levou à derrubada de Pombal e a chegada ao poder de Martinho de Mello Castro (FURTADO, 1994).

Simultaneamente, a absorção do Iluminismo no Brasil reforçava a defesa da ideia de independência, tal como ocorrera nos Estados Unidos. Mas, entre metrópole e colônia, havia outras clivagens: alguns iluministas portugueses, e outros, brasileiros, atentaram-se mais em traçar uma série de reformas que preservassem o Pacto Colonial e trouxessem a possibilidade de articular os interesses metropolitanos e coloniais (FURTADO, 1994).

Fato é que a partir de 1777, essa situação se alterou drasticamente com a queda de Pombal, passando a ser entendida pela Coroa como um impedimento às atividades mineradoras:

*(...) até nas terras minerais ficará cessado de todo [o trabalho de descobrir novas minas], como já tem consideravelmente diminuído a extração de ouro e diamantes; tudo procedido da falta de braços que, devendo empregar-se nestes úteis e vantajosos trabalhos [de mineração], ao contrário, os deixam e abandonam ocupando-se em outros totalmente diferentes como o são os das fábricas e manufaturas ...". (AUTOS DA DEVASSA DA INCONFIDÊNCIA MINEIRA, 1976 apud AZEVEDO, 2006, p. 166, grifos do próprio autor)*

---

<sup>50</sup> De acordo com informações do sítio eletrônico da Receita Federal do Brasil, eram atribuições da Junta da Real Fazenda: a licitação dos contratos para a arrecadação dos impostos, o julgamento de processos e recursos fiscais, a realização das despesas, a escrituração da receita e despesa, a tomada de contas dos responsáveis por bens e dinheiros públicos e a administração do patrimônio da coroa.

Enfim, o Brasil padecia de um período de depressão econômica causado pela crise do açúcar e, a partir de 1760, pela queda da produção de ouro (FAUSTO, 1995). É nesse contexto que Portugal vive a morte de Dom José I e a coroação de D. Maria I, e as consequências aqui examinadas. Martinho de Mello e Castro deu nova orientação às políticas do Reino, procurando corrigir “distorções” do período pombalino e favorecer a burguesia portuguesa na tentativa de recuperar o controle sobre a Colônia, além de afastar<sup>51</sup> os privilégios das elites locais enraizadas no poder. A consciência da crise da mineração se intensificava na colônia, o que fazia decrescer a arrecadação e provocava inquietações na Corte (FURTADO, 1994).

#### **1.4.2 Evidências de modernização nas revoltas na capitania de Minas Gerais: o turbulento final dos Setecentos**

As revoltas fazem parte da gênese das Minas (FIGUEIREDO, 2005; ANASTASIA, 2006; FIGUEIREDO; 2016). Ao longo dos setecentos, a Capitania de Minas Gerais assistiu a diversos momentos de agitação social e política, com demandas que variavam das mais simples e locais àquelas relacionadas à presença metropolitana e a pensamentos anticoloniais (STUMPF, 2012). Tais reivindicações e ideais possuíam origens diversas, e envolviam tanto os setores menos favorecidos quanto a elite local (FURTADO, 2007). Diversas localidades assistiram a atos de inconfidência, tais como Pitangui, São Romão, Curvelo, Mariana, Sabará, Minas Novas e, com maior relevância e alcance geográfico, Vila Rica. Segundo Carvalho (2005), tais atos “são concretizações do espírito rebelde e evidência do clima de instabilidade que predominava na capitania” (CARVALHO, 2005, p. 58). Em Minas Gerais, possivelmente em razão de suas particularidades, assistiu-se ao aparecimento de uma sociedade mais crítica e reivindicadora em relação as das demais capitanias.

---

<sup>51</sup> Furtado (1994) relata que “a política que Mello e Castro tentou implantar é que se constituía uma exceção. Pela primeira vez, a orientação metropolitana era no sentido de instalação de uma política mercantilista clássica e bastante rígida. Os governos de Rodrigo José de Meneses, Luís da Cunha Meneses e, principalmente o do Conde de Barbacena foram instalados sob a batuta desta política de endurecimento dos laços coloniais. Impossibilitados de prescindir da elite local, eles procuraram afastar do poder famílias, que há muito desfrutavam privilégios e vantagens advindos dos cargos que ocupavam e colocar outras em seus lugares, o que desencadeou inúmeros conflitos. O resultado direto desta política foi a Inconfidência Mineira” (FURTADO, 1994, p.12).



É nesse espaço que uma cultura urbana rebelde se desenvolvia, enquanto prosperava o iluminismo na França. Eram constantes as reivindicações e motins contra a ordem real, muitas vezes relacionados a temas corriqueiros, como a discordância em relação à criação ou aumento de impostos, o estabelecimento de contratos sobre produtos de primeira ordem, ou mesmo revoltas escravas. Uma breve análise do perfil das principais insurreições setecentistas, apresentadas no Quadro 1-1 permite caracterizar as revoltas já documentadas como urbanas, rurais, escravas ou relacionadas diretamente com a mineração<sup>52</sup>. Verificou-se, no período, que 44% dessas revoltas possuíam perfil urbano, ou seja, eram articuladas nas vilas e cidades, envolviam parte da elite local, e internalizavam contestações só possíveis dada uma vivência urbana mediada por gente letrada e aspectos modernos. O número amplia ao se considerar que parte das revoltas escravas ocorreram nas áreas urbanas, com influência direta dos ideais e práticas de liberdade ali difundidos.

**Quadro 1-1– Insurreições nas Minas setecentistas<sup>53</sup>**

Ano	Insurreição	Perfil
1704	Motim contra autoridades reais que repartiam terras minerais em Vila do Ribeirão do Carmo	Rural
1707	Guerra dos Emboabas	Rural
1711	Revolta Escrava (tentativa)	Escrava
1712	Conspiração escrava (tentativa de rebelião) na Vila do Ribeirão do Carmo	Escrava
1713	Motim contra ouvidor em Ribeirão do Carmo	Mineração
1715	Revolta contra a cobrança do quinto em Sabará, Morro Vermelho e V.N. da Rainha	Mineração
1717	Motins no sertão do rio das Velhas	Rural
1717	Revolta de Pitangui	Urbana
1718	Motim em São João del-Rei	Rural
1718	Motim de Catas Altas	Rural
1718	Motim da barra do rio das Velhas	Urbana

<sup>52</sup> Para cada insurreição foi determinado um perfil a partir de suas características predominantes, baseadas em seu local de ocorrência, reivindicações e sujeitos envolvidos. Partiu-se da listagem elaborada pelo Professor Titular da Universidade Federal Fluminense Luciano Figueiredo e sua equipe, no portal “Impressões Rebeldes – documentos e palavras que forjaram a História dos protestos no Brasil”, e outras revoltas foram adicionadas posteriormente.

<sup>53</sup> É fundamental compreender a lógica que pautou tais insurreições e as estratégias para contê-las. Stumpf (2012), ao tratar das identidades mineiras em um contexto de crise, traça o seguinte panorama: “*Se a Coroa tentou preservar o status quo, sem preocupar-se com as queixas que vinham das Minas, errou ao não perceber que em determinados momentos as mudanças são necessárias para preservar a ordem política. Se as elites da Capitania procuraram por longos anos expor as medidas que acreditavam que deveriam ser aplicadas para reerguer a região, quando perceberam que o diálogo não resultaria uma reduzida parcela destas apostou que a revolução era a única alternativa promissora. A partir de então diferentes projetos para as Minas emergiram e seguramente o fato de precisarem ser amadurecidos antes de serem publicitados contribuiu para que seus idealizadores fossem reprimidos sem dificuldade*” (STUMPF. 2012, p. 277).

Ano	Insurreição	Perfil
1719	Conspiração escrava (tentativa de rebelião) na comarca do rio das Mortes	Escrava
1719	Revolta de Pitangui (Revolta da Pinga/ Rebelião da Cachaça)	Mineração
1720	Revolta em Vila Rica (Felipe dos Santos)	Urbana
1721	Motim contra o contrato de corte de carnes - Vila Real (Sabará)	Urbana
1721	Motim contra o contrato de aguardente - São João del-Rei	Urbana
1722	Levante de Macaúbas	Rural
1722	Revolta na vila de Papagaio	Rural
1725	Conspiração escrava (tentativa de rebelião) - Vila Rica	Escrava
1725	Expulsão do Cônego João Vaz da Vila do Ribeirão do Carmo	Urbana
1726	Levante em Pitangui	Urbana
1730	Revolta escrava em Catas Altas	Escrava
1732	Levante dos Mascarados do Rio Vermelho (Caeté)	Rural
1736	Furores Sertanejos - Sertões do rio São Francisco	Rural
1744	Motim contra a apreensão de alimentos - Vila Rica	Urbana
1746	Rebelião no Quilombo de Sapucaí	Rural
1752	Motim de oficiais mecânicos contra o ouvidor-geral da comarca de Ouro Preto	Urbana
1756	Conspiração escrava	Escrava
1761	Inconfidência do Curvelo	Urbana
1769	Inconfidência de Mariana	Urbana
1775	Inconfidência de Sabará	Urbana
1776	Inconfidência do Curvelo	Urbana
1782	Motim em Minas Novas	Urbana
1789	Inconfidência Mineira	Urbana

**Fonte: Adaptado de Anastasia (1998) e Figueiredo (2016).**

Com efeito, já se verificava, em certos discursos das elites, as ideias e aspirações em torno de uma consciência regional que condensavam não apenas seus próprios interesses, mas também representações coletivas (DIAS, 1985). A Inconfidência Mineira (1789), assim como a Conjuração Baiana (1798), somada à pressão inglesa sobre os portos brasileiros e a hostilidade geral contra comerciantes portugueses nos principais centros brasileiros foram momentos de eclosão de uma nova mentalidade tocada por um processo modernizador, na medida que transcenderam a consciência da situação colonial e projetaram mudança, o que fez destes movimentos legítimos precursores da emancipação política nacional (NOVAIS, 1981, WEHLING, 1986). Via-se ali a difusão de ideias incompatíveis com o regime absolutista e com profunda influência da nova ordem política instaurada na Europa e na América do Norte (FOCAS, 2002).

A Inconfidência Mineira – apesar de suas controvérsias teóricas (RODRIGUES, 1996) – trazia consigo algumas ideias fundamentais, como o nativismo, o antidespotismo, o

direito dos povos à rebelião, o direito à propriedade, o respeito ao bem comum e ao poder limitador das leis, a necessidade de um governo baseado no consentimento, além da crítica à carga tributária e ao pacto colonial (VILLALTA, 2007b). Trazia também traços de republicanismo, e tinha como o tema central a liberdade<sup>54</sup>, fosse ela individual, política ou civil.

De fato, havia ali uma especial consciência sobre as liberdades individuais e forte aspiração pelo progresso: era previsto pelos inconfidentes a instalação de uma universidade em Vila Rica, o estabelecimento de um projeto industrializante, com favorecimento dos setores têxteis e metalúrgicos, instituição de um sistema de correios, de novas regras de regulação econômica e diminuição da carga tributária (CARVALHO, 2008; FURTADO, 2013). Tais elementos<sup>55</sup> permitem verificar no movimento um exemplo de Americanismo, em oposição ao Iberismo, e a república liberal como o caminho natural dos inconfidentes (BARRETTO E PAIM, 1989). Curiosamente, o movimento não era abolicionista – ainda que defendesse a libertação dos cativos nascidos no Brasil -, sob o argumento do risco de desestabilização da produção na Capitania (MAXWELL, 1989).

Por outro lado, Villalta (2017), a partir da leitura da obra de Maxwell (1985), elabora a seguinte síntese:

*Para Maxwell, a Inconfidência teria sido um movimento nacionalista, regional, republicano e plutocrático-oligárquico. Tratava-se de um nacionalismo regional (e, portanto, não propriamente brasileiro), de tez mais econômica do que política, cuja essência seria a defesa dos interesses e do desenvolvimento econômico local, por um lado, reagindo*

---

<sup>54</sup> Segundo Carvalho (2005), “*não por acaso, todas as três legendas propostas pelos inconfidentes para a bandeira de sua república incluíam a palavra liberdade: libertas aequo spiritus, aut libertas aut nihil, sugeridas por Cláudio Manoel da Costa, e libertas quae sera tamen, a vencedora, de Alvarenga Peixoto*” (CARVALHO, 2008, p. 26)

<sup>55</sup> Aos quais podem ser acrescentados outros, tais como a liberação da coleta de dízimos pela Igreja, o que sugere a separação entre Igreja e Estado, implantação de manufaturas, incentivos à natalidade, fim do exército permanente e criação de uma milícia nacional, instalação de parlamentos nas cidades subordinados ao parlamento da capital, perdão das dívidas à Fazenda Real e fim das restrições ao vestuário (MAXWELL, 1989).

*ao neomercantilismo metropolitano e, por outro, posicionando-se contra a Metrópole, em defesa daqueles interesses. A Inconfidência seria plutocrático-oligárquica, pois expressava uma coalizão não-monolítica de plutocratas, contra a alienação de que eram vítimas em relação à Metrópole sob a orientação neomercantilista; os plutocratas (entre os quais não estaria Tiradentes), inseridos numa Capitania que se diversificava do ponto de vista econômico e que dava mostras de auto-suficiência relativa e via seu centro migrar da região central para a comarca do Rio das Mortes, queriam autonomia política. Tais homens, enfim, inspirar-se-iam "no exemplo da América do Norte, nas constituições dos Estados da União Americana e na obra do abade Raynal", propondo a instalação de uma república. Maxwell, em algumas passagens, classifica o movimento como uma revolução fracassada, não explicitando o que entende por revolução, deixando apenas subentendido que o caráter revolucionário da Inconfidência residiria na ruptura política e econômica com o império português: a plutocracia mineira, forçada pela orientação neomercantilista, já não mais esperava conciliar os seus interesses com os da Metrópole, tendo decidido por tomar o poder e instaurar uma nova ordem. (VILLALTA, 2007c, p. 553-554)*

Convém, todavia, observar que os argumentos de Maxwell podem constituir o móvel inicial da Inconfidência, mas a dinâmica do movimento foi assumindo outras dimensões para além da mera defesa de interesses de plutocratas-mercantis. A elite mineira estava em transformação e as elites geralmente atuam decisivamente em momentos de deflagração de movimentos independentistas. Além disso, as elites podem ser modernas ou atrasadas, como ocorreu tantas vezes na história de Minas Gerais. As modernas, geralmente são letradas, a exemplo dos inconfidentes filhos de mineradores educados em Coimbra, sensíveis às teses libertárias do Iluminismo.

O levante de fato se restringiu à capitania de Minas Gerais, mas os rebeldes pensavam em criar um projeto nacional com força política, econômica e administrativa, capaz de aglutinar Rio de Janeiro e São Paulo (se vitorioso). A

derrocada do movimento e a condenação do Alferes Joaquim José da Silva Xavier marca o início da desagregação da consciência mineira: parte dos inconfidentes da elite é condenada ao degredo, e há um declínio da população da capitania nos centros mineradores, que se dispersa pelo território (RODRIGUES, 1986).

O movimento inconfidente fracassou. Caso isso não tivesse acontecido e também não fosse proibida a fabricação têxtil, é plausível pensar que ao final do século XVIII Minas Gerais estaria pronta para dar um salto industrializante<sup>56</sup>, como ressalta Carvalho (2005) ao citar Azevedo Amaral, em seu livro de 1935 “*A aventura política do Brasil*”, ideia que é apoiada por diversos autores. Carvalho (2005) salienta que, embora a ideia pareça exagerada, havia ali elementos para que tal caminho fosse trilhado: a liberdade, o progresso, a indústria, o ouro e o ferro.

## 1.5 CONCLUSÃO

O papel da Geografia é de descrever e interpretar os movimentos que se materializam no território. O enfrentamento destes fenômenos confere primazia ao geógrafo na medida em que é no território que surgem todos os movimentos da sociedade e, portanto, é onde primeiro se evidenciam as crises. Ao estudioso cabe se postar diante da empiricização de possibilidades latentes capaz de produzir e reformular conhecimentos e, assim, revelar os fenômenos que observa.

Em Minas Gerais, a escassez do ouro fez com que muitos mineradores abandonassem a região central das minas em busca de terras férteis para a prática agropecuária, já bastante difundida e dispersa na província, fenômeno que evidenciava uma inevitável transição nas relações de poder. O ambiente de liberdade que se experimentou nos setecentos gradativamente se perdeu em boa parte do oitocentos. A liberdade deu lugar à tradição, a instabilidade do ouro deu lugar à

---

<sup>56</sup> Mesmo que no campo das ideias a industrialização aparecia como algo premente, na prática, o naturalista José Vieira Couto, cuja obra foi sistematizada em Furtado e Couto (1994), ao andar pela região das minas no final dos setecentos, chamou atenção para dois fenômenos que dificultavam o desenvolvimento econômico regional: o desmatamento indiscriminado e o excesso de dias santos, consagrados pela Igreja à oração e ao ócio. Segundo o naturalista, além de prejudicar a produção aurífera, eram nesses dias que se cometiam atos de desordem e violência, além da fuga de escravizados. Sugeriu, em relatório à Metrópole, que era premente a instalação de moderna atividade metalúrgica, além de abertura e melhoria dos transportes terrestres e fluviais, para que a Coroa voltasse a acumular riquezas. Ideias semelhantes apareciam nas correspondências de Dom Rodrigo José António de Meneses, que governou Minas Gerais de 1780 a 1783 (LIMA JÚNIOR, 2010).

estabilidade da terra, e a imagem do mineiro passou a conformar-se com aquela de populações tipicamente rurais.

Mesmo que estivessem declinantes, os viajantes que passavam pelas antigas vilas do ouro percebiam que a elas ainda afluía relevante fluxo comercial – embora sua população não tivesse o mesmo porte e perfil -, e que nos arraiais se acumulava riqueza. O sul de Minas se desenvolvia e se diversificava economicamente, recebia migrantes da região central, e articulava-se com São Paulo e Rio de Janeiro para seu abastecimento. Verificou-se a transição<sup>57</sup> da atividade nuclear da mineração para um complexo de produção de alimentos, atividades artesanais e comércio, com desdobramentos no século XIX.

De qualquer maneira, a experiência mineira contribuiu de maneira primaz para a emancipação política e cultural do Brasil enquanto nação. Embora incipiente, é da consciência de nação – conquanto regional e restrita ao território mineiro - que surgirá a consciência nacional que culmina no movimento da Independência de 1822.

Procurou-se demonstrar nesse artigo que o moderno esteve presente na capitania de Minas Gerais ao longo dos setecentos. Um processo de modernização derivado do desenvolvimento de uma cultura urbana rebelde, resultante do crescimento populacional, da diversificação econômica e da formação de uma rede de cidades, processos que tiveram como força motriz as oportunidades oriundas da exploração de minerais preciosos. Havia, nas cidades mineradoras, uma paisagem cuja arquitetura se aproximava das cidades portuguesas da época. Abundavam riquezas e artigos luxuosos pelas ruas, trajava-se o vestuário em voga na Europa, circulavam doutores formados em Coimbra, difundiam-se ideias, falava-se sobre liberdade e independência, insurgia-se, irradiava-se influências que reforçavam a ideia de autossuficiência. É possível que, no contexto das colonizações europeias, não se tenha visto situação semelhante. Aos mineiros tornara-se urgente uma maior autonomia, liberdade no comércio e na indústria, algo percebido por Pombal, mas que se perdeu no reinado de Dona Maria I.

---

<sup>57</sup> Para maior aprofundamento, ver Almeida (2006) e Andrade (2010).

Além disso, a região central mineira exerceu importante função de articulação da rede de caminhos que se formava no Brasil, pois mobilizou os fluxos de toda a colônia para si. Viabilizou a expansão para o oeste e fortaleceu a posição do Rio de Janeiro como importante entreposto comercial. Num contexto em que o desenvolvimento econômico era barrado pelas estratégias de controle da Coroa Portuguesa, é natural se pensar que atos de inconfidência fossem comuns. A Inconfidência Mineira de 1789 foi a expressão máxima do desejo por liberdade espelhado nos ideais iluministas que tanta força tinham na Europa e América do Norte. Ainda que, por força da Lei, tais ideias não circulassem livremente, foram os seus fragmentos que alicerçaram o mais importante movimento emancipador do Brasil Colônia. Caso tivesse sucesso, é possível que Minas e depois o Brasil tivesse rumos semelhantes aos assistidos nos Estados Unidos, ou seja, tomasse as rédeas do seu desenvolvimento com vistas ao caminho da industrialização e consequente inserção no novo contexto global que se formatava.

Permaneceram no tempo e no espaço as marcas da Minas do Ouro: criativa, urbana, diversa, rica, rebelde e ousada. Características indispensáveis à construção da emancipação nacional que se assistiu décadas depois.

## 2 ARTIGO II – ELEMENTOS CHAVES DA MODERNIZAÇÃO DE MINAS GERAIS NO SÉCULO XIX

### 2.1 INTRODUÇÃO

Esse artigo objetiva evidenciar aspectos geopolíticos intrínsecos à articulação das elites mineiras em prol do projeto industrializador de Minas Gerais - que viria a se concretizar integralmente apenas na segunda metade do século XX – com foco na segunda metade do século XIX. O ano de 1850 é emblemático, representa um marco na formação do Estado Nacional brasileiro (CARVALHO, 2008), e a constituição do seu mercado capitalista<sup>58</sup> moderno em face de reestruturações, conforme esclarece Lima (2015):

*Em 1850, várias ações governamentais influenciaram profundamente a história brasileira. A Lei de Terras<sup>59</sup> limitou o acesso da população à propriedade fundiária. A Lei Eusébio de Queirós proibiu o tráfico de escravos, pressionando a formação de mão de obra livre. O primeiro Código Comercial estabeleceu as bases das transações financeiras, inclusive a formação das companhias de sociedade anônima. (LIMA, 2015, p. 63)*

---

<sup>58</sup> A esse respeito, não se pode perder de vista as ponderações de De Paula (2000), ao informar que: “(...) no caso brasileiro, será apenas com a expansão cafeeira que serão criadas as condições para a constituição do mercado capitalista. Se é verdade que a “Lei de terras”, de 1850, criou o mercado de terras, se é verdade que com a proibição do tráfico, em 1850, impôs-se a necessidade da introdução do trabalho livre, só com a expansão cafeeira e a concentração fundiária que ela implicou; só com a imigração em massa, a partir de 1880, é que, no Brasil, efetivamente, tanto se constitui o mercado de trabalho quanto se completa a proletarização” (DE PAULA, 2000, p. 82).

<sup>59</sup> Sobre a Lei de Terras, ver Gadelha (1989). Entre outras características da Lei, o autor chama atenção para o seu papel como instrumento de “legitimação da propriedade, separando as terras de domínio público das dos particulares, apressando a expulsão dos pequenos posseiros, revelando-se, por excelência, o instrumento de concentração da propriedade” (GADELHA, 1989, p.162). Desta maneira, retirava-se do homem livre sua única forma de subsistência deixando-o à disposição do mercado de trabalho. Esse movimento tinha relação ideológica com a estratégia de colonização sistemática de Wakefield, descrita por Carvalho em obras de 1981 e 1988 (reeditadas em 2008), e retomada por Souza (2015).



Tais reestruturações remetem aos quatro processos de longo prazo - muitas vezes incompletos e lentos - que marcaram a trajetória de modernização brasileiro: a transição do trabalho escravo para o trabalho livre, o estabelecimento jurídico da propriedade privada com a Lei de Terras de 1850, a constituição de um sistema bancário, e a transição dos sistemas de transportes tradicionais por outros modernos e integrados (GODOY 2009). É também de 1850 a lei de reforma da Guarda Nacional, que reforçou a centralização política imperial e contribuiu para fortalecer a posição do governo perante os proprietários rurais insatisfeitos com o fim do tráfico de escravos (CARVALHO, 2008).

No conjunto de iniciativas que se desenvolveram ao longo dos Oitocentos, defende-se aqui que Minas apresentou evidências de modernização no campo das representações e das realizações, vislumbrados tanto pelo sonho, fascínio e desejo pelo mundo industrial que se desenvolvia no velho continente, quanto pela sua materialização por meio de investimentos governamentais e privados em empreendimentos fabris. A ideia de que havia um desenvolvimento possível, via modernização dos meios de produção, se espalhava lentamente entre suas elites (CARVALHO, 2005; AGUIAR, 2006). Tais evidências podem ser identificadas nos aspectos demográficos e econômicos relacionados principalmente às atividades siderúrgica, têxtil e cafeeira; no impacto da chegada das ferrovias e da energia elétrica em Minas; e na imigração de mão de obra estrangeira. Sua identificação permitirá o delineamento de reestruturações socioespaciais, que culminam ao final do século XIX na mudança da capital de Minas Gerais sob a égide de um projeto positivista (SCHMIDT, 1979; MATOS, 1992; DULCI, 1999; CARVALHO, 2005; AGUIAR, 2006).

Ao longo do século XIX, Minas Gerais passou por um processo de ruralização e rearticulação de sua rede (De Paula<sup>60</sup>, 2006), que acarretou em uma grande diversidade interna, com sistemas econômicos regionais de autonomia variável e que dificilmente se conectavam (WIRTH, 1982; LANNA, 1986, PIRES, 2004),

---

<sup>60</sup> “*Se no Dezoito, é o urbano que, conformado a partir do espaço original da mineração, impôs a constituição do meio rural; no Dezenove, é a expansão do rural que determinou o crescimento das áreas urbanas estabelecendo funções de entrepostos comerciais e centros de serviços*” (DE PAULA, 2006, p.148-149).

característica que levou ao brasilianista John Wirth (1982) a denominar a província de “mosaico mineiro”. Com efeito, as características das Minas oitocentistas não foram capazes de sustentar a região mineradora como centro polarizador capaz de promover a integração territorial, ao contrário do que se observara no contexto Setecentista<sup>61</sup>.

Mesmo assim, das Minas Setecentistas restou um legado que impactou em suas configurações territoriais no século seguinte. Para o historiador Marcelo Godoy (2009), no século XIX a província mineira concentrava a maior população e mercado consumidor do Império (com crescimento superior ao nacional), o maior sistema escravista regional, a mais dinâmica economia de subsistência mercantil, e o mais desenvolvido setor de transformação pautado na produção têxtil, siderúrgica, e no beneficiamento de gêneros agropecuários. Além disso, possuía expressiva malha urbana capilarizada, e sistema de circulação mercantil desenvolvido. Havia em seu território abundância de matérias-primas essenciais à industrialização, e abundância em recursos hídricos aproveitáveis para a geração de energia hidráulica e elétrica. As características geomorfológicas da província causavam uma forma de isolamento que, contraditoriamente, foi capaz de garantir a proteção e o desenvolvimento do mercado interno, algo que Douglas Libby denominou de caráter insular (LIBBY, 1988), haja vista o elevado custo dos transportes. Mesmo geograficamente isolada do litoral, sua dinâmica economia de subsistência mercantil viabilizou o essencial abastecimento de gêneros alimentícios à Corte (LENHARO, 1993).

Procurar-se-á defender também que, embora o perfil econômico da província tenha se sacramentado agrário no século XIX, mesmo com a diversificação produtiva no interior das unidades produtivas já observado no século XVIII, houve ensaios de modernização em Minas Gerais, muitos deles inequivocamente precoces e

---

<sup>61</sup> Luna (1980), recorrendo a Iglésias (1972), afirma que “no século XVIII, Minas representou o centro catalisador da Colônia; ali consolidara-se uma sociedade com elevado poder de compra, tanto pela densidade populacional como pela relativa pulverização da riqueza gerada (40). Segundo Iglésias, esta área veio a constituir o primeiro mercado nacional, que contribuiu para a ligação de unidades até então fechadas em si mesmas e que só agora se abriam pelo comércio umas às outras. Daí dizer-se que Minas dá a primeira nota de integração nacional” (IGLESIAS, 1972 apud LUNA, 1980, p. 14).

incompletos<sup>62</sup>, que foram pioneiros no Brasil, incentivados por uma elite intelectual e política que se desenhou no século XVIII.

O percurso metodológico a ser trilhado consiste na reunião sintética de elementos importantes da história de Minas Gerais, que terão em conta, além da análise de livros, teses, dissertações e artigos desenvolvidos sobre o tema principalmente por historiadores mineiros e brasilianistas estrangeiros, imersões em dados dos Mapas de População de 1833 e do Recenseamento de 1872, e de material cartográfico da época. A argumentação partirá de uma discussão da modernidade da segunda revolução industrial e seus reflexos no Brasil, a partir da qual se evidenciará o atraso brasileiro na formação de uma burguesia industrial e seus desdobramentos em Minas Gerais, com uma caracterização não exaustiva sobre o contexto econômico-demográfico da província que servirá de pano de fundo à compreensão dos desafios apresentados à elite mineira em busca da modernização e do progresso. Serão apresentadas, em seguida, as principais realizações modernas da província, resultado tanto da ação de estrangeiros, como de brasileiros instruídos na Europa e, posteriormente, no Colégio do Caraça e na Escola de Minas de Ouro Preto. Tais realizações materializam-se nos projetos de implantação de fábricas siderúrgicas e têxteis em Minas, nas iniciativas inglesas de mineração subterrânea, na expansão das ferrovias associadas ao avanço da economia cafeeira e ao consequente deslocamento do núcleo de desenvolvimento para a Zona da Mata mineira, que se industrializava, e, por fim, na articulação política para a transferência da capital mineira. A análise finaliza-se com uma apresentação dos principais desdobramentos do Congresso Agrícola Mineiro de 1903, que traçou o percurso em favor da modernização do campo e da constituição da indústria de base, cujos resultados começariam a ser vistos de fato apenas na segunda metade do século XX.

---

<sup>62</sup> Não podem ser perdidas de vista as ponderações de De Paula (2000): *“Na verdade, a modernidade em Minas Gerais, que produziu efetivos “sistemas modernos” nos campos econômico, urbano, político, social e cultural serviu antes à reprodução de privilégios, à exclusão e à marginalização social e econômica, e à interdição de direitos políticos, já que foram recorrentes as práticas discricionárias, as centralizações autoritárias, as ditaduras”* (DE PAULA, 2000, p. 19).

## 2.2 A DISCUSSÃO DA MODERNIDADE DA SEGUNDA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E SEUS REFLEXOS NO BRASIL

Na história ocidental, o século XIX é marcado pela ideia de progresso, já vislumbrado na Revolução Francesa (1789-1799), momento em que o progresso técnico e científico passou a ser visto como via para o progresso moral e social. A ideia ganhava força através dos avanços tecnológicos, das novas condições de vida desenhadas ao longo da Revolução Industrial, dos ideais democráticos, positivistas, liberais, e da ampliação ao acesso à educação (AGUIAR, 2006). Marshall Berman (1986), ao discutir a ideia de modernidade<sup>63</sup> traça uma interessante descrição da paisagem dos grandes centros urbanos europeus do século XIX:

*Se nos adiantarmos cerca de um século, para tentar identificar os timbres e ritmos peculiares da modernidade do século XIX, a primeira coisa que observaremos será a nova paisagem, altamente desenvolvida, diferenciada e dinâmica, na qual tem lugar a experiência moderna. Trata-se de uma paisagem de engenhos a vapor, fábricas automatizadas, ferrovias, amplas novas zonas industriais; prolíficas cidades que cresceram do dia para a noite, quase sempre com aterradoras consequências para o ser humano; jornais diários, telégrafos, telefones e outros instrumentos de mídia, que se comunicam em escada cada vez maior; Estados nacionais cada vez mais fortes e conglomerados multinacionais de capital; movimentos sociais de massa, que lutam contra essas modernizações de cima para baixo, contando só com seus próprios meios de modernização de baixo para cima; um mercado mundial que a tudo abarca, em crescente expansão, capaz de*

---

<sup>63</sup> Berman (1986) divide a história da modernidade em três fases: a primeira, do século XVI até o final do século XVIII, a segunda, que se inicia com a Revolução Francesa e abrange todo o século XIX, e a terceira, que incorpora as transformações do século XX. Em relação à segunda fase, período compreendido por este trabalho, o autor relata que: “Com a Revolução Francesa e suas reverberações, ganha vida, de maneira abrupta e dramática, um grande e moderno público. Esse público partilha o sentimento de viver em uma era revolucionária, uma era que desencadeia explosivas convulsões em todos os níveis de vida pessoal, social e política. Ao mesmo tempo, o público moderno do século XIX ainda se lembra do que é viver, material e espiritualmente, em um mundo que não chega a ser moderno por inteiro. É dessa profunda dicotomia, dessa sensação de viver em dois mundos simultaneamente, que emerge e se desdobra a ideia de modernismo e modernização” (BERMAN, 1986, p. 15).

*um estarrecedor desperdício e devastação, capaz de tudo exceto solidez e estabilidade.* (BERMAN, 1986, p. 17)

Para Berman (1986), a modernidade dará o tom da vida nos séculos XIX e XX, caracterizada pela fluidez e mudança, um processo dialético de constante reconstrução dos conhecimentos, das relações e dos meios de convivência e troca. É complementar a postulação de Soja (2003), que vê a modernidade formada por contexto e conjuntura, algo a ser experimentado, pensado e vivido, e que incorpora três dimensões formadoras da existência humana: o espaço, o tempo e o ser. Associada às primeiras sociedades industriais, introduziu aos indivíduos a instabilidade em caráter permanente nas suas diversas nuances políticas, sociais e culturais (AGUIAR, 2006), e também nas formas de se relacionar com o espaço. O racionalismo e a visão cartesiana se expressavam na transformação da sociedade e do espaço visando a produção em grande escala, o que incluía a necessidade de se conhecer e dominar a natureza para a transformação dos seus recursos (SANTOS & COSTA, 2005). Neste contexto, é no âmbito da dimensão espacial da modernidade – e da modernização – que encontra sentido a discussão geográfica, que transcende a concepção física do espaço e a amplia para o campo das relações sociais e de produção.

No século XIX estão presentes elementos das primeira e segunda revoluções industriais. Belluzzo & Tavares (2004) identificam na Primeira Revolução Industrial as influências do pensamento liberal na transformação da economia mercantil inglesa, e enxerga como consequência do domínio dos oceanos e da Pax Britânica - que caracterizaram o Império Inglês no período seguinte ao final das Guerras Napoleônicas - o impulso à industrialização no velho e novo mundo, o fortalecimento dos Estados Nacionais, e a criação de novas periferias econômicas mundiais, o que proporcionou mudanças significativas na divisão internacional do trabalho. Lima (2015) identifica no período profundas transformações no sistema capitalista, sobretudo em relação ao aperfeiçoamento da máquina à vapor e sua adaptação ao

transporte sobre trilhos<sup>64</sup>, o que imprimiu uma nova lógica de circulação de pessoas e riquezas pela Europa<sup>65</sup>. Outras importantes transformações são enunciadas por Souza (2015), entre as quais a modernização da agricultura<sup>66</sup>, as mudanças nos usos e propriedade da terra, as modificações das relações de trabalho e a conseqüente urbanização e transição demográfica, com relevantes ondas de emigração para o novo mundo, considerado terra de oportunidades.

No último quartel do século XIX ganham força as transformações que vão caracterizar a Segunda Revolução Industrial. Belluzzo & Tavares (2004) e Hobsbawn (2015) identificam uma série de invenções que modificaram para sempre o panorama da indústria mundial. Se até então essa era pautada pelo ferro, carvão e máquina à vapor, agora contava com a eletricidade, o motor à combustão interna, o telégrafo, a indústria química pesada e o navio frigorífico, entre tantas outras novidades. A compressão do espaço-tempo se fez evidente (HARVEY, 2011). Verificou-se a adoção das ciências na organização dos processos produtivos, o que acarretou em aumento vertiginoso das escalas de produção, em novas relações de trabalho, e no predomínio da estruturação da propriedade em ações de sociedades anônimas. Processou-se o estreitamento das relações entre bancos e indústrias, que culminou na fase financeira do capitalismo nas primeiras décadas do século XX. No campo geopolítico, Santos & Costa (2005) identificam o período como de disputa violenta entre os países

---

<sup>64</sup> A primeira locomotiva a vapor foi construída pelo engenheiro inglês Richard Trevithick e fez seu primeiro percurso em 1804.

<sup>65</sup> Batista *et al.* (2012) esclarecem os impactos das ferrovias no contexto industrial do século XIX. Segundo eles: “As transformações nesta revolução dos transportes permitiram o aumento da velocidade e da qualidade do transporte de carga, o barateamento e incorporação de novos produtos à esfera da produção, como minério, carvão mineral e madeiras. Especificamente as ferrovias, em linhas gerais, asseguraram maior exatidão no cumprimento dos horários, encurtaram distâncias e diminuíram custos dos fretes. Em relação aos aspectos socioeconômicos iminentes a estas transformações, a Segunda Revolução dos Transportes contribuiu também para a consolidação de face da divisão internacional do trabalho, ao colocar de um lado os que possuíam a tecnologia ferroviária (Inglaterra, França, EUA e Alemanha) e, do outro, os compradores de quase todos os materiais permanentes e rodantes necessários para montagem das ferrovias” (BATISTA *et al.*, 2012, p. 164).

<sup>66</sup> Segundo Hobsbawn (2015), “As convulsões sociais que sucederam a transferência da agricultura para um modelo capitalista, ou pelo menos comercializado em larga escala, fizeram com que os homens perdessem os laços tradicionais com a terra de seus ancestrais, especialmente quando estes descobriram que não ganhavam praticamente nada dela, ou pelo menos muito pouco para manterem suas famílias. Simultaneamente, a demanda insaciável de trabalho por parte das novas indústrias e ocupações urbanas, a diferença crescente entre o campo atrasado e a cidade avançada com seus estabelecimentos industriais atraíram-nos de qualquer maneira” (HOBSBAWN, 2015, p. 176).

industrializados por zonas de influência política e econômica, principalmente nos países de baixo desenvolvimento industrial. Em síntese,

*O final do século XIX foi marcado pelo desdobramento de cinco processos inter-relacionados: 1) a consolidação do sistema monetário e de pagamentos internacionais, mediante a adoção generalizada do padrão-ouro; 2) a metamorfose do sistema de crédito que ajusta suas funções e formas de operação à nova economia capitalista global; 3) a constituição de forças produtivas especificamente capitalistas, consubstanciada na crescente separação técnica e econômica entre o departamento de meios de consumo e o departamento de meios de produção; 4) o desenvolvimento da divisão internacional do trabalho entre um centro produtor de manufaturas e uma periferia produtora de matérias primas e alimentos; 5) a emergência das "novas" potências industriais, construídas à sombra das relações comerciais e financeiras proporcionadas pela hegemonia liberal britânica. (BELLUZZO & TAVARES, 2004, p.113-114)*

É possível que a maior realização do século XIX tenha sido a estrada de ferro. Foi um símbolo revolucionário, que junto ao telégrafo e ao barco a vapor, viabilizou o capitalismo em escala planetária: sua expansão geográfica fez intensificar as transações comerciais por meio de uma vazão regular que proporcionava a circulação de enormes quantidades de mercadorias, pessoas, e informações a baixo custo, fenômeno sem precedentes na história da humanidade (HOBSBAWN, 2015). Borges (2011) ressalta que as ferrovias foram impulsionadoras da indústria de bens de capital com patentes reflexos na indústria metalúrgica, o que propiciou que os países industrializados – sobretudo a Inglaterra – exportassem capital e tecnologia para todo o mundo. Nas Américas, a expansão das ferrovias viabilizou terras à ocupação dos imigrantes e reconfigurou as relações de produção (SOUZA, 2015). Revelava-se, no mundo oitocentista, o poder da velocidade das trocas.

O ideal de progresso também circulava entre as elites instruídas latino-americanas que, influenciadas pelo pensamento positivista evolucionista, buscavam as vias para a modernização por meio da evolução material e moral (AGUIAR, 2006). Especificamente no Brasil, já se verificava em seus poucos centros urbanos da segunda metade do século XIX a existência de uma elite que buscava o fim do trabalho escravo, a modernização produtiva e a república, cujos enfrentamentos políticos se davam em um contexto agrário-exportador de indiscutível importância da mão de obra escravizada, regido por uma monarquia centralizadora em que as províncias tinham pouca autonomia (IGLESIAS, 1958; CARVALHO, 2008; SANTOS & COSTA, 2015).

Para Lima (2015), havia uma ânsia das lideranças brasileiras em trazerem para o país as transformações da Revolução Industrial, sob o argumento de levar o país à luz do progresso e da modernização. O mito do progresso e a crença no desenvolvimento econômico faziam parte do imaginário brasileiro, e as elites buscavam compreender os caminhos para alcançá-lo. Compartilhava-se a noção de que o Brasil já possuía, na segunda metade do século XIX, dois dos três elementos-chave para realização de tal façanha, propiciados notadamente pela economia cafeeira: o capital e o trabalho. Faltava-lhes a tecnologia, que seria importada, e lhes permitiria queimar as etapas do processo de modernização e industrialização conservadora. Para o autor, “as inovações técnicas do século XIX permitiram a difusão da crença na expansão linear, contínua e irreversível do progresso industrial” (LIMA, 2015, p. 24), o que não ocorreu de fato ou, pelo menos, como se esperava.

A ferrovia era vista como vetor de desenvolvimento e de integração política nacional. Lima (2015) relata que, a despeito de suas inúmeras contradições, a instalação da malha ferroviária - que iria atingir a sua maior extensão da história em 1925 -, procurou levar o progresso social e econômico brasileiro e a civilização aos sertões nacionais. O que se verificou, na verdade, foi que as ferrovias conquistaram no Brasil a parcial integração entre áreas produtivas e portos, a criação de novas cidades, e a reconfiguração das redes de abastecimento até então baseada no fluxo de tropeiros



pelas estradas carroçáveis, cena que se repetiu em outros contextos latino-americanos<sup>67</sup>.

No campo das representações, as ferrovias povoaram o imaginário brasileiro. O ideal de modernização através da estrada de ferro promoveu a ressignificação do sentido territorial dos sertões nacionais, que se transformariam em verdadeiros palcos de civilização (LIMA, 2015). Provavelmente o maior entusiasta desta ideia foi o industrial Irineu Evangelista de Sousa, o Visconde de Mauá, que inaugurou o primeiro trecho ferroviário do país em 1854, com apenas 16 km, cuja função foi mais política do que econômica na medida em que servia como propaganda ideológica de progresso (BORGES, 2011). Mauá foi um entre tantos defensores<sup>68</sup> do progresso a se contrapor à elite da terra que defendia a manutenção do perfil agrário do país, ainda que não fosse contrária à industrialização<sup>69</sup> (LUZ, 1978).

Apesar de incentivos vários, desde concessões e premiações para exploração de determinados ramos produtivos, da importação de mão de obra europeia, e de acontecimentos mundiais que fizeram surgir e fortalecer diferentes ensaios fabris brasileiros – tais como a guerra civil estadunidense ou a guerra do Paraguai (RENAULT, 1976) – no Brasil oitocentista não se verificou o mesmo fenômeno urbano-industrial que reconfigurou o espaço europeu e norte-americano, à exceção de alguns

---

<sup>67</sup> Não se podem perder de vista as considerações de Borges (2011), ao afirmar que “a implantação de vias férreas nos países latino-americanos foi morosa e espacialmente irregular, como todo processo de modernização dependente ocorrido no continente. A penetração dos trilhos no território acompanhou a expansão e regionalização da economia primário-exportadora. As linhas de ferro foram construídas segundo interesses de grupos dominantes nacionais e estrangeiros. Resultado, apenas alguns países implantaram redes ferroviárias nacionais (Argentina, Chile, México e Uruguai). Em outros, como Brasil e Peru, construiu-se apenas troncos ferroviários interligando os centros produtores de bens primários do interior aos portos de exportação para além-mar” (BORGES, 2011, p. 29).

<sup>68</sup> Lima (2015), ao citar Abreu (1996), relata que “A imagem que Mauá buscou eternizar foi a de uma elite ocidentalizada, em sintonia com as inovações tecnológicas europeias, tentando dar alguns passos iniciais no processo de industrialização em um país predominantemente rural. Adotar o projeto ferroviário como instrumento de modernização, pelo menos em nível de discurso, teria sido a opção de parcelas da elite política e empresarial do Império. O trem seria visto por essa elite como um instrumento de construção da nação, necessário à plena concretização de planos de integração territorial, além de simbolizar o domínio da civilização sobre a natureza” (ABREU, 1996: 103 apud LIMA, 2015, p. 48).

<sup>69</sup> Esclarece Luz (1978): “A lavoura nunca fora propriamente contrária ao desenvolvimento industrial do país, preferindo, contudo, que ele se processasse lentamente para que não viesse agravar os problemas da falta de capitais e mão de obra que afetavam as atividades agrícolas. Era, além disso, particularmente contrária a uma política protecionista que prejudicasse o consumidor” (LUZ, 1978, p.61).

poucos lugares como São Paulo, Rio de Janeiro e Juiz de Fora, no final do século. As principais razões para tanto serão discutidas no item a seguir.

### **2.3 O ATRASO BRASILEIRO NA FORMAÇÃO DE UMA BURGUESIA INDUSTRIAL E SEUS ECOS EM MINAS GERAIS**

Para Schimdt (1979), o século XIX é decisivo para a formação territorial brasileira, pois é nesse período que se constitui uma vida política independente, além de um conjunto de iniciativas que vão moldar formas e funções espaciais que perduram na contemporaneidade. Até a independência, viveu-se no Brasil um contexto desprovido de elementos que pudessem guiar em direção à revolução industrial. Predominou o trabalho escravo, a acumulação primitiva<sup>70</sup>, além de uma série de proibições que visavam promover o consumo de produtos europeus, notadamente portugueses e ingleses. Ao longo de 300 anos não se formou um mercado interno suficientemente dinâmico que pudesse estimular a produção de manufaturas (DE PAULA, 2006), embora fosse geral a insatisfação sobre o alto preço das mercadorias, sobretudo na região mineradora. A maior parte das tentativas foram duramente reprimidas pelo Coroa.

A independência declarada em 1822 não foi capaz de alterar a essência das relações sociais ou produtivas<sup>71</sup>. Carvalho (2008) relata que a elite brasileira à época caracterizava-se por sua homogeneidade ideológica, conferida por sua origem nos setores dominantes, e treinamento, obtido nas universidades portuguesas. A presença de um grupo de escolarização, carreira política e ocupações semelhantes fez com que

---

<sup>70</sup> Segundo Rodarte (2008), “*diferentemente do processo de acumulação capitalista – em que a geração de excedente se dava, sobretudo, pela divisão social do trabalho e inovação tecnológica, em um fenômeno conhecido pela industrialização e urbanização, envolvendo concentração demográfica em polos industriais – a acumulação de excedente econômico sob a égide do capital mercantil assentava-se tão somente na articulação de diferentes áreas com vantagens comparativas diferenciadas*” (RODARTE, 2008, p. 74).

<sup>71</sup> Ressalta-se que, com a independência, foi criado um Conselho de Estado com a função estratégica de auxiliar o Imperador nas suas decisões políticas. As análises realizadas por Carvalho (2008) das atas de reuniões deste revela que seus “*conselheiros em sua totalidade estavam convencidos de que o Brasil pertencia à esfera da civilização cristã europeia e de que todo o esforço deveria ser feito no sentido de conformá-lo aos padrões desta civilização*” (CARVALHO, 2008, p. 364). Na prática, afirma Carvalho (2008), esse conselho jamais teria condições de incorporar um projeto modernizador, cujas razões seriam “*a localização no ápice da burocracia, a preocupação quase obsessiva com a defesa dos interesses do Estado, a resistência à expansão da participação política, consequências em parte do sistema centralizante que ajudara a criar, colocavam-no em precárias condições para responder com agilidade às mudanças sociais e políticas que se processavam, às vezes como fruto de decisões por ele mesmo tomadas*” (CARVALHO, 2008, p. 383).

a solução monárquica para o Brasil garantisse a manutenção de sua unidade e a construção de um governo estável. Para Dolnikoff (2008) e Freitas (2009), o arranjo político que se desenhou não ignorava a participação das elites provinciais, representadas na Câmara dos Deputados, que era responsável pela formulação das políticas nacionais, a aprovação orçamentária anual, e a fiscalização de sua execução. A organização do Estado funcionava de maneira análoga ao federalismo, em que as elites provinciais eram também elites políticas e contribuíam para a articulação do território brasileiro, ao mesmo tempo em que preservavam sua autonomia.

Permaneceu o clientelismo, o patrimonialismo, e a dependência do trabalho escravo, que eram as bases seculares da sociedade, embora no contexto econômico internacional, as elites e as classes médias urbanas que buscavam constituir uma civilização moderna ao longo dos oitocentos fossem exigir a transição para o trabalho livre (SOUZA, 2015). A atividade industrial só ganharia vulto em meados do século (LUZ, 1978), reflexo do momento de expansão econômica nacional e de uma crescente economia urbana movimentada por uma diversidade de empresas artesanais (MELLO, 2010), e dos impactos das medidas protecionistas da Tarifa Alves Branco de 1844<sup>72</sup>, primeira expressão clara do desejo oficial imperial por medidas protecionistas, e da busca pela maximização das receitas tributárias (VILLELA, 2005).

Havia, no contexto político brasileiro, disputa acirrada em relação às políticas fiscais e monetárias que perdurou ao longo do Império, entre setores modernizadores e tradicionais, processo dual<sup>73</sup> que segundo Bobbio (1998) é comumente identificado em estados nacionais à beira da industrialização. Na época, a escolha pela forma de taxação dos produtos estrangeiros implicava em desdobramentos automáticos na

---

<sup>72</sup> Oriunda do Decreto n. 376, de 12 de agosto de 1844, a denominada Tarifa deve ser “entendida como um conjunto de medidas versando sobre alíquotas, isenções e formas de taxação de diversos grupos de produtos importados” (VILLELA, 2005, p. 36). Relata o mesmo autor que o decreto compreendia “2.416 artigos, a primeira pauta tarifária fixada autonomamente pelo governo brasileiro estabelecia a alíquota modal de 30% sobre 2.243 artigos, criando para as demais taxas que variavam de 2 a 60%. A alíquota média (aproximada pela tarifa ad valorem equivalente) embutida na nova pauta não diferia em muito de 30% (a taxa modal) (VILLELA, 2005, p. 38-39).

<sup>73</sup> Segundo o autor, “os conflitos gerados pela Industrialização podem-se resumir no conceito do dualismo. A sociedade parece dividida em dois setores: um setor moderno e dinâmico que está em vias de Industrialização, e um setor tradicional estático, institucionalmente em condições de opor uma resistência duríssima às novas forças sociais” (BOBBIO, 1998, p. 627).

economia nacional, mesmo porque o sistema fiscal imperial articulava-se em torno da atividade portuária e era o esteio de sua fiscalidade (CARRARA, 2016). De um lado, havia aqueles com inclinações liberais que defendiam o livre comércio e as vantagens da aquisição de máquinas e ferramentas a baixo custo, o que era considerado vantajoso para as empresas de importação e para as elites agropecuárias. De outro, a ala protecionista, que preconizava a industrialização nacional, a formação de mão de obra livre, a geração de divisas por via de impostos, e a proteção dos capitais nacionais já empregados na indústria em formação (RENAUT, 1976; LUZ 1978). Na mediação, havia o poder moderador com autonomia para interferir nas decisões dos poderes legislativo e executivo, cuja atuação afetava a formação e composição das elites, e permitia a competição de grupos de interesses diferentes<sup>74</sup> (CARVALHO, 2008). Neste contexto, a política fiscal imperial<sup>75</sup> oscilou para atender aos interesses de ambos os grupos, o que gerou fases de euforia e de depressão (GONÇALVES, 2001), ainda que as medidas protecionistas tenham, de fato, prevalecido para setores específicos (VILLELA, 2005). Tal instabilidade era vista com desconfiança pelas elites nacionais, que se apegavam às garantias que só a constância do trabalho da terra era capaz de oferecer. Segundo Luz (1978),

*Colocados nesse dilema — promover a industrialização do país, que reconheciam ser uma necessidade nacional, e atender ao mesmo tempo os interesses da lavoura — hesitariam, assim, os dirigentes brasileiros em adotar uma política francamente protecionista. Por outro lado, repousando o sistema tributário brasileiro na renda alfandegária, exigiam os interesses do fisco uma tarifa essencialmente fiscal. Nesse impasse permanecerá a política alfandegária brasileira, durante todo o período abrangido por este estudo, incapaz de satisfazer nem aos partidários de uma política*

---

<sup>74</sup> Segundo Carvalho (2008), essa estratégia dificultou a formação de uma base política de poder capaz de garantir a manutenção da monarquia brasileira.

<sup>75</sup> A oscilação da política fiscal brasileira no século XIX foi descrita com grande riqueza de detalhes por Luz (1978) em seu livro “A luta pela industrialização no Brasil”, seus desdobramentos econômicos são abordados por Carvalho no primeiro capítulo do livro “O teatro das sombras: a política imperial”. Além desses, Villela (2005) apresenta concisa análise da política tarifária no II Reinado. Neste artigo, abordaremos apenas aquelas medidas de maior impacto.

*protecionista, nem aos defensores de um regime de livre troca. (LUZ, 1978, p.26-27)*

A análise das receitas e despesas do período imperial realizada por Carvalho (2008) revela que, apesar de toda instabilidade, o governo buscou elaborar um conjunto de ações com ênfase no desenvolvimento econômico por meio da maximização das vantagens da economia de exportação, principalmente do café. Sua ação era recorrentemente dificultada pela sua própria incapacidade de garantir uma eficiente arrecadação de impostos por meio da máquina burocrática, e também pelas reações políticas de grupos econômicos contra a criação de impostos ou a pressão para serem beneficiados nas escolhas das estratégias de alocação dos recursos (tais características implicaram, inclusive, na baixa variação no valor total das arrecadações ao longo do período imperial). A saída encontrada para viabilizar os investimentos foi por meio da construção de estradas de ferro, não por serem um evidente caminho em direção à modernização, mas porque havia alta disponibilidade de linhas de crédito inglesas para este tipo de empreendimento. Com efeito, até 1885 o Brasil foi o principal destino latino-americano dos investimentos ingleses, e 65% deles estavam alocadas nas ferrovias.

Além da instabilidade fiscal<sup>76</sup>, para aqueles que mesmo assim buscavam a via da industrialização havia todo tipo de obstáculo, entre os quais Luz (1978) enumera: a ausência de capitais, maquinário e de mão de obra qualificada; a proteção nacional inadequada da produção e o ambiente econômico de desconfiança; além da instabilidade política e falta de segurança pública, a concorrência de empreendimentos mais produtivos e lucrativos, e a baixa duração dos entusiasmos iniciais dos investidores. Vale ressaltar, contudo, que o Governo Imperial buscava – de maneira não sistemática – proporcionar um ambiente favorável aos investimentos, por meio do incentivo à construção de estradas de ferro e de rodagem, da

---

<sup>76</sup> Vilella (2005) relata que “no total, outras nove Tarifas foram decretadas durante o período imperial, com variáveis graus de taxação às importações e, conseqüentemente, impacto fiscal e de proteção à atividade econômica doméstica” (p. 36).

colonização<sup>77</sup> via imigração estrangeira, pela introdução de máquinas e incentivo à pequena lavoura, além da redução de tarifas aduaneiras entre 1857 e 1860.

Apesar das dificuldades, não se desistiu da busca à modernidade. Em 1860 contabilizou-se no Brasil “62 empresas industriais, 14 bancos, 3 caixas econômicas, 20 companhias de navegação, 23 de seguro, 4 de colonização, 8 de mineração, 3 de transporte urbano, 2 de gás e finalmente 8 estradas de ferro” (GEIGER, 1963, p. 79). Em 1862 inicia-se a participação do Brasil nas Exposições Universais, locais em que se reuniam investidores de todo o mundo em busca de oportunidades comerciais. Nelas, o país buscava atrair investidores por meio da exposição, em mostruários, de seus recursos naturais e vegetais, e de produtos relacionados ao setor agrícola (SANTOS & COSTA, 2005). A década de 1860 também foi marcada pela Guerra Civil dos Estados Unidos (1861-1865), que propiciou um surto na produção algodoeira nacional e o renascimento da fabricação têxtil para abastecimento do mercado inglês (VAZ, 1977), e pela Guerra do Paraguai (1864-1870), que gerou desafios de abastecimento capazes de viabilizar o desenvolvimento de uma gama de setores de transformação, alguns inexistentes no Brasil (RENAULT, 1976).

Luz (1978), De Paula (2006) e Lima (2015) identificam que, na década de 1870, após o fim da Guerra do Paraguai, parte dos recursos antes aplicados na agropecuária deslocaram-se para a expansão industrial, algo que foi incentivado pela queda no preço de alguns produtos agrícolas, pelo aumento das tarifas de importação, pela valorização cambial, e pelo crescente entusiasmo pelo progresso através de projetos modernizadores. Em 1874 são interligadas por cabo telegráfico as cidades do Rio de Janeiro, Salvador, Recife e Belém, que foi estendido em 1875 para João Pessoa e Natal, e também a Portugal. Aguiar (2006) relata que, no período, a propaganda liberal

---

<sup>77</sup> Souza (2015), ao citar Trento (1989), esclarece que: “Apesar de, em 1867, o governo imperial ter promulgado a primeira lei que concedia uma série de benefícios com a finalidade de desenvolver colônias de povoamento, Trento (1989, p. 27) esclarece que somente com a lei Glicério de 1890 é que se estabeleceram vários favores e prêmios em dinheiro para os particulares que fundassem colônias agrícolas e de povoamento, possibilitando ao imigrante a escolha de trabalhar como empregado nas fazendas ou instalar-se nos núcleos coloniais, nos quais adquiria um lote e um terreno pagável a prestação. A Lei contemplava também o transporte da Europa para o Brasil não somente de famílias de agricultores, mas também de lavradores solteiros ou viúvos de 18 a 50 anos de idade, bem como operários e artesãos da mesma faixa etária, desde que obedecida uma cota limite percentual baseada na quantidade de famílias (TRENTO, 1989, p.27 apud SOUZA, 2015, p.101).

ganhava força no Império e reivindicava o fim da escravidão<sup>78</sup>, a reforma política, e a busca pelo patamar de desenvolvimento das nações mais avançadas. Às transformações em curso acrescenta-se:

*A presença de um Estado Nacional, a ruptura do exclusivo comercial e do Antigo Sistema Colonial fazendo do café a primeira atividade exportadora não colonial, a diversificação da estrutura social, o incremento da vida urbana, tentativas de organização do trabalho livre, os crescentes investimentos ingleses em infraestrutura (basicamente desenvolvimento da rede ferroviária), a Lei de 1871 que tanto traça o fim do escravismo quanto indica os rumos de reorganização do trabalho com base na mão de obra livre, são elementos que indicam as profundas transformações em andamento. (LANNA, 1986, p.74)*

Carvalho (1981) ressalta que, apesar de tais transformações e do movimento do governo central em busca da implantação de uma economia de mercado, não havia apoio sólido das tradicionais elites nacionais, cuja crença na terra como fator de status mantinha grande parte da produção e da força de trabalho atrelada aos latifúndios. Como agravante, o progresso técnico europeu invadia o Brasil, espalhava suas mercadorias pelas recém-implantadas estradas de ferro e conquistava o mercado consumidor interno com prejuízos para a nascente indústria nacional, fenômeno que foi previsto por nacionalistas como Joaquim José Rodrigues Torres (Visconde de Itaboraí) e Manuel Alves Branco, que defendiam a industrialização como medida de precaução. Segundo Gonçalves (2001, p. 67), “apenas nos anos 1880 começou a surgir no Brasil um empresariado com interesses específicos na indústria, desvinculado do setor agrário e do comércio exportador-importador”.

---

<sup>78</sup> É bom recordar que 1871 iniciava-se um projeto de desescravização com a promulgação da Lei do Ventre Livre - também conhecida como Lei Rio Branco - que previa um longo período de tempo para incorporação e educação dos nascidos livres ao trabalho livre (LANNA, 1986). A lei, assinada pela Princesa Isabel, representou uma vitória para os abolicionistas da época. Por outro lado, assevera Carvalho (2008), a lei marca o distanciamento entre o Imperador e os barões da terra e, por consequência, o início da derrocada do governo imperial.

Aguiar (2006) revela que a percepção das diferenças entre as realidades brasileira e europeia foram essenciais nas últimas décadas do Império para importação pelas elites nacionais de referências e modelos que constituíssem projetos de modernização, período em que surge também um movimento coletivo em favor da industrialização do país. Segundo De Paula (2006), o movimento estava associado a uma série de fatores socioeconômicos e políticos integrados: há transferência de recursos do mercado externo para o interno, que induz e dinamiza a urbanização, a modernização dos transportes e a diversificação da oferta de serviços, além do fortalecimento do sistema financeiro. Surge no Rio de Janeiro em 1880 a Associação Industrial com objetivo de defender os interesses da classe emergente. O momento pertencia à indústria<sup>79</sup>, apesar da década ter sido marcada por uma atmosfera de insegurança promovida pela queda no preço do café e por manifestações nacionalistas que clamavam por políticas de intervenção e protecionismo (LUZ, 1978). Em 1888 finalmente é abolida a escravidão, que modificaria a estrutura agrária brasileira em definitivo, e um ano depois o fim da monarquia, momento em que o país contava com aproximadamente 54 mil trabalhadores empregados em 640<sup>80</sup> estabelecimentos industriais (HARDMAN & LEONARDI, 1991 apud LIMA, 2015). Entre 1890 e 1895, já no contexto republicano, verifica-se a fundação de 452 fábricas (GEIGER, 1963).

É no advento da república e na instauração do federalismo que os projetos de integração nacional e modernização ganham força, facilitados pela transição do trabalho escravo para o livre e assalariado, o que propiciou a contínua formação de um mercado de trabalho com características cada vez mais urbanas. A nova dinâmica econômica<sup>81</sup>, que deu maior liberdade aos estados, induzia estímulos à urbanização das principais cidades brasileiras e à modernização dos transportes (MATOS, 1992).

---

<sup>79</sup> Cabe observar, conforme Geiger (1963), que *“a introdução das indústrias foi vigoroso elemento de progresso urbano, embora não coincidam, exatamente, atividades industriais e habitats urbanos”* (GEIGER, 1963, p.80).

<sup>80</sup> Gonçalves (2001), baseado em Arruda (1995), apresenta número ligeiramente diferente. Segundo os autores, *“às vésperas da proclamação da República (1889), o país já contava com 636 estabelecimentos industriais, a maior parte atuando nos ramos têxtil e alimentar”* (ARRUDA, 1995, p.181 apud GONÇALVES, 2001, p. 67).

<sup>81</sup> Batista et al. (2012) alertam: *“Apesar de ser necessário considerar a dinâmica geral da economia brasileira no período, assim como as alterações que tal dinâmica engendrou – sobretudo o progressivo ganho de importância do sistema industrial e da urbanização, é indispensável que não se generalize os processos de transformações econômicas regionais e tampouco suas respectivas modernizações dos transportes”* (BATISTA et al., 2012).



Observou-se, também, a transição da estrutura de poder burocrática patrimonialista para outra de caráter técnico-burocrata, ainda que as elites da terra tenham garantido seu espaço político ao se organizarem em poderosas oligarquias rurais. Este último grupo, por meio de sua influência política e econômica, foi capaz de manter a maior parte do país atrasado em relação às sociedades industriais desenvolvidas, salvo São Paulo e Minas Gerais, cuja hegemonia política foi conservada pela “política de governadores”, ou “política do café-com-leite” (MELLO, 2010). Em síntese,

*Abolição e República, portanto, colocaram em novas bases a vida política, econômica e social do país e deram novos sentidos à modernização brasileira em curso desde os anos 1860, marcada por um reformismo que pretendia superar a distância entre o Brasil e os países mais avançados da Europa e os Estados Unidos. Esse reformismo foi buscado por segmentos da elite imperial pelo menos desde 1865, quando ganhou vulto a campanha antiescravista que levou à aprovação da Lei do Ventre Livre, em setembro de 1871, e o debate pela adoção de um sistema de eleições diretas no Império. Essa primeira campanha abolicionista e a luta por eleições livres foram caracterizadas pela emergência de um novo pensamento liberal em meio ao dinamismo econômico e social que se seguiu à supressão do tráfico de escravos em 1850, com a expansão da economia agroexportadora, dentro de um quadro internacional promissor, com o crescimento das cidades e do mercado interno e com o lento, mas inexorável, incremento do trabalho assalariado. Ou seja, dentro de um processo de modernização no qual capitais egressos do mercado de escravos tiveram peso significativo. (AGUIAR, 2006, p.63)*

No contexto brasileiro oitocentista, Minas Gerais, ora em análise, era conhecida por sua estrutura agrária em que predominavam a lavoura e a pecuária, as vastas áreas de baixo desenvolvimento econômico, e certas atividades de transformação - de domésticas a fabris, sobretudo relacionadas à fiação e à tecelagem - disseminadas

pelo território (IGLÉSIAS, 1958; PAIVA, 1996, RESTITUTTI, 2006), cuja caracterização do seu perfil econômico foi extensamente debatida nas pesquisas de Martins (1980), Lanna (1985), Slenes (1988), Libby (1988), Lenharo (1993), Paiva (1996) e Rodarte (1999), e retomada depois por uma infinidade de autores<sup>82</sup>. O diálogo aí estabelecido indica que Minas não entrou em recessão após a febre do ouro, já que não houve retração dos complexos agropecuários, que mantiveram abastecendo, por meio de tropas, o comércio intra- e interprovincial com gêneros variados simples e transformados. Houve crescimento econômico ao longo do século com expansão urbana não negligenciável, especialização regional do trabalho, diferentes formas de propriedade da terra, setor exportador como centro dinâmico, e as maiores populações livre e cativa<sup>83</sup> do Império, esta última, dividida em pequenos plantéis<sup>84</sup> e com diversificado leque de ocupações<sup>85</sup>. O mineiro da terra é assim descrito por Carvalho (2005):

*Assim como a voz da Minas do ouro pode ser chamada de americana, a da Minas agrária pode ser vista como ibérica, tomando-se o vocábulo como significando, no mundo privado, apego à tradição, à hierarquia, à religião, à família, à moderação ao trabalho; no mundo público, aceitação de papel predominante do Estado em relação à iniciativa individual, ênfase na cooperação em oposição à competição, aversão ao conflito, tendência para resolver as divergências por arranjos consensuais, preferência para a conservação em vez de mudança. (CARVALHO, 2005, p. 64-65)*

---

<sup>82</sup> Tais como como Gonçalves (2001), Saraiva (2008), Godoy (2009), Matos e Mello (2012), Silva (2013), Cosentino (2013), Souza (2015) e Costa (2017), entre outros.

<sup>83</sup> Segundo Paiva (1996), embora Minas Gerais possuísse a maior população mancipia do Brasil, “apenas 32,5% dos chefes de fogos tinham pelo menos um indivíduo escravizado listado dentro da unidade, portanto dois terços das unidades eram integradas apenas por pessoas livres” (PAIVA, 1996, p. 103).

<sup>84</sup> As pesquisas de Libby (1989) apontaram que dentre os proprietários de escravos entre 1831-1840, a maior parte deles possuía de três a cinco cativos (28%), e praticamente dois terços dos proprietários possuía cinco ou menos cativos.

<sup>85</sup> Libby (1989) relata que Minas apresentou, ao longo do século XIX, uma economia escravista que a difere de todas as outras províncias, em primeiro lugar por não ser concentradora – marca característica das províncias mais isoladas e oposta às litorâneas –, e em segundo lugar pela ampla estrutura ocupacional dessa mão de obra.

Para Libby (1988), a agricultura mercantil de subsistência<sup>86</sup> foi o grande sustentáculo da economia mineira no século XIX, o que denominou de “economia de acomodação” (p, 14). O autor identifica, no entanto, a existência de um variado leque de atividades de transformação de matéria-prima em produtos acabados, entre as quais tem maior vulto as atividades siderúrgica, têxtil, e a mineração aurífera subterrânea coordenada por ingleses (à lista pode-se acrescentar a atividade agroaçucareira), nas quais é possível observar, ao longo dos Oitocentos, os impactos da transição do trabalho escravo para o livre<sup>87</sup>. Há algumas características que se ressaltam na economia industrial mineira do século XIX, como a flexibilidade e diversificação da produção, a proletarização parcial do indivíduo livre, a manutenção do sistema escravista<sup>88</sup>, e a relativa independência da província em relação às importações, cujas mercadorias atingiam preços proibitivos. Mesmo assim, até a ascensão do café como cultura de exportação, que entre 1829-30 adquire o lugar de mais importante produto de exportação em Minas (LIMA, 1977), a província se integrava à economia nacional através da produção de alimentos, minérios, tabaco e algodão (LANNA, 1986).

Gonçalves (2001) chama atenção para dois fatores que atuaram como facilitadores do desenvolvimento das manufaturas em Minas: a abundância de matéria prima e a existência de um mercado interno que consumia a maior parte da produção. A estes acrescenta-se o fato de as atividades de transformação terem composto a diversificada pauta produtiva das grandes fazendas mineiras, e só passariam a compor as paisagens urbanas no final do século XIX.

Na segunda metade dos XIX era possível verificar que a província ganhava maior dinamismo econômico por meio de políticas governamentais, melhoria da rede de transportes e da expansão da cafeicultura (DULCI, 2013), a última atuando como fator de deslocamento do núcleo dinâmico da rede de cidades do centro para o sudeste

---

<sup>86</sup> Libby (1988) define a economia mercantil de subsistência como aquela em que ora a produção era destinada ao autoconsumo, ora aos mercados internos e/ou externo da província.

<sup>87</sup> O autor ressalta, contudo, que havia preferência pela mão de obra escravizada pelos empreendimentos fabris, sobretudo pelo escravizado de aluguel, por suas vantagens em relação aos trabalhadores livres.

<sup>88</sup> Segundo Libby (1988), “*é necessário lembrar que o escravismo moderno é subordinado ao modo de produção capitalista em constante desenvolvimento e expansão desde os momentos iniciais do surgimento da escravidão colonial. Enquanto modo de produção, o escravismo é também o determinante da superestrutura de dominação política e ideológica das sociedades onde se encontra instalado*” (LIBBY, 1988, p.18).

(RODARTE, 2008; COSENTINO, 2013). Com efeito, entre 1854-1855, havia 5.128 estabelecimentos comerciais em Minas, abaixo apenas do Rio de Janeiro, com 6.876, o que revela o perfil dinâmico da província (GRAÇA-FILHO, 2013).

Contribuíam para esse perfil a modernização das comunicações com a abertura de estradas e implantação do correio, e o crescimento da atividade tipográfica e da imprensa: entre 1824 e 1897 foram editadas 863 gazetas que circularam por 118 localidades (GONÇALVES, 2011). Em 1861 é finalizada a primeira estrada de rodagem do país – a União Indústria –, que representou papel relevante na dinamização da economia mineira ao aproximá-la do principal porto do Império; e em 1869 chega a primeira ferrovia (VAZ, 1977), que avançou rapidamente para o interior nos anos seguintes e superou com vantagens os custos da estrada de rodagem. As estradas de ferro alcançaram a capital Ouro Preto em 1889, mesmo ano em que se fundava em Juiz de Fora a primeira hidrelétrica do país (DULCI, 2013). As ferroviárias e a eletricidade dariam um impulso à economia mineira ao criar as condições para a expansão da cafeicultura<sup>89</sup> (SINGER, 1974), e ao promover a aceleração da urbanização e a industrialização, cujo direcionamento seria dado sobretudo por egressos da Escola de Minas, em funcionamento desde 1876. Finalmente, em 1897 seria inaugurada a nova capital do estado, com projeto urbano arrojado sem precedentes na história do país.

Dulci (2013) relata que o governo mineiro permitiu a livre iniciativa, guardando para si as prerrogativas de regulamentação e incentivos fiscais, mesmo que fosse baixa a autonomia provincial. Para induzir o crescimento, buscou premiar invenções e indústrias pioneiras, promover feiras de exposição, divulgar material técnico voltado à agropecuária e à produção manufatureira, facilitar empréstimos, e garantir juros e subvenções<sup>90</sup>.

---

<sup>89</sup> Para Singer (1974) a economia cafeeira reconstituiu o mercado externo mineiro e foi seu único ramo de verdadeira expressão nos Oitocentos, exceção na economia de acomodação em que a venda de excedentes predominava.

<sup>90</sup> Foi comum, relata Godoy (2009), a “*apropriação pessoal destituída de qualquer identificação com um projeto de desenvolvimento regional. O modelo de incentivos e subsídios públicos a iniciativas modernizantes era baseado em privilégios e monopólios, e as elites mineiras não perderam tempo em se aproveitar desse modelo*” (GODOY, 2009, p.98).

Evidentemente, mesmo na segunda metade do século XIX, Minas não poderia articular um projeto de desenvolvimento regional - dada a sua extensão geográfica -, que acompanhasse o processo de modernização que o Rio de Janeiro e São Paulo estavam experimentando<sup>91</sup>. Na Minas rural, onde os interesses clientelistas prevaleciam, as relações com o Estado se faziam nos moldes do coronelismo que ainda iria avançar muito na República, com a Política dos Governadores. Aparentemente, dada a proeminência da agricultura, haveria uma insensibilidade ao potencial de transformação econômica no contexto nacional, o que não procede, senão, os mineiros não teriam projetado Belo Horizonte, um símbolo de modernidade único no Brasil da época.

Para Godoy (2009), na Minas rural oitocentista houve um agravamento da concentração fundiária, assistiu-se com a abolição a transição para relações de trabalho não capitalistas, verificou-se uma industrialização dispersa e pouco produtiva, e mantiveram-se os altos custos de um transporte de baixo desenvolvimento técnico amarrado a um modelo radial<sup>92</sup>. Ora, uma visão mais geográfica que considere a articulação da rede de cidades mineiras conectadas pelo único grande polo brasileiro no século XIX, permite concluir que o modelo de transporte ferroviário só poderia ser radial, já que o porto que polarizava as trocas de mercadorias permanecia no Rio de Janeiro. Além disso, a industrialização só poderia ser dispersa, em face do seu caráter artesanal, e dada a falta de uma polaridade central que só se constituiria em Belo Horizonte muitas décadas depois. Por fim, a forma de trabalho assalariada por excelência só se generalizou no estado de São Paulo, onde a massa trabalhadora migrante tornou-se extremamente numerosa. Mesmo assim, o Brasil mantinha-se como país em que os trabalhadores rurais sobreviviam com base nas diversas formas de parceria (meação, terça, etc.).

---

<sup>91</sup> O trabalho de Matos & Costa (2016) revela que mesmo em 1872 a hierarquia da rede de cidades mineiras ainda era largamente explicada pelas articulações do ouro nos Setecentos.

<sup>92</sup> Segundo Batista et al. (2012), “No caso específico de Minas Gerais, a expansão ferroviária, ainda que pródiga em termos de extensão da malha construída, não resultou na dinamização da economia regional. O ritmo, a forma e o traçado com que os trilhos quebraram o isolamento geográfico dos mercados das regiões mineiras reduziram os custos do transporte e normatizaram o fluxo de pessoas, bens e informações, não se desdobraram na conformação de sistema de transportes moderno funcional a políticas de desenvolvimento regional, além de representarem elevado ônus para as finanças provinciais, depois estaduais” (BATISTA et al., 2012).

A transição da monarquia para a república em Minas Gerais, embora tenha sido tranquila (RODRIGUES, 1986), trouxe complicações para as elites regionais. Na organização do pacto federativo, os mineiros permaneciam com a maior força política, mas o maior poderio econômico competia ao Rio de Janeiro e a São Paulo. A reorganização territorial, discutida no Congresso Constituinte Mineiro de 1891 e sacramentada no Congresso Industrial, Agrícola e Comercial de Minas Gerais de 1903, traria desdobramentos visíveis só na segunda metade do século XX. Toda maneira, ao longo do século XIX, Minas apresentou excepcionalidades que contribuíram para a constituição do Estado-nação brasileiro, sintetizadas por Mello e Matos (2012) em três fatores-chave: profusão de recursos naturais, atuação de um Estado forte e a presença de uma elite instruída, sendo a atuação dessa última o objeto de aprofundamento.

#### **2.4 A PRESENÇA DECISIVA EM MINAS GERAIS DE UMA ELITE INSTRUÍDA ANTE OS DESAFIOS DA MODERNIDADE**

As elites instruídas mineiras constituem-se no século XVIII, no contexto em que a grande circulação de riquezas permitiu que filhos de homens abastados estudassem em universidades europeias - sobretudo em Coimbra –, que por sua vez passaram a mediar a organização política, econômica e cultural da capitania. São esses sujeitos letrados que vão desencadear o movimento inconfidente, e que também darão origem a uma tradição de planejamento econômico pioneiro no país. No século XIX, além da instrução europeia, se destacaram na formação de lideranças o Colégio do Caraça e a Escola de Minas de Ouro Preto (EMOP)<sup>93</sup>, cujos egressos tinham perfis distintos: no Caraça, formavam-se bacharéis de tradição conservadora; na EMOP, engenheiros de mentalidade investigativa e desenvolvimentista (CARVALHO, 2005; MATOS & MELLO, 2012). Segundo Carvalho (2013),

*Vistas as duas escolas em retrospectiva, o Caraça teve alcance muito maior do que a E. M. em razão do número de alunos que formou e das*

---

<sup>93</sup> Sobre a trajetória das duas instituições, ver Carvalho (2010) e Andrade (2013).

*posições de poder que exerceram nas vidas religiosa e política. No entanto, o impacto da E. M., que é mais mensurável, foi, no longo prazo, mais profundo do que o do colégio. A E. M. retomou a tradição pombalina voltada para o uso da ciência em benefício do desenvolvimento via aproveitamento dos recursos naturais da Província, depois do estado. Pode-se dizer que ela fez uma ponte sobre o século XIX, quando a economia de Minas já se ruralizava, emendando o XVIII ao XX na mentalidade e na valorização da mineração. Emendou a Minas do Ouro à Minas do Ferro, por cima, embora não contra, a Minas da Terra. (CARVALHO, 2013, p. 195-196)*

Embebidos pelo “Espírito de Gorceix<sup>94</sup>”, os egressos<sup>95</sup> da EMOP possuíam ideias de progresso semelhantes às dos inconfidentes, e em muito se diferenciavam dos egressos do Caraça<sup>96</sup>, cuja formação era ligada ao conservadorismo, ao moralismo e à religiosidade (CARVALHO, 2013). Entretanto, é a voz do Caraça que irá predominar no Império e soar pelos palácios da República Velha, ao buscar unificar e disciplinar a bancada mineira sob as orientações do Partido Republicano Mineiro, representante das oligarquias rurais (WIRTH, 1982). No final do século XIX, o processo de implantação da nova capital fez surgir um conjunto de quadros técnicos – muitos deles oriundos das duas escolas – que dariam uma nova tônica ao planejamento governamental e à gestão de recursos (MATOS & MELLO, 2012).

Outras escolas merecem destaque na formação da elite instruída mineira, embora sua importância seja menor que a da EMOP e do Colégio do Caraça. Rodrigues (1986)

---

<sup>94</sup> Em referência ao mineralogista Claude-Henri Gorceix, primeiro diretor da EMOP.

<sup>95</sup> São egressos da EMOP, conhecidos como “Geração Gorceix”, personalidades como João Pandiá Calógeras, Francisco de Sá, Costa Sena, Antônio Olinto, Clodomiro de Oliveira, José Pires do Rio, Israel Pinheiro da Silva e Américo Renné Giannetti, Amaro Lanari Junior, e Getúlio Vargas (ainda que não tenha concluído o curso), que iriam exercer papel crucial na política brasileira e na modernização de Minas Gerais no século XX ao defenderem a importância da industrialização e da siderurgia (BARBOSA, 2008; CARVALHO, 2013).

<sup>96</sup> Segundo informações do sítio eletrônico “Santuário do Caraça”, “*Pelo Colégio do Caraça passaram quase 11.000 alunos, dos quais muitos tiveram seus nomes reconhecidos no cenário nacional, político, civil e religioso: em média 500 padres, 21 bispos, 120 políticos, dos quais dois Presidentes da República: Afonso Pena (1906-1909) e Artur Bernardes (1922-1926), magistrados, médicos, engenheiros, cientistas, professores universitários, etc.*” (SANTUÁRIO DO CARAÇA, s.d.).

relata que após as Revoltas Liberais de 1842<sup>97</sup> inicia-se na província um processo de constituição de Liceus que rompiam com o ensino filosófico tradicional e o substituíam por uma formação eminentemente humanista. Via de regra, seu corpo de professores era formado por políticos, advogados e jornalistas. Dentre os vários educandários, o autor destaca aqueles de caráter progressista, e que produziram periódicos com ideário republicano, tais como: o Liceu Mineiro (1842-1854, Ouro Preto-MG); o Ateneu São Vicente de Paulo (1853-1863), que depois se tornaria o Seminário de Diamantina (Diamantina-MG); o Colégio Barbacenense (1850 - Barbacena-MG); o Colégio Roussin (1852 - Mariana-MG); o Colégio Baependiano (1852 - Baependi-MG); o Colégio Emulação de Sabará (1853); e o Externato de São João Del Rey (1861). O autor destaca que além desses e dos seminários do Caraça, Diamantina e Mariana, destacavam-se dois educandários particulares localizados em Congonhas do Campo e em Campo Belo. A posição geográfica de tais liceus permite verificar que a região central da província reiterava seu papel de formação intelectual e cultural dos mineiros na segunda metade do século XIX.

Aliás, Minas Gerais foi a província em que as ideias e a propaganda republicana circularam de maneira mais efetiva, com registro de 33 jornais, 57 clubes, e 61 partidos republicanos e contribuição na formação e projeção de lideranças políticas como João Pinheiro, Bias Fortes e Silviano Brandão, cujo discurso revolucionário de liberdade fazia referências recorrentes aos heróis da Guerra dos Emboabas (1707), da Inconfidência Mineira (1789) e das Revoltas de 1842 (VISCARDI, 2013). Havia, entre a população letrada, o desejo de participar da vida política da província, o que fez surgir centenas de impressos, cujo momento de maior expansão foi entre 1870 e 1880.

---

<sup>97</sup> Esclarece Duarte (2013): “No período Regencial, as elites políticas mineiras – ou, como eram chamados, “toucinheiros” – combinaram seu protagonismo político nacional ao cenário de vigorosa redefinição da economia da Província. Delinearam um plano político no qual liberdade e moderação seriam as bases do regime monárquico da nação brasileira. O avanço da onda regressista inviabilizou o projeto moderado mineiro. Os conflitos se acirravam: em 1841, vários camaristas mineiros enviaram representações a d. Pedro II, reprovando a política regressista do Gabinete Palaciano. Essa ousadia custou a destituição dos camaristas signatários, acirrando os enfrentamentos que culminariam na revolta armada de 1842, quando o direito de insurreição apareceu como saída legítima contra o estreitamento da política representativa consequente das reformas estabelecidas pelos conservadores. Mineiros em armas – como Teófilo Otoni, Antônio Teixeira de Carvalho, Joaquim Camilo de Brito, Francisco Ferreira Paes, entre cerca de trezentos homens – foram vencidos, algemados e julgados. Da alcunha de “toucinheiros” passariam à de “Luzias”, referência ao local de enfrentamento final comandado pelo Duque de Caxias em Santa Luzia, Minas Gerais” (DUARTE, 2013, p. 24). Para Rodrigues (1986), a Revolução de 1842 representou o amadurecimento da consciência mineira.



Essa imprensa, muitas vezes efêmera, representou uma força tenaz por suas críticas à economia escravocrata e à monarquia (MOREIRA, 2013).

Parte dessa elite instruída, conquanto não possuísse a formação técnica necessária para implementar as transformações industriais vividas no noroeste europeu, defendia no campo político estratégias para a indução do progresso em Minas Gerais, com incentivos que vão desde as já mencionadas ofertas de prêmios, juros e subsídios (IGLÉSIAS, 1958), à efetivas políticas de atração de investidores e de mão de obra europeia especializada. Com efeito, parcela relevante dos empreendimentos fabris assistidos na província foram encabeçados por estrangeiros, tais como o francês Jean Monlevade, o prussiano Wilhelm von Eschwege, ou os ingleses Henry Pigot e Charles Cumberland, e também pelas doze companhias inglesas que investiram na exploração aurífera subterrânea, como a Saint John d'El Rey Mining Company (1830-1957), e a Santa Bárbara Gold Mining Company (1862-1898) (DULCI, 2013). No final do século, a participação estrangeira na construção de estradas de ferro, de rodagem e de empreendimentos fabris se intensificou e passou a compor uma crescente classe de trabalhadores livres e assalariados, tendo a Zona da Mata como seu maior centro de confluência.

Por outro lado, não se pode perder de vista a importância dos empreendimentos de grandes fazendeiros mineiros, que sustentavam a economia provincial e o Império. Tais fazendeiros incorporavam às suas fazendas oficinas para transformação de matéria-prima que atendiam tanto a si próprios quanto a um crescente mercado local. São eles também que fomentam a chegada de ferrovias de bitola estreita que, apesar de suas limitações tecnológicas para a época, eram capazes de alcançar suas fazendas e fazer escoar a produção de maneira mais eficiente que as tropas.

De Paula (2000) é taxativo ao afirmar que a capitania de Minas Gerais inaugurou a modernidade no Brasil, com a produção efetiva de sistemas modernos, ainda que não tenha sido capaz de transformá-los ao longo do século XIX em vetores de desenvolvimento da produção em escala ampliada. De maneira não exaustiva, buscar-se-á enumerar os principais experimentos, ensaios, incursões e iniciativas que se concretizaram em realizações de vanguarda – mesmo aquelas de baixa duração – no contexto provincial agrário mineiro.

### 2.4.1 Siderurgia

As primeiras realizações de vanguarda dão-se na área da siderurgia, cuja implantação na província foi muito requisitada no século XVIII<sup>98</sup> e compunha a pauta de desenvolvimento dos inconfidentes mineiros. O tema foi objeto de investigação de Libby (1988), que traçou um panorama da trajetória das pequenas fundições nas Minas oitocentistas. Segundo ele, a expansão da siderurgia na província ocorreu a partir da segunda década do século XIX e se deveu principalmente ao seu isolamento geográfico e aos altíssimos preços dos produtos de ferro importados. Durante seis décadas houve evolução do setor, com auge em 1860, quando passa a ser desestimulado por dois fatores principais: a penetração das ferrovias pelo território mineiro, o que fez findar seu isolamento e propiciou a entrada de produtos siderúrgicos importados de baixo custo; e a abolição da escravidão, que privou o setor da sua única vantagem competitiva em relação ao produto internacional. Mesmo assim, suas estimativas apontam que entre 1855 e 1883 o número de forjas em funcionamento não foi inferior a 60, e em vários momentos ultrapassou a cifra das 100. O setor só ganharia força novamente em Minas Gerais no século XX.

Via de regra, a siderurgia mineira oitocentista era praticamente artesanal e possuía algumas características singulares que só foram se alterar efetivamente 13 anos após a instalação da EMOP, quando seus egressos passaram a participar e dar assistência técnica na implantação de pequenas fundições, o que ficou conhecido como Fase de Usinas (MATOS E MELLO, 2012). Ao longo dos Dezenove, o setor teve como principal cliente a agricultura; fornecia peças para a lavoura, mineração e construção, além de um grande sortimento de utensílios domésticos para a população. Operava em três níveis de complexidade: por meio de cadinhos<sup>99</sup>, da forja italiana, e da forja catalã. Utilizava carvão vegetal e energia hidráulica; dependia de africanos escravizados que dominavam o processo produtivo, denominados “escravos-fundidores”; e tinha baixíssima capacidade de fixação do homem livre (MARTINS, 1980; LIBBY, 1982).

---

<sup>98</sup> Relata Carvalho (2013): “A sugestão de substituir a decadente produção de ouro pela do ferro já fora, aliás, feita pelo governador d. Rodrigo José de Menezes em 1780 em sua Exposição sobre o estado de decadência da Capitania de Minas Gerais. A própria mineração do ouro exigia ferramentas de ferro, mercadoria excessivamente cara nas Minas” (CARVALHO, 2013, p. 183).

<sup>99</sup> O método de produção por meio de cadinhos foi trazido da África por escravos, o que contribuiu sobremaneira para sua disseminação territorial (DE PAULA, 2000).

Consentino (2013) chama atenção para o fato da siderurgia mineira se tratar de um caso inédito na história do escravismo moderno na medida em que se desenvolveu com base no trabalho escravo. Segundo Birchall (1998) e De Paula (2002), este trabalhador serviu ao desenvolvimento da siderurgia tanto como catalisador quanto bloqueador. Ao mesmo tempo em que era capaz de fundir e suprir demandas locais com um produto de custo competitivo, desencorajava a adoção de métodos modernos. A presença maciça da mão de obra cativa é descrita por Martins (1980):

*Nas forjas do Girau, metade dos trabalhadores eram escravos. Nas do Bonfim, o proprietário tinha tentado, sem sucesso, empregar apenas homens livres: ao tempo da visita de Saint-Hilaire a maioria da força de trabalho era servil. Eschwege também tentou utilizar só trabalho livre, mas logo recorreu a escravos, que foram treinados e empregados em todos os trabalhos da fundição. A força inicial foi de 20 cativos, aumentada, poucos anos depois, para 50. Morro do Pilar usava escravos alugados: durante um período a empresa tinha, além do pessoal regular, uma força suplementar de 120 escravos. Monlevade empregava 150 cativos em São Miguel do Piracicaba em 1853. Quando morreu, em 1872, seu espólio incluía nada menos de 200 escravos, muitos dos quais mestres fundidores. (MARTINS, 1980, p.49).*

Embora a província tenha contado com extensa rede de forjas e manufaturas de ferro com maior concentração na região central (DE PAULA, 2000; RODARTE, 2008), evidentemente, em razão da rigidez locacional de sua principal matéria-prima, alguns empreendimentos entraram para a história pelo seu pioneirismo e tecnologia empregada. Rodarte (2008), Mello (2010) e Baeta et al. (2012) destacam cinco: a primeira delas é a estatal **Fábrica Real de Ferro** no arraial do Morro do Pilar (então município de Conceição do Mato Dentro), estabelecida em 1808 pelo Intendente Geral das Minas e mineralogista Manuel Ferreira da Câmara Bethencourt e Sá, e que utilizava fornos suecos operados por técnicos alemães. Funcionou por seis anos e fechou as portas após grande prejuízo decorrente de falhas no planejamento.

A segunda é a **Usina Patriótica** (Forjas do Prata), em Congonhas, iniciativa privada do Barão de Eschwege, que iniciou suas atividades em 1812 e gerou, pela primeira vez no país, partida de ferro líquido com qualidade industrial, além de laminação de aço. Já a terceira usina mineira foi implementada por **Jean Monlevade**, em sua fazenda em São Miguel do Piracicaba (atual município de Rio Piracicaba) no ano de 1825, e utilizou-se do método catalão, o mais avançado no Brasil à época. A usina foi administrada por Monlevade até 1872, ano de seu falecimento, e foi adquirida pelo Barão de Mauá em 1894, que modernizou seus equipamentos e instalou um sistema de energia elétrica de fonte hidráulica, com ganhos substantivos na produtividade. Segundo Carvalho (2010), nenhuma inovação técnica superior à forja catalã seria feita por iniciativa estatal ou privada até o último quartel do século XIX.

Em 1888, inaugura-se em Itabira do Campo (atual município de Itabirito) a **Usina Boa Esperança**, por Albert Gerspacher, Amaro da Silveira e Carlos da Costa Wigg. Trata-se da primeira usina com características modernas do Brasil capaz de superar a produção de uma tonelada diária, além de ter sido pioneira na produção de tijolos refratários no país, que eram utilizados nos altos-fornos. Assim como a usina de Monlevade, foi adquirida em 1892 por Mauá e, em 1900, passou para a Sociedade Queiroz Júnior. Por fim, em 1893, Carlos da Costa Wigg e Joseph Gerspacher abrem um segundo alto-forno nas proximidades da estação ferroviária de Miguel Burnier, em Ouro Preto, batizada de **Usina Wigg**, que encerraria suas atividades apenas em 1969. As Usinas Wigg e Esperança foram as únicas usinas brasileiras com altos-fornos a chegarem ao século XX.

No esteio do progresso, o setor foi agraciado com duas revistas especializadas na virada para o século XX, a “Revista Industrial de Minas Geraes”, que circulou entre 1893 e 1899, e a revista “Brazilian Engineering and Mining Review”, com edições de 1902 a 1908, ambas editadas por Alcides Medrado, que tinham por objetivo divulgar as potencialidades das riquezas minerais do estado e atrair investidores (SANTOS & LOPES, 2012).

## 2.4.2 Indústria Têxtil

Em relação à indústria têxtil, Libby (1988) divide sua trajetória em Minas em duas fases: a inicial, que corresponde à primeira metade do século XIX, em que predominou a produção doméstica de tecidos, herança de um passado colonial que envolvia principalmente a população feminina e se aproveitava da abundância de algodão; e a final, referente às duas últimas décadas do Império, com o desenvolvimento maquinofatureiro e a utilização majoritária de trabalhadores livres. Segundo ele, o setor representou o maior ramo das atividades de transformação de Minas no século XIX, cuja organização fabril observada ao final do século XIX possuía traços paternalistas na medida em que agregou mão de obra jovem e órfã, e viabilizou uma lenta e gradual transição do trabalho escravo para o livre.

Em sua análise, Libby (1988) chama atenção para algumas características do setor. Era comum o cultivo e venda de algodão em rama por toda a província, o que indica a ampla difusão da atividade. Sua análise dos Mapas de População de 1831-1840 indica que conjunto de fiandeiras profissionais superavam em larga medida a de tecedeiras. Além disso, verificam-se evidências de laços de integração regional entre distritos especializados em fiação, que supriam outros especializados em tecelagem, ao mesmo tempo em que se identificavam lugares especializados em certos tipos de confecção. Evidência do crescimento do setor é vislumbrada em 1846, quando foi registrado no Relatório do Presidente o pedido de quatro municípios com relevante fabricação têxtil – Piranga, Barbacena, São João d'El Rei e Aiuruoca – reclamação por construção de estradas para escoamento da produção. Ressalta-se que a paulatina entrada de tecidos estrangeiros na província causou o declínio da produção têxtil doméstica, ainda assim, a enorme difusão da produção artesanal e seu enraizamento na cultura popular fez com que os tecidos estrangeiros não fossem capazes de acabar de vez com a prática no século XIX. Segundo Dulci (2013),

*A característica que marca a trajetória do setor têxtil e reforça o seu significado na industrialização mineira é a descentralização espacial dos investimentos. As mineradoras e forjas de ferro se localizavam, por razões*

*óbvias, na região central, que veio a se chamar Zona Metalúrgica. Já as companhias de tecidos, ao contrário, se localizaram em vários pontos da Província. A marcha dos investimentos industriais acompanhava a desconcentração da população, que resultou na fundação de cidades e no estabelecimento de fazendas em grande parte do território mineiro durante o século XIX. (DULCI, 2013, p. 358)*

Iglesias (1958) e Libby (1988) relatam também que entre 1830 e 1870 foram registradas apenas duas experiências fabris têxteis no Brasil, a primeira em Sabará, em 1838, com a **Companhia Industrial Mineira**, e a segunda em Conceição do Mato Dentro, entre 1842 e 1843, denominada **Fábrica de Tecidos Cana do Reino**, de propriedade dos ingleses Pigot e Cumberland. Para Vaz (1977), a experiência de 1838 é relevante porque pela primeira vez há uma tentativa de instalação de uma fábrica que buscasse desenvolver tecnologia própria diferente das técnicas artesanais até então em prática. O mesmo autor relata que o setor têxtil fabril se desenvolveu concentrado na zona metalúrgica, e que em 1865, 46% dos empreendimentos ali se concentravam, mesmo considerando a crescente população de regiões como a Zona da Mata, Triângulo e Sul. A desconcentração só se daria quando a dependência pela energia hidráulica e pela proximidade com a matéria-prima fosse resolvida pela chegada das ferrovias e da energia elétrica.

Libby (1988) relata que o ano de 1872 marca o início da efetiva produção industrial de tecidos na província<sup>100</sup>, com a instalação de duas fábricas, a **Cedro**, em Sete Lagoas, e a **Brumado**, em Pitangui. A partir de então outras fábricas entraram em operação: em 1873 a **Industrial Machadense**, em Alfenas; em 1876 a **Fábrica Cachoeira**, em Curvelo; em 1877 a **Fábrica de Beri-Beri**, em Diamantina; e 1879 a **Companhia União Itabirana**, em Itabira, seguida de tantas outras em locais como Santo Antônio

---

<sup>100</sup> De Paula (2002) relata que o capital para o desenvolvimento têxtil ao longo dos Oitocentos foi oriundo, via de regra, de grupos de parentes e amigos, e que geralmente eram estabelecidas nos locais de residência dos investidores, padrão que foi se alterar a partir de 1880, quando passa a ser adotado o sistema de sociedades anônimas que passou a predominar no setor. Este tipo de mudança, todavia, não foi capaz de introduzir alterações significativas nos padrões de investimento, uma vez que a maior parte das ações continuava concentrada em um pequeno número de pessoas. Será somente em 1890, pós-encilhamento, que o setor será beneficiado com a presença de investidores de maior experiência.

do Machado, Sabará, Curvelo, Pará, Oliveira, Tamanduá e Dolores do Indaiá. Como estratégia de aquecimento do mercado, a presidência de Minas ordenou que fossem privilegiadas as manufaturas mineiras para vestimenta dos praças do Corpo Policial e dos presidiários (IGLESIAS, 1958).

Em 1885 Minas Gerais liderava as províncias em número de fábricas têxteis, com 13 ao todo (LIBBY, 1988), e no início do século XX, 25% delas já utilizavam energia elétrica (VAZ, 1977). Eram mais comuns as fábricas de pequeno porte, o que se associava tanto às dificuldades em se levar equipamentos ao mesmo tempo pesados e delicados para o interior de Minas, quanto pelo predomínio de um mercado consumidor essencialmente local, o que não impediu que os tecidos mineiros circulassem nas praças do Rio de Janeiro (DE PAULA, 2002;2006). Do contexto das fábricas de pequeno porte excetuavam-se aquelas instaladas na Zona da Mata mineira, que se comparavam às grandes indústrias nacionais da época.

Vaz (1997) pondera que, apesar de o maquinário adotado pelas fábricas instaladas a partir de 1870 ter sido considerado de ponta para a época, as estratégias produtivas adotadas por grande parte das fábricas, frente a busca pela máxima obtenção de lucros, não priorizaram a modernização e substituição dos bens de produção, o que resultou, na primeira metade do século XX, em um processo paulatino de degradação e obsolescência. Mesmo os lucros gerados pela Segunda Guerra Mundial não foram incentivo suficiente para a mudança deste perfil.

### 2.4.3 Ferrovias

Havia uma preocupação explícita do governo central em resolver a questão da integração viária<sup>101</sup> em Minas Gerais, cujo alto custo dos transportes onerava o

---

<sup>101</sup> Ao longo dos Oitocentos a opção pelas hidrovias foi bastante debatida, mesmo que não tenha sido levada a cabo como as ferrovias, conforme relatam Batista et al. (2012): “Em 1843, por exemplo, foi proposto que no ponto inicial da navegação do São Francisco fosse levantada uma nova capital provincial. O engenheiro Heinrich W. F. Halfeld foi designado para explorar o Rio São Francisco e seus afluentes desde a cachoeira de Pirapora até o oceano Atlântico, por incumbência do Governo Imperial, pesquisa que realizou entre 1852 e 1854 e que resultou na publicação do Atlas e Relatório Concernente à Exploração do Rio São Francisco. No fim da década de 1840, os irmãos Ottoni empreendiam a navegação a vapor do Rio Mucury e a construção de estrada a ligá-lo a Minas Novas. O maior entusiasta de projeto hidroviário parece ter sido, todavia, o presidente Joaquim Saldanha Maranhão que, em 1867, coletou dados que revelaram potencial de 3.600 km de rios navegáveis em Minas” (BATISTA, 2012, p. 169).

sistema produtivo e influenciava diretamente no dinamismo do comércio interno e externo da província (GODOY & BATISTA, 2008). Segundo Batista et al. (2012):

*No período imperial, os três planos viários elaborados para Minas Gerais objetivaram modernizar a infraestrutura de transportes<sup>102</sup>. Os planos de 1835, elaborado por Bernardo Pereira Vasconcelos, de 1864, pelo engenheiro Henrique Gerber, e o de 1871, pelo engenheiro Modesto Faria Bello, destacam-se por dupla preocupação: ligar a economia mineira a mercados externos, especialmente ao do Rio de Janeiro, e superar o problema da desarticulação interna. As políticas viárias convergiram para a combinação entre múltiplas modais, sem desconsiderar a modernização dos transportes tradicionais. (BATISTA et al., 2012, nota de rodapé nossa)*

A instalação de ferrovias na província, símbolo maior do progresso mundial nos Oitocentos, impactou intimamente seu perfil produtivo. Segundo Lima (2015), as motivações para a escolha de traçados, localização de estações ferroviárias, mão de obra empregada e perfil das locomotivas foi determinante para a ocupação do interior mineiro e, conseqüente, para o aparecimento e fortalecimento de centros urbanos com geração de riqueza, ainda que tenham sido mantidos no território verdadeiros vazios demográficos, que só seriam ocupados na segunda metade do século XX. As ferrovias vão alterar as formas de abastecimento das cidades litorâneas brasileiras e fortalecer o perfil agroeconômico que sucedeu a economia mineira após o fim da exploração aurífera. Batista et al. (2012) assim sintetizam a Era Ferroviária em Minas:

*A era ferroviária mineira começa com os primeiros trilhos assentados em 1869 e em 1940 já está praticamente encerrada. Marcada por seis períodos: 1869-1878, 1879-1898, 1899-1907, 1908-1916, 1917-1928 e*

---

<sup>102</sup> Detalhamento desses planos é encontrado em Godoy e Batista (2008).



*1929-1940, a malha mineira se tornou a maior rede ferroviária estadual do Brasil. Seus principais desenvolvimentos ocorrem durante os anos de 1879 a 1898, quando mais de 3.000 km são assentados, e no período que se estende de 1908 a 1916, quando são assentados mais de 2.000 km de trilhos. Para além do diferencial de velocidade de crescimento da malha, tais períodos se distinguem pela forma de atuação do capital público. Enquanto nos anos de 1879 a 1898 o capital público aparece com uma atuação relativamente passiva, uma vez que apenas sofre com os encargos referentes às garantias de juros, subvenções quilométricas e empréstimos, no período compreendido entre 1908 a 1916, sua atuação é direta e ativa, tanto enquanto proprietário de grande parte da malha como administrador de companhias ferroviárias. (BATISTA et al., 2012, p. 198)*

No século XIX atuaram em Minas Gerais seis grandes companhias ferroviárias (BATISTA et al., 2012). A primeira é a **Estrada de Ferro Dom Pedro II** (Estrada de Ferro Central do Brasil), primeira ferrovia a chegar à província em 1869. A segunda é a **Rede Sul Mineira** (Estrada de Ferro Sul de Minas), cuja história inicia-se em 1874, e é fruto do sucessivo encampamento e fusão de diversas companhias ferroviárias que se articularam no sul da província. Recebeu esse nome em 1931, resultante da fusão entre a Central do Brasil, a Oeste de Minas e a Sul de Minas, tornando-se a maior rede ferroviária da história mineira. A terceira, por sua vez, é a **Estrada de Ferro Oeste de Minas**, oriunda da fusão da Rede Sul Mineira e da Estrada de Oeste de Minas, com concessão obtida em 1973 e inauguração do seu primeiro trecho em 1881. A quarta é a **Estrada de Ferro Mogiana**, empresa paulista fundada em 1872 e que chega à Uberaba, no Triângulo Mineiro, em 1889, e um ano depois em Araguari. A quinta é a **Estrada de Ferro Bahia a Minas**, concretização de projeto político de Teófilo Ottoni para povoar e desenvolver o nordeste de Minas, que tem sua concessão em 1880. Por fim, a sexta é a **Estrada de Ferro Leopoldina**, cujas operações iniciaram-se no sudeste mineiro em 1874, e que era caracterizada principalmente por sua rede irregular, pela sua desorganização e pela competição com as demais companhias que operavam na Zona da Mata. Apesar disso, por muitos anos teve superávits graças ao transporte de café para o Rio de Janeiro. Cabe mencionar uma

sétima companhia, a **Estrada de Ferro Vitória a Minas**, concebida em 1890, inaugurada em 1903, e que chega a Minas em 1907. Originalmente, deveria ser estendida até Diamantina, entretanto, por pressão de investidores britânicos, foi redirecionada à região das jazidas de ferro no centro do estado.

As ferrovias mineiras registraram extensão de 4.048 quilômetros em 1909 (similar à de São Paulo na mesma época, de 4.296), e chegaram a percorrer 8.160 quilômetros em trilhos pelo território mineiro em 1938 (WIRTH, 1982). Tal extensão não foi observada em nenhum outro estado do Brasil até o início de sua desarticulação na segunda metade do século XX, por serem onerosas aos cofres públicos, dependentes de tecnologia estrangeira, e incapazes de integrar o mercado interno regional por seu perfil radial (BATISTA et al., 2012). Esses autores relatam que a ausência de planejamento é a principal característica da malha ferroviária mineira, marcada pela variação e incompatibilidade de bitolas, traçado irracional e incompatível com as especificidades econômicas e naturais regionais, administração ineficiente, e desarmônico apoio do poder público<sup>103</sup>. Para Blasenheim (1996), é marcante também em seu processo de expansão a atenção excessiva de ricos fazendeiros na realização de lucros em curto prazo, que não se preocupavam com articulação regional dos trilhos e seus impactos socioambientais.

Lima (2015) esclarece que a questão do tamanho das bitolas é somente técnica, proporcional à dimensão da ferrovia, número de passageiros e capacidade de carga. A adoção da bitola estreita em detrimento da larga era comumente justificada por seu baixo custo e capacidade de atender a produções modestas em contextos de relevo movimentado, por sua capacidade de curvas em raios menores. Embora pudesse ser alargada para suportar cargas mais elevadas, a diferença de bitolas acabou trazendo

---

<sup>103</sup> A esse respeito, Lima (2015) chama atenção para o fato de que “*a política de transportes em Minas foi oscilante, ora favorecendo, ora desestimulando a construção de ferrovias. E, principalmente, mesmo que houvesse uma crença coletiva nas benesses da ferrovia, isso não teria sido suficiente para a articulação de um plano geral que coordenasse a implantação da malha ferroviária de maneira eficaz*” (LIMA, 2015, p. 66). Longe de ser uma unanimidade, enfrentou a resistência política em Minas e no Brasil de homens como Bernardo de Vasconcellos (político, jornalista, juiz de fora e jurista), Honório Hermeto Carneiro Leão (Marquês do Paraná, político, diplomata e magistrado), e Pedro de Araújo Lima (Marquês de Olinda, regente, primeiro-ministro do Império do Brasil e presidente da câmara dos deputados), além da desconfiança de presidentes da província como Affonso Penna e Bías Fortes.

incompatibilidades e dificuldades de adequações, inclusive entre locomotivas e vagões. Tais diferenças geravam constantes atrasos e prejuízos, dada a necessidade de constante baldeação de cargas entre trechos de 0,76 metros e 1,00 metros, até de 1,40 metros no caso da Estrada de Ferro Pedro II. Inicialmente vantajosa, a bitola estreita revelou seus custos a médio prazo.

Não obstante todos os percalços, é indiscutível a importância das ferrovias para a organização dos territórios mineiro e brasileiro, na medida em que reorganizou a produção e viabilizou a economia do café, costurou a passagem do sistema mercantil-escravista para o industrial-capitalista, estimulou a criação de novos agentes produtivos e contribuiu para a atração e fixação de grande contingente populacional estrangeiro, com expressiva mão de obra especializada (BORGES, 2011).

#### **2.4.4 Industrialização de Juiz de Fora e a primeira experiência hidrelétrica da América do Sul**

Para além da siderurgia, da indústria têxtil e das ferrovias, a compreensão da modernidade em Minas Gerais no século XIX requer um olhar atento sobre dois processos: a industrialização de Juiz de Fora e a transferência da capital para Belo Horizonte. Segundo De Paula (2006), a inauguração da estrada de rodagem União-Indústria em 1861 – infraestrutura pioneira no Brasil, que marcou o início da modernização dos transportes em Minas Gerais – e a chegada massiva de ferrovias na Zona da Mata quase uma década depois criaram as condições para a urbanização e industrialização de Juiz de Fora, cidade que já se afirmava na segunda metade do século como importante entreposto comercial e de armazenagem do café produzido na região. Ali, a concentração e circulação de divisas oriundas da economia cafeeira criou um ambiente propício para a diversificação econômica e para industrialização.

Aliás, foram as grandes obras de infraestrutura viária<sup>104</sup> que criaram as condições para a industrialização, por meio de sua organização, utilização de mão de obra estrangeira e divisão técnica do trabalho predominantemente assalariado (DE PAULA, 2006). Foi comum que parte dos operários, ao final das obras, se fixassem na cidade e

---

<sup>104</sup> O tema é tratado no âmbito nacional de maneira profunda em Lamounier (2000) e Lamounier (2013).

fundassem estabelecimentos de caráter manufatureiro-industrial. A reunião de uma série de condições favoráveis resultou em um complexo econômico autônomo em que o café teve participação indireta, processo semelhante ao verificado no Rio de Janeiro e em São Paulo, mesmo que em um contexto periférico. O parque industrial ali criado rendeu à cidade o epíteto de Manchester Mineira.

Dulci (2013) relata que a contribuição definitiva ao desenvolvimento de Juiz de Fora foi obra de Bernardo Mascarenhas, que criou a Companhia Mineira de Eletricidade<sup>105</sup> (CME), um empreendimento revolucionário pioneiro na geração de energia hidrelétrica na América do Sul, inaugurado em 1889 com capacidade de 250 kW. Seu objetivo era de fornecer energia para a iluminação pública, para uso doméstico e para as indústrias, e isso se cumpriu em 1898, quando atingiu a marca de 600 kW, com desdobramentos diretos na evolução urbana-industrial local que transformou Juiz de Fora em um dos principais polos industriais brasileiros nas primeiras décadas do século XX. De Paula (2002) demonstra que os desdobramentos da circulação do capital cafeeiro e da diversificação produtiva acarretaram:

*(...) na criação e modernização dos meios de transporte rodo-ferroviários, com destaque para a Cia. Mineira, Cia. Ramal do Rio Novo e a Cia. E. F. Juiz de Fora-Piau; na criação de bancos como o Banco Territorial e Mercantil, fundado em 1887 e o Banco de Crédito Real, fundado em 1889; na criação e melhoria dos transportes urbanos, como por exemplo a Cia. Ferrocarril de Porto das Flores e Pará e a Cia. Ferrocarril de Bondes de Juiz de Fora; na construção civil/industrial; na indústria propriamente dita, com destaque para os setores têxtil, mecânica, química e alimentos; no setor de energia elétrica, com a criação da Cia. Mineira de Eletricidade, além dos setores de serviços diversos como escolas secundárias, hospitais etc. (DE PAULA, 2002, p.12)*

---

<sup>105</sup> Em 1905, a CME adquiriu a Companhia Ferrocarril de Bondes de Juiz de Fora, tracionada por animais, e em 1906 faz circular pela cidade bondes elétricos, experiência já conhecida na nova capital mineira desde 1902, dez anos depois da instalação do primeiro sistema de bondes elétricos de América Latina no Rio de Janeiro, em 1892.

Por tudo isso, Juiz de fora se tornou como uma cidade efetivamente capitalista no século XIX, industrializada, urbanizada, com predomínio de mão de obra livre e assalariada, cuja modernidade é equiparável à cidade de São Paulo da época.

#### **2.4.5 O Congresso Constituinte Mineiro de 1891, a mudança da capital e o arrojado projeto de integração regional de Minas Gerais**

Após a proclamação da república, ocorreu em 1891 o Congresso Constituinte Mineiro, com o objetivo precípuo de promulgar a carta constitucional estadual e organizar os rumos do estado em seu novo contexto federalista. Ali foram discutidas as crises de mão de obra vivenciadas com o fim da escravidão e os desafios logísticos para escoamento da produção cafeeira para o exterior – reclamados principalmente por representantes das regiões Sul e Mata -, além de estratégias para promoção da modernização como via para superação do atraso das diversas regiões mineiras e garantia de autonomia do novo estado frente a União (AGUIAR, 2006). O autor relata que, do congresso, saíram três encaminhamentos principais: o desenvolvimento das redes ferroviárias e hidroviárias por meio de subvenções; o estímulo a atração de imigrantes e colonos europeus tutelados pelo governo mineiro para suprir a mão de obra da cafeicultura, modernizar o campo e diversificar sua produção; e a transferência da capital<sup>106</sup>, sonho dos inconfidentes<sup>107</sup> do século XVIII (SINGER, 1974).

Aguiar (2006) relata que o desejo das elites mineiras<sup>108</sup> era de que a nova capital fosse delineada como símbolo de superação do mundo escravocrata, com arquitetura e infraestrutura compatível com a das novas cidades europeias e americanas. Tratava-se de um projeto político que visava a promoção da modernização em alicerces urbanos e industriais, sensível ao estímulo do planejamento e desenvolvimento

---

<sup>106</sup> Para uma análise pormenorizada do processo e seus antecedentes, ver Singer (1974) e ALMG (1989).

<sup>107</sup> Após a Inconfidência Mineira, cogitou-se entre os políticos da província a transferência da capital por cinco vezes até 1851, sem lograr sucesso. Em 1867 tramitou projeto do Deputado Padre Agostinho de Souza Paraíso que foi aprovado em Assembleia, mas vetado pelo Presidente da província (ALMG, 1989).

<sup>108</sup> Tais ideias eram apoiadas por políticos como Augusto de Lima, Afonso Pena e João Pinheiro.

regional e à aproximação com mercados internacionais, em contraste com Ouro Preto, então alegoria da decadência da economia mineira (MATOS, 1992).

Das cinco localizações consideradas pela Comissão Técnica composta em 1892 para a construção da “Cidade de Minas Gerais<sup>109</sup>” – Belo Horizonte (distrito de Sabará); Várzea do Marçal (distrito de São João Del Rei); Paraúna (Distrito de Diamantina); Barbacena e Juiz de Fora (SARAIVA, 2008) – a primeira venceu a segunda em reunião do congresso mineiro em 1893 por diferença de apenas dois votos (30 a 28, com 14 ausências). A chefia da comissão construtora ficou a cargo do engenheiro civil e geógrafo Aarão Leal de Carvalho Reis, egresso da Escola Politécnica do Rio de Janeiro. A escolha por uma região geográfica central aquietou as tendências separatistas<sup>110</sup> verificadas ao longo do século, ainda que os políticos do Sul e Mata tivessem clara inclinação para a escolha da Várzea do Marçal (ALMG, 1989).

O projeto da nova capital espelhou-se nos exemplos da Paris de Haussmann, da Washington de L’Enfant, e da La Plata, de Benoit, cujas concepções urbanísticas refletiam a visão positivista de progresso em voga<sup>111</sup> (SCHMIDT, 1979; MATOS, 1992; DULCI, 1999; CARVALHO, 2005). A nova capital deveria ser capaz de articular as várias regiões de Minas, e para isso era primaz que se localizasse em região central, com situação geográfica adequada à sua expansão, para onde deveriam afluir esforços políticos para que sua função de centralização fosse viabilizada por melhorias na rede de transportes e incentivo à indústria (MATA-MACHADO, 1987; MATOS E MELLO, 2012). O propósito maior era de se alcançar o equilíbrio do poder

---

<sup>109</sup> A nova capital recebeu o nome de Cidade de Minas na sua inauguração em 1897, e passou a se chamar Belo Horizonte em 1901 (SINGER, 1974).

<sup>110</sup> De acordo com Saraiva (2008), é no Sul de Minas que os movimentos separatistas foram mais sentidos no século XIX, cujas comarcas visavam ou fundirem-se a São Paulo, ou separarem-se em nova província. Outros movimentos separatistas foram verificados nas regiões Oeste, Norte e Zona da Mata. Sobre isso, ver também Singer (1974).

<sup>111</sup> Segundo Matos (1992), “as exigências da ordem capitalista vieram incidir sobre o planejamento das cidades, ensejando a racionalidade circulatória, visando o tráfego mecânico e a mobilidade das forças de segurança. A modernidade tem início em Paris de Napoleão II, através das grandes demolições e reconstrução do centro parisiense. A seguir, Viena, Florença, Barcelona, e cidades dos EUA, vieram se modernizar todas fortemente inspiradas pelo postulado da retícula ortogonal, em meio a grandes avenidas diagonais, parques públicos e majestosos edifícios públicos” (MATOS, 1992, p.03).

político e econômico do estado através da industrialização e da polarização de seus fluxos produtivos (AGUIAR, 2006). Sintetiza De Paula (2006):

*Belo Horizonte, em mais de um aspecto é a síntese da própria trajetória da modernidade mineira. A cidade nascida do avanço científico e tecnológico, das novas técnicas construtivas, das inovações urbanísticas de Haussmann, da ruptura política com a velha ordem colonial-imperial. Cidade contemporânea das grandes transformações do auge do modernismo europeu – as vanguardas artísticas, o cinema, a emergência das sociedades de massas, da velocidade e da explosão urbana. Cidade sintonizada com os novos termos da urbanização modernista – amplas avenidas, amplos espaços públicos, parques e jardins, espaços distribuídos funcionalmente. E, no entanto, por detrás desta fachada moderna, como um cenário de Potemkin, a mesma continuidade da exclusão, os pobres interditados, a terra urbana privatizada e concentrada, a velha sonegação de direitos sociais que acompanha, como uma sombra, a luz, por vezes intensa, da modernidade mineira. (DE PAULA, 2000, p. 65)*

Apesar do sucesso da transferência da nova capital, Schmidt (1979) pondera que o ensejo dos constituintes de rearticular a rede urbana mineira por meio de um nóculo artificial que fosse capaz de exercer a hegemonia sobre as diferentes regiões do estado demoraria décadas para se realizar. As primeiras estratégias que viabilizariam tal realização foram traçadas em 1903, no I Congresso Agrícola, Comercial e Industrial de Minas Gerais (I CACI), realizado na nova capital.

Articulado e presidido pelo ex-presidente do estado João Pinheiro (1980), e organizado pelo então governo estadual presidido por Francisco Sales, o evento tinha por objetivo elaborar estratégias econômicas para enfrentar a perda de dinamismo econômico verificada desde 1897, pautado na crença de que o desenvolvimento deveria ser politicamente orientado. Contou com expressiva participação da elite política do estado, de empresários da indústria (convidados nominalmente) e

representantes municipais da agropecuária e do comércio (DULCI, 1999; CARVALHO, 2005). Escolheu-se simbolicamente o dia 13 de maio – quando se comemora a abolição da escravidão – para início do evento (BARBOSA, 2008).

Segundo Aguiar (2006) e Barbosa (2008), do congresso resultou um projeto político de desenvolvimento regional, apresentado ao governo, que solicitava a intervenção estatal para a promoção da modernização por meio de incentivos aos investidores privados e da elaboração de políticas tarifárias capazes de proteger a produção regional. As 119 recomendações que o compunham delinearam as políticas públicas governamentais do estado, e enfatizaram a pauta de estímulos da diversificação econômica agrária e industrial, de modernização da agricultura, e da elaboração de uma política mineral arrojada, sendo o poder público o condutor ideal de tais projetos. Além dos impactos positivos para o estado, acreditava-se que os desdobramentos de tais ações sustentariam e dariam força à bancada política mineira no espaço político federal. Por fim, cabe ressaltar que os direcionamentos do I CACI fundamentaram o programa econômico de João Pinheiro, que assumiria a presidência do estado em 1906. Para Barbosa (2003), citada por Barbosa (2008),

*Embora a concretização dos projetos apresentados pelo I CACI não tenha acontecido imediatamente após sua realização, nem mesmo por completo ao longo dos anos, o evento propiciou a unificação dos interesses regionais em torno de um planejamento estratégico, definido na órbita política e mediado pelo poder público. Além disso, fomentou a inserção de um novo grupo a essa esfera, o grupo técnico, especialmente formado por engenheiros e que, no limite, configurava-se por ser o portador de um discurso que lenta, mas efetivamente, se formulava como autorizado: a ciência e a técnica. (BARBOSA, 1993 apud BARBOSA, 2008, p.04)*

Batista et al. (2012) ponderam que nem a transferência da capital, nem o I CACI, e nem a consolidação em 1906 dos interesses das elites regionais em torno do Partido Republicano Mineiro foram suficientes para provocar a recuperação da economia



mineira e seu atraso relativo em relação a São Paulo e Rio de Janeiro na primeira metade do século XX. No entanto, as bases foram criadas para que, na segunda metade do século XX<sup>112</sup>, a Minas do Ferro tomasse as rédeas da Minas da Terra no desenvolvimento do estado.

## 2.5 CONCLUSÃO

Procurou-se demonstrar neste estudo que Minas Gerais não só apresentou desenvolvimento econômico ao longo do século XIX, como foi palco de uma série de ensaios modernos evidenciados pela instalação de empreendimentos característicos do mundo industrial e pioneiros no Brasil. Inequivocamente, as elites agrárias brasileiras foram resistentes às novas regras que definiam o capitalismo nos países industrializados e continuaram apostando no enriquecimento por meio da exploração de vantagens competitivas locais e da mão de obra escrava. Nas cidades, entre as elites e classes médias urbanas, já era claro que o progresso era indissociável da industrialização e da abolição da escravatura. O moroso debate sobre os destinos do país e as indefinições sobre a política fiscal do Império apresentam-se como os mais claros motivos de desconfiança e repulsão de investidores industriais.

Contribuíram também uma série de fatores periféricos, com destaque à indisponibilidade de mão de obra livre e disciplinada, essencial para o funcionamento de fábricas. A Lei de Terras, que buscou limitar o acesso à terra pelo homem comum e assim motivar a criação de uma massa de indivíduos disponíveis para o trabalho assalariado, não foi eficiente, talvez pela extensão geográfica do país e a impossibilidade de garantir a fiscalização de sua ocupação, o que permitia aos indivíduos livres ocuparem terras devolutas, organizarem-se em comunidades e se dedicarem-se à agricultura de subsistência. A solução para o problema de mão de obra por meio da imigração estrangeira ao final do século foi capaz de atrair grandes contingentes populacionais, entretanto, tardia para alterar a posição do Brasil na disputada divisão internacional do trabalho. Mesmo no país, a região centro-sul foi privilegiada com a instalação de maior diversidade de empreendimentos

---

<sup>112</sup> Os esforços pela recuperação da economia mineira na primeira metade do século XX são analisados por Singer (1974) e Dulci (1999).

manufatureiros, o que resultou em uma diferenciação regional que se intensificou no século XX.

Em Minas Gerais, a contínua formação de homens letrados, a circulação de jornais e a formação de clubes e partidos progressistas contribuíram para manter viva a atuação de uma elite intelectual e política que participou intensamente da condução do país. Conquanto fossem caracteristicamente defensores do interesse das elites da terra, expressavam desejo pela industrialização/modernização. Diversos embates documentados mostram que havia, entre os mineiros, aqueles que batalhavam pela intervenção do Estado em prol da criação e fixação de indústrias. Esse discurso se fortalece quando os primeiros egressos da Escola de Minas chegam à vida política com uma visão pragmática e sistêmica do mundo e um desejo inabalável pelo progresso.

Conforme demonstrado, Minas abrigou ao longo dos Oitocentos fábricas, usinas e estradas de ferro, entre outros inequívocos símbolos de modernidade. Mesmo que seu porte e envergadura não sejam equiparáveis àqueles vistos na Europa e nos Estados Unidos, é impressionante a presença de maquinário moderno em um isolado território da periferia comercial mundial. O exemplar esforço de conjuntos de indivíduos permitiu que em vários municípios se vivenciasse, ainda que de maneira muito limitada, reverberações das revoluções industriais que agitavam o mundo norte-ocidental. Certamente, tais experiências contribuíram para a construção de um imaginário popular sobre um outro mundo possível, rico e dinâmico, semelhante à Europa.

As excepcionalidades mineiras – Estado forte, matéria-prima e elites instruídas – fizeram-se valer no seu desenvolvimento industrial, reforçadas pelas contraditórias vantagens de isolamento territorial. Reforça-se que seu caráter geográfico insular conjugado ao maior contingente populacional do Império foram decisivos para a formação de uma constelação de mercados consumidores locais que justificavam e incentivavam o desenvolvimento de atividades manufatureiras, ainda que muitas vezes rudimentares e incorporadas à vida produtiva de grandes fazendas. Não se pode ignorar também que o mercado consumidor interno se beneficiava muito de

relações comerciais estabelecidas com a Corte, cujos lucros circulavam pela província e viabilizavam a sofisticação das formas de consumo.

Ocorreram pioneiramente na Minas Gerais oitocentista a primeira partida de ferro líquido com qualidade industrial, a primeira laminação de aço, a primeira planta siderúrgica moderna com capacidade superior a uma tonelada diária, a primeira fábrica de tijolos refratários, as primeiras experiências fabris têxteis, a primeira usina hidrelétrica da América do Sul e a maior rede ferroviária do país. Tais feitos seriam impossíveis em um contexto de baixa dinamização econômica e/ou de elites iletradas conservadoras.

Apesar de tais experiências, é inegável que a maior parte do extenso território mineiro permaneceu agrário e de baixo desenvolvimento. Os empreendimentos de maior vulto concentraram-se primeiramente na região central, e depois ganharam força nas regiões Sul e Mata, onde o notável desenvolvimento urbano-industrial de Juiz de Fora a transformara em uma cidade efetivamente capitalista pioneira na província. A quantidade de riquezas geradas nas duas últimas regiões, associada à insatisfação com o governo provincial, foi motivo gerador de movimentos separatistas que, embora não lograssem êxito, revelavam a fragilidade da coesão regional do mosaico mineiro.

A proclamação da república e o pacto federativo oportunizaram aos mineiros, agora com maior autonomia governamental, a redesenhar o destino de Minas Gerais. Entre as deliberações do Congresso Constituinte Mineiro, decidiu-se pela transferência da capital e pela criação de uma cidade que pudesse guiar Minas novamente ao seu esplendor. Seu projeto arrojado, inspirado nas reformas urbanas dos países industrializados, imprimiu na região central de Minas uma nova paisagem moderna, de traçado cartesiano, apta à industrialização e à expansão urbana. Belo Horizonte trouxe novo equilíbrio ao cenário político e lentamente proporcionou a desejada articulação das economias regionais, guiada pelas recomendações do I CACI.

O conjunto de evidências arroladas permitem afirmar que elementos chaves para a compreensão da modernidade no Brasil surgiram em Minas Gerais. Verificou-se entre as elites mineiras pioneirismo, ousadia e senso de oportunidade, marcas indelévels

do capitalismo industrial, cujas experiências serviram de exemplo e replicação em todo o país.

### **3 ARTIGO III – ESTRUTURAS TERRITORIAIS DINÂMICAS E MUDANÇAS MODERNIZADORAS EM MINAS GERAIS ENTRE 1940 E 2010<sup>113</sup>**

#### **3.1 INTRODUÇÃO**

O século XX foi decisivo na modernidade. O mundo viveu um extraordinário quadro de mudanças modernizadoras, mesmo no período do entre guerras, momento em que as indústrias bélicas e aeronáutica desenvolveram imensamente. Do ponto de vista territorial, a despeito de o século ser o da inequívoca supremacia do capitalismo moderno e dos capitais industrial e financeiro, a disputa por espaços expandiu sob modalidades distintas de competição. Durante milhares de anos, o fundamento da geração de riqueza foi o fator terra, é inegável, mas o século XX foi sem dúvida o da verdadeira Era do Capital, mais ou menos como preceituava Hobsbawn. O fator terra então pode ser repensado como palco de conflitos à medida que avança por exemplo o capital industrial sobre antigas áreas semi-decadentes associadas à agricultura e ao pastoreio. Esse avanço geralmente envolveu a participação seletiva do Estado na dotação de infraestruturas, sem as quais dificilmente a indústria pesada se instala. O somatório de ações do Estado, reestruturando grandes espaços, e da iniciativa privada, implantando fábricas e edificações capazes de fundar cidades, impacta a fisionomia territorial. Gera conflitos, que não raro só se resolvem com a partição territorial, de modo a acomodar antigas e novas elites políticas locais e regionais. Minas Gerais, que flertava com a modernização há muito tempo, experimentou essas partições até a exaustão, sobretudo em suas porções meridionais, abaixo do paralelo 19, relativamente mais próximas das áreas mais dinâmicas do país, São Paulo e Rio de Janeiro. É evidente que muitas das emancipações municipais são uma espécie de oportunismo tributário levadas a cabo por grupos insatisfeitos com a distribuição dos repasses de impostos pelo Governo Federal, frequentemente mais favoráveis às cidades sedes dos municípios, mesmo as que vivem estagnação e perda de população. Contudo, muitas outras emancipações são derivadas principalmente de

---

<sup>113</sup> Uma versão deste artigo foi publicada em 2015. Ver: COSTA, Alfredo. Estruturas territoriais dinâmicas e mudanças modernizadoras ao longo de 70 anos em Minas Gerais (1940 - 2010). Revista da ANPEGE, v. 11, p. 151-183, 2015.

dois fatores inequivocamente modernos. De um lado, a expansão da urbanização acompanhada do crescimento demográfico, e de outro lado, mudanças na base produtiva geralmente derivadas do avanço de inéditas formas de industrialização.

Este estudo aborda as reestruturações territoriais em Minas Gerais do período entre 1940 e 2010 sob a perspectiva dessas mudanças. A hipótese de que houve um processo de modernização e reestruturação econômica dos municípios mineiros sustenta-se nos significados da mudança do seu perfil produtivo, que em 1940 era amplamente baseado no setor primário, e em 2010 fortemente dependente do setor secundário.

Verifica-se em 1940 um cenário com mais nexos com o passado do que com o futuro. Se preservadas aquelas tendências, Minas deveria ser hoje um estado de base produtiva fundamentalmente rural, o que não se verifica. Acredita-se que os 70 anos entre 1940 e 2010 provocaram uma reestruturação do território mineiro sustentada pelo avanço do processo de urbanização e pela modernização da economia industrial.

Para tanto, propõe-se aqui investigar três questões: I) Há convergências entre as mudanças modernizadoras e às mudanças estruturais no período em Minas Gerais?; II) Em que medida essas mudanças se desdobraram nos municípios mineiros?; III) É possível estabelecer laços entre concentração urbano-econômica e modernização em Minas Gerais?

Como pano de fundo, tem-se o estado de Minas Gerais como um caso exemplar em que determinados eventos macroestruturais de grande significação pontuaram sua história desde o século XVIII, e em larga medida introduziram pioneirismo no processo de modernização urbana e sua reestruturação econômica. Um destes eventos macroestruturais – possivelmente o mais importante – diz respeito ao impulso que a mineração na então Capitania produziu no Brasil, de tal modo que a partir do século XVIII, após romper com o Tratado de Tordesilhas, a Colônia se tornou um país de grande extensão territorial. A mineração influiu na espacialização do sudeste brasileiro em consequência de sua expansão geográfica a oeste. Além disso, Minas fez surgir

o Caminho Novo para controle e escoamento do ouro, dinamizando o Rio de Janeiro, até se tornar a capital do Brasil, substituindo Salvador<sup>114</sup>.

De fato, Minas Gerais do Século XVIII era uma centralidade interiorana que lançou tentáculos para Goiás, Mato Grosso, parte do vale do São Francisco, e para o Rio de Janeiro. Essa nova cartografia vinha articulada por caminhos que acabaram delineando uma rede urbana relativamente precoce (MATOS et al., 2007). É possível dizer que entre 1750 até meados de 1870-80 essa rede comandasse a articulação territorial no Brasil. Embora, a partir de 1880 surgisse outra perspectiva do ponto de vista da reestruturação com o advento das ferrovias e o início da hegemonia paulista. Reatualizara-se uma nova estruturação espacial, de fundo predominantemente urbano (NEGRI, 1996). No início da década de 1920, São Paulo ultrapassa economicamente o Rio de Janeiro (DINIZ, 1981; CANO, 1997; CANO, 2002; TAVARES, 2000). A partir deste momento as duas cidades passaram a competir em paralelo pela primazia econômico-produtiva do país e o maciço investimento no setor industrial fez a diferença em favor de São Paulo. Entre 1950 e 1960 a força de São Paulo passa a impactar definitivamente as reestruturações urbano-industriais do país.

Destarte, o objetivo a que se propõe alcançar nesse estudo é a evidência empírica de que, no período 1940-2010, duas Minas se refizeram: uma Minas urbano-industrial de 2010, na qual aspectos de uma pós-modernidade demarcam fisionomias territoriais de muitas cidades, ou seja, um cenário no qual a indústria já saiu das cidades e já produziu um terciário muito vigoroso, o que resultou em cidades com comércio e serviços de diversos tipos funcionando de uma maneira bastante intensa; outra Minas eminentemente agrária, aquela de 1940, na qual o que marcava fortemente o espaço mineiro seria a agropecuária. Era um mundo agrário-rural, a despeito das tentativas de industrialização que ocorreram desde o século XIX (DINIZ, 1981). Ou seja, se em

---

<sup>114</sup> Valle et al. (2014) sintetiza as fases de evolução da rede urbana brasileira da seguinte maneira: “No caso do Brasil a evolução da rede urbana, apesar de suas origens em meados do século XVII (no eixo Recife – Salvador, como resultado do desenvolvimento econômico gerado pela “indústria do açúcar”); século XVIII (nas Minas Gerais, como consequência dos movimentos de ascensão e queda da mineração) e século XIX (no eixo Rio-São Paulo, já como resultante da economia cafeeira); apresentou uma guinada em suas características a partir do segundo quartel dos anos 1950 com o esforço do presidente Juscelino Kubitschek e seu Plano de Metas (50 anos em 5), a modernização industrial, o início da modernização agrícola, bem como os maciços investimentos na infraestrutura de transportes, com destaque para inserção de nova malha rodoviária, que acabou se transformando em um local prioritário para o surgimento de centros urbanos” (VALLE et al., 2014, p. 01).

2010 Minas Gerais é urbana e industrial com forte setor de serviços, em 1940 o Estado é predominantemente rural e agrário<sup>115</sup>.

### **3.2 MODERNIZAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO TERRITORIAL: ASPECTOS CONCEITUAIS E NEXOS COM A HISTÓRIA DE MINAS GERAIS**

Garcia (2008), em artigo sobre os processos de modernização dos municípios mineiros, traça um rico panorama bibliográfico sobre as teorias de modernização, do qual decorre a seguinte síntese:

*Dentro do escopo das teorias de modernização, Inkeles e Smith [1981] explicitaram que os aspectos cabais de uma sociedade moderna incluem a educação de massa, a urbanização, a industrialização e meios rápidos de comunicação; Harvey [1989] apontou para os processos de produção e de consumo; Featherstone [1995] salientou a industrialização, a expansão da ciência e da tecnologia e a urbanização; e Inglehart [1997], a industrialização, urbanização, educação de massa, especialização ocupacional e desenvolvimento de meios de comunicação. (GARCIA, 2008, p. 929)*

O autor conclui que há duas dimensões analíticas no debate sobre modernização: a da industrialização, em que se destacam questões relacionadas à produção e ao consumo de bens e serviços, além da reprodução da força de trabalho; e da urbanização, em que pesam sua intensidade, a infraestrutura essencial à sua implementação e o desenvolvimento das telecomunicações. Espindola (2012)

---

<sup>115</sup> Na perspectiva de registrar o itinerário da conformação territorial mineira, admite-se a necessidade de uma análise complementar minuciosa do êxodo rural mineiro provocado pela atratividade das cidades grandes e de seus signos de modernidade, bem como do espraiamento de um campesinato extremamente resistente frente a fatores de expulsão do campo, como os mecanismos dos latifúndios versus os dos minifúndios, e das altas taxa de natalidade *vis-à-vis* a fragmentação da terra, capazes de tornar a sobrevivência na lavoura insustentável. Segundo Matos (1995b), em Minas “o processo de industrialização forçou a redefinição das relações entre campo e cidade, reformulando os desequilíbrios inter-regionais, mas seria um erro pensar que as principais correntes migratórias se dirigiram para a indústria” (MATOS, 1995a, p. 327).



contribui para essa definição ao evidenciar que o conjunto de modificações modernizadoras (políticas, econômicas, sociais e culturais) são aquelas que marcam a instauração da sociedade urbano industrial no século XIX e nas primeiras décadas do século XX.

Viu-se que a região central de Minas viveu no século XVIII um forte adensamento populacional, diversificação das atividades produtivas, com mobilidade social associada às sucessivas descobertas de novas lavras. (MATOS, 2011)<sup>116</sup>. A Inconfidência Mineira (1798) foi uma espécie de corolário da complexidade da Capitania, influenciada pelas revoluções francesa e americana, cujas premissas já apontavam em direção a um Brasil independente.

Minas mudava o foco das relações no território – anteriormente concentrado no nordeste brasileiro – e os meios pelos quais se estruturou foram fundamentais para a articulação de uma rede demográfica e financeira que perdura até os dias de hoje (MATOS, 2011). Possivelmente, sem a descoberta das jazidas de ouro e diamante - e as estruturas sociais que delas decorreram – a região sudeste brasileira demoraria mais tempo para se tornar a mais dinâmica da atualidade.

Todavia, a dinamização decorrente da exploração do ouro em Minas Gerais não foi suficiente para articular as redes mercantis brasileiras em nível nacional e, à medida que o ouro foi se escasseando, os laços mercantis fomentados por ele também se fragilizaram (mas não se perderam) e resultaram em nichos de estagnação econômica durante o século XIX (DULCI, 1999).

De todo o modo, conforme assevera Negri (1996), ao final do século XIX, o Brasil passou a ser um país majoritariamente rural composto por economias regionais com escassas relações mercantis entre si, apesar das iniciativas industriais no território.

---

<sup>116</sup>Segundo Matos (2011), “perto da metade do século, Minas contava com a maior população e o maior número de assentamentos densos da Colônia. As atuais Ouro Preto, Mariana, Sabará, Serro, Diamantina, São João Del Rei, Tiradentes, Caeté, Pitangui abrigavam sobrados, palácios, igrejas e chafarizes, obras de arte, mas também cadeias e câmaras, vendas, albergues, prostíbulos e casebres. Violência e conflitos de toda ordem, marcas típicas de qualquer cidade dinâmica da época, somavam-se ao fato de que a mobilidade social era alta. Havia um número expressivo de brancos e mulatos livres e forros ao lado da “incessante” expansão da compra de escravos. A mestiçagem, a variedade étnica e os interesses da Coroa tanto motivavam disputas e ressentimentos quanto propiciava a multiplicação de meios de sobrevivência, atividades e ofícios inauditos” (MATOS, 2011, p. 47).

Nesse momento havia uma grande dependência dos países periféricos em relação aos países centrais industrializados, e até o último terço do século XIX o Brasil dependia diretamente do mercado internacional. Os “*frágeis laços que uniam as regiões brasileiras confirmavam a característica dispersa da economia, que funcionava de forma semelhante aos enclaves exportadores sediados em regiões isoladas*” (MATOS, 1995b, p. 38). Essas economias regionais, apesar de fundamentarem a consolidação de uma expressiva base territorial, eram compostas por uma incipiente rede de localidades e enclaves semi-autárquicos.

Ao que tudo indica, a década de 1880 representou um marco na reversão desse cenário, quando um conjunto de profundas transformações econômicas no país - com mais significativo peso em São Paulo - consolidaram o avanço do capitalismo no Brasil. Estas transformações elencadas por Negri (1996) envolveram:

- A substituição da mão-de-obra africana escravizada – em razão dos seus altos preços decorrentes do fim do escravismo – pela mão-de-obra europeia assalariada;
- A constituição da nova cafeicultura<sup>117</sup> de São Paulo baseada no trabalho assalariado;
- A criação de um mercado de trabalho rural e urbano, e ampliação do mercado de bens de consumo;
- A criação de um implante industrial<sup>118</sup> subordinado à economia cafeeira, e;

---

<sup>117</sup> O café apresentou-se como alternativa econômica para Minas Gerais, que, no entanto, não foi capaz de competir com a produção paulista, dada as melhores condições topográficas e de fertilidade da terra, além de uma mão-de-obra mais barata e abundante que também constituía mercado de consumo, que garantiram à segunda produtividade sem precedentes (DINIZ, 1981). Cano (2002) adiciona que a inclusão de técnicas avançadas na cafeicultura paulista no início do século XX proporcionou seu crescimento a custos decrescentes, ao passo que em Minas Gerais a cafeicultura se expandia sem inovações significativas, e no Rio de Janeiro (Vale do Paraíba) a cultura do café se expandia a preços crescentes. De fato, em 1919 a agricultura paulista era a mais tecnificada do país.

<sup>118</sup> A esse respeito, Negri (1996) pondera que: “*A indústria brasileira, em particular aquela que vai indicar mais tarde a liderança paulista, nasce atrelada à dinâmica da acumulação da economia cafeeira. Não há ainda industrialização, entendida stricto sensu como uma dinâmica assentada no capital industrial. Mas o nascimento industrial já indica a natureza contraditória de uma dinâmica que tende a negar-se pelo próprio crescimento da atividade fabril*” (NEGRI, 1996, p. 6).

- A consolidação do mercado de trabalho rural e urbano por meio da migração em massa de homens livres, que assegurou o baixo custo médio da força de trabalho.

Assim, São Paulo iniciava sua caminhada modernizadora em favor da primazia industrial brasileira, enquanto o Rio de Janeiro, então sede do governo, permanecia como principal articulador comercial e financeiro do país, participando ativamente das relações comerciais atacadistas nas mais diversas regiões brasileiras e intermediando os fluxos da crescente região cafeeira que já avançavam sobre parte dos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo (CANO, 2002). Segundo Tavares (2000), o Rio de Janeiro permaneceu como principal centro manufatureiro do país até 1920, quando começou a perder sua posição para São Paulo. A década de 1920 marca o início do declínio industrial da metrópole carioca, mas é apenas a partir de 1940 que São Paulo passa a ocupar a posição de principal metrópole brasileira (CANO, 1997).

Minas Gerais se inseria periféricamente no processo de industrialização e desenvolvimento econômico brasileiro entre o final do século XIX até a metade do século XX, pois se manteve como base para investimentos voltados à produção de matérias-primas para abastecimento dos dois centros principais, Rio de Janeiro e São Paulo (QUEIROZ & BRAGA, 1999), apesar das diversas tentativas mineiras de industrialização já no início do século XIX, com experiências siderúrgicas, têxteis e de produção de gêneros alimentícios<sup>119</sup> (DINIZ, 1981). Isso não significa, contudo, que Minas Gerais se eximiu de esforços em prol da industrialização. Diniz (1981) e Cano (2002)<sup>120</sup> observam que a partir da segunda década do século XX o Estado inicia a expansão de sua base siderúrgica, na expectativa de se reinserir no cenário econômico nacional. Contando com forte apoio estatal, setores institucionais

---

<sup>119</sup> Para Diniz (1981), a experiência industrial mineira apresenta características próprias, e não pode ser reduzida ao “caso geral” do Brasil, pois tem estruturas produtivas singulares, assim como seu tempo econômico, o que a defasou em relação a evolução econômica nacional e a retardou industrialmente. É apenas na segunda metade do século XX que o Estado passa por um processo de acelerada recuperação do tempo perdido.

<sup>120</sup> Cano (2002) destaca que a indústria mineira se estruturou de forma dispersa no início do século XX, em conformação com seu perfil demográfico, e se caracterizou pela pequena e média empresa. Próximo à metade do século XX, o autor relata que “*a despeito da subordinação da cafeicultura de Minas Gerais, que não proporcionou a criação de um complexo cafeeiro, e da débil recuperação de sua agricultura, sua expansão industrial e bancária foi notável. Isso, contudo, (e por isso mesmo) não foi capaz de evitar um elevado êxodo rural mineiro que, segundo o censo de 1939, fazia com que Minas Gerais perdesse 8,6% de sua população para o resto do país, batendo precocemente um recorde nacional de expulsão humana*” (CANO, 2002, p. 59).

modernos foram implantados<sup>121</sup>, tais como a CEMIG, o DER, o BDMG e o INDI (no contexto do binômio Energia e Transporte), ao lado da crescente presença do capital estrangeiro. A consolidação desta iniciativa, segundo estes autores, só se dará na década de 1950 com o crescimento da economia nacional e implementação do Plano de Metas, que expandiu a siderurgia, a metalurgia e a indústria de cimento em Minas Gerais<sup>122</sup>, além da sua inserção em posição privilegiada nos sistemas de transporte nacional com a construção de Brasília<sup>123</sup> (DINIZ, 1981; DULCI, 1999), uma nova força de polarização no país.

Diniz (1981) relaciona as razões para a incapacidade de superar o atraso industrial mineiro relativo até 1950<sup>124</sup>: faltava um centro comercial exportador<sup>125</sup>; era baixa a velocidade de transição para o mercado assalariado o que atrasava a formação de um mercado de trabalho e consumo; havia dispersão espacial da população e da produção dentro do Estado; o sistema de comunicação era precário; havia incapacidade de compensar a queda da produção cafeeira em 1930 com outros produtos. Soma-se a isso a concentração industrial em São Paulo e Rio de Janeiro, onde se fixou o capital estrangeiro, além da vocação mineira para a mineração e metalurgia, que trazia à tona uma gama de dificuldades técnicas de processamento e

---

<sup>121</sup> O fortalecimento do setor público também induz a constituição e concentração de uma poderosa tecnocracia, que vai desenvolver no estado uma ideologia industrializante (DINIZ, 1981; DULCI, 1999).

<sup>122</sup> São desta época, por exemplo, a estatização da Acesita, a inauguração da Mannesmman e a construção da Usiminas.

<sup>123</sup> A respeito da construção de Brasília, são interessantes as observações de Tavares (2000): *No final dos anos 60, assiste-se à mudança da capital federal para Brasília, no Planalto Central. Para compensar as perdas que adviriam da mudança da capital, a União manteve no Rio de Janeiro as sedes das grandes empresas estatais, universidades e instituições de pesquisa, assim como órgãos como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico. A prática de sustentação da economia fluminense, diga-se de passagem, não era nova. Desde a década de 1940, o Governo procurou localizar ali empreendimentos de grande porte, com o intuito de equilibrar a distribuição de recursos no espaço econômico mais desenvolvido do país, isto é, o triângulo São Paulo-Rio de Janeiro-Belo Horizonte* (TAVARES, 2000, p. 94).

<sup>124</sup> Apesar de tais razões históricas, relata Diniz (1981) que em 1950 Minas Gerais estava preparada para experimentar uma forte expansão industrial, pois já possuía infraestrutura básica, um parque industrial relativamente desenvolvido, com foco produtivo metalúrgico e de cimento. Entretanto, mesmo com a economia preparada, a economia brasileira entrou em recessão, o que acabou frustrando a economia mineira.

<sup>125</sup> A necessidade de centralização da economia mineira foi um requisito para se alcançar o progresso econômico, já esgotado por obstáculos econômicos tais como falta de acesso ao mar, estrutura comercial e financeira localizada fora do estado, a topografia, a deficiência dos transportes e a diminuição da fertilidade da terra. Desdobramentos do processo de centralização focado na industrialização são verificados a partir de 1950 (DINIZ, 1981).

transporte. Para este autor, também pesaram as falsas teses sobre o atraso de Minas, associadas à incapacidade industrial e a vocação financista dos mineiros<sup>126</sup>.

Entre 1920 e 1970, São Paulo foi o local privilegiado da localização da indústria do país, e nesse período a concentração industrial cresceu continuamente (CANO, 1997; TAVARES, 2000). Cano (1997) observa nessas décadas o país apresentou uma das maiores taxas de crescimento econômico do mundo capitalista sem causar atraso ou estagnação à periferia nacional. Becker & Egler (1993) e Becker (1997) adicionam que a onda de crescimento observado a partir de 1967 foi capaz de alterar a posição do país na estrutura da economia-mundo, deixando a posição de semiperiferia para tornar-se potência regional<sup>127</sup>.

Convém ressaltar que o contexto em que se inseria o parque industrial brasileiro, onde havia indústrias pesadas modernas, instaladas a partir de 1930 era compatível com a expansão do capitalismo mundial. Daí o fato de as indústrias metal-mecânicas, em sua maioria serem filiais de empresas internacionais. Já as indústrias de bens não duráveis de consumo, cuja origem remontava ao século XIX, encontravam-se atrasadas e obsoletas, muitas vezes com administração familiar decadente (DINIZ, 1981). Este cenário teve efeitos diferenciais na indústria mineira, pois incentivou o crescimento da produção de bens intermediários, a expansão do capital e a especialização produtiva, além de iniciar um processo de centralização que facilitou a expansão industrial. Para Diniz (1981), o “processo agiu no sentido de preparar ou fortalecer as bases para que o parque industrial já existente experimentasse altas taxas de crescimento, quando as condições gerais da economia assim o permitissem” (DINIZ, 1981, p. 147).

Toda maneira, o impressionante crescimento nacional impulsionado por São Paulo, associado ao contexto econômico internacional, revelou vantagens e desvantagens aglomerativas, que por sua vez acabaram levando o país a um processo de

---

<sup>126</sup> Este último com forte relação com os resultados divulgados no “Diagnóstico da Economia Mineira”, produzido pelo BDMG em 1968, que, entre outros, serviu ao fortalecimento do poder da tecnocracia mineira em detrimento de parte das elites políticas tradicionais (DINIZ, 1981; DULCI, 1999; GODOY *et al.*, 2010).

<sup>127</sup> Becker & Egler (1993) e Becker (1997) se referem ao crescimento econômico observado no país entre 1967 e 1982.

reestruturação produtiva e territorial, pautado na desconcentração da indústria paulista<sup>128</sup> a partir dos anos de 1970.

O termo “reestruturação” é largamente utilizado em diversas áreas do conhecimento<sup>129</sup>, e em termos gerais diz respeito ao momento em que há a ruptura de uma estrutura estável e fixa e sobreposição dessa por outra, mais moderna, que a substitui (LENCIONI, 1998). No contexto capitalista, a reestruturação é um fenômeno socioespacial em resposta à busca de soluções para as crises intrínsecas ao seu próprio funcionamento (ALONSO, 2004). Pode assumir vários nomes, tais como reestruturação urbana, reestruturação social, reestruturação espacial, reestruturação organizacional, reestruturação econômica, reestruturação industrial e reestruturação produtiva, todas elas com algum grau de associação com formas de modernização (GOMES, 2011). Ainda a esse respeito, Soja (1993) esclarece que:

*A reestruturação não é um processo mecânico ou automático, nem tampouco seus resultados e possibilidades potenciais são predeterminados. Em sua hierarquia de manifestações, a reestruturação deve ser considerada originária de e reativa a graves choques nas situações e práticas sociais preexistentes, desencadeadora de uma intensificação de lutas competitivas pelo controle de forças que configuram a vida material. Assim, ela implica fluxo e transição, posturas ofensivas e defensivas, e uma mescla complexa e irresoluta de continuidade e mudança. Como tal, a reestruturação se enquadra entre a reforma parcial e a transformação revolucionária, entre a situação de perfeita normalidade e algo completamente diferente. (SOJA, 1993, p.194)*

---

<sup>128</sup> O processo de desconcentração da indústria paulista já foi exaustivamente discutido por autores como Matos (1995), Diniz & Crocco (1996), Pacheco (1996), Negri (1996), Cano (1997), Queiroz & Braga (1999), Azzoni (2002), Oliveira (2007), Andrade & Serra (2013) e Saboia (2013), entre outros, de modo que aqui não será realizada uma recuperação retrospectiva dos processos concernentes a este momento da economia brasileira, mas sim, uma exposição geral com objetivo de fundamentar teoricamente os resultados a que se pretende atingir neste artigo.

<sup>129</sup> Apenas sobre o termo “reestruturação”, Gomes (2011) relaciona as contribuições de mais de cinquenta autores para os diferentes enfoques da temática da reestruturação, no bojo da sociologia, engenharia da produção, economia, história econômica, geografia e educação.

Os processos de reestruturação produtiva assistidos no mundo capitalista desde o final do século XX introduziram transformações econômicas, políticas e sociais, em boa medida à procura de novos meios de inserção na dinâmica global<sup>130</sup>. Como consequência, verificaram-se alterações dos processos urbanos, o incremento da velocidade das transformações tecnológicas, a inserção das cidades pequenas e médias no dinamismo regional, e processos de inversão de fluxos migratórios.

No Brasil, o processo de reestruturação produtiva inicia-se, segundo Gomes (2011), com a crise do modelo de desenvolvimento fundamentado na política de “substituição das importações” e se potencializa nos anos 1990, com a política neoliberal e a abertura econômica. Para Diniz & Crocco (1996), essa reestruturação produtiva associada à desconcentração da indústria paulista acarretou em relativa dispersão geográfica da indústria para a maioria das regiões e estados brasileiros. Entretanto, essa dispersão orientou-se no sentido de uma reconcentração geográfica – desconcentração concentrada – que vai do Centro de Minas Gerais ao Nordeste do Rio Grande do Sul, onde emergiram novas áreas industriais, predominantemente em cidades de porte médio com forte integração regional produtiva e comercial.

No plano nacional, a bibliografia aponta para uma série de fenômenos que se associam ao processo de desconcentração industrial nacional, a saber:

- O processo de reversão da polarização da Área Metropolitana de São Paulo (MATOS, 1995b; DINIZ & CROCCO, 1996; NEGRI, 1996; QUEIROZ & BRAGA, 1999; ANDRADE & SERRA, 1999; SABOIA, 2013);
- O surgimento de deseconomias de aglomeração<sup>131</sup> e pressões ambientais nas áreas intensamente industrializadas (MATOS, 1995b; NEGRI, 1996; PACHECO, 1996);

---

<sup>130</sup> No caso brasileiro, Azzoni (2002) ressalta que a abertura tardia e acelerada do mercado implicou em um ajustamento produtivo em ritmo acentuado, que evidenciou diversos setores ineficientes até então protegidos, e implicou na liquidação de alguns setores produtivos espacialmente concentrados.

<sup>131</sup> Segundo Negri (1996), “por “deseconomias de aglomeração” entendia-se um conjunto de variáveis, entre as quais se destacam os maiores custos de transportes, de terrenos, de serviços e de infraestrutura urbana, incluindo-se outras que provocavam alteração na organização da produção e na sua produtividade, como maiores dispêndios de tempo com transporte, ampliação do poder sindical da classe trabalhadora, questões ambientais, com deterioração das condições de vida nos grandes centros urbanos, queda na produtividade do trabalho, etc.” (NEGRI, 1996, p. 15).

- O desenvolvimento da infraestrutura, conjugado com o crescimento urbano e de serviços modernos em várias cidades brasileiras e integração do mercado nacional (MATOS, 1995b; DINIZ & CROCCO, 1996; PACHECO, 1996; NEGRI, 1996; CANO, 1997; ANDRADE & SERRA, 1999; OLIVEIRA, 2007);
- A forte intencionalidade da política econômica em promover o processo de desconcentração industrial (MATOS, 1995b; DINIZ, 1981; DINIZ & CROCCO, 1996; PACHECO, 1996, NEGRI, 1996);
- A distribuição dos recursos naturais e o crescimento da produção agrícola e mineral, com grande expansão das fronteiras territoriais (DINIZ, 1981; DINIZ & CROCCO, 1996; PACHECO, 1996; NEGRI, 1996; CANO 1997; AZZONI, 2002);
- O perfil relativamente desconcentrado do sistema urbano brasileiro, a intensificação da urbanização nas regiões norte, nordeste e centro-oeste do país, e sua incorporação na dinâmica da geração de riqueza (PACHECO, 1996; CANO, 1997; FERREIRA & MATOS, 2006);
- Os impactos da crise econômica, das áreas industrializadas, e da orientação exportadora nacional (DINIZ, 1981; PACHECO, 1996; CANO, 1997; AZZONI, 2002);
- Os ajustes microeconômicos internos às empresas com focalização na produção (PACHECO, 1996; ANDRADE & SERRA, 1999);
- As vantagens fiscais, creditícias, logísticas e de infraestrutura oferecida pelos governos municipais (DINIZ, 1981; SABOIA, 2013);
- A disponibilidade de mão de obra, baixos níveis salariais e menores níveis de articulações trabalhistas fora dos grandes centros (DINIZ, 1981; SABOIA, 2013).

Os processos econômicos e territoriais iniciados em 1970 tiveram fortes efeitos sobre a reconfiguração da rede urbana brasileira<sup>132</sup>, e a partir de 1990, outros fatores passaram a compor o leque de fenômenos associados à reestruturação nacional e reconcentração das atividades produtivas, conforme relacionam Andrade & Serra

---

<sup>132</sup> Segundo Valle et al.(2014), entre 1960/70, “a população brasileira experimentou os efeitos da transição demográfica, derivados das quedas da mortalidade e da fecundidade, e a criação de novas aglomerações urbanas, que acabaram por delinear um processo firme de interiorização da rede urbana” (VALLE et al., 2014, p. 01) .



(1999): mudanças tecnológicas, maior abertura comercial, criação do MERCOSUL, mudança no papel do Estado e a diminuição da importância dos recursos naturais.

Neste íterim, Minas Gerais se beneficiou tanto com a atuação do Governo Federal na ampliação da infraestrutura viária que articulou os principais centros produtores do Sudeste com a nova capital nacional, quanto incorporou os incrementos verificados na agropecuária e na mineração, que tiveram importantes desdobramentos em termos de fomento à estruturação urbana e do setor de serviços. Além disso, desenvolveu-se um aparato logístico para a fluidez dessas atividades (DINIZ & CROCCO, 1996; AZZONI, 2002), que difundiu efeitos multiplicadores sobre toda a economia (QUEIROZ & BRAGA, 1999) e vieram sedimentar a infraestrutura urbano-industrial do estado (VALLE et al., 2014). Ganha maior dimensão o processo de implantação de complexos industriais e especialização na produção metal mecânica com a instalação da Usiminas (Ipatinga), FIAT (Betim), Mercedes (Juiz de Fora) e o polo Tecnológico Sul (Santa Rita do Sapucaí). Ademais, a base econômica da extração mineral mantinha-se firme e em expansão no período. Ressalte-se que o desenvolvimento daí decorrente não beneficiou todo estado de forma homogênea<sup>133</sup>, já que se deu com maior vigor em sub-regiões do centro-sul, como no triângulo mineiro, e em menor grau nas regiões norte e nordeste de Minas.

Para Diniz (1981), um conjunto de fatores indicavam Minas Gerais como localização privilegiada para a etapa expansiva da indústria nacional, tais como: existência de recursos naturais, disponibilidade de infraestrutura econômica (energia transportes e comunicações), existência da indústria básica (metalurgia e cimento). Novas indústrias básicas eram atraídas e a mineração contribuía para a afirmação da indústria de bens de capital. A posição geográfica do Estado, o aparato institucional de apoio à industrialização, os incentivos fiscais como mecanismos de retorno dos investimentos e de aumento da taxa de lucros, colaboraram com novas alternativas regionais para a localização industrial (serve de exemplo o norte de Minas com os incentivos da SUDENE e a região sul de Minas como área para a desconcentração

---

<sup>133</sup> Como bem pontua Perroux (1955), “*O fato, rude, mas verdadeiro, é o seguinte: o crescimento não aparece simultaneamente em toda parte. Ao contrário, manifesta-se em pontos ou polos de crescimento, com intensidades variáveis, expande-se por diversos canais e com efeitos finais variáveis sobre toda a economia*” (PERROUX, 1955, p. 146).

de São Paulo). No período do “milagre econômico” de fins da década de 1960, Minas apresentou vantagens comparativas para atração do capital estrangeiro, quando passava por uma fase de excesso de liquidez internacional propiciadas pelo auge do capitalismo. Nesse momento detinha um significativo mercado consumidor, tranquilidade política para as empresas, baixo nível salarial, apoio e facilidades governamentais.

No esteio das mudanças tecnológicas vinculadas à chamada reestruturação produtiva foi estabelecido um novo padrão tecnológico centrado nas indústrias da eletrônica, informática, de biotecnologia e de novos materiais, atuantes em sistemas flexíveis de produção, cuja principal característica é sua capacidade de ajuste de quantidades de produção e de processos, sem efeitos negativos em seus níveis de eficiência (PIQUET, 2007), além de sua capacidade de retornos favoráveis em grande escala a curto e médio prazo (BERTELLI, 2014). Este novo paradigma produtivo influencia as novas localizações, no sentido da desconcentração industrial e concentração do capital<sup>134</sup>, na medida em que acarretam em barateamento nos custos de transferências (ANDRADE E SERRA, 1999, FERREIRA, 2013).

Um efeito interessante dos sistemas de produção flexíveis que passa a marcar a atualidade é relatado por Bertelli (2014). Segundo este autor, os rearranjos locacionais levam a formação de pequenas e médias empresas que propulsionam o crescimento e desenvolvimento econômico, dividem a força motriz da economia, deixando de estar alocados exclusivamente em grandes empresas e se consolida em um setor que, embora se mostre pulverizado (dados os crescentes níveis de especialização), são capazes de trabalhar de forma articulada. Todavia, este novo arranjo não exclui a

---

<sup>134</sup> Salienta Ferreira (2013) que “a desconcentração das plantas industriais não significa, necessariamente, descentralização do capital. As sedes das empresas continuam localizando-se nas grandes metrópoles, assim há simultaneamente desconcentração industrial e centralização do capital; há despolarização e polarização” (FERREIRA, 2013, p. 45). Nesse debate, Azzoni (2002) observa que na segunda metade dos anos 80 e nos anos 90 houve um arrefecimento no processo de desconcentração, e Saboia (2013) indica que na década de 2000 o processo de desconcentração foi intenso, beneficiando a região sul do Brasil e induzindo certo esvaziamento industrial das metrópoles do sudeste brasileiro. Sob o ponto de vista das vantagens aglomerativas, Matos (1995) indica que o processo de desconcentração sintetiza os custos crescentes das deseconomias de escala e vem beneficiar as cidades secundárias (geralmente de médio porte). Estes centros intermediários passam a serem locais alternativos de geração de renda e emprego ao mesmo tempo em que modernizam sua infraestrutura e serviços, aumentam sua produção, diversificam suas atividades econômicas e participam ativamente do desenvolvimento do sistema urbano brasileiro (MATOS, 2000). O desenvolvimento econômico destas aglomerações urbanas não metropolitanas são talvez uma evidência relevante do processo de desconcentração industrial nos dias de hoje.

validade do anterior: a construção de zonas industriais continua sendo uma estratégia viável para a formação de arranjos produtivos. A diferença é que, ao invés do predomínio de grandes indústrias de lógica fordista, subespaços industriais passam a ser um instrumento de reorganização de estruturas internas, onde pequenos e médios produtores trabalham mutuamente em prol do desenvolvimento do setor.

Consequências do processo de desconcentração industrial e reestruturação produtiva do país são vistas até hoje, com a ampliação econômica e demográfica das cidades médias, os constantes investimentos em infraestrutura viária e de telecomunicações, além do fortalecimento da agroindústria. Minas Gerais se beneficiou desse processo a ponto de ultrapassar o Rio de Janeiro e tornar-se a segunda mais importante economia do país (AZZONI, 2002; VALLE et al., 2014), fruto de ações do Estado e esforços que se iniciaram no início do século XX.

*É evidente que a urbanização no Brasil, em pouco mais de três décadas, veio acompanhada de mudanças nas atividades ocupacionais com a industrialização e o avanço do terciário, alterações no padrão de consumo e nos estilos de vida, reorientação política resultante do declínio das velhas oligarquias rurais. Nesse processo, o país assistiu à consolidação de paisagens artificiais resultantes da construção de grandes infraestruturas e edificações que exigiram muito cimento, aço, petróleo e outros minerais, além de um alto consumo energético. Paralelamente, o tamanho do Estado aumentou como nunca se cogitara antes, e hoje, mesmo após a forte privatização do período 1994-2002, a administração e a máquina pública permanecem fortes e atuantes, e, não obstante as diferentes posições teóricas sobre o tema, o Estado é um fator ainda determinante capaz de gerar variados incentivos econômicos, sem os quais a interiorização da urbanização se inviabiliza. (MATOS, 2012, p. 90)*

Em síntese, com base no exposto, propõe-se que as reestruturações territoriais mineiras a partir do processo de urbanização e industrialização do Brasil podem ser demarcadas em cinco fases:

1. *Meridionalização a sudeste* de Minas Geras pela polarização do Rio de Janeiro, herdeira do longo tempo em que o Rio não só foi a capital do Império, como a capital da República.
2. *Meridionalização a sudoeste* em razão da marcha do café para o oeste e pela influência de São Paulo, ainda que em 1940 ela não seja tão contundente como será mais tarde.
3. A força centrípeta da polarização de Belo Horizonte rumo à metropolização. A capital mineira entre 1950 e 60 cresce muito e em 1973 centraliza uma região metropolitana, assim como outras oito capitais brasileiras. Se Minas perdia centralidade, Belo Horizonte refez essa centralidade.
4. *Setentrionalização noroeste* dada pela força de atração de Brasília e a desconcentração metropolitana. Em 1970, Brasília ainda estava empoeirada e em obras, mas em 1980 já tem um poder de influência que pode ser lido espacialmente. Esse poder reflete-se na interiorização da rede urbana brasileira, que coincide com o processo de desconcentração<sup>135</sup>econômico-demográfico, quando metrópoles perdiam população nas trocas populacionais.
5. Na atualidade uma espécie de tripé de articulação territorial estaria em marcha: a) na expansão integradora dos meios de transporte e circulação de todo tipo no território nacional, ou seja, um momento de integração territorial promovido pelos meios de circulação e transporte (incluindo as redes de comunicação e energia elétrica); b) proliferação de cidades de porte médio que passaram a ter um crescimento demográfico mais expressivo do que das antigas metrópoles; c) extensão territorial do agronegócio, o que fez surgiras cidades do agronegócio, especialmente nos grandes espaços da agroindústria do Brasil central, o que inclui partes de Minas Gerais.

---

<sup>135</sup> Aqui, a desconcentração deve ser lida sob a lógica centro-periferia. Ou seja, em primeira instância a desconcentração se dá em favor da sua periferia imediata. Já em um segundo momento, tem-se uma espécie de continuidade do processo de desconcentração, mas os protagonistas não serão estritamente os municípios periféricos das regiões metropolitanas, mas as cidades médias.

Por fim, Vainer (2011) chama a atenção para a questão da paulatina fragmentação territorial verificada no Brasil, intensificada pelos processos de reestruturação, decorrente principalmente de grandes projetos sofisticados, do neo-localismo competitivo e empreendedorista, e de velhos regionalismos e localismos, que acarretam o que o autor chama de “acomodação subordinada às formas contemporâneas da globalização” (VAINER, 2011, p. 10), cuja contrapartida dá-se em uma integração continental submetida às novas escalas e dinâmicas espaciais do capital. Isso significa que, na ânsia de se posicionar diante de interesses globais, os territórios brasileiros deixam para trás formas solidárias de reprodução (PEREIRA, 2013) em favor de outras, mais convidativas à primeira vista, mas que trazem consigo um viés perverso alimentado pelo primado da competição excludente.

### **3.3 EVIDÊNCIAS DO PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DOS MUNICÍPIOS MINEIROS**

Matos (2012) postula que o processo de desconcentração espacial econômico-demográfico ganha consistência se apoiado em uma rede de localidades centrais relativamente densas e em expansão. Para ele, os impulsos de descentralização redinamizam a própria rede urbana, difundem inovações originárias das grandes metrópoles, viabilizam a ocupação de vazios demográficos e revitalizam regiões semi-estagnadas (MATOS, 2012, p. 88). Além disso, o processo de interiorização da urbanização pode significar melhoria das condições de vida, do emprego e da renda da população.

No bojo do processo de modernização industrial e reestruturação territorial até aqui exposto, buscar-se-á responder, através de mapas e dados, à seguinte pergunta: da configuração territorial e produtiva na Minas Gerais de 1940, o que permaneceu até 2010?

Em primeiro lugar, expõe-se a grande fragmentação territorial que se verificou neste período, quando o número de municípios passou de 288 para 853<sup>136</sup> (IBGE, 2011). Dos 288 municípios de 1940, apenas 77 (26,7%) não tiveram qualquer perda territorial

---

<sup>136</sup>Entre 1940-50 foram registrados 99 novos municípios; entre 1950-60, 69; entre 1960-70, 239; entre 1970-80, 0; entre 1980-91, 1; entre 1991 e 2000, 130; e entre 2000 e 2010, 0 (IBGE, 2011).

por emancipações até 2010, a exemplo de Belo Horizonte, polo mais dinâmico de Minas.

Em segundo lugar, cabe discutir como se configuravam as principais centralidades nos dois anos selecionados. Para isso, estabeleceram-se dois recortes espaciais para fins analíticos:

- Para o primeiro recorte foram selecionados os municípios de maior relevância urbana nos seus respectivos anos de referência (doravante chamados de “*municípios-destaque*”), em que se adotou como critério a população urbana de 10 mil habitantes urbanos em 1940 (38 municípios) e 50 mil habitantes urbanos em 2010 (57 municípios). A busca em mapas por localidades centrais, dinâmicas, altamente produtivas, articuladoras da malha viária e de porte populacional regional relevante revelou que o critério populacional proposto abarcaria de maneira satisfatória a maior parte dos municípios. O pressuposto fundamental é de que esses municípios representam centralidades dinâmicas e que configuravam a rede urbana mineira em suas respectivas épocas. Nesse sentido, o recorte populacional mostrou-se como denominador comum ideal.
- O segundo recorte refere-se à definição dos macro espaços de análise em que se inserem os *municípios-destaque*. Para tanto, fez-se o agrupamento das mesorregiões do IBGE (IBGE, 2010) em cinco, a saber: Norte (Norte de Minas, Jequitinhonha e Mucuri), Leste (Vale do Rio Doce e Zona da Mata), Sul (Sul e Sudoeste de Minas), Oeste (Noroeste de Minas e Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba), Centro (Central Mineira, Metropolitana de Belo Horizonte, Oeste de Minas e Campo das Vertentes).

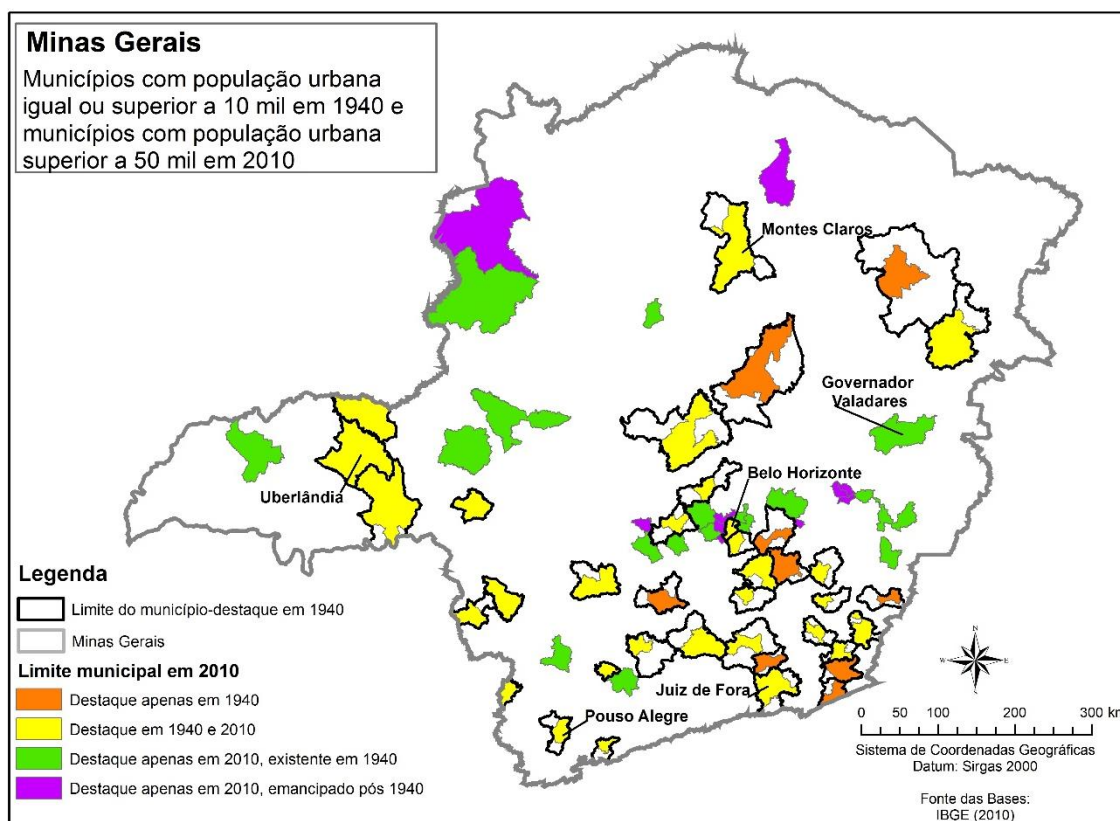
A Figura 1-1Figura 3-1<sup>137</sup> traz a configuração geográfica dos *municípios-destaque* em 1940 e 2010. Note-se que a maior parte dos municípios que se destacam em 2010 já se destacava em 1940 ou já existiam. Além disso, a maioria deles teve perdas territoriais. Contudo, nenhum dos municípios que se emanciparam dos originais de

---

<sup>137</sup> Todos os mapas apresentados aqui foram produzidos em ambiente ArcGIS® 10.1.

1940 figuram entre os mais relevantes em 2010. Dos 57 *municípios-destaque* em 2010, apenas 11 (19,3%) se emanciparam após 1940.

**Figura 3-1: Síntese dos *municípios-destaque* em 1940 e 2010**



Fonte: Elaborado pelo autor.

O Quadro 3-1 traz dados sobre a população e a produção dos *municípios-destaque* em relação aos demais municípios mineiros nos dois anos analisados<sup>138</sup>. Dele decorrem as seguintes constatações:

- Em 1940, os *municípios-destaque* concentravam apenas 26,4% da população total de Minas Gerais, e sua população média era apenas 2,35 vezes maior que a população média dos demais municípios mineiros, em grande contraste com o cenário observado em 2010, em que 54,4% da população se concentrava nos

<sup>138</sup> Os dados referem-se ao Produto Interno Bruto Municipal (PIB) referentes a 1939 e 2010, apresentados a preços constantes (R\$, a preços do ano 2000 (mil)) (IPEADATA, 2015).

*municípios-destaque*, cuja população média era 16,6 vezes superior à dos demais municípios;

- Entre 1940 e 2010, verificou-se um crescimento de 299,7% da população média dos *municípios-destaque*, e queda de -43,4% na população média dos demais municípios;

- No caso da população urbana, em 1940 verifica-se que 46,4% dela se concentrava nos *municípios-destaque*, proporção que passou para 61,6% em 2010. A população urbana média nos municípios destaque era 5,7 vezes maior que nos demais municípios no primeiro ano, e no segundo ano passou a ser 22,5 vezes superior;

- A população urbana média dos *municípios-destaque* cresceu 775,2% entre 1940 e 2010, tendência que se observou nos demais municípios mineiros com menor intensidade (121,7%);

- Em relação à produção, verifica-se que 42,8% dela se concentrava nos *municípios-destaque* em 1940, já em 2010 esta proporção cresce para 66,1%. No primeiro ano, o PIB médio dos *municípios-destaque* era apenas 4,9 vezes superior ao dos demais municípios, proporção fortemente díspar da observada em 2010, de 27,2 vezes. Isso ocorreu porque, enquanto o PIB dos *municípios-destaque* cresceu mais de 3.000% entre 1940 e 2010, o dos demais municípios apresentou crescimento de 465%, ritmo 6,5 vezes inferior.

- A relação entre o PIB per capita dos *municípios-destaque* e o dos demais diminuiu entre 1940 e 2010: no primeiro ano, este valor nos municípios destaque era 108,8% superior ao dos demais, ao passo que em 2010 essa diferença caiu para 63,5%.

- No caso do Valor do PIB na agropecuária, percebe-se forte domínio dos demais municípios em 1940, quando detinham 79% da produção, evoluindo para 80,9% em 2010. Curiosamente, o valor médio na agricultura nos *municípios-destaque* é



superior ao dos demais municípios em ambos os períodos, 1,74 vezes em 1940 e 3,3 vezes em 2010.

- Já em relação ao valor do PIB na indústria, verifica-se que em 1940 já havia predominância de sua presença nos *municípios-destaque*, com 60,6%, proporção que sobe para 70,4% em 2010. No período analisado, a diferença entre o valor médio da indústria entre os *municípios-destaque* e os demais municípios triplica, pois era 10,1 vezes superior em 1940 e passa a ser 33,2 vezes superior em 2010.

- O valor do PIB nos serviços segue tendência semelhante à indústria. Em 1940, 55,6% do seu valor concentrava-se nos *municípios-destaque*, proporção que subiu para 70,4% em 2010. A proporção do valor médio no setor de serviços em 1940 é 8,2 vezes maior que a dos demais municípios em 1940, diferença que quadruplica para 33,2 vezes em 2010. Note-se que o valor no setor de serviços dos demais municípios em 2010 é bastante próximo ao observado nos *municípios-destaque* em 1940, o que deve exprimir a generalização da urbanização na maior parte do território de Minas Gerais.

- De um modo geral, observa-se que a composição do PIB sofreu forte mudança de perfil tanto nos *municípios-destaque* quanto nos demais municípios<sup>139</sup>. No caso dos *municípios-destaque*, em 1940, o valor no setor primário era de 19,2%, no secundário 22,1% e no terciário 58,8%, proporção que se alterou em 2010 para 2,5%, 35,8% e 61,8%, respectivamente. Nos demais municípios, observava-se em 1940 um valor no setor primário de 54,1%, no secundário de 10,8% e no terciário de 35,1%, e em 2010 tais valores eram 20,2%, 29,3% e 50,5% nos três setores. Fica clara a perda da importância relativa do setor primário e a força da industrialização em ambos os grupos, chegando a superar o setor primário no segundo grupo. Em 2010, o setor de serviços ratifica sua importância enquanto setor de apoio à indústria, e participa com mais da metade da composição da produção municipal média.

---

<sup>139</sup> Para fins de comparação, o valor adicionado dos impostos não foi considerado na composição do PIB do ano de 2010.

**Quadro 3-1: Municípios em 1940 e 2010 por porte populacional urbano e Produto Interno Bruto**

Variáveis	Municípios por população urbana (1940) e PIB (1939)			Municípios por população urbana e PIB (2010)			
	Igual ou superior a 10 mil habitantes urbanos	Inferior a 10 mil habitantes urbanos	Total	Igual ou superior a 50 mil habitantes urbanos	Inferior a 50 mil habitantes urbanos	Total	
Número de Municípios	38	250	288	57	796	853	
Representatividade no total de municípios	13,2%	86,8%	100,0%	6,7%	93,3%	100,0%	
População	População Total	1.777.500	4.958.916	6.736.416	10.656.334	8.940.996	19.597.330
	Representatividade na população total	26,4%	73,6%	100,0%	54,4%	45,6%	100,0%
	População Média	46.776	19.836	23.390	186.953	11.232	22.975
	População Urbana Total	784.968	908.072	1.693.040	10.304.625	6.410.591	16.715.216
	Representatividade na população urbana total	46,4%	53,6%	100,0%	61,6%	38,4%	100,0%
	População Urbana Média	20.657	3.632	5.879	180.783	8.054	19.596
PIB Municipal a preços constantes - R\$, a preços do ano 2000 (mil)	PIB Total (mil)	R\$ 1.938.673,98	R\$ 2.589.270,28	R\$ 4.527.944,26	R\$ 90.787.954,93	R\$ 46.581.061,60	R\$ 137.369.016,54
	% PIB Total por Grupo Selecionado	42,8%	57,2%	100,0%	66,1%	33,9%	100,0%
	PIB Médio (mil)	R\$ 51.017,74	R\$ 10.357,08	R\$ 15.722,03	R\$ 1.592.771,14	R\$ 58.518,92	R\$ 161.042,22
	PIB Per Capita (mil)	R\$ 1,09	R\$ 0,52	R\$ 0,67	R\$ 8,52	R\$ 5,21	R\$ 7,01
	PIB - Valor Adicionado da Agropecuária (mil)	R\$ 371.294,57	R\$ 1.400.240,22	R\$ 1.771.534,78	R\$ 2.225.396,39	R\$ 9.421.204,66	R\$ 11.646.601,05
	PIB - Valor Adicionado Médio da Agropecuária (mil)	R\$ 9.770,91	R\$ 5.600,96	R\$ 6.151,16	R\$ 39.042,04	R\$ 11.835,68	R\$ 13.653,69
	% PIB - Valor Adicionado da Agropecuária por Grupo Selecionado	21,0%	79,0%	100,0%	19,1%	80,9%	100,0%
	PIB - Valor Adicionado da Indústria (mil)	R\$ 428.258,97	R\$ 278.929,68	R\$ 707.188,65	R\$ 32.494.796,73	R\$ 13.631.622,30	R\$ 46.126.419,02
	PIB - Valor Adicionado Médio da Indústria (mil)	R\$ 11.269,97	R\$ 1.115,72	R\$ 2.455,52	R\$ 570.084,15	R\$ 17.125,15	R\$ 54.075,52
	% PIB - Valor Adicionado da Indústria por Grupo Selecionado	60,6%	39,4%	100,0%	70,4%	29,6%	100,0%
	PIB - Valor Adicionado dos Serviços (mil)	R\$ 1.139.120,45	R\$ 910.100,38	R\$ 2.049.220,83	R\$ 56.067.761,82	R\$ 23.528.234,65	R\$ 79.595.996,47
	PIB - Valor Adicionado Médio dos Serviços (mil)	R\$ 29.976,85	R\$ 3.640,40	R\$ 7.115,35	R\$ 983.644,94	R\$ 29.558,08	R\$ 93.313,01
	% PIB - Valor Adicionado dos Serviços por Grupo Selecionado	55,6%	44,4%	100,0%	70,4%	29,6%	100,0%
	% PIB - Valor Adicionado da Agropecuária	19,2%	54,1%	39,1%	2,5%	20,2%	8,5%
	% PIB - Valor Adicionado da Indústria	22,1%	10,8%	15,6%	35,8%	29,3%	33,6%
	% PIB - Valor Adicionado dos Serviços	58,8%	35,1%	45,3%	61,8%	50,5%	57,9%

Fonte dos dados: IBGE (2011) e IPEADATA (2015).

A Figura 3-2 traz a distribuição dos *municípios-destaque* em 1940 e 2010 por PIB, classificados através do método de partição em Quantis<sup>140</sup>. Verifica-se em 1940 a força do vetor econômico Sudeste do estado (Meridionalização Sudeste), em face da polarização da Capital Federal. Belo Horizonte, ainda em ascensão econômica, rivalizava com a importância industrial de Juiz de Fora beneficiada pela articulação ferroviária existente na Zona da Mata. O Triângulo Mineiro também se destacava, sobretudo pela sua produção agropecuária focada no mercado consumidor paulista. No vetor Centro-Norte, há um número significativamente menor de *municípios-destaque*, alguns deles vivendo os últimos suspiros de uma economia que fora pujante no século XIX, como Diamantina e Araçuaí. Já na porção Sudoeste do Estado, municípios de antiga tradição política e importância econômica se encontravam em relativa decadência nas primeiras décadas do século XX, mas começavam a ser beneficiados pela polarização de São Paulo. Em 1940, as porções Noroeste e Leste mineiras não possuem centralidades relevantes.

A observação das evidências cartográficas de 2010 apontam outros cenários, certamente associados aos efeitos da “Meridionalização Sudoeste” resultante da polarização de São Paulo, e da “Setentrionalização Noroeste” resultante da polarização de Brasília. Além disso, é notável a centralização capitaneada pela metropolização da capital mineira e a dinamização da porção leste do território provocada pelo avanço da siderurgia. Em 2010 havia uma distribuição mais uniforme dos *municípios-destaque* pelo Estado. Além da evidenciação de municípios em áreas pouco dinamizadas em 1940, tais como as porções noroeste e leste, verifica-se o fortalecimento das regiões polarizadas por São Paulo (Sul e Triângulo), e a desaceleração daqueles polarizados pelo Rio de Janeiro<sup>141</sup>. Como já evidenciado na

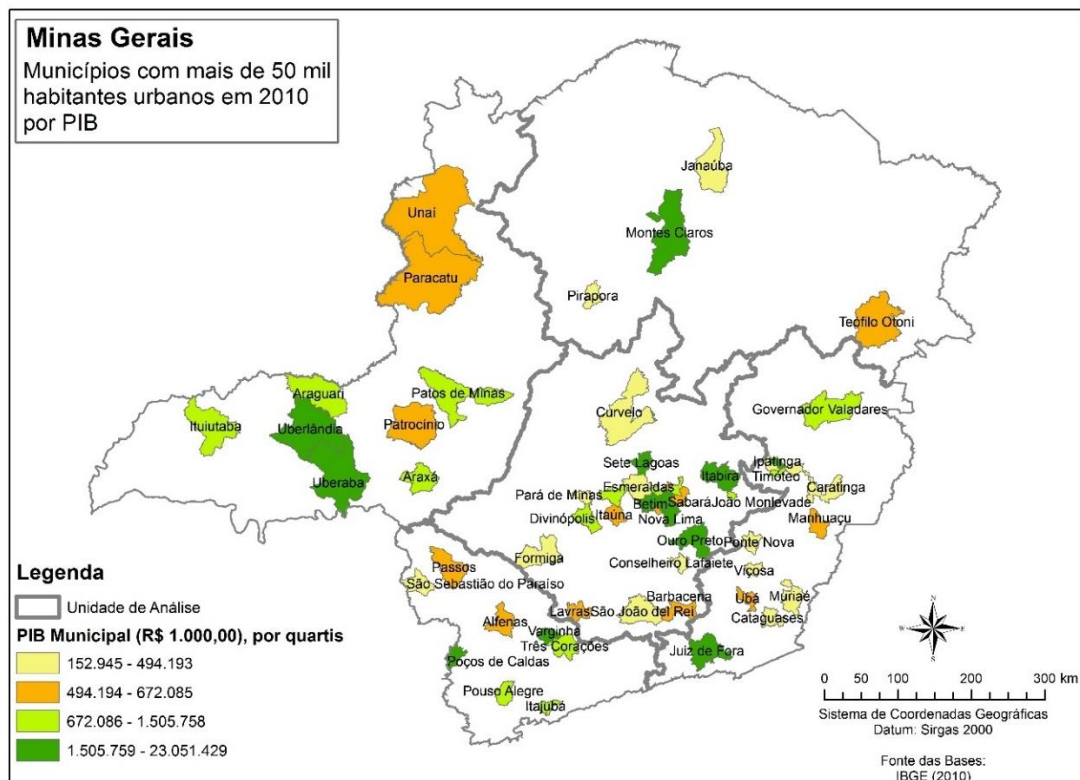
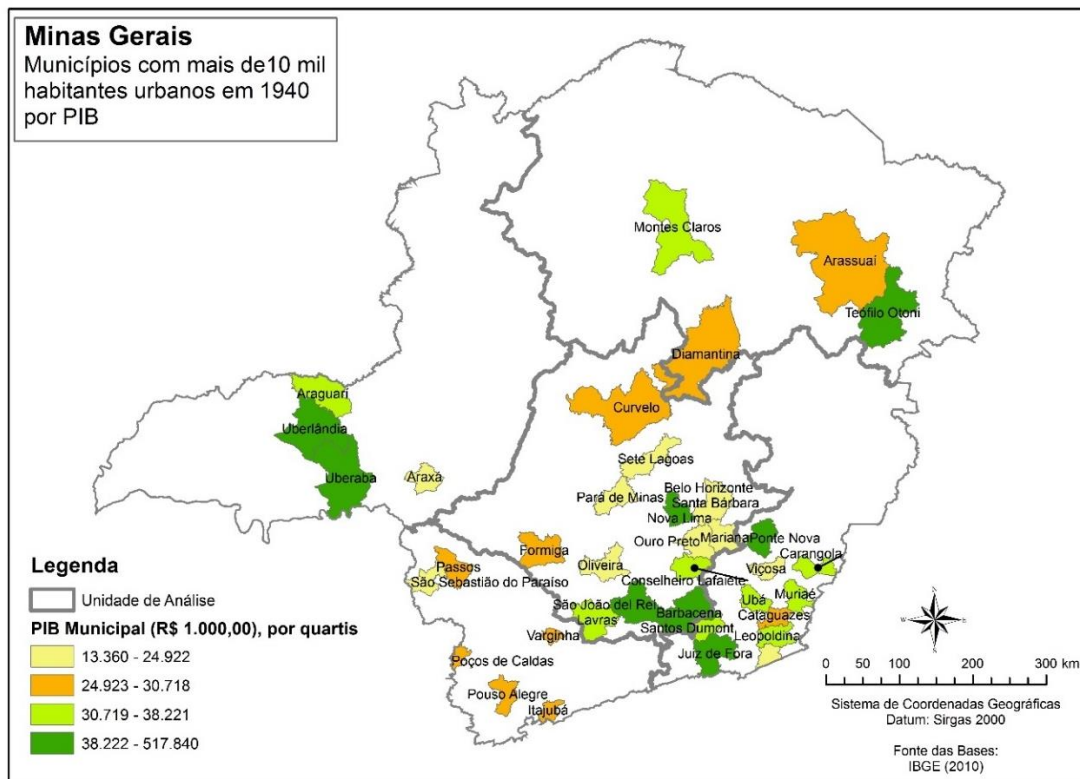
Figura 3-1, a maior parte dos municípios que deixou de fazer parte do grupo de destaque localiza-se no eixo centro-sudeste do estado.

---

<sup>140</sup> Trata-se de um método de classificação em que cada agrupamento contém um número igual de entidades, e é adequada para dados distribuídos linearmente. Aqui, optou-se pelo uso de quatro classes, ou quartis, para a classificação.

<sup>141</sup> Não significa necessariamente que estes municípios perderam força, mas sim que o ritmo de crescimento dos demais foi superior.

**Figura 3-2: Municípios-destaque em Minas Gerais em 1940 e 2010 segundo seu Produto Interno Bruto (R\$ 1.000,00, a preços constantes corrigidos para o ano 2000).**



Fonte: Elaborado pelo autor.

Nas figuras a seguir são apresentadas, de forma detalhada, a disposição dos *municípios-destaque* por subespaço de análise, articulação viária principal<sup>142</sup> e rios mais importantes. Ressalte-se que em 1940 ainda predominava o transporte ferroviário de passageiros e bens, e que o único trecho rodoviário pavimentado era o da rodovia União-Indústria, a ligar Juiz de Fora ao Rio de Janeiro.

Na Figura 3-3, ao focalizar *Subespaço Central*, pode-se observar que em 1940, além de Belo Horizonte e Nova Lima, predominavam as articulações ferroviárias e a proeminência dos municípios da porção sul em termos de desempenho econômico (ainda sob forte influência do Distrito Federal). Já no ano 2010 as rodovias sobrepujam amplamente as ferrovias, e o efeito da metropolização de Belo Horizonte fica muito evidente. Destacam-se Ouro Preto, Itabira e Sete Lagoas, pela presença da mineração, e Divinópolis, por sua produção têxtil, metalúrgica, siderúrgica, e pela sua articulação entre a Região Central e o Triângulo Mineiro. Queiroz & Braga (1999) indicam que recentemente a RMBH exerce forte grau de especialização no setor metalomecânico, resultante da proximidade de fontes de recursos naturais. Matos (1994) acrescenta que os municípios do entorno de Belo Horizonte, tais como Betim e Contagem, tornaram-se também populosos e economicamente relevantes dada sua próspera infraestrutura urbano-industrial e o alto valor da terra urbana pela proximidade da capital mineira.

O *Subespaço de Análise Oeste* (Figura 3-4) evidencia já em 1940 a importância populacional e produtiva do cluster Uberlândia-Uberaba-Araguari, com maior expressão, secundados por Araxá. As articulações viárias na região eram realizadas predominantemente por estradas de ferro que articulavam a região com Belo Horizonte e São Paulo. À época suas porções norte e extremo oeste não dispunham de municípios com dinamismo significativo. O cenário em 2010 é bastante diverso: o fortalecimento de seu perfil agroindustrial, a polarização por Brasília e os maciços investimentos em infraestrutura permitiram a formação de uma importante e bem distribuída rede de cidades. As frações de baixo dinamismo observadas em 1940 ganham expressão em 2010. Os municípios de Unaí e Paracatu (norte) ganharam

---

<sup>142</sup> Considerou-se aqui, além das ferrovias, o traçado das rodovias nacionais, por serem consideradas aquelas de maior relevância e tráfego.

luminosidade em função dos programas de desenvolvimento do cerrado, enquanto Ituiutaba (oeste), em decorrência do desenvolvimento da pecuária, tornou-se entreposto comercial estrategicamente localizado entre Uberlândia e o Centro-Oeste brasileiro. Uma extensa rede rodoviária foi implantada, e a rede ferroviária se expandiu para a porção norte do triângulo, se adentrando no Estado de Goiás, além de vertebrar cidades médias relevantes como Patos de Minas e Patrocínio. Para Queiroz & Braga (1999), é essa a rede urbana mineira que possui as melhores condições de vida e infraestrutura urbana, com homogeneidade entre seus espaços microrregionais.

No *Subespaço de Análise Sul* (Figura 3-5) observa-se em 1940 um conjunto de centralidades de produção tradicional interligadas por ferrovia, sem qualquer município classificado nos dois grupos mais produtivos. Nessa época, a região estava em decadência, mas já começava a receber benefícios da polarização paulista. Nos anos de 1970 apresentou um surto de crescimento industrial, recebendo dividendos da desconcentração da indústria paulista por oferecer infraestrutura com grande capacidade de geração de energia, rede viária bem articulada (incluindo a rodovia Fernão Dias) e a proximidade de grandes mercados consumidores (QUEIROZ & BRAGA, 1999). Em 2010 é notável a presença de várias cidades médias bem articuladas, enquanto as cidades-destaque em 1940 permanecem relevantes, acrescidas de duas novas, Alfenas e Três Corações, com ganhos de posição em termos econômicos entre os *municípios-destaque*.

A Figura 3-6 expõe o *Subespaço de Análise Leste*. Em 1940 esse subespaço concentrava a maior parte dos *municípios-destaque* mineiros, localizados em sua porção sul, beneficiados pela proximidade com o Rio de Janeiro, e polarizados por Juiz de Fora, que possuía para os padrões da época elevada produção industrial. Ali se observavam dois clusters de municípios, o mais importante contendo Juiz de Fora, Santos Dumont, Barbacena, São João Del Rey e Lavras (os três últimos do S.A. *Central*), e o segundo formado por Além Paraíba, Leopoldina, Cataguases, Ubá e Muriaé, ambos articulados por redes ferroviárias. Na porção norte deste Subespaço verificava-se a baixa dinamização de boa parte da Zona da Mata, ainda em processo de ocupação.

Já em 2010 verifica-se uma significativa mudança de cenário: parte dos municípios da porção sul deixa de se destacar no contexto mineiro, e outros, na porção norte, ganham força. A mineração, a siderurgia e a silvicultura viabilizam a criação e expansão do Vale do Aço (onde se ressalta a articulação possibilitada pela Estrada de Ferro Vitória a Minas), capitaneado por Ipatinga. Governador Valadares torna-se importante polo regional de serviços, muito bem articulado pela BR-116 (Rodovia Rio-Bahia). Apesar das perdas no ritmo de crescimento das cidades vizinhas e da desarticulação da rede ferroviária local, Queiroz & Braga (1999) observa que Juiz de Fora se mantém como importante centralidade populacional e produtiva, com menor dependência do Rio de Janeiro e articulações significativas com Belo Horizonte e São Paulo resultante de fortes investimentos no setor industrial e modernização do setor de serviços.

Por fim, o *Subespaço de Análise Norte* (Figura 3-7) apresentava em 1940 quatro *municípios-destaque*, todos eles servidos por estradas de ferro: Montes Claros e Diamantina conectados à porção central do Estado, e Araçuaí e Teófilo Otoni ao litoral do Espírito Santo. À época, Diamantina e Araçuaí ainda colhiam os últimos frutos de um rico período de mineração e produção têxtil que atravessou os séculos XVIII e XIX. Na segunda metade do século XX passaram a conviver com a estagnação.

Em 2010, Montes Claros e Teófilo Otoni mantêm-se como *municípios-destaque*, o primeiro por se tornar o mais importante entreposto comercial do norte de Minas, com conexões rodoviárias em todas as direções e um eixo ferroviário que articula a região central mineira com Salvador (BA). Teófilo Otoni, por sua vez, permanece como município centralizador de serviços nos vales do Jequitinhonha e Mucuri, além de desenvolver atividade mineradora e de lapidação de pedras preciosas, entretanto, deixa de ser servido por estrada de ferro. Além destes, em 2010 destacam-se na região os municípios de Janaúba – na produção pecuária – e Pirapora, na metalurgia, siderurgia, têxteis, fruticultura e no setor de serviços.

A análise dos dados sobre população e produção revelou a mudança do perfil produtivo de Minas Gerais. A produção industrial, menos importante em 1940, superou com folga a produção agropecuária em 2010 acompanhada pelo fortalecimento do setor de serviços. Apesar disso, 69,3% dos 853 municípios mineiros em 2010 ainda

possuíam o setor primário mais vigoroso que o secundário, alguns em razão do desenvolvimento da agroindústria, outros em decorrência do próprio atraso econômico. O conjunto de dados indica, também, que ao longo dos setenta anos analisados, a população e a produção se concentraram nos médios e grandes municípios, fenômeno fortemente influenciado pelas tendências econômicas ditadas por São Paulo e pela afirmação de Brasília.

Para que essa mudança espacial dos rumos da economia mineira se materializasse, foi necessário um tremendo esforço político em prol da modernização e estruturação da base produtiva industrial, o que ocupou quase um século. Mesmo nos *municípios-destaque* eminentemente agrícolas, foram necessárias mudanças nos métodos de produção para que estes se mantivessem competitivos no mercado.

A Figura 3-8 traz o conjunto de *municípios-destaque* em Minas Gerais em 1940 e 2010 segundo a relação entre o setor primário e secundário em termos de PIB. Confirma-se a primazia do setor primário sobre o secundário em 1940 na maior parte dos *municípios-destaque* mineiros (as exceções são: Belo Horizonte, Ouro Preto, Mariana, Nova Lima, Santa Bárbara, São João Del Rey, Santos Dumont, Juiz de Fora e Itajubá), provavelmente porque até então o dinamismo econômico no Estado ainda dependia muito dos ganhos da mineração e de uma indústria de base a ela associada, além da indústria têxtil. Nesse período, Minas ainda cumpria um papel secundário na economia brasileira, como fornecedor de insumos a São Paulo e Rio de Janeiro.

Já em 2010, além da expressiva mudança na distribuição territorial dos *municípios-destaque* –em decorrência do surgimento de redes geográficas influenciadas pelos efeitos das polarizações verificados ao longo dos setenta anos analisados –, observou-se que esses municípios desenvolveram fortemente o setor secundário, muito mais que o setor primário<sup>143</sup>. Aqueles onde não se verificou essa mudança –

---

<sup>143</sup> Para ampliação da compreensão dos resultados, cabe proposta de análise inversa, em busca da compreensão das reestruturações territoriais nos municípios não destacados, sobretudo em relação ao papel do setor primário na sua composição econômica.

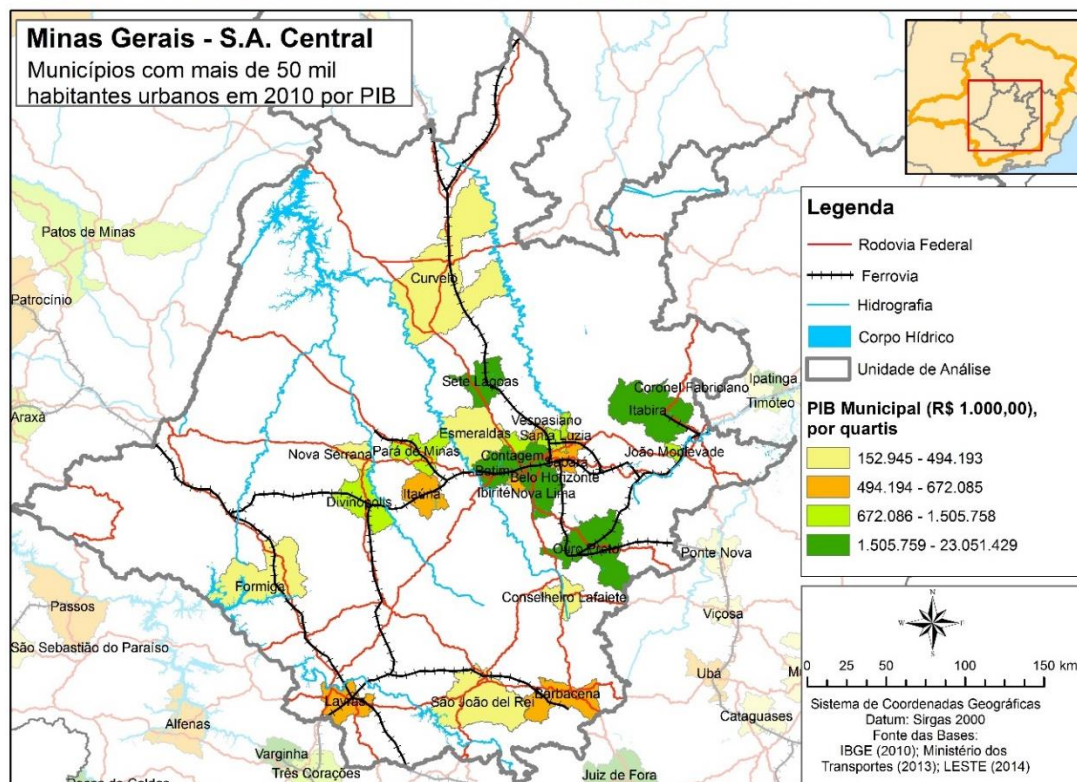
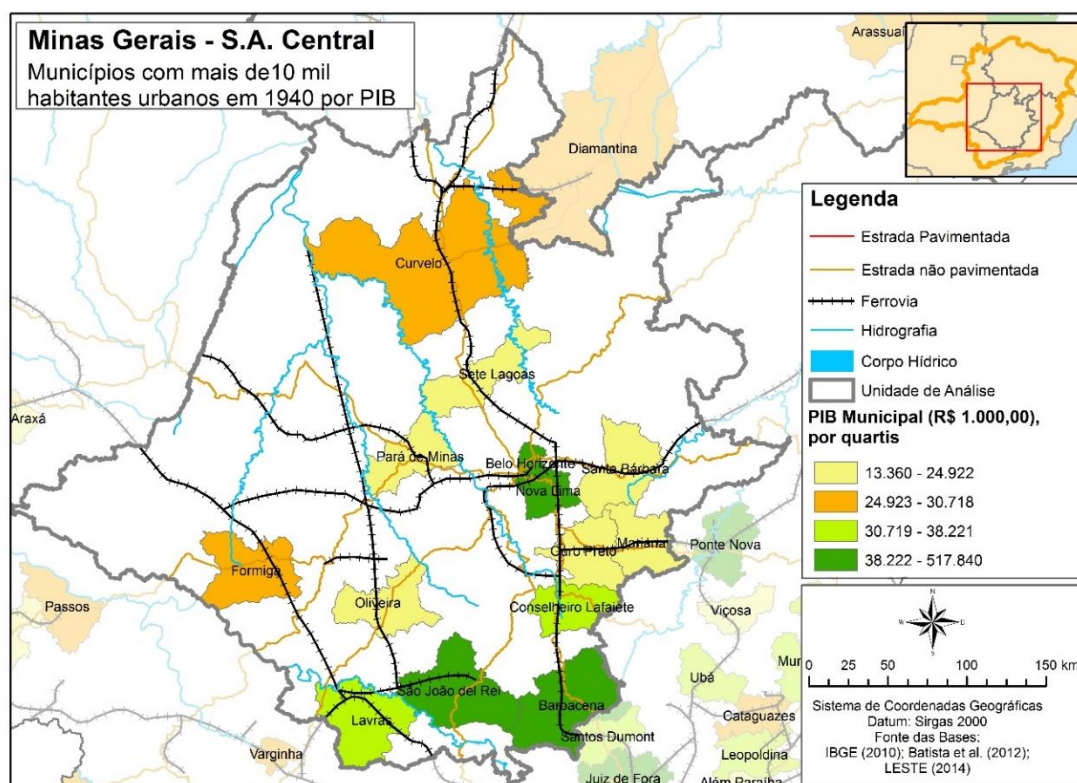


Esmeraldas, Curvelo, Patrocínio, Unaí e Janaúba – a produção agrícola e pecuária é marcante, mas baseadas em técnicas modernas que permitem alta produtividade<sup>144</sup>.

---

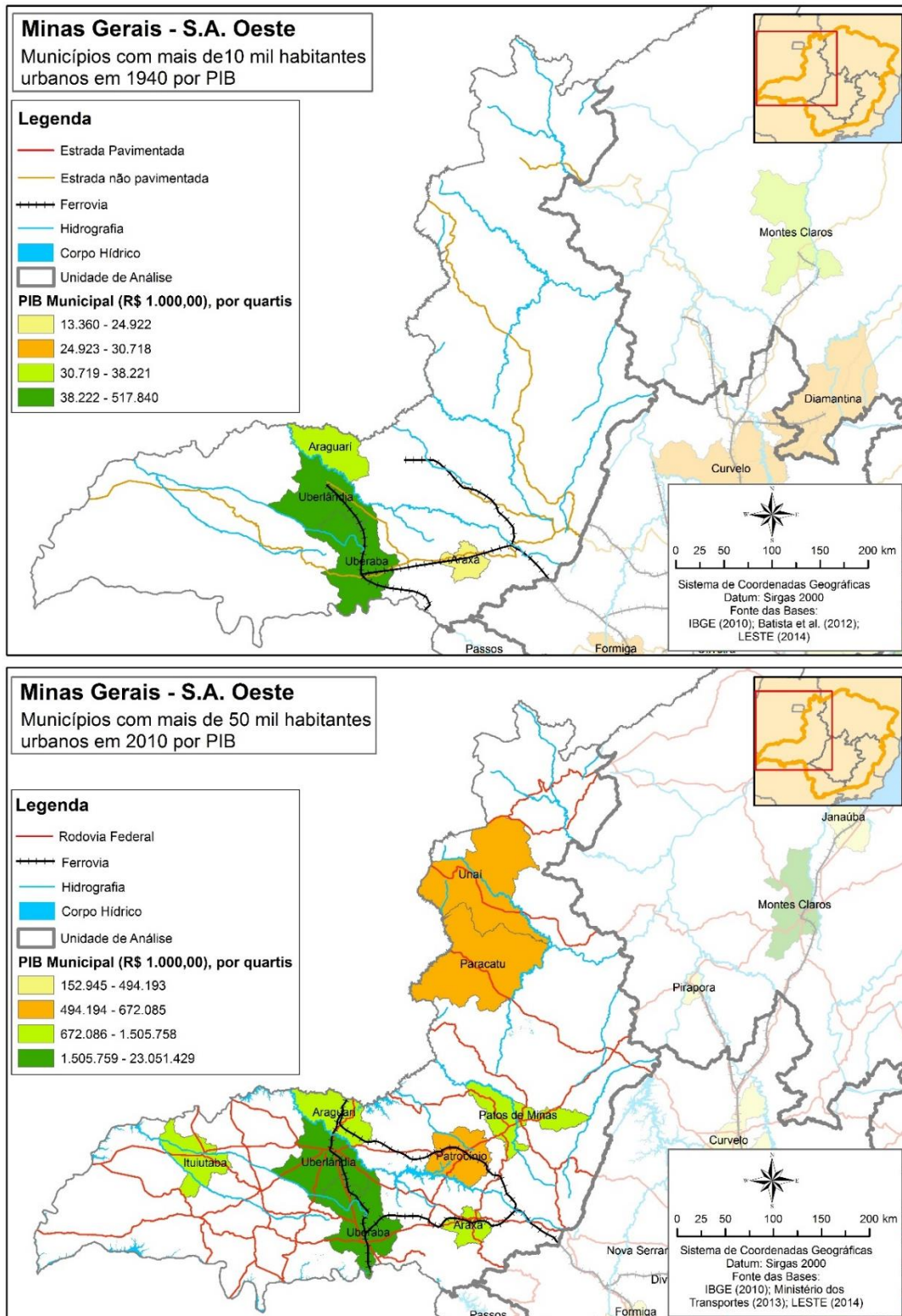
<sup>144</sup> Em estudo posterior, procurar-se-á identificar os processos produtivos que são modernos não só na indústria, mas também na agricultura desses municípios, além de buscar uma melhor compreensão sobre seu desenvolvimento urbano, com o objetivo de compreender quais as razões os levaram de fato ao destaque no século XXI via setor primário.

**Figura 3-3: Subespaço de Análise Central - Municípios-destaque em 1940 e 2010 segundo seu Produto Interno Bruto (R\$ 1.000,00, a preços constantes corrigidos para o ano 2000)**



Fonte: Elaborado pelo autor.

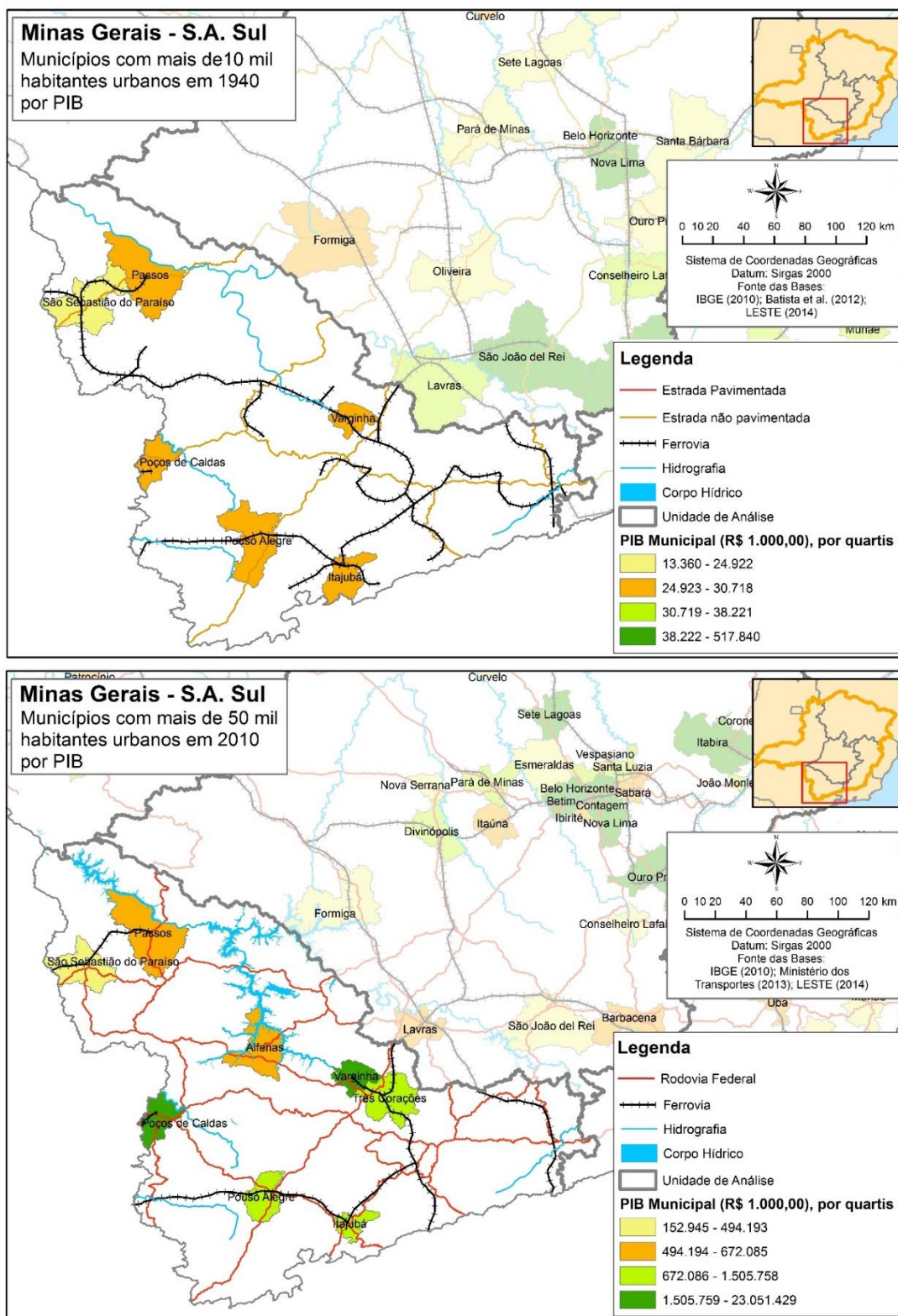
**Figura 3-4: Subespaço de Análise Oeste - Municípios-destaque em 1940 e 2010 segundo seu Produto Interno Bruto (R\$ 1.000,00, a preços constantes corrigidos para o ano 2000)**



Fonte: Elaborado pelo autor.

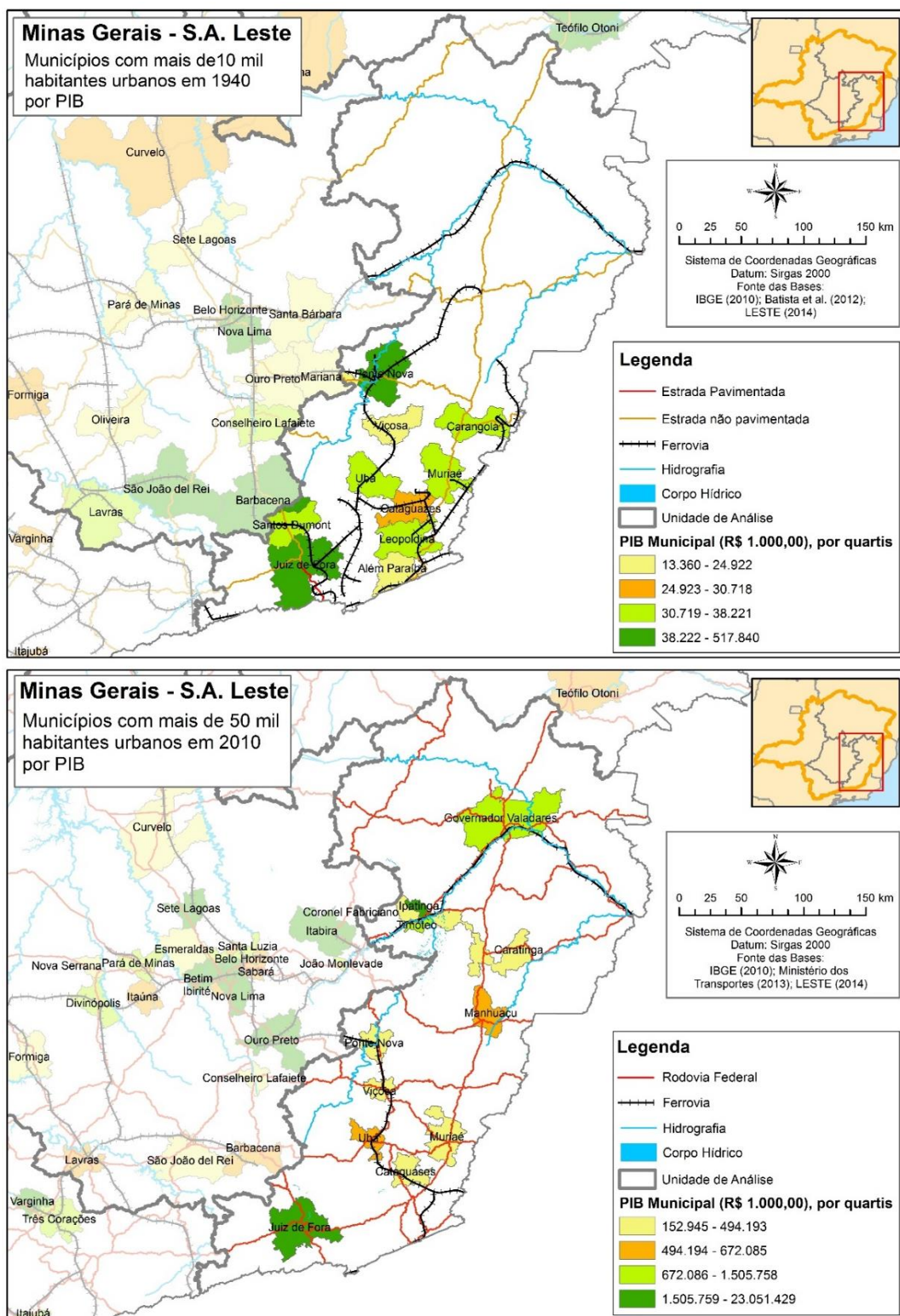


**Figura 3-5: Subespaço de Análise Sul - Municípios-destaque em 1940 e 2010 segundo seu Produto Interno Bruto (R\$ 1.000,00, a preços constantes corrigidos para o ano 2000)**



Fonte: Elaborado pelo autor.

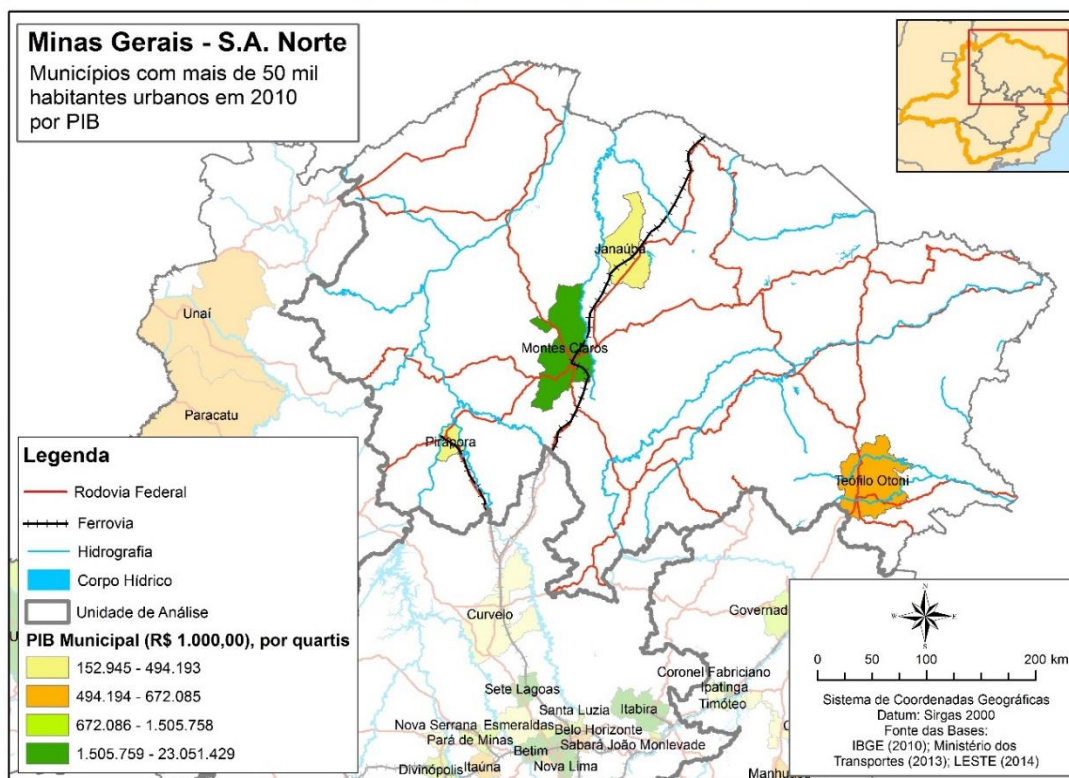
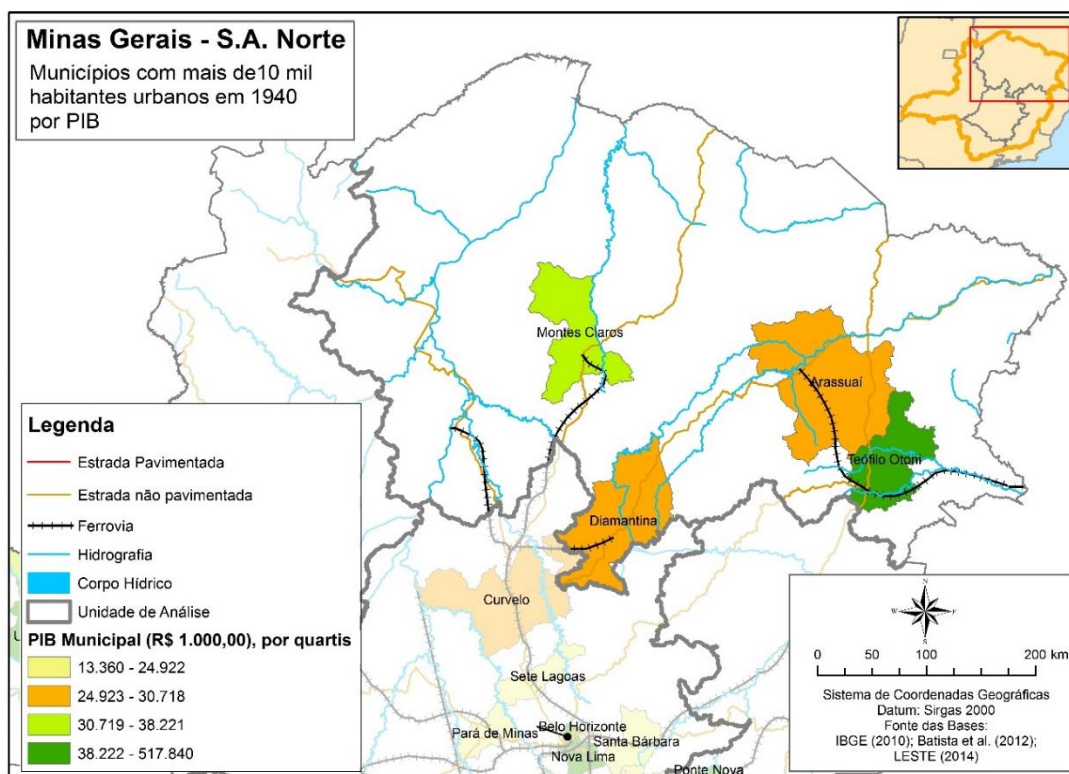
**Figura 3-6: Subespaço de Análise Leste - Municípios-destaque em 1940 e 2010 segundo seu Produto Interno Bruto (R\$ 1.000,00, a preços constantes corrigidos para o ano 2000)**



Fonte: Elaborado pelo autor.

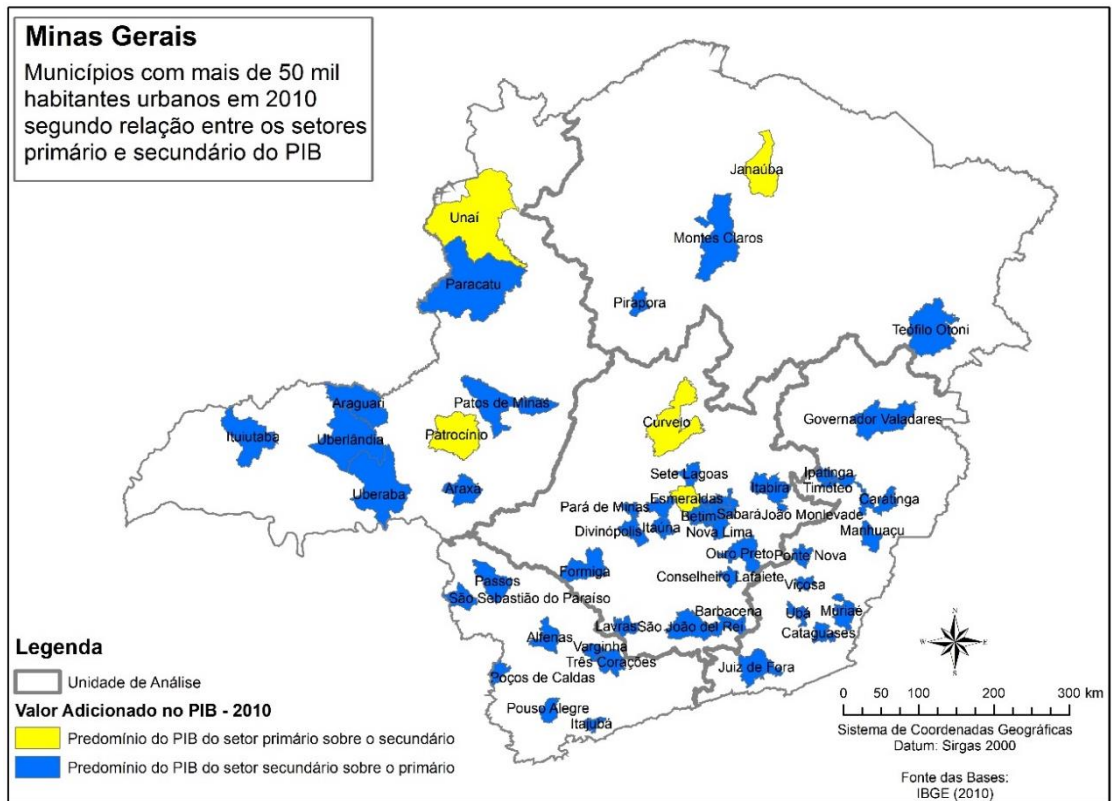
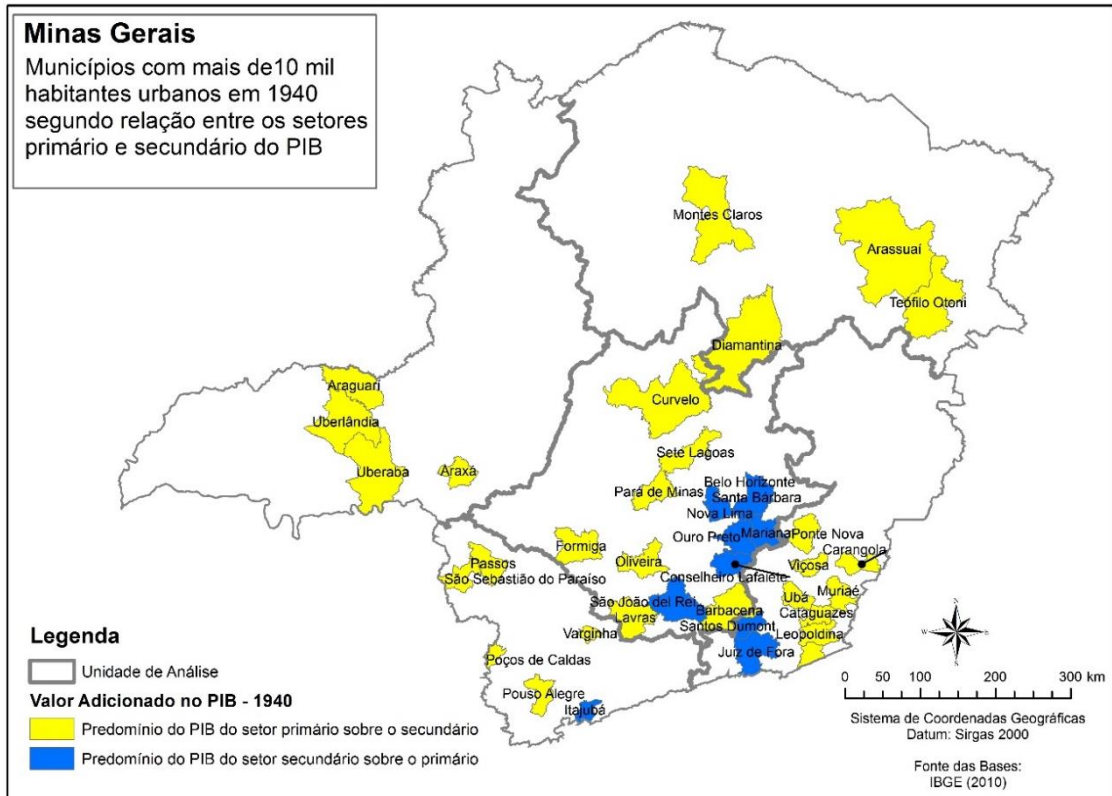


**Figura 3-7: Subespaço de Análise Norte - Municípios-destaque em 1940 e 2010 segundo seu Produto Interno Bruto (R\$ 1.000,00, a preços constantes corrigidos para o ano 2000)**



Fonte: Elaborado pelo autor.

**Figura 3-8: Municípios-destaque em Minas Gerais em 1940 e 2010 segundo a relação entre o setor primário e secundário do Produto Interno Bruto**



Fonte: Elaborado pelo autor.

### 3.4 CONCLUSÃO

Ao longo das análises apresentadas, ficou evidente que Minas Gerais experimentou em sua história períodos de modernização. O primeiro verificou-se na segunda metade do século XVIII, decorrente dos processos de urbanização estimulados pela exploração aurífera iniciada ao final do século XVII. Um outro, mais recente, resultou da conjugação dos esforços políticos em prol de sua industrialização, que, inclusive, se valeu da desconcentração industrial paulista e da atração do capital estrangeiro na segunda metade do século XX. No primeiro caso, as riquezas geradas pelo ouro e a vontade de se desenvolver o território nos moldes europeus permitiram que Minas convivesse com um precoce processo de modernização. No segundo caso, a singularidade advém dos esforços de sua elite política em prol da industrialização, iniciado em fins do século XIX, com a aplicação de diversas estratégias estruturadoras que tiveram sucesso (ainda que tardio).

As mudanças modernizadoras mais intensas foram verificadas principalmente nos municípios que já representavam centralidades históricas, mas também em outros, cujas polarizações decorrentes dos processos de reestruturação permitiram que se tornassem importantes centros comerciais, capazes de atrair população e centralizar serviços de toda ordem. O crescimento de São Paulo, a fundação de Brasília, a criação do parque siderúrgico do Vale do Aço e a metropolização de Belo Horizonte foram os principais balizadores destas polarizações.

Ficaram evidentes também os laços entre a modernização da indústria mineira e a concentração urbana e econômica. Aqueles municípios que foram alvo específico de estruturas planejadas pelo Estado – sobretudo os que já representavam centralidades -, ou que foram capazes de lançar suas próprias bases para a industrialização (seja via fornecimento de infraestrutura básica, incentivos fiscais e/ou locais) foram capazes de atrair investidores e mão-de-obra, e por consequência desenvolver um setor terciário vigoroso. Mais recentemente, houve estratégias governamentais de formar mão de obra especializada nestes municípios via instalação de universidades e escolas técnicas, o que reforçou a importância desses centros e beneficiou tanto os investidores já instalados quanto aqueles em busca de novas oportunidades.



Minas permanece muitas: se em termos relativos a produção industrial superou a agropecuária, em termos absolutos, dois terços dos municípios ainda têm predominância do setor primário sobre o secundário. Mas Minas são outras, pois, pelo menos em seus *municípios-destaque*, conseguiu se desvincular de um destino predominantemente agropecuário tradicional até 1940, e desenvolveu seu setor industrial. Territorialmente, verificou-se em 2010 distribuição mais homogênea dos *municípios-destaque* em relação a 1940, o que indica melhor articulação econômica e fortalecimento da rede urbana mineira.

Para além dos diversos fatores que permitiram a reestruturação modernizadora da sua economia mineira, há que se destacar a importância do papel de suas elites nos campos político e econômico na busca da superação do atraso Estado por meio de diversas iniciativas, sem as quais provavelmente a primazia do setor primário ainda seria generalizada.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Demonstrou-se que desde o século XVIII desenharam-se em Minas Gerais um conjunto de reestruturações capazes de evidenciar seu protagonismo na formação do Brasil moderno. Ao longo de sua história, revelaram-se processos que só poderiam se deflagrar por suas excepcionalidades geográficas, sobretudo nos diferentes contextos políticos que enfrentou em sua trajetória. Sua diversidade mineral, em que se destacam, além do ouro e do ferro, suas grandes extensões de solos férteis, deu o tom para a ocupação e formação de sua rede de cidades. A enormidade de riquezas que circularam por seu território viabilizou o surgimento de uma elite letrada e influente que se metamorfoseou ao longo dos séculos e que, apesar de suas inúmeras discordâncias internas, foi capaz de manter a unidade territorial mineira. O conjunto de obras analisadas permitiu revelar algo que parecia pairar, sem, contudo, aterrissar: a busca pela modernidade foi a linha que costurou as reestruturações territoriais de Minas.

Como visto, o entendimento do perfil urbano-industrial da Minas de início do século XXI só pode ser interpretado corretamente se forem consideradas as atuações de suas elites letradas que buscaram desenvolver no estado paisagens de modernidade semelhantes às europeias. Desde o século XVIII, os homens ricos de Minas compreendiam que a aproximação com as letras seria o meio ideal de ascensão social e participação na vida política. Parte da primeira elite letrada mineira era filha desses homens. Ao estudarem na Europa, trouxeram consigo ideias de modernização como possibilidade, propiciada pelas vivências em prósperas cidades europeias que favorecia o contato com os ideais iluministas; com as ciências naturais; com a racionalidade na ocupação territorial; com as reformas urbanas; com as experiências de liberdade dos Estados Unidos; e, posteriormente, com o positivismo, a república e a democracia, entre tantas outras experiências.

Todavia, o que era fluido no pensamento norte-ocidental tornava-se viscoso no teatro político do sul logo no momento de desembarque. Para além das letras, foi o desenvolvimento de uma forma coesa de se fazer política entre os mineiros que viabilizou que Minas Gerais mantivesse-se sempre como uma das três mais

relevantes e modernas economias do país. Os aspectos que comprovam esta afirmação serão passados em revista.

No século XVIII, a exploração de metais preciosos propiciou o surgimento de uma economia diversificada entrelaçada em uma rede de povoações de alta capilaridade. Nas principais vilas, as marcas da modernidade estavam presentes em sua paisagem, na arquitetura caracteristicamente portuguesa, nas estratégias de ordenamento urbano, e nas sofisticadas mercadorias e vestuário importados, algo sem precedentes em territórios portugueses que distavam 400 quilômetros da costa atlântica. O rápido crescimento demográfico e a diversidade da população que afluía para a região da Minas contribuiu para a difusão de informações e ideias, muitas das quais subversivas, que acarretaram na formação de uma cultura urbana rebelde e na mudança do perfil dos já recorrentes atos de sedição. Além disso, fortalecia-se uma elite urbana esclarecida, cônica dos percalços da condição colonial do território e do atraso de Portugal em relação aos países em processo de industrialização, tais como Inglaterra e França. A noção das capacidades de autossuficiência da capitania, o desejo pela liberdade e o senso de oportunidade pela industrialização ganharam força após a Viradeira em Portugal, e culminaram no movimento inconfidente mineiro. Embora tenha fracassado, desenhou-se, entre os mineiros uma moderna consciência de nação que teria influência em outras sedições pela Colônia e também na declaração de independência em 1822. Os ideais progressistas dos inconfidentes mineiros adentraram no século XIX e foram aclamados, após a independência, nos mais variados circuitos republicanos que se espalharam pelo território.

Geograficamente, a região central de Minas viabilizou, pela por sua condição mineral e enorme capacidade de atração populacional nos Setecentos, a interiorização dos caminhos do Brasil. Da região central, seguiam aventureiros pelo caminho de Goiás em busca de novas oportunidades, o que marca o início da conquista do oeste brasileiro. Por sua vez, a necessidade de proteção das riquezas e o combate aos descaminhos do ouro fortaleceram a posição do Rio de Janeiro que, por causa disso, se tornou capital em 1763. Os laços do Norte de Minas com a Bahia foram mantidos pela hidrovía do rio São Francisco e pelo caminho dos currais, e a região sul se dinamizava como centro abastecedor de alimentos da região central e de São Paulo.

Com efeito, formaram-se cidades especializadas na produção de bens de consumo, cujo desempenho econômico na segunda metade do século XVIII gerava ganhos comparáveis aos das cidades mineradoras. Consolidou-se uma hierarquia urbana mineira nos Setecentos cujos traços permaneceriam até a segunda metade do XIX.

O escasseamento do ouro de aluvião e de encostas inviabilizou a prática do garimpo e provocou mudança no perfil da exploração, que passou a ser subterrânea e capitaneada por companhias inglesas, que possuíam o capital e a tecnologia para tanto. O conseqüente arrefecimento das economias urbanas, por sua vez, fez com que uma parcela da população abandonasse a região das minas e buscasse regiões de terras férteis e agriculturáveis. A produção de gêneros alimentícios e o comércio, que já eram relevantes na pauta econômica mineira (mais da metade dos homens ricos não tinham a mineração como ocupação principal), deixou de ser ofuscada pela mineração e passou a figurar como principal economia da capitania. Logo, transmutaram-se as elites e as formas de se fazer política. As Minas, até então caracterizadas pelas liberdades do ouro, passam à tradição e à estabilidade da terra.

No século XIX, enquanto o mundo assistia à difusão da primeira Revolução Industrial, cuja invenção da máquina à vapor e seus incontáveis desdobramentos fizeram diminuir as distâncias no mundo e proporcionaram novas formas de produção e consumo, em Minas Gerais as condições físicas e a presença de recursos naturais ainda eram determinantes para a localização dos núcleos de produção, bem como da sua rede de caminhos. O caráter insular da província exigia que seus núcleos populacionais fossem autossuficientes, mesmo porque as grandes distâncias e a qualidade dos acessos seriam fatores gravosos em situações de escassez local.

Os diferentes lugares sobreviveram e prosperaram em razão de um conjunto de particularidades que nem sempre coincidiam, entre as quais suas características urbanas, a oferta de uma gama de serviços especializados, a eficiente produção de bens de consumo, a presença de alguma indústria de transformação, ou sua localização em entroncamentos de grande circulação e comércio. Muitas áreas, por outro lado, permaneceram inabitadas ao longo dos Oitocentos e algumas até a primeira metade do século XX por dificuldades das mais diversas, como a distância dos maiores centros, a inviabilidade de escoamento de produção, o intrincado manejo

do solo, ou os conflitos com as populações nativas, entre outras, mesmo que existissem incentivos do governo provincial para a sua ocupação e desenvolvimento. Esse conjunto de fatores justificam o fato de as áreas de maior dinamização serem justamente aquelas próximas aos centros mais desenvolvidos do Império, como as regiões Sul e Mata, cujas relações comerciais suscitaram, inclusive, movimentos separatistas e de anexação pelas províncias de Rio e São Paulo, sem lograr sucesso.

Nos Oitocentos Minas Gerais apresentou desenvolvimento econômico e se manteve integrada à economia nacional, principalmente, pela produção de alimentos e de mercadorias com algum nível de transformação. Por ter a maior população do Império, possuía também o maior colégio eleitoral e, por consequência, a maior bancada na câmara dos deputados. A bancada mineira, embora representasse as elites da terra, não era contrária às ideias de progresso via industrialização. Era composta por deputados em geral letrados e egressos de educandários como a Universidade de Coimbra, o Colégio do Caraça e, ao final dos Dezenove, a Escola de Minas de Ouro Preto, entre outros liceus de menor vulto, que também formavam quadros políticos para a atuação local. A circulação de centenas de jornais e a formação de partidos progressistas faziam difundir, entre outros, as vantagens da criação de indústrias (artesaniais), que alimentavam os debates provinciais e nacionais. A chegada da geração Gorceix à vida política, já no último quartel dos Dezenove, intensificou o debate em prol do desenvolvimento e do progresso.

Para além da agitação política e da crescente massa de letrados, assistiu-se no território mineiro iniciativas de expressiva modernidade e com inequívoco pioneirismo. Na contramão do perfil econômico agrário que se formou em Minas, alguns empreendedores trouxeram para o território algumas das primeiras experiências fabris siderúrgicas e têxteis do país, a primeira usina de energia hidrelétrica e a maior rede ferroviária do Brasil. Tratam-se de empreendimentos heroicos e ousados, na medida em que faltava à gestão nacional maiores definições sobre as políticas fiscais, de incentivos, créditos e proteção aduaneira, ausências que afastavam boa parte de potenciais investidores. Mesmo a questão do fim da escravidão, cujas vantagens já eram evidentes no mundo capitalista moderno, levou mais de 50 anos para ser resolvida. As realizações desses empreendedores e suas fábricas teve profundo

impacto no campo das representações, sobretudo pelo exemplo de que outras vias econômicas eram não só possíveis como viáveis.

Ao final dos Oitocentos o Brasil buscou desenvolver uma política concreta para atração e fixação de imigrantes, com a expectativa de suprir o hiato deixado no campo pelo fim da escravidão e, ao mesmo tempo, induzir a formação de uma cultura industrial. Embora tenha sido tardia, a relevante massa de migrantes contribuiu diretamente para o desenvolvimento de algumas regiões brasileiras, como as do Sul, São Paulo e a Zona da Mata mineira, que é um caso exemplar. A fixação de mão de obra europeia que ali chegou empregada na construção de estradas de ferro foi primaz para a formação de uma classe assalariada urbana e livre empreendedora. São relevantes as experiências modernas assistidas em Juiz de Fora – que se tornou a primeira cidade industrial de Minas Gerais (“A Manchester Mineira”) – tais como a instalação de diversas fábricas, bancos, sistema de bondes, e fornecimento de energia hidrelétrica, entre outros, viabilizados diretamente pelo ambiente propício aos investimentos, sobretudo pelo novo perfil de consumo que se firmava, e indiretamente pela presença maciça de capitais oriundos da cafeicultura regional.

As experiências da Mata não foram compartilhadas pelas demais regiões mineiras, em que permaneceu o desenvolvimento desigual e predominantemente baixo, com exceção da região central, que concentrou a maior parte dos empreendimentos de caráter industrial, e da região Sul, que desenvolveu uma sofisticada dinâmica produtiva para o abastecimento de Rio e São Paulo, cuja economia cafeeira desenvolvia-se a passos largos. O quadro revelava a clara fragilidade territorial da província, cuja capital há tempos vinha perdendo prestígio e capacidade de polarizar os interesses dos mineiros.

O advento da república e da federação ofereceram as oportunidades que Minas precisava para retomar as rédeas do seu desenvolvimento. Logo no Congresso Constituinte Mineiro de 1891 deliberou-se pela transferência da capital e pela criação de um projeto urbano arrojado que colocasse o novo estado em sintonia com os centros mais prósperos da época e que fosse capaz de atrair a atenção dos investidores estrangeiros. A construção da moderna Belo Horizonte e o Congresso

Agrícola, Comercial e Industrial de Minas Gerais, em 1903, foram norteadores de políticas que direcionariam o desenvolvimento mineiro no século XX.

Ao longo da primeira metade do século XX Minas Gerais seguiu rigorosamente uma pauta desenvolvimentista: investiu na implantação de indústrias de base, buscou desenvolver um sistema viário articulado, e formou um corpo técnico para auxiliar nos processos de tomada de decisão. A indústria siderúrgica desenvolvia-se a passos largos sob os cuidados de uma nova elite ansiosa em romper com o perfil agrário do estado. A guinada aconteceu na segunda metade do século XX, quando o processo de desconcentração industrial paulista, a metropolização de Belo Horizonte e a transferência da capital para Brasília revelaram Minas Gerais como a escolha óbvia para os interesses do capital internacional. Ainda que tardiamente, Minas passaria então por um forte processo de modernização, cujas mudanças foram percebidas em suas centralidades históricas.

Os dados apresentados demonstram que o sonhado processo de transição econômica aconteceu. A produção industrial superou a agropecuária, desvinculou o destino de muitos municípios de sua histórica vocação e promoveu no final do século XX um estado de forte articulação econômica e rede urbana coesa, mais ou menos como almejavam as elites do final do século XIX. A concentração urbano-econômica mineira do século XXI tem suas origens principalmente nos projetos de implantação e modernização industrial, pensado pela primeira vez pelos inconfidentes, e que não se findou. É provável que atualmente a principal estratégia estatal para promoção do desenvolvimento industrial descentralizado seja realizada através da democratização do ensino técnico e tecnológico por meio de investimentos na expansão da rede de institutos federais, sobretudo em regiões economicamente deprimidas. Na prática, a missão dos institutos federais é tanto de formar mão de obra qualificada, quanto de criar condições de fixação dos jovens com formação técnica e superior em suas regiões de origem, vantagem competitiva que somada aos baixos custos locais podem resultar, em médio prazo, na atração de investidores. A eficiência e eficácia de tal estratégia suscita, contudo, um novo aprofundamento.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de Almeida. Construindo uma geografia do passado: Rio de Janeiro, cidade portuária, século XVII. **GEOUSP**, São Paulo, v. 1, n. 7, p.13-25, jun. 2000.

ABREU, Maurício de Almeida. Sobre a memória das cidades. **Território**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 4, p.4-26, jun. 1998.

AGÊNCIA NACIONAL DOS TRANSPORTES FERROVIÁRIOS. **Ferrovias de carga no Brasil** (cartograma). Setembro de 2012. Disponível em <<http://www2.antf.org.br/antf/index.php/informacoes-do-setor>>. Acesso em 07 jul. 2014.

AGUIAR, Tito Flavio Rodrigues de. **Vastos subúrbios da nova capital**: formação do espaço urbano na primeira periferia de Belo Horizonte. 2006. 443 p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. De Vila Rica ao Rio das Mortes: mudança do eixo econômico em Minas colonial. **Locus**, Juiz de Fora, v. 11, p. 137-160, 2006.

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. **Ricos e pobres em Minas Gerais**: produção e hierarquização social no mundo colonial, 1750-1822. – Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2010. 236 p..

ALONSO, José Antônio Fialho. Efeitos da reestruturação produtiva na dinâmica da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) na década de 90. **Cadernos MetrÓpole**, São Paulo n. 11, p. 9-40, jun. 2004.

ANASTASIA, Carla Maria Junho. **Vassalos rebeldes**: violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII. Editora C/Arte, 1998.

ANDRADE, Leandro Braga de. A formação econômica de Minas Gerais e a perspectiva regional: encontros e desencontros da historiografia sobre os séculos XVIII e XIX. **Caderno Caminhos da História** (Universidade Severino Sombra), v. 6, p. 1-19, 2010.



ANDRADE, Mariza Guerra de. Colégio do Caraça: a formação escolar e política das elites. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Orgs.). **História de Minas Gerais: a província de Minas**, v. 2. Belo Horizonte: Autêntica Editora; Companhia do Tempo, 2013. 444 p.

ANDRADE, Thompson Almeida; SERRA, Rodrigo Valente. As cidades médias e o processo de desconcentração espacial das atividades econômicas no Brasil: 1990/95. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 8., 1999, Porto Alegre. **Anais...**, Porto Alegre, v. 8, 1999.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS (ALMG). **As Constituintes mineiras de 1891, 1935 e 1947: uma análise histórica**. Belo Horizonte: ALMG, 1989. 313 p..

AUTOS de Devassa da Inconfidência Mineira. 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados; Belo Horizonte: **Imprensa Oficial de Minas Gerais**, 1976/1983. 10 v.

AZEVEDO, Aroldo de Azevedo. Vilas e cidades do Brasil Colonial (Ensaio de geografia urbana em retrospectiva). **Revista Terra Livre** (AGB), São Paulo, n 10, p. 23-78, 1994.

AZEVEDO, Edeílson Matias de. **Minas Insurgente: conflitos e confrontos no século XVIII**. 2006, 220 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

AZZONI, Carlos Roberto. Sobre a necessidade da política regional. In: KON, Anita (Org.). **Unidade e fragmentação: a questão regional no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 2002. P. 17-43

BAENINGER, Rosana. Deslocamentos populacionais, urbanização e regionalização. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Brasília, v. 15, n. 2, p. 67-81, 1998.

BAETA, Alenice; PILÓ, Henrique; NEVES, Marcus Duque. A Usina Wigg e a Siderurgia em Escala Industrial nas Minas Oitocentista. Ouro Preto, Minas Gerais-

Brasil. In: COLÓQUIO LATINO AMERICANO RECUPERAÇÃO E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL, 6., 2012, São Paulo. **Anais...** São Paulo: TICCIH, 2012. v. 1.

BAKER, Alan R. H.. **Geography and History: bridging the divide**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. 279 p.

BARBOSA, Daniel Henrique Diniz. Desenvolvimento econômico e pensamento desenvolvimentista: o caso de Minas Gerais (1933-1968). In: ENCONTRO DE PÓS-GRADUANDOS DA FFLCH/USP, 4., 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009. v. 1.

BARNABÉ, Israel Roberto. Elite, Classe Social e Poder Local. **Estudos de Sociologia** (São Paulo), Unesp/Araraquara, v. 1, n.7, p. 103-118, 1999.

BARRETTO, Vicente; PAIM, Antônio. **Evolução do pensamento político brasileiro**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989. 463 p.

BARROS, José D'assunção. Os conceitos na história: considerações sobre o anacronismo. **Ler História**, Lisboa, v. 1, n. 71, p.155-180, dez. 2017. Semestral.

BARROS, Paulo Cezar de; FERREIRA, Fernando da Costa. A importância do estudo da geografia histórica para a compreensão do espaço urbano. **Geo-paisagem**, Niterói, v. 1, n. 15, p.1-16, jun. 2009.

BATISTA, Felipe Alvarenga; BARBOSA, Lidiany Silva; GODOY, Marcelo Magalhães. Transportes, modernização e formação regional-Subsídios a história da era ferroviária em Minas Gerais, 1870-1940. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 17, n. 1, p. 162-203, 2012.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. Trad. Plínio Dentzien.

BECKER, Bertha Koiffmann. Tendências de transformação do território no Brasil: vetores e circuitos. **Revista território**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 5-17, 1997.

BECKER, Bertha Koiffmann; EGLER, Cláudio Antônio Gonçalves. **Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga; TAVARES, Maria Conceição. A mundialização do capital e a expansão do poder americano. In: FIORI, José Luís. **O Poder Americano**. Petrópolis: Vozes, p. 113-117, 2004.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido se desmancha no ar**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986. 347 p..

BERTELLI, Felipe. **Espacialização das Indústrias em Minas Gerais**: os arranjos produtivos locais e sua relação com os movimentos populacionais. 2014. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

BIRCHAL, Sérgio de Oliveira. O mercado de trabalho mineiro no século XIX. **História Econômica & História de Empresas**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 31-63, 1998.

BLASENHEIM, Peter. As Ferrovias de Minas Gerais no século dezenove. **Locus - Revista de História**, Juiz de Fora, v. 2, n. 2, p. 81-110, 1996.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Trad. Carmen C, Varriale et al. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 11ª ed., 1998. Vol. 1: 674 p. (total: 1.330 p.)

BORGES, Barsanufo Gomides. Ferrovia e modernidade. **Revista UFG**, Goiás, v. 13, n. 11, p. 27-36, 2011.

BOSCHI, Caio César. A Universidade de Coimbra e a formação intelectual das elites mineiras coloniais. In: CENTENÁRIO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, 7., 1991, Coimbra. **Actas do congresso História da Universidade**. Coimbra/Portugal: Universidade de Coimbra, 1990. v. 5. p. 133-150.

BOSCHI, Caio César. **Os leigos e o poder**: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais. São Paulo: Ática, 1986. 254 p..

BOTO, Carlota. A dimensão iluminista da reforma pombalina dos estudos: das primeiras letras à universidade. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v. 15, n. 44, p. 282-299, 2010.

BOTTOMORE, Thomas Burton. **As elites e a sociedade**. Tradução de Otávio Guilherme C. A. Velho. 2ª Ed., Zahar editores. Rio de Janeiro, 1974.

CANO, Wilson. Concentração e desconcentração econômica regional no Brasil: 1970/95. **Economia e sociedade**, Campinas, v. 8, p. 101-141, jun. 1997.

CANO, Wilson. **Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva. Questões teóricas e tendências da geografia histórica. **Geographia**, Niterói, v. 20, n. 42, p.25-37, abr. 2018.

CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva. **Do sertão ao território das Minas Gerais: entradas e bandeiras, política territorial e formação espacial no período colonial**. 2013. 407 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva; MATOS, Ralfo Edmundo da Silva. Encontros e Desencontros entre Geografia e História e Tendências na Geografia Histórica Anglo-Saxã. **Espaço Aberto**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p.33-50, 2012.

CARRARA, Ângelo Alves. **Minas e currais: produção rural e mercado interno em Minas Gerais, 1674-1807**. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2007. 364p.

CARRARA, Ângelo Alves. O ouro e os portos do Brasil no século XVIII. In: CARRARA, Ângelo Alves; OLIVEIRA JUNIOR, Paulo Cavalcante de (Org.). **Alfândegas do Brasil: Rio de Janeiro e Salvador, século XVIII; estudos de administração fazendária**. 1. ed. Juiz de Fora: Editora da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2016. v. 1. 408 p..

CARRARA, Ângelo Alves. El reformismo fiscal pombalino en Brasil. **Historia Caribe**, v. 11, p. 83-111, 2016.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**: a elite política imperial. **Teatro de sombras**: a política imperial. 4a Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. 459 p..

CARVALHO, José Murilo de. **A escola de Minas de Ouro Preto**: o peso da glória [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010, 196 p..

CARVALHO, José Murilo de. A modernização frustrada: a política de terras no Império. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 1, p. 39-57, 1981.

CARVALHO, José Murilo de. Ouro, Terra e Ferro – Vozes de Minas. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). **Minas e os fundamentos do Brasil moderno**. 1ed. Belo Horizonte: UFMG, 2005, v. 1, p. 55-78.

CARVALHO, José Murilo de. Trajetórias republicanas. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, v. XLIV, p. 22-35, 2008.

CARVALHO, José Murilo de. A Escola de Minas de Ouro Preto. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Orgs.). **História de Minas Gerais**: a província de Minas, v. 2. Belo Horizonte: Autêntica Editora; Companhia do Tempo, 2013. 444 p.

CASTILHO, Denis. Os sentidos da modernização. **Boletim Goiano de Geografia** (Online), v. 30, p. 125-140, 2011.

CODATO, Adriano. Metodologias para a identificação de elites: três exemplos clássicos. In: Renato M. Perissinotto; Adriano Codato. (Org.). **Como estudar elites**. 1ed. Curitiba: Ed. UFPR, 2015, p. 15-30.

CORRÊA, Roberto Lobato et al. **O espaço urbano**. Ática, 1989.

CORRÊA, Roberto Lobato. O interesse do geógrafo pelo tempo. **Boletim Paulista de Geografia**, v. 94, 2016, p. 1-11.

COSENTINO, Daniel do Val. A economia mineira no século XIX e a transição do trabalho escravo para o trabalho livre. **Revista Debate Econômico**, Alfenas, v. 1, n. 2, p. 28-53, 2014.

COSTA, Simona. **Economia, sociedade e urbanização em Minas Gerais (séculos XVIII-XIX):** Vila Rica, futura Ouro Preto, e a sua rua principal. 2017. 155 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História do Império Português, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova Lisboa, Lisboa, 2017.

CUNHA, Alexandre Mendes. A diferenciação dos espaços econômicos e a conformação de especificidades regionais na elite política mineira às primeiras décadas do século XIX. In: COSTA, Wilma Peres da; OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles (Org.). **De um Império a Outro:** estudos sobre a formação do Brasil, séculos XVIII e XIX. São Paulo: Hucitec, 2007, p. 201-222.

DANTAS, Alexis; KERTSNETZKY, Jacques; PROCHNIK, Victor. Empresa, Indústria e Mercados. In: KUPFER, David; HASENGLEVER, Lia. Economia industrial: fundamentos teóricos e práticos no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. Cap. 2. p. 15-24.

DE PAULA, João Antônio. A mineração de ouro em Minas Gerais no século XVIII. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Org.). **História de Minas Gerais - as Minas Setecentistas.** Belo Horizonte: Autêntica/Companhia do Tempo, 2007, v. 1, p. 279-301. 377 p.

DE PAULA, João Antônio. **Raízes da modernidade em Minas Gerais.** 1ª. ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2000. 156p.

DE PAULA, Ricardo Zimbrão Affonso. **E do Caminho Novo das Minas dos Matos Gerais emerge a “Manchester Mineira” que se transformou num “baú de ossos”** - História de Juiz de Fora: da vanguarda de Minas Gerais à “industrialização periférica”. 2006. 426 p. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

DIAS, Fernando Correa. Mineiridade: construção e significado atual. **Revista Ciência & Trópico**, Recife, v. 13, p. 73-89, 1985.

DINIZ, Clélio Campolina. **Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira.** Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1981.

DINIZ, Clélio Campolina; CROCCO, Marco Aurélio. Reestruturação econômica e impacto regional: o novo mapa da indústria brasileira. **Nova economia**, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, p. 77-103, jul. 1996.

DOLHNIKOFF, Miriam. Império e governo representativo: uma releitura. **Caderno CRH**, Salvador, v. 21, n. 52, p.13-24, abr. 2008.

DULCI, Otávio Soares. A indústria mineira no século XIX. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Orgs.). **História de Minas Gerais: a província de Minas**, v. 1. Belo Horizonte: Autêntica Editora; Companhia do Tempo, 2013. 377 p..

DULCI, Otávio Soares. **Política e recuperação econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte: UFMG, 1999. 303 p..

ERTHAL, Rui. Geografia Histórica - considerações. **Geographia**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 9, p.29-39, jun. 2003. Semestral.

ESPINDOLA, Haruf Salmen. Modernização, dinâmica territorial e mudanças ambientais. In: GUEDES, Gilvan Ramalho; OJIMA, Ricardo (Org.). **Território, Mobilidade Populacional e Ambiente**. 1ed. Governador Valadares: Univale, 2012, v. 1, p. 157-200.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

FERREIRA, Álvaro. **A Cidade no Século XXI: Segregação e Banalização do Espaço**. 2. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2013. v. 1. 324 p.

FERREIRA, Mário Clemente. O Mapa das Cortes e o Tratado de Madrid: a cartografia a serviço da diplomacia. **Varia História** (UFMG), Belo Horizonte, v. 23, n. 37, p. 51-69, janeiro-junho de 2007. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=384434820015>>. Acesso em 07 de julho de 2017.

FERREIRA, Rodrigo Nunes; MATOS, Ralfo Edmundo da Silva. Migração de trabalhadores no mercado formal brasileiro entre 1995 e 2003 e as tendências da

reestruturação territorial. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15., 2006, Caxambu. **Anais...**, Caxambu: ABEP, 2006.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida et al.. **Impressões Rebeldes: documentos e palavras que forjaram a história do protesto no Brasil**. 2016; Tema: Documentos históricos das revoltas no Brasil colônia (Site). Disponível em <[http://www.historia.uff.br/impressoesrebeldes/?page\\_id=4](http://www.historia.uff.br/impressoesrebeldes/?page_id=4)>. Acesso em 23 de fevereiro de 2018.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. **Rebeliões no Brasil colônia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005. 87 p..

FILGUEIRAS, Carlos Alberto Lombardi. A Ciência e as Minas Gerais dos Setecentos. In: REZENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luís Carlos (Org.). **História de Minas Gerais** - as Minas Setecentistas. Belo Horizonte: Autêntica/Companhia do Tempo, 2007, v. 2, p. 155-185. 444.

FILGUEIRAS, Carlos Alberto Lombardi. Havia Alguma Ciência no Brasil Setecentista?. **Química Nova**, São Paulo, v. 21, p. 351-353, 1998.

FOCAS, Júlia Diniz. **Inconfidência Mineira: a história dos sentidos de uma história**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2002. 202 p.

FONSECA, Cláudia Damasceno. **Arraiais e vilas d'el Rei** - Espaço e poder nas Minas setecentistas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. 731 p.

FONSECA, Cláudia Damasceno. Urbs e civitas: a formação dos espaços e territórios urbanos nas minas setecentistas. **Anais do museu paulista**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 77-108, Junho de 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-47142012000100004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142012000100004&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 29 outubro de 2017.

FREITAG, Bárbara Rouanet. Habermas e a teoria da modernidade. **Caderno do Centro de Recursos Humanos da UFBA**, Salvador, v. 22, p. 138-163, 1995.

FREITAS, Ana Paula Ribeiro. **Diversidade Econômica e Interesses Regionais: as Políticas Públicas do Governo Provincial Mineiro (1870-1889)**. 2009. 312 f.



Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em História Econômica, Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

FURTADO, João Pinto. A Inconfidência Mineira: um novo tempo ou reedição dos motins do Antigo Regime?. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage; VILLALTA, Luiz Carlos (Org.). **História de Minas Gerais** - as Minas setecentistas. 1ed. Belo Horizonte: Autêntica/Companhia do Tempo, 2007, v. 2, p. 619-639. 444 p.

FURTADO, João Pinto. Inconfidências e conjurações no Brasil - notas para um debate historiográfico em torno dos movimentos do último quartel do século XVIII. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). **O Brasil Colonial 1720-1821**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. v. 1. 727 p.

FURTADO, João Pinto. **O manto de Penélope** - História, mito e memória da Inconfidência Mineira de 1788-9. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. v. 1. 327 p.

FURTADO, Júnia Ferreira. O outro lado da Inconfidência Mineira. Pacto colonial e elites locais. **LPH: Revista de História (UFOP)**, Ouro Preto, v. 4, p. 70-91, 1994.

FURTADO, Júnia Ferreira; COUTO, José Vieira (Org.). **Memória sobre a capitania das Minas Gerais**: seu território, clima e produções metálicas (Edição crítica do livro de José Vieira Couto). 1. ed. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1994. v. 1. 104 p.

GADELHA, Regina Maria d'Aquino Fonseca. A lei de terras (1850) e a abolição da escravidão: capitalismo e força de trabalho no Brasil do século XIX. **Revista de História**, São Paulo, n. 120, p. 153-162, 1989.

GARCIA, Ricardo Alexandrino. Modernização e crescimento populacional nos municípios de Minas Gerais: uma aplicação do método "Grade of Membership". **Cadernos do Leste**, Belo Horizonte, v. Especial, p. 179-196, 2008.

GEIGER, Pedro Pinchas. **Evolução da rede urbana brasileira**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, 1963. 455 p.

GODOY, Marcelo Magalhães, BARBOSA, Lidiany Silva. Uma outra modernização. Transportes em uma província não-exportadora. Minas Gerais, 1850-1870. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 17, n. 2 (33), p. 159-186, ago. 2008.

GODOY, Marcelo Magalhães. Minas Gerais na república: atraso econômico, estado e planejamento. **Cadernos da Escola do Legislativo**, Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, v. 11, n. 16, p. 5-6, jan./jun. 2009.

GODOY, Marcelo Magalhães; BARBOSA, Daniel Henrique Diniz; BARBOSA, Lidiany Silva. Da arte de conhecer as doenças: o Diagnóstico da Economia Mineira de 1968. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 20, n. 2, p. 343-388, 2010.

GODOY, Paulo Roberto Teixeira de. A Geografia Histórica e as formas de apreensão do tempo. **Terra Brasilis (nova série)**: Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica, São Paulo, v. 2, n. 1, p.1-9, dez. 2013. Semestral. Disponível em: <URL: <http://terrabrasilis.revues.org/767>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

GOMES, Daniela Gonçalves. As Ordens Terceiras em Minas Gerais: suas interações e solidariedades no período ultramontano (1844-1875). **Revista Brasileira de História das Religiões** – ANPUH. Maringá (PR) v. 1, n. 3, 2009. ISSN 1983-2859. Disponível em <<http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pub.html>>. Acesso em 28 de fevereiro de 2017.

GOMES, Maria Terezinha Serafim. O debate sobre a reestruturação produtiva no Brasil. **Raega - O Espaço Geográfico em Análise**, Curitiba, v. 21, p. 51-77, 2011.

GOMES, Paulo César da Costa. **Geografia e Modernidade**. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. v. 1. 482 p.

GONÇALVES, João Luís Traverso. **A geografia da imprensa em Minas Gerais no século XIX**: uma conexão com as redes de cidades da província. 2001. 188 p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Geografia do Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. Riqueza e negócios na primeira metade do século XIX. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Orgs.).

**História de Minas Gerais: a província de Minas**, v. 1. Belo Horizonte: Autêntica Editora; Companhia do Tempo, 2013. 377 p.

HABERMAS, Jürgen. **O discurso filosófico da modernidade: doze lições**. São Paulo: Martins Fontes, 2000. 540 p.

HAESBAERT, Rogério. Filosofia, Geografia e Crise da Modernidade. **Revista Terra Livre** (AGB), São Paulo, v. 7, p. 63-92, 1990.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 21. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011. 348 p.

HEINZ, Flávio M. **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 224 p..

HESPANHA, António Manuel. **Poder e Instituições no Antigo Regime**. Lisboa: Edições Cosmos, 1992.

HESPANHA, António Manuel. **Às vésperas do Leviathan: instituições e poder político**. Portugal – Séc. XVII. Coimbra: Almedina, 1994.

HESPANHA, António Manuel. A constituição do Império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda, GOUVÊA, Maria de Fátima. **O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 163-188, 2001.

HESPANHA, António Manuel. **Caleidoscópio do Antigo Regime**. São Paulo: Alameda, 2012. 226 p.

HIRSCH, Irene. A tradução e a Inconfidência Mineira. **Tradução em Revista**, v. 5, p. 1-10, 2008. Disponível em [https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/rev\\_trad.php?strSecao=inicio](https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/rev_trad.php?strSecao=inicio)>. Acesso em 25 de agosto de 2017.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. Fronteiras da transdisciplinaridade moderna. In: HISSA, Cássio Eduardo Viana (Org.). **Saberes ambientais: desafios para o conhecimento disciplinar**. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 15-31, 2008.

HOBBSAWM, Eric. **A era das revoluções: 1789-1848**. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

HOLLANDA, Cristina Buarque de. **Teoria das elites**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011. 95 p..

IGLÉSIAS, Francisco. **Política econômica do governo provincial mineiro, 1835-1889**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1958.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Evolução da Divisão Territorial do Brasil 1872-2010**. Rio de Janeiro. 2011. Disponível em <[https://ww2.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/default\\_evolucao.shtm](https://ww2.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/default_evolucao.shtm)>. Acesso em 01 de março de 2015.

IPEADATA. **Produto Interno Bruto dos Municípios IBGE – 1900/2013**. Disponível em <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em 30 de jun. de 2015.

KANTOR, Iris et al.. Novas Expressões da Soberania Portuguesa na América do Sul: segunda metade do século 18. In: GOUVEA, Maria de Fátima; FRAGOSO, João (Org.). **O Brasil Colonial**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, v. 3.

KARNAL, Leandro. Estados Unidos, Liberdade e Cidadania. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **História da Cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003, v. 1, p. 135-157.

LABORATÓRIO DE ESTUDOS TERRITORIAIS (LESTE)/UFMG. **Atlas Viário de Minas Gerais**. Belo Horizonte, 2014.

LAMOUNIER, Maria Lucia et al. Ferrovias, agricultura de exportação e mão-de-obra no Brasil no século XIX. **História econômica & história de empresas**, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 43-76, 2000.

LAMOUNIER, Maria Lúcia. **Ferrovias e mercado de trabalho no Brasil do século XIX**. São Paulo: EDUSP, 2012.

LANNA, Ana Lúcia Duarte et al. **A transformação do trabalho: a passagem para o trabalho livre na Zona da Mata Mineira; 1870-1920**. 1985. 177 p. Dissertação

(Mestrado) – Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1985.

LANNA, Ana Lúcia Duarte. O café e o trabalho livre em Minas Gerais 1870-1920. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 6, n. 12, p. 73-88, 1986.

LEMONS, Celina Borges. Século XIX na paisagem cultural ouro-pretana: cotidiano, arquitetura e modernidade imperial. In: SEMINÁRIO SOBRE ECONOMIA MINEIRA: ECONOMIA, HISTÓRIA, DEMOGRAFIA E POLÍTICAS PÚBLICAS, 12., 2006. Diamantina. **Anais...** Diamantina, 2006.

LENCIONI, Sandra. Reestruturação: uma noção fundamental para o estudo das transformações e dinâmicas metropolitanas. ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 6., 1998, Buenos Aires. **Anais...**, Buenos Aires, 1998.

LENHARO, Alcir. **As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842**. 2ª ed. – Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1993. 136 p..

LIBBY, Douglas Cole. Novas considerações sobre a protoindustrialização mineira dos séculos XVIII e XIX. **Revista do Departamento de História**, Belo Horizonte, n. 9, p. 149-160, 1989.

LIBBY, Douglas Cole. **Transformação e trabalho em uma economia escravista – Minas Gerais no século XIX**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988. 404 p.

LIMA JUNIOR, Augusto de. **História da Inconfidência de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia, 2010. 232 p.

LIMA, João Heraldo et al. **Café e indústria em Minas Gerais: 1870-1920**. 1977. 136 p. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1977.

LIMA, Pablo Luiz de Oliveira. **Ferrovia, sociedade e cultura, 1850-1930**. 2 ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.

LOPES, Luciana Soarez; MOTTA, José Flávio. De luzes, sombras e trevas: o Marquês de Pombal, o iluminismo português e a escravidão no Brasil. **Boletim Informações Fipe**, São Paulo, v. 428, p. 43 - 49, 30 de maio de 2016.

LUCAS, Fábio. **Luzes e Trevas** – Minas Gerais no século XVIII. Belo Horizonte: UFMG, 1998. 184 p.

LUNA, Francisco Vidal. **Minas gerais: escravos e senhores**: análise da estrutura populacional e econômica de alguns centros mineratórios (1718-1804). 1980. 142 f. Tese (Doutorado) - Curso de Economia da Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1980.

LUZ, Nícia Villela. **A Luta Pela Industrialização do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1978.

MACHADO, Mônica Sampaio; GOMES, Ângela Nunes Damasceno. Exemplos brasileiros de geografia histórica: considerações sobre as obras de Maurício Abreu e Antônio Carlos Robert Moraes. **Geo Uerj**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 15, p.18-16, jun. 2013. Semestral.

MARTINS, Roberto Borges. **A economia escravista de Minas Gerais no século XIX**. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 1980. 72 p..

MATA-MACHADO, Bernardo. O poder político em Minas Gerais: estrutura e formação. **Análise e Conjuntura**, Belo Horizonte, v. 2, n. 1, 1987. 68 p.

MATHIAS, Carlos Leonardo Kelmer. O sistema de concessão de mercê como prática governativa no alvorecer da sociedade mineira setecentista: o caso da (re) conquista da praça fluminense em 1711. **Saeculum – Revista de História**. V. 14.26-38. João Pessoa, jan./jun. 2006.

MATOS, Ralfo. **Evolução urbana e formação econômica de Belo Horizonte**. Texto para discussão nº 64. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 1992. 33 p.

MATOS, Ralfo. A desconcentração populacional em Minas Gerais e as mudanças na Região-Core. Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 9., 1994, Caxambu. **Anais...**, Belo Horizonte, v. 9, p. 457-472, 1994.

MATOS, Ralfo. Aspectos econômicos e retrospecto histórico das migrações em Minas Gerais. Seminário sobre a economia mineira, 7., 1995, Diamantina. **Anais...**, Diamantina, v. 1, p. 303-336, 1995a.

MATOS, Ralfo. Questões teóricas acerca dos processos de concentração e desconcentração da população no espaço. **Revista brasileira de estudos de população**, Campinas, v. 12, n. 1/2, p. 35-58, 1995b.

MATOS, Ralfo. Aglomerações urbanas, rede de cidades e desconcentração demográfica no Brasil. Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 10., 2000, Caxambu. **Anais...**, v. 12, 2000. Belo Horizonte: ABEP/CEDEPLAR, 2000.

MATOS, Ralfo; SANTOS, Ricardo; COSTA, Alfredo. O São Francisco das Lavras e do Sertão Mineiro e sua Influência na Origem de Minas Gerais. **Cadernos do Leste**, Belo Horizonte, v. 8, p. 3-30, 2007.

MATOS, Ralfo. A discussão do antiurbanismo no Brasil colonial. **GEOgrafias (UFMG)**, Belo Horizonte, v. 7, n. 2, p. 40-55, 2011.

MATOS, Ralfo. **Trajétórias de contato nas humanidades; do espaço representado às conexões entre homens e lugares**. 2012. 127 p. (Memorial Acadêmico).

MATOS, Ralfo; MELLO, Ediméia Maria Ribeiro de. As condições estruturantes da siderurgia mineira: recursos naturais, Estado e elite instruída. **Revista GEOgrafias**, Belo Horizonte, v. 8, n. 2, p. 60-75, 2012.

MATOS, Ralfo; COSTA, Alfredo. Por uma regionalização da Minas Oitocentista. **Revista GEOgrafias**, Belo Horizonte, v. 1, p. 114-136, 2016.

MAXWELL, Kenneth. **A devassa da devassa: a Inconfidência Mineira, Brasil-Portugal, 1750-1808**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. 110 p.

MAXWELL, Kenneth. Conjuração mineira: novos aspectos. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 3, n. 6, p. 04-24, 1989. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40141989000200002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141989000200002&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 29 de outubro de 2017.

MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. 201 p. Tradução de Antônio de Pádua.

MELLO, Ediméia Maria Ribeiro de. **As condições estruturantes da siderurgia mineira: recursos naturais, Estado e elite instruída**. 2010. 252 p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação do Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

MENESES, José Newton Coelho. Homens que não mineram: oficiais mecânicos nas Minas Gerais Setecentistas. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage; VILLALTA, Luiz Carlos (Org.). **História de Minas Gerais - as Minas Setecentistas**. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica/Companhia do Tempo, 2007, v. 1, p. 377-399. 377 p.

MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. **A Fisionomia das Cidades Mineradoras**. Belo Horizonte: Cedeplar/Face/UFMG, 2001.

MONTE-MÓR, Roberto Luís. O que é o urbano, no mundo contemporâneo. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.111, p.09-18, jul./dez. 2006.

MORAES, Antônio Carlos Robert. Geografia, História e História da Geografia. Terra Brasilis (nova série): **Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica**, São Paulo, v. 2, n. 1, p.1-8, dez. 2012. Semestral. Disponível em: <<http://terrabrasilis.revues.org/319>>. Acesso em: 25 ago. 2017.

MORAES, Fernanda Borges de. De arraiais, vilas e caminhos: a rede urbana das Minas coloniais. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage; VILLALTA, Luiz Carlos (Org.). **História de Minas Gerais - as Minas setecentistas**. 1ed. Belo Horizonte: Autêntica/Companhia do Tempo, 2007, v. 1, p. 55-85. 377 p.

MOREIRA, Luciano da Silva. Imprensa periódica e vida política. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Orgs.). **História de Minas Gerais: a província de Minas**, v. 2. Belo Horizonte: Autêntica Editora; Companhia do Tempo, 2013. 444 p..

MOSCA, Gaetano. **Elementi di scienza politica**. Fratelli Bocca, 1896.



NEGRI, Barjas. **Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1880-1990)**. Unicamp, 1996.

NOVAIS, Fernando Antônio. **Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 1979.

OLIVEIRA, Floriano José Godinho de. Desenvolvimento Local e Território em Tempos de Reestruturação Econômica: de que desenvolvimento e de que escala estamos falando?. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 12., 2007, Belém. **Integração Sul-Americana, Fronteiras e Desenvolvimento Urbano e Regional**. Belém: Anpur, 2007. v. I. p. 1-17.

PACHECO, Carlos Américo. Desconcentração econômica e fragmentação da economia nacional. **Economia e sociedade**, Campinas, v. 6, p. 113-140, jun. 1996.

PAIVA, Clotilde Andrade. **População e Economia nas Minas Gerais do Século XIX**. 1996. 254 p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

PEREIRA, Regina Celi. Estado, território e reestruturação produtiva na metrópole fluminense. **Espaço e Economia**. Revista brasileira de geografia econômica, n. 3, p. 2-11, 2013.

PERROUX, François. Note sur la notion de pôle de croissance. *Economie Appliquée*, 1955. In: SCHWARTZMAN, Jacques. **Economia Regional: textos escolhidos**. CEDEPLAR, Belo Horizonte, 1977.

PIQUET, Roselia. **Indústria e Território no Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

PIRES, Anderson. **Café, finanças e bancos: uma análise do sistema financeiro da Zona da Mata de Minas Gerais: 1889/1930**. 2004. 424 p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, Juiz de Fora, 2004.

PIRES, Hindenburgo Francisco. Reflexões sobre a Contribuição da Geografia Histórica e da Geohistória na Renovação dos Pensamentos Geográfico e Histórico no Século XX. In: Colóquio Brasileiro de História do Pensamento Geográfico, 1, 2008, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia: UFU, 2008. v. 1. p. 01-18.

POMBO, Nívea. A cidade, a universidade e o Império: Coimbra e a formação das elites dirigentes (séculos XVII-XVIII). **Intellèctus**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 1-20, 2015.

QUEIROZ, Bernardo Lanza; BRAGA, Tânia Moreira. Hierarquia urbana em um contexto de desconcentração econômica e fragmentação do território: questionamentos a partir do caso da rede de cidades mineira. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 8., 1999, Porto Alegre. **Anais...**, Porto Alegre, v. 8, 1999.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993. 269 p. (Temas). Tradução: Maria Cecília França.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **Juntas da Real Fazenda**. Disponível em: <[http://www.receita.fazenda.gov.br/historico/srf/historia/catalogo\\_colonial/letraj\\_juntasreal.htm](http://www.receita.fazenda.gov.br/historico/srf/historia/catalogo_colonial/letraj_juntasreal.htm)>. Acesso em 04 de março de 2018.

RECLUS, Elisée. Le mont Etna et l'eruptión de 1865. **Revue des Deux Mondes**, Paris, v. LVIII, p.110-38, 1865.

REIS, José. Epistemologia do território. **Estudos – Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, v. 13, n.1, 2005, p. 51-74.

REIS, Liana Maria; VALADARES, Virgínia Maria Trindade. **Capitania de Minas Gerais em documentos: economia, política e sociedade**. 2. ed. Belo Horizonte: C/Arte, 2012. v. 1. 159 p..

RENAULT, Delso. **Indústria, escravidão, sociedade: uma pesquisa historiográfica do Rio de Janeiro no século XX**. Brasília: Civilização Brasileira, 1976. 186 p..

RESTITUTTI, Cristiano Corte. **As fronteiras da Província: rotas de comércio interprovincial, Minas Gerais, 1839-1884**. 2006. 335 p. Dissertação (Mestrado) –

Programa de Pós-graduação em Economia da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2006.

RODARTE, Mario Marcos Sampaio. **O caso das Minas que não se esgotaram: a pertinácia do antigo núcleo central minerador na expansão da malha urbana da Minas Gerais Oitocentista.** 1999. 179 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Economia do Centro de Desenvolvimento Regional e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1999.

RODARTE, Mario Marcos Sampaio. **O trabalho do fogo: Perfis de domicílios enquanto unidades de produção e reprodução na Minas Gerais Oitocentista.** 2008. 365 p. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Economia do Centro de Desenvolvimento Regional e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

RODARTE, Mário Marcos Sampaio; PAULA, João Antônio; SIMÕES, Rodrigo Ferreira. Rede de Cidades em Minas Gerais no Século XIX - **História Econômica & História de Empresas**, São Paulo, v. 7, n.1, p. 7-45, 2004.

RODRIGUES, Aldair Carlos. Honra e estatutos de limpeza de sangue no Brasil colonial. **Webmosaica**, Porto Alegre, v. 4, p. 75-85, 2012.

RODRIGUES, José Carlos. **Ideias Filosóficas e Políticas em Minas Gerais no Século XIX.** Belo Horizonte; Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1986.

ROMEIRO, Adriana; BOTELHO, Ângela Vianna. **Dicionário Histórico das Minas Gerais.** 3a. ed. (Revista e ampliada). Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

SABOIA, João. A continuidade do processo de desconcentração regional da indústria brasileira nos anos 2000. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 23, n. 2, p. 219-278, 2013.

SANTOS, Dayse Lucide Silva. **Cidades de vidro: A fotografia de Chichico Alckmim e o registro da tradição e da mudança em Diamantina.** 2015. 327 f. Tese (Doutorado).

Programa de Pós-graduação em História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

SANTOS, Milton. **Território e sociedade:** uma entrevista com Milton Santos. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2000.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo:** razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Paulo Coelho Mesquita; COSTA, Adilson Rodrigues da. A Escola de Minas de Ouro Preto, a " Sociedade de Geographia Economica de Minas Geraes" e as Exposições Universais do final do século XIX e início do século XX. **Rem:** Revista Escola de Minas, Ouro Preto, v. 58, n. 3, p. 279-285, 2005.

SANTOS, Paulo Coelho Mesquita; LOPES, Maria Margaret. Os periódicos Revista Industrial de Minas Geraes e Brazilian Engineering and Mining Review e a participação do Brasil nas Exposições Universais de Santiago (1894) e Saint Louis (1904). In: COLÓQUIO LATINO AMERICANO RECUPERAÇÃO E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL, 6., 2012, São Paulo. **Anais...** São Paulo: TICCIH, 2012. v. 1.

SANTUÁRIO DO CARAÇA. A Educação Caracense. Disponível em <<http://www.santuariodocaraca.com.br/o-colegio-e-seminario/a-educacao-caracense/>>. Acesso em 05 de maio de 2018.

SARAIVA, Luiz Fernando. **O Império das Minas Gerais:** Café e Poder na Zona da Mata mineira, 1853–1893. Niterói: UFF/PPGH, 2008.

SARAIVA, Lucas Tibo. Considerações acerca das conotações do termo “elite” nas ciências sociais. **Revista Alteridade** – Montes Claros/MG, v. 2, n. 1, p.30-41, maio/2016

SCHMIDT, Benício Viero. A modernização e o planejamento urbano brasileiro no século XIX. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 2, n. 1, p. 19-40, 1981.

SILVA, Fabiano Gomes da. A construção da urbe. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v. XLV, p. 104-119, 2009.

SILVA, Lígia Maria Tavares da. Trajetórias pela Geografia Histórica. In: BEZERRA, Amélia Cristina Alves et al. **Itinerários Geográficos**. Niterói: Eduff, 2007. p. 71-84.

SILVA, Vera Alice Cardoso. Aspectos da fundação política das elites na sociedade colonial brasileira: o 'parentesco espiritual' como elemento de coesão social. **Revista Varia História**, Belo Horizonte, v. 31, p. 97-119, 2004.

SILVA, Wlamir. O protótipo dos toucinheiros: a experiência da moderação mineira. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Orgs.). **História de Minas Gerais: a província de Minas**, v. 2. Belo Horizonte: Autêntica Editora; Companhia do Tempo, 2013. 444 p.

SINGER, Paul. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana: (análise da evolução urbana de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife)**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974. 377 p.

SLENES, Robert W. Os Múltiplos de Porcos e Diamantes: A Economia Escrava de Minas Gerais no Século XIX. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v.18, n. 3, p. 449-495, 1988.

SOARES, Weber. As fronteiras epistemológicas entre geografia e história e a travessia conciliadora na geo-história da expansão marítima portuguesa. **Geografia**, Rio Claro, v. 38, n. 1, p.37-53, abr. 2013.

SOARES, Weber. Governador Valadares e Sertões do Leste: recortes temporais resultantes da tensão entre processos de ordem vasta e de ordem local. **Geografias**, Belo Horizonte, v., n. 1, p.137-150, mar. 2016. Semestral

SOJA, Edward William. **Geografias Pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SOUZA, Cassiano Ricardo de. **Atlas digital da província de Minas Gerais de 1872: uma análise comparativa por gênero e condição social**. 2015. 454 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2015.

TAVARES, Hermes Magalhães. Reestruturação econômica e as novas funções dos espaços metropolitanos. In: RIBEIRO, Ana Clara Torres (Org.). **Repensando a experiência urbana da América Latina**: Questões, Conceitos e Valores. 1ed. Buenos Aires: CLACSO, 2000, v. 1, p. 89-104.

TERNES, José. Pensamento Moderno e Normalização da Sociedade. **Revista Inter Ação**, Goiás, v. 32, p. 61-92, 2007.

VAINER, Carlos Bernardo. Planejamento territorial e projeto nacional: os desafios da fragmentação. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 9, n. 1, p. 9-23, 2011.

VALLE, Matheus Henrique Fernandes; COSTA, Alfredo; MATOS, Ralfo Edmundo da Silva. Nexos de associação entre urbanização, crescimento econômico e qualidade de vida em Minas Gerais entre 2000 e 2010. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 16., 2014, Diamantina. **Anais...**, Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2014.

VAZ, Alisson Mascarenhas. A indústria têxtil em Minas Gerais. **Revista de História**, São Paulo, n. 111, p. 101-118, 1977.

VAZ, Henrique Cláudio de Lima. Religião e modernidade filosófica. **Síntese** – Revista de Filosofia, Belo Horizonte, v.18, n.53, p.147-165, set./nov., 1991.

VILLALTA, Luiz Carlos. As origens intelectuais e políticas da Inconfidência Mineira. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos. (Org.). **História de Minas Gerais** - as Minas Setecentistas. Belo Horizonte: Autêntica/ Companhia do Tempo, 2007b, v. 2, p. 579-607. 444 p.

VILLALTA, Luiz Carlos. Introdução. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Org.). **História de Minas Gerais** - as Minas Setecentistas. Belo Horizonte: Autêntica/ Companhia do Tempo, 2007c, v. 2, p. 551-554. 444 p.

VILLALTA, Luiz Carlos. Ler, escrever, bibliotecas e estratificação social. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Org.). **História de Minas Gerais** - as Minas Setecentistas. Belo Horizonte: Autêntica/Companhia do Tempo, 2007 a, v. 2, p. 289-311. 444 p.

VILLALTA, Luiz Carlos. O Cenário Urbano em Minas Gerais Setecentista: Outeiros do Sagrado e do Profano. In: GONÇALVES, Andrea Lisly. et al. (Org.). **Termo de Mariana: história e documentação**. 1ed. Belo Horizonte; Mariana: BDMG; Editora UFOP, 1998, v. 1, p. 67-86.

VILLELA, André Arruda. Política Tarifária no II Reinado: evolução e impactos, 1850-1889. **Nova Economia** (UFMG. Impresso), v. 15, p. 35-68, 2005.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. O movimento republicano: formas de estruturação e valores políticos. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Orgs.). **História de Minas Gerais: a província de Minas**, v. 2. Belo Horizonte: Autêntica Editora; Companhia do Tempo, 2013. 444 p.

WEHLING, Arno. **Administração portuguesa no Brasil de Pombal a D. João (1777-1808)**. Brasília: Funcep, 1986. 246 p. (História Administrativa do Brasil).

WIRTH, John Davis. **O fiel da balança: Minas Gerais na Federação Brasileira, 1889-1937**. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

ZEMELLA, Mafalda. P.. **O abastecimento da Capitania de Minas Gerais no século XVIII**. São Paulo: Hucitec Edusp, 1990. 247 p.